FLÁVIO ROBERTO BATISTA

**Crítica da tecnologia dos direitos sociais:
uma contribuição materialista histórico-dialética**

São Paulo

2012

FLÁVIO ROBERTO BATISTA

**Crítica da tecnologia dos direitos sociais:
uma contribuição materialista histórico-dialética**

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Direito.

Área de concentração: Direito do Trabalho e
Seguridade Social.

Orientador: Professor Associado Marcus
Orione Gonçalves Correia.

São Paulo

2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

Flávio Roberto Batista

Crítica da tecnologia dos direitos sociais: uma contribuição materialista histórico-dialética

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Direito.

Área de concentração: Direito do Trabalho e
Seguridade Social.

Orientador: Professor Associado Marcus
Orione Gonçalves Correia.

Aprovado em:

Banca examinadora

Professor _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À minha filhinha Flávia, que deu um novo sentido à minha vida;
À minha esposa Viviane, que me ensinou o significado das palavras amor e parceria;
Aos meus pais Mauro e Dalva, cuja intensidade da dedicação só pude entender
completamente depois de me tornar pai;
Às minhas irmãs Lia e Livia, para quem servir de exemplo é um grande incentivo;
À memória do meu avô Oswaldo, que continua me inspirando como exemplo de vida;
Dedico, humildemente, este trabalho.

AGRADECIMENTOS

É surpreendente a quantidade de pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na elaboração de uma tese de doutorado. Em dado momento, o trabalho se torna uma espécie de balanço do aprendizado de toda uma vida e o autor é capaz de identificar a influência de cada pessoa com quem conviveu e foi importante nessa trajetória. Por isso, a seção de agradecimentos ficou um pouco longa e, ainda assim, corro o risco de não entregar a devida justiça a todos que me auxiliaram em todos esses anos para chegar até aqui, com quem antecipadamente me desculpo.

Tentarei obedecer a uma ordem cronológica de aparecimento em minha vida.

Agradeço, antes de tudo, aos meus pais, Mauro e Dalva, por todo o amor e pelo grande esforço que sempre fizeram para priorizar minha educação. Somente nós sabemos quantas foram as dificuldades enfrentadas para que esse momento pudesse ser alcançado, e eles sempre tiveram o amor e a sabedoria de fazê-lo sem perder o carinho e a ternura. Agradeço, ainda, porque foram eles que me ensinaram os valores indispensáveis à construção de uma carreira acadêmica, principalmente o da persistência.

Agradeço ao meu avô e padrinho Oswaldo (em memória) por todo o amor e atenção que devotou a mim durante os anos em que estive comigo, o que fez de mim uma pessoa muito melhor. Ele, certamente, é meu exemplo de vida.

Agradeço às minhas irmãs, Lia e Lívia, pelo muito que me ensinaram em todos esses anos sobre a vida. A convivência fraternal é a maior das escolas. As duas, cada qual à sua maneira, sempre foram muito amorosas e dedicadas ao irmão. Além disso, ter carregado nos ombros a responsabilidade de ser irmão mais velho e servir-lhes de exemplo contribuiu muito para dar-me forças nos momentos mais difíceis. À Lia, muito obrigado pelo auxílio na tradução do resumo para o italiano. Agradeço ainda à Lívia por ter, mais uma vez, auxiliado decisivamente na tarefa de revisão do texto.

Faltam palavras para agradecer à minha esposa Viviane, que certamente não tem ideia da relevância do papel que desempenhou na elaboração desta tese, desde as questões mais prosaicas, como assumir integralmente os cuidados com a nossa filhinha para que eu tivesse tempo de me dedicar à pesquisa, até as questões mais íntimas, relacionadas à inspiração e às condições de desenvolvimento de uma tese na metodologia que me propus a

seguir. Dialético que é, o materialismo histórico, levando o humano ao extremo, muitas vezes me desumanizou. A Viviane foi fundamental para se contrapor a tal efeito e me humanizar, o que interferiu diretamente no desenvolvimento das ideias centrais desta tese. Sua disposição constante para o debate fez-me repensar e fundamentar melhor diversas conclusões um tanto apressadas a que havia chegado durante a elaboração da tese. Quanto mais não fosse, o mero fato de se interessar pelo meu tema foi tão alentador que desempenhou papel decisivo em manter meu ânimo para não desistir em hipótese alguma. Seu incentivo tem sido crucial para todas as minhas conquistas desde que nos conhecemos. Já tive oportunidade de externar tal sentimento em público, mas registro uma vez mais que devo em grande parte ao seu apoio o início da minha carreira docente. Seu amor me torna uma pessoa melhor a cada dia. Não bastasse tudo isso, revisou a tradução do resumo para o inglês. Viviane, muito obrigado por tudo.

Agradeço também à minha filhinha Flávia, que, em tão pouco tempo de vida, me ensinou mais sobre doação do que eu tinha aprendido em todos os anos anteriores. Seu sorriso incondicional ao me ver é uma incomparável injeção de energia sem a qual, talvez, não teria sido possível concluir o trabalho. A presença da Flávia e a nova forma de amor que ela despertou em mim deram um novo sentido a toda a minha pesquisa e à minha vontade perene de contribuir para uma humanidade melhor. Por fim, um agradecimento mais prático: a Flávia é muito tranquila e dorme muito bem. Certamente teria sido mais difícil concluir a tese se eu tivesse enfrentado as agruras comuns de que reclamam todos os pais.

Alguns de meus amigos adquiridos na passagem da infância à adolescência, que tenho a felicidade de manter até hoje, foram fundamentais na minha formação como pessoa e se tornaram meus irmãos de coração. Peço a licença de abandonar o formalismo acadêmico para registrar meu mais profundo e sincero agradecimento pelos nomes por que carinhosamente nos tratamos. Beto, Cabeça, Canhota, Dal, Jaco, Julião, Mudo, Parama, Pedro (em memória) e Soma: vocês são parte importantíssima desse trajeto e da minha família. Muito obrigado.

Nesta longa trajetória de graduação e pós-graduação, tive a oportunidade de receber lições de professores que foram decisivos na minha formação intelectual, a quem registro meu agradecimento. Entre eles, destaco meu orientador Marcus Orione Gonçalves Correia,

certamente o grande responsável pela realização dessa tese. O professor Marcus combina em si diversas características que fazem dele, como professor e como pensador, um exemplo a ser seguido. Em primeiro lugar, por seu amor à docência, capaz de inspirar qualquer um que assista seus apaixonados e apaixonantes “exercícios de livre-docência”, em suas próprias palavras. É esse amor que o faz, embora já em nível de excelência, buscar constante aprimoramento. O Professor Marcus conta ainda com uma impressionante humildade, que lhe dota de uma incessante capacidade de aprender com seus alunos tanto quanto lhes ensina. Isso faz de seu processo de orientação, de que tive a honra de participar pelos últimos seis anos, algo sem paralelo na faculdade de direito e que merece ser registrado. Jamais tive notícia dos colegas de pós-graduação de algo sequer parecido. Professor Marcus, quaisquer palavras que eu lhe dedicasse nesta seção seriam insuficientes para expressar meu agradecimento por ter acreditado em mim e no meu projeto e por ter me apoiado tanto nestes últimos anos. Meu carinho e minha admiração são muito grandes e sinceros.

Não posso deixar de mencionar, ainda, outros professores importantes no meu trajeto acadêmico. Na graduação, por todos, menciono o Professor Antonio Junqueira de Azevedo (em memória), paraninfo da minha turma, cujo carinho e atenção com os alunos não serão esquecidos jamais.

Na pós-graduação, quero registrar a importância da convivência com o Professor Jorge Luiz Souto Maior, cuja perspicácia foi imprescindível para contrabalançar alguns exageros no caminho do nosso grupo em direção ao materialismo histórico-dialético. Professor Jorge, esta tese foi, em certo sentido, escrita para você.

Dois professores de fora da faculdade de direito foram imprescindíveis nesta pesquisa de doutorado. O Professor Eleutério Fernando da Silva Prado inspirou, com suas aulas, grande parte desta tese. Além disso, agradeço muito por ter me prestigiado na banca de qualificação com sua arguição gentil e atenta, que foi fundamental para a conclusão do trabalho. A Professora Léa Francesconi acolheu-me carinhosamente na faculdade de geografia e fez-me enxergar novos ângulos do materialismo histórico-dialético. Aos dois, muito obrigado.

Registro minha gratidão ao Professor Alysson Leandro Barbate Mascaro, com quem infelizmente não tive aulas, mas cuja participação na banca de qualificação foi decisiva para dar um rumo adequado ao trabalho.

Encerrando os agradecimentos aos professores, quero consignar meu agradecimento à Professora Érica Paula Barcha Correia, que tem me ajudado muito na carreira docente nestes últimos anos. Além disso, agradeço a ela ter gentilmente colocado a biblioteca da Escola Paulista de Direito Social à minha disposição para a pesquisa.

Durante o curso de graduação, minha formação no materialismo histórico-dialético foi mediada pela minha militância num coletivo estudantil de nome Luta Socialista, a cujos membros também devo um agradecimento especial. Ana Rüsch, Adriano Blattner, André Vereta, Caio, Camyl, Danilo, Eduardo Saad, Henrique, Juliana, Júlio (mais uma vez), Luísa, Marco Braga, Marco Granieri, Mariana Flesch, Rafael Daud, Tânia e Valmir: cada um de vocês está, um pouco, nesta tese. Muito obrigado.

Agradeço também a todos os amigos adquiridos durante estes onze anos estudando na Faculdade de Direito, especialmente aos amigos das turmas DI e NI de 2005, da BAISF e da Comissão de Formatura.

Durante a pós-graduação, tive a felicidade de ser acompanhado por valorosos amigos que contribuíram decisivamente para minha formação e crescimento teórico, principalmente por ocasião das reuniões de nosso grupo de estudos. Adriana, Carolina, Danilo, Fernando, Giselle, Lucylla, Marcelo, Marco Aurélio, Pablo, Rafael, Renato, Ricardo, Savaris, Thiago e William: muito obrigado por tudo que me ensinaram nestes últimos anos. Agradeço ainda ao Zeca e ao Gustavo pela agradável companhia em nossas “excursões” à FEA-USP e pelos debates sempre frutíferos. Agradeço especialmente ao Danilo, Pablo, Rafael, Thiago e William, que simularam uma banca de qualificação em uma das reuniões de nosso grupo de estudos, algo que é conhecido na FFLCH-USP como “seminário de tese”. Quero registrar ainda um agradecimento especial ao meu amigo Thiago Barison, com quem desenvolvi uma relação de parceria intelectual extremamente frutífera e profunda. Há muito mais do Thiago nesta tese do que ele estaria disposto a admitir.

Agradeço ainda a todos aqueles que me acompanharam na carreira profissional e tornaram possível conciliá-la com a carreira acadêmica: no Tribunal de Justiça, nas pessoas

do Dr. Ademir de Carvalho Benedito e do Dr. Antonio Marson; na Procuradoria-geral Federal, nas pessoas dos amigos de sempre Alessandro, Azevedo, Felipe, Ivan, Léa, Marta, Sabrina e Sussumu e dos recém-adquiridos Eliana e Rodrigo.

Na carreira docente, agradeço aos meus colegas da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, nas pessoas do Felipe, do Tarso e do Batalha, certamente aqueles em quem encontrei os melhores interlocutores para assuntos marxistas, bem como do José Ivanildo e do Gilberto Maistro, companheiros de todas as empreitadas acadêmicas. Agradeço ainda ao Professor Mauro Pardelli Colombo e ao Professor Marcelo Mauad pela acolhida gentil na faculdade.

Por fim, agradeço a todos os meus alunos que tanto me ensinaram nesses dois anos de docência. Na impossibilidade (unicamente de espaço) de mencionar a todos, faço-o na pessoa da minha ex-aluna e assistente Jéssica Paula Fernandes Barbosa, que paciente e dedicadamente tem me acompanhado.

A todos, minha mais sincera gratidão.

*“Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural,
nada deve parecer impossível de mudar”.*

- Bertolt Brecht

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
 I – UMA INTERPRETAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA.....	 15
I.1 – O caminho do pensamento humano até o materialismo histórico-dialético...	15
I.2 – A objetividade e a subjetividade do conhecimento científico.....	49
I.3 – A justificação do método.....	77
I.4 – Ciência, técnica e sociedade – a interação da estrutura e das superestruturas em sua relação com a epistemologia.....	90
 II – UMA INTERPRETAÇÃO DA CIÊNCIA JURÍDICA MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA.....	 103
 III – CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA TECNOLOGIA DOS DIREITOS SOCIAIS.....	 138
III.1 – O que são direitos sociais?.....	138
III.2 – Direitos sociais e forma jurídica individual (ou: por que juízes não fazem políticas públicas?).....	153
III.3 – A categoria dos direitos sociais se sustenta?.....	159
 CONCLUSÃO.....	 196
 BIBLIOGRAFIA.....	 198
 RESUMO, <i>ABSTRACT</i> E <i>RIASSUNTO</i>.....	 206

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende apresentar uma contribuição materialista histórico-dialética à crítica da tecnologia dos direitos sociais. Para tanto, considero útil desenvolver nesta introdução algumas aproximações tendentes a posicionar o leitor em relação ao tema do trabalho, sem a pretensão de esgotar as ricas discussões que cercam as ideias de tecnologia e de direitos sociais, que serão, evidentemente, objeto de desenvolvimento ao longo do texto. Adianto algumas ideias unicamente para que a introdução forneça um panorama dos assuntos que serão tratados.

Os direitos sociais são aqueles que a teoria do direito comumente denomina direitos de “segunda geração”¹, por vezes também inseridos em uma categoria mais ampla de direitos “econômicos, sociais e culturais”. No atual ordenamento jurídico brasileiro, são direitos sociais aqueles constantes dos artigos 6º a 11 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e todos os seus consectários espalhados pelo restante do texto, mormente no capítulo que aborda a ordem social – artigo 193 e seguintes.

Tais direitos originaram-se num contexto histórico em que o mundo buscava ainda encontrar a melhor maneira de lidar com as consequências do liberalismo econômico exacerbado, que culminaram na primeira guerra mundial em 1914 e, anos mais tarde, na grande depressão de 1929. O enfrentamento de tal desafio contrapôs as ideias revolucionárias comunistas e as ideias reformistas da social-democracia. Tal oposição, que no campo teórico tomou inicialmente a forma de uma divisão interna de um mesmo corpo de ideias², caminhou no campo político para um conflito mordaz. A própria constituição de Weimar, que, ao lado da constituição mexicana de 1917, é apontada como um dos primeiros documentos legislativos a positivar os direitos sociais, foi precedida por levantes

¹ Essa classificação em gerações foi repelida até mesmo no âmbito das contribuições mais avançadas à teoria dos direitos humanos e, por isso, não está sendo referendada, mas utilizada apenas nesse momento introdutório por sua utilidade para a identificação do objeto, dada a grande penetração da expressão nos meios acadêmicos. Para maiores detalhes sobre os motivos de sua rejeição, cf. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Os direitos sociais enquanto direitos fundamentais. In: _____; CORREIA, Érica Paula Barcha (coord.). **Direito previdenciário e Constituição: homenagem a Wladimir Novaes Martinez**. São Paulo: LTr, 2004, pp. 25-28. Voltarei ao tema com mais profundidade no terceiro capítulo.

² Penso na polêmica entre pensadores que se reivindicavam legatários da tradição marxista, mormente Bernstein e Rosa Luxemburgo, a qual culminou na obra LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. A polêmica permanece viva até hoje e está diretamente relacionada ao eixo central da tese.

populares de caráter comunista, liderados por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, ocorridos entre 1918 e 1919. Este movimento foi sufocado justamente pelos social-democratas, que terminaram proclamando a república em 1919, em um processo que envolveu a prisão e o assassinato dos líderes comunistas e somente se encerrou definitivamente em 1923³.

O assim chamado “pacto social”⁴ surgido após a repressão de tais insurreições, mais tarde espalhado por toda a Europa, consubstanciou-se na constituição de Weimar e foi marcado pelo extremo desconforto com que nele se inseriram tanto a classe operária, insatisfeita com a insuficiência das posições alcançadas em face de suas amplas e profundas reivindicações, quanto a classe burguesa, que se viu obrigada a ceder posição para evitar que o liberalismo absoluto, que sempre lhe pareceu desejável, levasse todo o sistema ao colapso. Tal “pacto” somente pôde ser sustentado, apesar de tamanho desconforto, com a presença do Estado, espécie de mediador entre capital e trabalho⁵, que assegurava a manutenção pacífica do regime. Destaco, a esse respeito, que a insatisfação com o Estado não é exatamente inédita ou surpreendente em si, mas traz à baila a situação insólita de que, ao menos no plano do discurso, o Estado tal como se encontrava havia sido constituído pelos social-democratas, autointitulados representantes da classe trabalhadora.

³ Colaciono um breve excerto de obra magnífica dedicada ao tema e que ilustra o relacionamento entre as frações da esquerda no movimento revolucionário alemão imediatamente anterior à constituição de Weimar: *“Esse período mostra em filigrana de que modo as divergências teóricas e práticas no campo da esquerda alemã – que culminaram no assassinato dos dois líderes da extrema esquerda, Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, no dia 15 de janeiro de 1919 – deram origem a uma guerra civil perversa, que abriria um abismo insuperável entre socialistas ‘moderados’ e ‘radicais’, levando ao fortalecimento e à vitória da contrarrevolução nazista”*. LOUREIRO, Isabel. **A revolução alemã**. São Paulo: UNESP, 2005, p. 20.

⁴ Consigno a expressão entre aspas para deixar claro que se trata de uma metáfora, afastando qualquer possível interpretação voluntarista das relações entre as classes.

⁵ Uma metáfora brilhante de tal pacto e, principalmente, do aludido desconforto a ele inerente, encontra-se no filme *Metrópolis*, o último grande representante do movimento artístico expressionista alemão, dirigido por Fritz Lang em 1926. Duas passagens são particularmente marcantes. Na primeira delas, durante um discurso de uma líder operária aos seus seguidores, é recriada a lenda da Torre de Babel. Segundo a personagem, o problema da Torre de Babel não era a divergência de idioma entre os habitantes, como consta da conhecida passagem bíblica, mas a diferença das ideias acerca do destino da torre que eram defendidas pelos trabalhadores que a construíram e pelos seus proprietários, que determinaram a construção, de modo que, ainda que falassem o mesmo idioma, as duas partes não conseguiam se entender. O segundo momento é a cena final do filme, em que, após diversos conflitos, o líder operário e o capitalista dirigem-se para um cumprimento que selaria a paz, mas vacilam e recuam. Entra em cena, então, o filho do capitalista, representando, metaforicamente, o Estado, e aproxima as duas partes, levando-as ao acordo. Logo após tal imagem, a película é encerrada com a frase: *“O mediador entre a cabeça e as mãos deve ser o coração”*, a mesma que já havia sido referida por ocasião da recriação da lenda da Torre de Babel.

A consequência imediata desse processo é a de que os direitos sociais constituem uma categoria que, em um primeiro olhar, não seria confortavelmente comportada pela lógica estritamente liberal e pelo modelo jurídico que a acompanhou até o final do século XIX.

Depois de seu surgimento, de maneira pontual e esparsa, a partir da segunda metade do século XIX, e de sua constitucionalização sistemática, ocorrida quase que simultaneamente, em 1917, no México, e em 1919, na Alemanha, os direitos sociais, entre duas e três décadas mais tarde, passaram a integrar as diversas declarações de direitos promulgadas mundo afora, notadamente depois do fim da segunda guerra mundial e muito em função dos horrores que ela trouxe ao mundo. Com isso, de forma praticamente automática, os direitos sociais foram incluídos no âmbito dos direitos humanos, surgidos no final do século XVIII, como é de conhecimento comum, em um contexto de defesa do indivíduo contra o poder do Estado, isto é, traduzindo a essência do liberalismo da sociedade de então.

A tentativa de transformação desses novos direitos em um apêndice, ou em uma “nova geração”, dos direitos humanos individuais, de base liberal e universal, resultou nas disputas teóricas e metodológicas que até hoje se perpetuam acerca dos direitos sociais. Em uma expressão sintética, nas disputas que cercam a tecnologia dos direitos sociais. E isso me leva à outra parte do tema do trabalho.

Entendo por tecnologia exatamente o conteúdo de seu sentido etimológico: a ciência – ou o estudo – da técnica. E essa compreensão exige o tratamento prévio acerca das ideias de ciência e de técnica, bem como do conceito que as une: o método.

A noção de método é bastante difundida. Qualquer pessoa há de ter uma intuição sobre seu significado, e diferentes campos do conhecimento utilizam-se da mesma palavra com sentidos variados. Sintomaticamente, os bons dicionários da língua portuguesa registram muitas acepções para o vocábulo⁶. É curioso notar, entretanto, que o termo método pertence àquela categoria de signos linguísticos para os quais é possível encontrar

⁶ Apenas para exemplificar, o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete (CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete**. Vol. III. Rio de Janeiro: Delta, 1964, p. 2600-2601) registra quatro acepções genéricas e outras treze vinculadas a campos específicos do conhecimento. Com essa citação, cumprido o objetivo de ilustrar a plurivocidade do termo método, encerro definitivamente minhas incursões aos dicionários. Ainda que tenha utilizado um dicionário erudito, de maior aceitação, conheço a aversão da academia a tal espécie de obra e não pretendo correr o risco de permitir a deslegitimação de meu trabalho ainda em seus primeiros parágrafos.

um ponto comum entre todas as acepções que se lhe atribuem. Tais palavras são adjetivadas, por isso, de plurívocas, diferindo de outra classe de palavras, denominadas equívocas, para as quais os diversos sentidos atribuídos não guardam relação alguma, como ocorre, por exemplo, com os termos manga e cabo. O ponto comum entre as diversas acepções atribuídas à expressão método está ligado à sua origem etimológica, proveniente da palavra grega *methodos*, que pode ser traduzida por *caminho para chegar a um fim*.

Linguisticamente, portanto, o método, independentemente de qual acepção se lhe atribua, ocupará sempre a posição de meio numa relação meio-fim. A diversidade das finalidades perseguidas determinará a diversidade das aplicações do método. Em uma aproximação bastante grosseira, apenas neste âmbito introdutório, é possível afirmar que se a finalidade da aplicação do método for alcançar o conhecimento⁷, estarei diante da ciência; se, ao contrário, a finalidade for a solução de um problema específico da vida material ou social do homem, terei uma técnica. Tanto as ciências quanto as técnicas valem-se de métodos peculiares para alcançar suas respectivas finalidades.

Com base em tal aproximação, é razoavelmente simples entender que, por exemplo, a física, enquanto aplicação de um método – o newtoniano ou o einsteiniano, principalmente – para a obtenção de conhecimento acerca do mundo fenomênico que nos cerca, é uma ciência. De outro modo, utilizando-se inclusive do conhecimento obtido acerca do mundo por meio da física, foi desenvolvido um conjunto de procedimentos que permite ao homem construir edificações sólidas para lhe servirem de abrigo. Eis aí a técnica conhecida hoje por engenharia civil⁸.

⁷ Durante a elaboração deste trabalho, a palavra *conhecimento* foi aqui adjetivada de algumas formas diversas. Duas delas permaneceram mais tempo nos rascunhos: *verdadeiro* e *objetivo*. São, em minha avaliação, aquelas que estão mais intimamente ligadas à ideia leiga do que se entende por *ciência*. A despeito disso, no contexto de um trabalho de epistemologia, seu emprego é altamente problemático. Como veremos nas páginas seguintes, Hegel (cf. HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 22), por si e por seus leitores, questionou a ideia de verdade e objetividade científica. Diante de tal constatação, optei por eliminar qualquer adjetivação e inserir esta nota explicativa.

⁸ Inseri tal aproximação, qualificando-a, inclusive, de grosseira, porque baseada em minhas impressões pessoais, por ocasião da redação da introdução, ainda na fase de elaboração do projeto de pesquisa acadêmica. Durante a pesquisa, notei que a elaboração em questão não somente não era grosseira como, em certo sentido, cientificamente exata: “*A prática teórica produz conhecimentos, que, em seguida, podem figurar como meios a serviço dos objetivos de uma prática técnica. Toda prática técnica se define por seus objetivos: os efeitos determinados a produzir em tal objeto, em tal situação. Os meios dependem dos objetivos. Toda prática técnica utiliza entre esses meios conhecimentos que intervêm como processos: quer conhecimentos tirados de fora, das ciências existentes; quer ‘conhecimentos’ que a própria prática técnica produz, para atingir o seu fim*” (destaques do original). ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 148.

Tratando, porém, das relações sociais humanas, fazer a separação entre ciência e técnica é uma tarefa muito mais complexa do que seria se envolvesse apenas fenômenos do mundo natural⁹. Particularmente no que tange ao direito, não há uma convicção firme a respeito do quanto há de ciência e de técnica no fenômeno jurídico, o que interfere diretamente no surgimento de discussões, muitas vezes pouco claras, acerca de qual seria o método do direito.

Grande parte de tal controvérsia deve-se ao que considero uma forma de “presunção” dos estudiosos do direito, que tomam como inquestionável o fato de que o direito é uma ciência, sem sequer meditar sobre o significado de tal pressuposição¹⁰. Um bom exemplo de tal “presunção” pode ser colhido no excerto que transcreverei a seguir. Em uma obra de metodologia da ciência do direito, o autor inicia a introdução tratando da peculiaridade do direito, no qual sempre há mais de uma corrente ou opinião a respeito de cada questão. Segue, então, o seguinte trecho:

Se o estudo do direito conduzisse a uma única resposta válida (científica) para cada problema apresentado, uma resposta universalmente válida, a tarefa de separar a opinião vulgar da científica seria facilitada. Identificada a resposta científica, todas as demais pretensas respostas ao problema seriam a-científicas. Se, porém, verificamos que isso não tem ocorrido de fato no mundo do estudo jurídico, se há uma pluralidade de respostas válidas, como demarcar o território da opinião científica da opinião vulgar? Se toda resposta for válida nenhum espaço existirá entre o científico e o senso comum. Nesse caso, o estudo sistemático do direito nada teria a

⁹ Não ignoro a existência de opiniões no sentido de que tal separação não é fácil nem mesmo no âmbito do mundo natural ou físico. Para ficar em apenas um exemplo, confira-se a seguinte passagem, em que Paul Feyerabend expressa seu juízo sobre os avanços da mecânica quântica, no momento em que as pesquisas físicas passam a interferir na realidade: “*A criação de uma coisa e a criação mais a compreensão plena de uma ideia correta da coisa são com muita frequência partes de um e o mesmo processo indivisível e não podem ser separadas sem interromper esse processo*” (destaques no original). FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007, p. 12. Seja como for, ao menos no atual estágio do desenvolvimento científico, sempre será mais complexo o desempenho de tal tarefa no âmbito social.

¹⁰ Mais uma vez, o que me parecia uma mera impressão quando da elaboração da introdução encontrou ecos científicos durante a pesquisa: “*Que dizer, então, da espontaneidade dessas disciplinas de vanguarda triunfantes, consagradas a interesses pragmáticos precisos; que não são rigorosamente ciências, mas pretendem sê-lo porque empregam métodos ‘científicos’ (definidos, no entanto, independentemente da especificidade do seu objeto presumido); que pensam ter, como toda verdadeira ciência, um objeto, quando só dizem respeito a uma certa realidade dada, que, além do mais, numerosas ciências concorrentes debatem e disputam: um certo domínio de fenômenos não constituídos em fatos científicos e, por conseguinte, que não estão unificados; disciplinas que não podem, em sua forma atual, constituir verdadeiras práticas teóricas, pois, na maioria das vezes, não têm mais do que a unidade das práticas técnicas*” (destaques do original). ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 148.

oferecer, o leigo teria tanta autoridade quanto o estudioso para fazer afirmações sobre o direito. Em última instância, nem mesmo a lei seria necessária, se pudéssemos interpretá-la de qualquer maneira.¹¹

Está evidente a completa confusão dos conceitos. Aparentemente, o autor trata da própria operação prática do direito, isto é, da técnica jurídica, por tratar das diferenças interpretativas sobre os mais diversos problemas do direito. De outro lado, alude a respostas científicas válidas. Fica impossível determinar se trata de ciência ou de técnica. A despeito disso, o autor ignora o aspecto técnico e propõe-se a falar de ciência do direito, pressupondo que o direito, em si, é uma ciência.

Diante de tal quadro, independentemente do mérito de ser ou não o direito uma ciência, é necessária uma reflexão acerca da frase “o direito é uma ciência”.

Ciência é uma palavra originada do latim, com o significado de conhecimento. Aliás, ainda hoje, no idioma português, o vocábulo ciência é utilizado com tal acepção, como em “ter ciência de algo”. Do ponto de vista filosófico, uma noção geralmente aceita pela epistemologia tradicional, suficiente para esta primeira aproximação, define ciência como *“conjunto de enunciados que visa transmitir, de modo altamente adequado, informações verdadeiras sobre o que existe, existiu ou existirá”*¹².

Muitas vezes por questões de tradição, a nomenclatura das ciências não segue uma lógica unitária. Para ficar em poucos exemplos, a física, como ciência que estuda o mundo fenomênico, possui um nome particular, diferentemente do que ocorre com a sociologia e a psicologia, cujos nomes nada mais são do que a tradução grega para as expressões “ciência da sociedade” e “ciência da mente”, respectivamente. Ordinariamente, ainda que existam grandes divergências de método dentro de cada ciência, o fato de o método ser um meio e não dar ensejo por si só ao desenvolvimento autônomo de uma nova ciência faz com que ele não influa na nomenclatura das ciências, a não ser como adjetivação meramente accidental, como quando se diz “física newtoniana”, ou “psicologia junguiana”. Ainda pelo mesmo motivo, é o objeto que caracteriza a ciência, e não o método. Assim, embora o método de Newton e o de Einstein sejam diferentes, ambos não deixam de ser físicos, por

¹¹ AGUILLAR, Fernando Herren. **Metodologia da ciência do direito**. 3ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2003, p. 11-12.

¹² FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 10.

dedicarem-se ao estudo dos mesmos fenômenos. Da mesma forma, Max Weber e Émile Durkheim, que divergem no que tange ao método, são, ambos, sociólogos.

Ao se afirmar, portanto, que o direito é uma ciência, instala-se uma terrível confusão. Se o direito for uma ciência da mesma forma que a física o é, ou seja, como um nome adotado para o estudo de um determinado objeto por meio de um método, é necessário definir qual é o objeto do direito. Seria eu obrigado a admitir, nessa hipótese, que o direito é uma forma especial de abordagem de algum objeto, possivelmente o comportamento social humano, o que, sabe-se, não se sustenta, já que o fenômeno jurídico não tem por objetivo conhecer qualquer objeto, mas ordenar condutas.

Assim, parece ser mais razoável uma segunda hipótese, segundo a qual, ao se falar em direito como ciência, o que se quer aludir é à “ciência do direito”, ou seja, a uma ciência que tem por objeto o fenômeno jurídico. Nesse caso, entretanto, haveria, ainda assim, a necessidade de definir um método de abordagem de tal realidade, já que, como dito, uma ciência é definida por seu objeto, inexistindo um método unitário para cada ciência. Sustentar o contrário redundaria numa reincidência do equívoco discutido no parágrafo anterior.

Dessa forma, não haveria o método da ciência do direito, peculiar e diverso de todas as outras ciências, mas um objeto, o direito, que pode ser estudado por uma multiplicidade de métodos, sendo que quaisquer de tais estudos não de ser considerados como manifestações de ciência do direito. Além disso, não haveria, nessa hipótese, um método jurídico de conhecer a realidade, já que o direito não conhece, apenas ordena. O que não deixa de existir é uma prática jurídica a ser abordada por um método. Perceba-se que a própria definição do direito como objeto científico já estará indissolavelmente impregnada pela escolha do método. A eleição do direito como objeto científico autônomo somente é possível no quadrante de uma ciência social positivista, que tem a divisão e a classificação como características inerentes. No contexto do materialismo histórico-dialético, como pretendo demonstrar ao leitor, a interpretação científica do direito somente é possível a partir de sua reinserção na totalidade social.

Outra questão vinculada a esta problemática diz respeito à referência à sociologia jurídica como uma “disciplina auxiliar do direito”. É fácil notar, na linha do que vem sendo tratado, a falta de sentido no uso de tal nomenclatura. Falar em sociologia do direito

implica a pressuposição de existência de um método sociológico único e inquestionável, que seria aplicado ao conhecimento do fenômeno jurídico. Por um lado, é evidente que tal método não existe. Por outro, cada cientista social, aplicando seu método ao conhecimento da realidade social, há de atingir suas conclusões a respeito de toda a sociedade, e, portanto, também a respeito do direito, que a integra. Por isso, a sociologia do direito seria, a rigor, parte da sociologia, e não uma “disciplina auxiliar do direito”, um apêndice de uma suposta ciência do direito¹³. Além disso, julgo pertinente adiantar aqui outra ideia: na medida em que o fenômeno jurídico carece de sentido desconectado do agrupamento social em que opera, o verdadeiro lugar da ciência relativamente ao fenômeno jurídico consiste justamente no que é normalmente conhecido por sociologia do direito¹⁴. A sociologia do direito constitui a legítima ciência do direito, e não a dogmática jurídica, que, embora reconhecida como ciência do direito, é comumente identificada na doutrina¹⁵ com o que venho chamando de técnica jurídica. É importante destacar ainda que esta descoberta científica da humanidade é ainda anterior ao próprio materialismo histórico-dialético. A esse respeito, Hegel já havia adotado posição semelhante, ao criticar o empirismo e o formalismo como métodos científicos de abordagem do direito, pretendendo afirmar, em

¹³ Michel Mialle é bastante incisivo nesse mesmo sentido: “Ora, a esse respeito, é preciso recusar a tentativa de melhorar um conhecimento puramente tecnológico do direito, combinando-o com outras disciplinas consideradas como complementares, a história, a sociologia e ainda outras”. MIALLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005, p. 59. Ainda: “Sabemos, por outro lado, que o objecto de estudo de um jurista não é nunca senão parte de um objecto muito mais vasto: o estudo das sociedades e das suas transformações na história”. *Idem*, p. 64.

¹⁴ A conclusão é inerente à adoção do materialismo histórico-dialético como método de leitura da realidade, conforme se pode inferir do seguinte excerto: “O isolamento – por abstração – dos elementos, tanto de um domínio de investigação quanto de conjuntos específicos de problemas ou de conceitos no interior de uma área de pesquisa, é certamente inevitável. O que permanece decisivo, no entanto, é saber se esse isolamento é somente um meio para o conhecimento do todo, isto é, se ele se integra sempre no contexto correto de conjunto que ele pressupõe e ao qual apela, ou ainda se o conhecimento abstrato do domínio parcial isolado conserva sua ‘autonomia’ e permanece um fim ‘em si’. Para o marxismo, em última análise, não há, portanto, uma ciência jurídica, uma economia política e uma história etc. autônomas, mas somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade”. LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 106-107.

¹⁵ Comprova-se em alguns excertos daquele que considero um dos mais sofisticados cientistas positivistas do direito em nosso país: “A fim de completar este capítulo introdutório, é preciso chamar a atenção daquele que se inicia no estudo da ciência jurídica para uma discussão que emerge da tendência, historicamente perceptível, de o jurista conceber seu saber na forma preponderante de uma ciência dogmática. (...). Destarte, quando dizemos que, desde o século passado, houve uma progressiva assimilação da ciência do direito pelo pensamento dogmático, estamos afirmando a ocorrência de uma assimilação de enfoque científico do direito pelo enfoque tecnológico” (destaques do original). FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, pp. 83-86.

seu lugar, uma ciência especulativa do direito, que teria o mérito de reinserir seu objeto nas determinações contraditórias por ele integradas na realidade. Confira-se:

Assim, na medida em que uma ciência do direito é positiva, uma vez que ela se atém à opinião e às abstrações sem essência, a *démarche* pela qual ela chama à experiência ou a sua determinação da aplicabilidade à efetividade, ou ao bom sentido e à maneira universal de representar-se [as coisas], ou mesmo pela qual ela chama à filosofia, não tem mais o menor sentido. Se, então, nós consideramos, de mais perto, o fundamento pelo qual a ciência torna-se positiva da maneira indicada, e se, de uma maneira geral, nós examinamos o fundamento da aparência e da opinião, o resultado é que ele reside na *forma*, enquanto, com efeito, o que é ideal, algo de oposto, de unilateral, e [que] possui realidade unicamente na identidade absoluta com o oposto, é posto isolado, sendo por si, e é expresso como algo de real (destaques do original).¹⁶

Além da grande dificuldade em delimitar o quanto há de ciência e de técnica no fenômeno jurídico, cada qual a desafiar a adoção de um método próprio, é necessário destacar que o direito e todos os outros fenômenos sociais dão margem, quanto à produção de conhecimento acerca de si, a infindáveis disputas metodológicas. Isso ocorre, em grande medida, porque o mundo social sofre interferência do conhecimento produzido sobre ele, isto é, produzir conhecimento acerca da sociedade redundando em produzir a ela própria.

Confira-se, a respeito, o incisivo excerto de István Mészáros:

Como pudemos ver, períodos históricos de crise e transição, quando os antagonismos sociais latentes vêm à tona com grande intensidade, são, em geral, acompanhados por agudas ‘disputas metodológicas’. Estas últimas não são inteligíveis em termos estritamente metodológicos, devendo ser analisadas à luz das reivindicações hegemônicas das partes envolvidas. Assim, não obstante muitas opiniões contrárias, o aumento da preocupação das principais forças antagonicas com questões metodológicas aparentemente abstratas é prova da intensificação das determinações ideológicas que influenciam – intelectual e politicamente – a orientação estratégica dessas forças, quer elas estejam, quer não, conscientes de ser movidas por tais fatores.¹⁷

¹⁶ HEGEL, G. W. F. **Sobre as maneiras científicas de tratar o direito natural**. São Paulo: Loyola, 2007, pp. 120-121.

¹⁷ MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 234.

A produção de conhecimento, desse modo, tende a reproduzir, em suas disputas metodológicas, os embates travados no próprio mundo social.

Diante de todo o exposto, vê-se que abordar a questão da técnica exige o tratamento adequado de suas relações de aproximação e afastamento com a ciência, mormente no que tange à compreensão de suas respectivas finalidades, bem como uma definição coerente e consistente do método científico a ser adotado para tal compreensão, que deverá incluir o papel do método técnico na prática social. É importante ressaltar que existem áreas do conhecimento dedicadas exclusivamente a estudar como se faz ciência – a epistemologia, isto é, o estudo da ciência, ou uma espécie de “metaciência” – e como se faz a técnica – a tecnologia.

Em síntese: a técnica do direito consiste no instrumental prático de sua operação cotidiana¹⁸. Sua adoção como objeto de uma ciência, no contexto do materialismo histórico-dialético que reivindico como método nesta tese e que detalharei no primeiro capítulo, exige a compreensão de sua relação com a totalidade social. Nesse sentido, a compreensão do direito como uma técnica que constitui objeto de uma ciência exige a crítica de suas categorias técnicas a partir do mesmo referencial teórico utilizado para a aquisição de conhecimento sobre a sociedade¹⁹. Os estudos científico e tecnológico do direito estão indissociavelmente ligados, como já o demonstrou Pasukanis²⁰. A ciência do

¹⁸ Na expressão extremamente feliz de Michel Mialle, a respeito das cadeiras de introdução ao estudo do direito, que adoto por sumariar o conteúdo da tecnologia jurídica: “*A introdução ao direito tem todas as aparências de uma simples familiarização com a terminologia jurídica: tudo se passa como se, a partir de definições dadas a priori, se entregassem ao estudante os materiais que ele ia ter para manejar: a pessoa jurídica, o direito público e o direito privado, o contrato, a lei, as decisões judiciais e os actos dos poderes públicos e toda a tecnologia jurídica*” (destaques do original). MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005, p. 18.

¹⁹ “*O conceito de fetichismo sugere um conceito negativo de ciência. Se as relações entre as pessoas existem como relações entre coisas, então a tentativa de compreender as relações sociais só pode proceder de maneira negativa, indo contra e mais além da forma em que aparecem (e em que realmente existem) essas relações sociais. A ciência é crítica*”. HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. São Paulo: Viamundo, 2003, p. 177.

²⁰ “*Podemos concordar com Karner (isto é, Renner), quando afirma que a ciência do direito começa onde termina a dogmática jurídica. Mas daí não se conclui que a ciência do direito deva simplesmente lançar fora as abstrações fundamentais que exprimem a essência teórica da forma jurídica. A própria economia política começou efetivamente o seu desenvolvimento pelas questões práticas, extraídas sobretudo da esfera da circulação do dinheiro*”. PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, p. 13.

direito deve se constituir na forma de uma crítica da tecnologia jurídica²¹. Daí, aliás, a importância de recuperar o método materialista histórico-dialético. Trata-se, enfim, de cumprir o mesmo programa de Pasukanis, dirigindo-o, entretanto, para o estudo dos direitos sociais:

Qual o interesse em retomar essas teses e em examinar o contexto teórico no qual surgiram? Por um lado, porque a crítica pachukaniana do direito, ao se fundar no *método* que Marx desenvolve em *O Capital*, permite superar – no interior do marxismo – as representações vulgares que apresentam o direito como um “instrumento” de classe, privilegiando o conteúdo normativo em vez de atender à exigência metodológica de Marx e dar conta das razões porque uma certa relação social adquire, sob determinadas condições – e não outras –, precisamente uma *forma* jurídica (destaques do original).²²

Eis o tipo de estudo que pretendo levar a efeito com os direitos sociais. A partir de um ponto de vista epistemologicamente preciso, que envolve a delimitação do método científico materialista histórico-dialético como adequado à produção de conhecimento acerca dos direitos sociais, criticar a tecnologia dos direitos sociais sob dois vieses diferentes e complementares.

O primeiro deles consiste em apontar, dentro da compreensão tradicional da técnica jurídica pelos juristas, a assimilação deficiente dos direitos sociais, pelo positivismo jurídico e seu exacerbado individualismo e patrimonialismo, bem como pelo pós-positivismo, ou teoria dos princípios, que, a rigor, não passa de uma variação sofisticada do positivismo jurídico²³. O segundo, por sua vez, consiste em criticar tal compreensão tradicional de técnica jurídica para identificá-la não somente na dogmática jurídica, mas na função social específica desempenhada pelo direito, e particularmente os direitos sociais, perante os demais fenômenos sociais.

²¹ Mais uma vez, com Miaille: “Porque, em definitivo, trata-se de saber porque é que dada regra jurídica, e não dada outra, rege dada sociedade, em dado momento. Se a ciência jurídica apenas nos pode dizer como essa regra funciona, ela encontra-se reduzida a uma tecnologia jurídica perfeitamente insatisfatória”. MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005, p. 23.

²² NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 20.

²³ BATISTA, Flávio Roberto. **Benefícios previdenciários por incapacidade no Regime Geral de Previdência Social**. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP, 2008, pp. 62-96.

Para atingir esses objetivos, pretendo percorrer o caminho que detalho a seguir²⁴. O trabalho será dividido em três grandes capítulos. No primeiro deles será feita a imprescindível discussão acerca das noções de método, ciência e técnica segundo o materialismo histórico-dialético, que nortearão epistemologicamente minha contribuição à crítica da tecnologia dos direitos sociais. Anoto, para maior clareza, que não se trata de um trabalho de tecnologia dos direitos sociais, mas de um prolongamento da crítica da tecnologia jurídica de Pasukanis e Edelman para atingir os direitos sociais. Assim, pretendo que este seja um trabalho científico de crítica da tecnologia dos direitos sociais, razão pela qual seu método somente poderia ser científico, o materialismo histórico-dialético.

Para tanto, será imprescindível uma leitura dos textos de Karl Marx, mediada por sua relação com George Hegel. Evidentemente, a complexidade de tal assunto exige o recurso a leitores de Marx, o que, deixo consignado desde agora, não implica o esgotamento dos mesmos. Autores como Lukács e Althusser serão amplamente citados, mas sem o compromisso de produção de texto específico sobre o debate teórico que pode ser identificado entre a obra dos dois. Em outras palavras, como a epistemologia materialista histórico-dialética é pressuposta no presente trabalho, a leitura de Marx será de minha inteira responsabilidade, iluminada, quando necessário, por interpretações de outros leitores.

O segundo capítulo será dedicado à discussão do conteúdo de uma ciência materialista histórico-dialética do direito, explorando-se, nesse sentido, as diversas contribuições dos autores marxistas, dos quais destaco Stucka, Pasukanis e Edelman. Mais uma vez, tratando-se de pressuposto da contribuição, elimino o compromisso de esgotamento do debate, limitando-me a fornecer uma bem fundamentada interpretação particular acerca do assunto.

No terceiro e último capítulo, dedicar-me-ei ao tema propriamente dito, esmiuçando, à luz do pano de fundo lançado nos dois capítulos anteriores, a insuficiência da tecnologia dos direitos sociais e questionando o próprio conceito de tecnologia dos direitos sociais em sua limitação à ideia de dogmática jurídica, para investigar,

²⁴ O caminho foi planejado com base em importante correção de rumo adotada a partir da banca de qualificação, por sugestão do Professor Alysson Leandro Barbate Mascaro, que sugeriu até mesmo o título do trabalho e a quem presto meu profundo e sincero agradecimento por ter conseguido identificar, na miríade de preocupações que me assolavam, aquela que mereceria maior destaque e me permitira apresentar alguma contribuição interessante e original com minha tese.

propositivamente, a relação que deve manter a práxis materialista histórico-dialética com a referida categoria.

Uma última palavra, à guisa de encerramento desta introdução. O leitor já deve ter notado que me esforço, neste texto, em distanciar-me de uma forma de redação bastante difundida no meio acadêmico jurídico, que consiste em escrever da maneira mais impessoal possível, por meio do emprego da primeira pessoa do plural, da voz passiva e do sujeito indeterminado. Tais recursos linguísticos encontram-se no contexto de um esforço de “dessubjetivação” das manifestações acadêmicas, característico da produção teórica jurídica, que se ajusta perfeitamente à ideologia positivista da neutralidade do cientista.

Tratarei deste assunto com profundidade durante o desenvolvimento da tese. Por ora, resta consignar que acredito que o distanciamento metodológico em relação ao positivismo tradicional, que pretendo levar adiante neste estudo, deve perpassar toda sua extensão, de modo que a forma de expressão linguística²⁵ será determinante nessa tentativa de colocar em prática, e não só descrever fria e abstratamente, o materialismo histórico-dialético. Espero contar com a compreensão do leitor em relação à ousadia de abandonar o estilo tradicional de escrita e com eventuais deslizos na aplicação de tal forma de expressão, tendo em vista a dificuldade extrema de tentar praticar a dialética quando se está cercado de positivismo.

Meu esforço caminha ainda no sentido de tornar o texto tão acessível quanto possível²⁶, eliminando o caráter hermético que ordinariamente distingue toda produção científica. Nesse particular, encontro-me bem acompanhado de Paul Feyerabend, que assim se manifestou sobre o tema:

No que me diz respeito, as ideias principais deste ensaio são bastante triviais e parecem triviais quando expressas em termos adequados. Prefiro formulações mais paradoxais,

²⁵ E não posso deixar de anotar que aprendi com Pasukanis a relevância da forma na expressão dos conteúdos: “*Contudo não há dúvida de que a teoria marxista não deve apenas examinar o conteúdo concreto dos ordenamentos jurídicos nas diferentes épocas históricas, mas fornecer também uma explicação materialista do ordenamento jurídico como forma histórica determinada*”. PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, p. 18.

²⁶ Jamais olvidei a observação feita em minha entrevista de admissão ao programa de pós-graduação, pelo Professor Jorge Luiz Souto Maior, por quem nutro profunda admiração e apreço, no sentido de que meu trabalho somente seria relevante para o Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social se fosse capaz de atingir os destinatários dos direitos sociais. Tal preocupação me assola desde então e perpassa a elaboração de cada parágrafo, nas inúmeras versões que cada um recebe.

contudo, pois nada embota a mente tão completamente como ouvir palavras e slogans familiares. É um dos méritos do desconstrucionismo ter solapado os lugares-comuns filosóficos e, assim, ter feito algumas pessoas pensarem. Infelizmente, afetou apenas um pequeno círculo de iniciados e afetou-os de maneiras que nem sempre estão claras, nem mesmo para eles. É por isso que prefiro Nestroy, que era um excelente, popular e engraçado *deconstructeur*, ao passo que Derrida, apesar de todas as suas boas intenções, não consegue nem mesmo contar uma história.²⁷

²⁷ FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007, pp. 17-18. Por medida de honestidade intelectual, informo o leitor que, evidentemente, a ideia passa longe de ser unânime. Confira-se, a respeito, manifestação em sentido contrário de outro destacado epistemólogo contemporâneo: “*A pior simplificação é aquela que manipula os termos complexos como termos simples, os liberta de todas as tensões antagônicas/contraditórias, lhes esvazia as entranhas de todo o seu claro-escuro*”. MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 337. Não posso deixar de anotar, entretanto, que, embora opostos na disposição final de uso da linguagem, Feyerabend e Morin parecem concordar quanto ao principal: a dialética. Até porque é dialética a relação entre as ideias e sua forma de expressão.

I – UMA INTERPRETAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA

I.1 – O caminho do pensamento humano até o materialismo histórico-dialético

A dialética revela-se no cotidiano de maneiras absolutamente curiosas. Revelou-se a mim, logo no início do desenvolvimento do presente estudo, quando buscava a melhor forma de expô-la didaticamente enquanto pressuposto epistemológico que tinha em mente na construção do raciocínio que levou à elaboração da tese.

No momento da apresentação do projeto desta pesquisa, pareceu-me oportuno apresentar um primeiro capítulo inteiramente dedicado à exposição dos pressupostos filosóficos. O próprio título do primeiro capítulo, entretanto, teve de ser modificado logo no início da pesquisa. A leitura da obra do Professor Márcio Bilharinho Naves chamou-me atenção para o fato de que Karl Marx, fundador do materialismo histórico-dialético, jamais pretendeu formular uma filosofia; antes, sua pretensão sempre foi constituir uma ciência. Não à toa, ele denominou de *A ideologia alemã* a obra que escreveu em conjunto com Friedrich Engels para criticar a filosofia de seu país. Com base nisso, Naves identifica, inclusive, uma contraposição entre a ciência marxista e a filosofia²⁸, de maneira que, num trabalho que pretende adotar como método o materialismo histórico-dialético, nada estaria mais equivocado do que lançar pressupostos *filosóficos*. Passei, portanto, a denominar *epistemológicos* os pressupostos adotados, por consistirem justamente na reconstrução do caminho que levou Marx a constituir uma ciência em substituição à filosofia²⁹.

²⁸ “É preciso, então, romper com o campo da ideologia filosófica, recusar as suas questões, e não apenas oferecer outras respostas igualmente ideológicas, e nisso consiste a mudança de terreno que Marx reclama: a passagem da ‘mistificação’ ideológica para o conhecimento científico do real”. NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx: ciência e revolução**. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 42. Também é possível encontrar ideias semelhantes em ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, *passim*, especialmente pp. 18-20. Não entendo que tais considerações introdutórias sejam o local adequado para desenvolver com profundidade a questão, que deixo apenas indicada para justificar a adoção da terminologia, diversa em relação à do projeto da pesquisa. Tal debate, entretanto, está visceralmente ligado ao próprio tema da tese e voltará a ser constantemente desenvolvido com a profundidade que se mostrar necessária em cada ponto.

²⁹ O esforço marxista carrega, ainda, contraposição frontal ao propósito de Hegel, que tinha como programa transformar a filosofia num saber científico. Confira-se: “Colaborar para que a filosofia se aproxime da forma da ciência - da meta em que deixe de chamar-se amor ao saber para ser saber efetivo - é isto o que me proponho”. HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 23.

Ainda naquele momento inicial, pareceu-me adequado também que a exposição dos aludidos pressupostos fosse desenhada na forma de um caminho, por assim dizer, *lógico*, que conduzisse, como ponto culminante, ao materialismo histórico-dialético. O caminho seria composto, nesse mister, das seguintes etapas: *Idealismo e materialismo; Ser e consciência; Realidade e conhecimento; Razão; Linguagem; Dialética; A relação entre sujeito e objeto do conhecimento; Materialismo histórico-dialético*.

Iniciada a pesquisa, pus-me a ler, pela primeira vez, os textos de Hegel, isto é, sua própria obra, e não as obras de seus divulgadores e comentadores. Cabe, aqui, um esclarecimento ou, melhor dizendo, uma confissão. Desde tenra idade, sempre fui um ávido e apaixonado leitor da obra de Marx. Talvez justamente por isso tenha desenvolvido, também desde cedo, uma injustificada aversão a Hegel, objeto de crítica nos escritos de Marx.

Somente o passar do tempo foi capaz de dar-me consciência de que a reação de Marx contra Hegel possuía fundamentos bastante profundos. Algo como o que se chamou alhures de *matar o pai*³⁰. As ideias de Hegel estão muito mais entranhadas em Marx do que ele próprio estaria disposto a admitir, ao menos em alguns de seus escritos³¹. Não se pode olvidar, além disso, o fato de que a própria evolução do pensamento de Karl Marx o colocou, em um primeiro momento – muito bem representado pela obra *A ideologia alemã* – em uma relação de oposição radical com Hegel, que foi substancialmente mitigada posteriormente, principalmente na sua mais notória obra, *O Capital*³².

³⁰ Trata-se de expressão colhida no estudo que Sigmund Freud faz da tragédia grega de Édipo e sua respectiva aplicação ao estudo da psique humana, tendo como pano de fundo a biografia de Fiodor Dostoiévski e sua relação com seu principal romance, *Os irmãos Karamazov*. A expressão simboliza, metaforicamente, todo esforço excessivo e constante de rivalidade com os predecessores. Maiores informações a respeito podem ser obtidas em FREUD, Sigmund. Dostoiévski e o parricídio. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Vol. XXI (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 188-191.

³¹ Trata-se, uma vez mais, de afirmação que reconheço discutível e problemática, e que expressa minha opinião particular. É evidente que um trabalho com pretensões científicas tem a obrigação de justificar adequadamente suas opiniões, o que será providenciado mais adiante, no momento oportuno.

³² Devo o primeiro contato com tal interpretação ao Professor Eleutério Fernando da Silva Prado, de quem tive a honra de ser aluno durante o curso de doutorado e que muito me alegrou com sua participação na banca de qualificação, e que repetia esta ideia constantemente em suas aulas. Mais tarde, observei que é possível deduzir tal entendimento do seguinte trecho, extraído do Posfácio à segunda edição de *O capital*: “*Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase trinta anos, quando estava em plena moda. Ao tempo em*

Confira-se, a respeito do mesmo assunto, a informação de Jacob Gorender em sua apresentação de *O Capital*, tratando sobre um dos rascunhos da obra, publicado postumamente sob o nome de *Gründrisse*:

A riqueza peculiar dos *Gründrisse* reside nas numerosas explicitações metodológicas, pouco encontradas em *O Capital*. Por se tratar de rascunho, os *Gründrisse* exibem os andaimes metodológicos, depois retirados do texto definitivo. E esses andaimes denunciam a forte impregnação hegeliana do pensamento do autor. Precisamente durante a redação do rascunho, Marx releu a *Lógica* de Hegel, conforme escreveu a Engels. Não surpreende, por isso, que a própria linguagem seja, em várias passagens, moldada por termos e giros discursivos do mestre da filosofia clássica alemã. A tal ponto que, a certa altura, ficou anotado o propósito de dar nova redação ao trecho a fim de libertá-lo da forma idealista de exposição.³³

que elaborava o primeiro volume de *O capital*, era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres que pontificavam nos meios cultos alemães, comprazerem-se em tratar Hegel tal e qual o bravo Moses Mendelssohn, contemporâneo de Lessing, tratara Espinosa, isto é, como um 'cão morto'. Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, joguei várias vezes com os seus modos de expressão peculiares. A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico". MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 28-29. Tanto quanto possível, esforcei-me para fazer todas as citações d'*O Capital* a partir dessa edição, que, ao tempo da conclusão desta tese, se encontra ainda à venda no mercado editorial, para facilitar eventuais consultas. Esta passagem é central para o debate a respeito da relação teórica entre Marx e Hegel, como o prova a leitura de Althusser, que dedica mais da metade de seu *A favor de Marx* (ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, capítulos III, V e VI) a investigar em que termos se pode falar de uma "inversão", e se tal expressão é empregada em sentido rigoroso ou metafórico. Ainda no mesmo sentido, manifesta-se Nahuel Moreno, aludindo a essa mudança de posição de Marx em relação ao pensamento hegeliano: "*Uma casualidade? Não, é a profunda necessidade do desenvolvimento do seu trabalho, o que leva a essa redescoberta. Tanto essa carta a Engels, como seu comentário sobre Hegel no Método, ou os prólogos de O Capital, assinalam claramente que Marx se elevava de sua etapa relativamente empírica, com um Hegel implícito, para a constituição definitiva de seu método, com a incorporação do método de Hegel de forma explícita. Isso explica as atuais discussões entre os marxistas, sobre a importância do método de Hegel: alguns consideram Marx como dado desde a sua juventude para sempre e opõem umas citações contra outras. Só se pode entendê-lo se enquadrar cada uma delas nos distintos períodos de elaboração de seu método*" (destaques do original). MORENO, Nahuel. **Lógica marxista e ciências modernas**. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 112. Curioso observar que partir da periodização da obra de Marx é justamente o núcleo do pensamento althusseriano, que proscreve a influência de Hegel no contexto do marxismo, enquanto o marxismo hegeliano tende a interpretar a obra de Marx como um conjunto. Moreno demonstra, ao contrário, a possibilidade e a pertinência de identificar a presença de Hegel na obra do Marx maduro a partir de sua periodização.

³³ GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril, 1983, p. XX.

Fato é que, iniciada a leitura de Hegel, depois de ter, com os conhecimentos mediados que possuía de sua obra, elaborado o esboço de sumário que integrava o projeto da presente pesquisa, logo me deparei com ideias como as que seguem.

De acordo com esse método lembro que as divisões e títulos dos livros, das seções e dos capítulos, que são indicados na obra, bem como os esclarecimentos que a eles estão relacionados, foram feitos com o propósito de um panorama prévio e que apenas têm valor *histórico*. Eles não pertencem ao conteúdo e ao corpo da ciência, mas são combinações da reflexão exterior que já percorreu o todo da execução, por conseguinte, já sabe de antemão a sequência de seus momentos e os indica antes mesmo de eles se apresentarem por meio da questão mesma. Nas outras ciências tais determinações prévias e divisões igualmente nada mais são por si mesmas do que indicações exteriores; mas também no interior da ciência elas não são elevadas acima deste caráter. Mesmo na lógica, por exemplo, se diz algo como: “a lógica tem duas partes principais, a doutrina elementar e a metodologia”; na doutrina elementar encontra-se, sem mais, o *título*: leis do pensamento e, a seguir, no *primeiro capítulo*: sobre os conceitos; *primeira seção*: sobre a clareza dos conceitos, etc. – Estas determinações e divisões feitas sem qualquer dedução e legitimação constituem a armação sistemática e a conexão inteira de tais ciências. Tal lógica vê como sua vocação falar que os conceitos e as verdades devem ser *deduzidos* dos princípios; mas naquilo que ela chama de método nem de longe se pensa em dedução. A ordem consiste na composição de coisas idênticas, na antecipação do que é mais simples diante do que é composto e em vista de outras considerações exteriores. Mas no que se refere a uma conexão interna, necessária, ela fica no registro das determinações das divisões, e a passagem apenas se faz pelo fato de que agora se diz: *segundo capítulo* – ou: *passamos* agora aos juízos e assim por diante. Também os títulos e as divisões que aparecem nesse sistema não devem ter por si outro significado do que o de uma indicação de conteúdo. Além disso, porém, a *necessidade* da conexão e o *surgimento imanente* das diferenças têm de se encontrar no tratamento da questão mesma, pois ela recai na própria determinação progressiva do conceito (destaques do original).³⁴

³⁴ HEGEL, George W.F. **Ciência da lógica: excertos**. São Paulo: Barcarolla, 2011, pp. 34-35. Sintomaticamente, a obra anterior de Hegel, *Fenomenologia do Espírito*, foi escrita como um texto único, ao qual os editores adicionaram mais tarde as divisões em capítulos e seções.

Não foi difícil extrair daí a necessidade imediata de reformular o plano inicial, de modo a iniciar o trabalho da forma considerada correta pelo próprio método que me propus a seguir e atingir na exposição. Isso porque uma simples leitura dos títulos anteriormente selecionados mostra que sua ligação é tão intrínseca que seria quase impossível abordá-los separadamente de forma adequada, sequer considerando tal divisão como meramente didática.

Foi o próprio Hegel quem disse, aliás, na mesma obra de que foi retirada a passagem acima³⁵ e naquela que a precede logicamente, a *Fenomenologia do Espírito*, que é impossível formular um conceito de dialética que seja prévio à exposição do próprio método dialético, do qual o mesmo haverá de emergir. Em suas próprias palavras:

A verdadeira figura, em que a verdade existe, só pode ser o seu sistema científico. Colaborar para que a filosofia se aproxime da forma da ciência - da meta em que deixe de chamar-se amor ao saber para ser saber efetivo - é isto o que me proponho. Reside na natureza do saber a necessidade interior de que seja ciência, e somente a exposição da própria filosofia será uma explicação satisfatória a respeito. Porém a necessidade exterior é idêntica à necessidade interior - desde que concebida de modo universal e prescindindo da contingência da pessoa e das motivações individuais - e consiste na figura sob a qual uma época representa o ser-aí de seus momentos. Portanto a única justificação verdadeira das tentativas, que visam esse fim, seria mostrar que chegou o tempo de elevar a filosofia à condição de ciência; pois, ao demonstrar sua necessidade, estaria ao mesmo tempo realizando sua meta.³⁶

Assim, somente seria possível tratar dos conceitos escolhidos como relevantes em sua articulação orgânica, na dedução de um a partir do outro, dialeticamente. A conclusão é que a exposição mais precisa do tema deveria levar em conta a sucessão histórica do pensamento, o que permite tratar de todos os conceitos na forma que lhes atribuem os diferentes autores, sucedendo sempre a exposição de um conjunto coerente de ideias com sua crítica e a consequente exposição de um novo conjunto completo de ideias.

³⁵ HEGEL, George W.F. **Ciência da lógica: excertos**. São Paulo: Barcarolla, 2011, pp. 21-22.

³⁶ HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 23-24.

É importante salientar que não ignoro o caráter polêmico de tal conclusão, mormente para os leitores mais versados em Hegel e Marx. Permaneço sustentando, entretanto, essa forma de exposição, por diversos motivos.

Em primeiro lugar, não é minha intenção, e eu sequer teria suficiente gênio para tanto, produzir uma *apresentação dialética*, à maneira de Hegel na *Ciência da Lógica* ou Marx em *O Capital*. Antes, o objetivo é reproduzir em linhas gerais o caminho epistemológico até o materialismo histórico-dialético, pressuposto do trabalho, de modo a situar o leitor na problemática que tenho em mente. Além disso, o próprio Hegel adotou esta forma de exposição na chamada “pequena lógica”, que constitui a primeira parte de sua *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*³⁷. Depois, o próprio Marx não desprezou a forma de exposição aqui adotada, como se pode facilmente depreender de *A ideologia alemã*, sendo que, na leitura que faço dessa obra, quando Marx afirma que as ideias não possuem história própria, quer com isso demarcar sua oposição a Hegel, no sentido de que a história, como sucessão da autoprodução material da vida humana, não é movida pelas ideias; e não, como pode parecer, que é impossível estudar a sucessão das concepções filosóficas através do tempo, o que ele mesmo faz naquele texto. Por fim, porque Lukács justifica a escolha como a mais adequada aos pressupostos da dialética:

A expressão literária ou científica de um problema aparece como expressão de uma totalidade social, como expressão de suas possibilidades, de seus limites e de seus problemas. O estudo histórico-literário do problema acaba sendo o mais apto a exprimir a problemática do processo histórico. A história da filosofia torna-se filosofia da história.³⁸

Estes primeiros parágrafos servem, portanto, para justificar porque, na exposição deste caminho até o materialismo histórico-dialético, abandonei a ordem de exposição por assunto, que pareceria mais imediata e intuitiva, e que eu mesmo havia concebido a princípio, em favor de uma exposição organizada segundo a sucessão histórica dos

³⁷ “A consideração a efetuar aqui tem ainda mais o inconveniente de que só se pode proceder de modo histórico e raciocinante; mas deve principalmente contribuir para a compreensão de que as questões encontradas na representação sobre a natureza do conhecer sobre fé e assim por diante, e que são tidas por inteiramente concretas, de fato se reduzem a simples determinações-de-pensamento, que aliás só na lógica recebem sua verdadeira solução definitiva” (destaques do original). HEGEL, George W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. V. I. São Paulo: Loyola, 1995, p. 88.

³⁸ LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 117.

pensadores que julguei importantes na construção do raciocínio que pretendo seguir. Tratando-se de dialética, é evidente que o termo médio da exposição havia de ser o próprio Hegel. A partir daí, é possível selecionar quem deve preceder a Hegel na exposição, que é justamente o autor com quem ele, explícita ou implicitamente, debate ao formular suas ideias – Kant. Por fim, seguirei com o principal autor pós-hegeliano, Karl Marx³⁹. A exposição será encerrada por Karl Marx porque os autores que o sucederam serão invocados apenas nas seções seguintes, quando circunscreverei o materialismo histórico-dialético.

Anoto, ainda, que será extremamente conveniente fazer preceder a exposição proposta de uma breve suma do estado da filosofia no momento em que Kant desenvolveu suas ideias, de modo a permitir situá-lo historicamente e facilitar a compreensão dos problemas que ele tinha em mente ao formular sua crítica.

Trata-se exatamente do caminho reconstruído por Hegel em sua *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*⁴⁰. Ali, ele demonstra como sua ciência da lógica suprassume, nessa ordem, a metafísica ingênua⁴¹, o empirismo e a filosofia crítica, atribuída a Kant. Depois de Hegel, caberá apenas a leitura de Karl Marx antes de passar à seção seguinte.

Uma última palavra introdutória sobre as transformações dialéticas sofridas por esta parte do texto. Em sua formulação original, esta primeira seção do primeiro capítulo fora concebida como um capítulo autônomo, tendo, por isso, recebido críticas no exame de qualificação por parte do Professor Alysson Leandro Barbate Mascaro, no sentido de que ampliava demasiadamente a pretensão da tese, tornando o tamanho de seu objeto incompatível com as possibilidades temporais da pesquisa. Embora sua sugestão tenha sido a completa eliminação do primeiro capítulo, julguei oportuno, em conjunto com meu orientador, reduzir o texto e incluí-lo como uma pequena seção do primeiro capítulo, em razão da relevância que a compreensão de tal itinerário epistemológico terá na compreensão

³⁹ Formulo o epíteto de Marx desta forma para furtar-me, apenas por ora, a sua qualificação em relação a Hegel, isto é, classificá-lo definitivamente como sucessor, herdeiro intelectual ou crítico.

⁴⁰ HEGEL, George W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. V. I. São Paulo: Loyola, 1995, pp. 63-156.

⁴¹ Que ele demonstra, ao final do texto, corresponder ao pensamento de Descartes e, portanto, ao racionalismo de forma mais geral. *Idem*, p. 153.

da epistemologia materialista histórico-dialética⁴², inclusive em atenção ao Professor Eleutério da Silva Prado, com quem aprendi tal caminho e que tão valiosas sugestões fez para seu aperfeiçoamento nesta tese. Sua última transformação consistiu na adoção do atual título desta seção, em atenção à arguta sugestão do orientador, já que pressuposto epistemológico é apenas o materialismo histórico-dialético, sendo as formulações anteriores parte do caminho do pensamento humano para sua constituição.

Atento a tais ponderações, é necessário salientar que os autores aqui abordados, evidentemente, tratam em suas obras de uma multiplicidade de aspectos, teóricos e práticos, cuja cobertura seria impossível nos limites desta pesquisa. Desse modo, por razões de pertinência com o tema da tese e do presente capítulo, focarei a exposição nos aspectos mais intimamente relacionados ao problema da epistemologia, ainda que não recebam tal nome nas obras especificamente consideradas.

Passo, portanto, à exposição condensada do caminho teórico para atingir o materialismo histórico-dialético.

É evidente que não é minha pretensão, nem seria conveniente, formular nesse passo uma história da filosofia. Partindo, entretanto, da constatação de que Kant formulou seu sistema filosófico como uma reação radical ao empirismo⁴³ e ao racionalismo⁴⁴, considero pertinente, ao menos, formular sinteticamente as principais ideias desses movimentos filosóficos, bem como a linha de desenvolvimento que conduziu a eles a partir do

⁴² A esse respeito, Althusser adverte para a necessidade de exatidão na constituição da dialética, principalmente no que tange à separação entre a dialética marxista e a hegeliana, mormente no que ele chama de práticas por serem constituídas, nas quais inclui o direito, e na epistemologia. Confira-se: “*Os pesquisadores marxistas que fazem tal prospecção nesses domínios de vanguarda que são a teoria das ideologias (direito, moral, religião, arte, filosofia); a teoria da história das ciências e da sua pré-história ideológica, a epistemologia (teoria da prática teórica das Matemáticas, e outras ciências da natureza), etc..., esses perigosos mais apaixonantes domínios de vanguarda; os que suscitam difíceis problemas no domínio da prática teórica marxista (o da história), sem falar desses outros ‘pesquisadores’ revolucionários que enfrentam dificuldades políticas de formas radicalmente novas (África, América Latina, passagem para o comunismo, etc...); todos esses pesquisadores, se não tiverem por dialética materialista nada mais do que a dialética... hegeliana, mesmo desembaraçada do sistema ideológico de Hegel, mesmo que se diga que foi ‘invertida’ (se essa inversão consiste em aplicar a dialética hegeliana ao real em lugar da Ideia), não irão, sem dúvida, muito longe, em sua companhia!*”. ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 149-150. É evidentemente impossível alcançar tal exatidão sem uma discussão minimamente adequada da dialética hegeliana por meio de sua reação contra seus interlocutores, sendo essa a principal razão pela qual optei por manter, ainda que de maneira condensada, tal caminho na tese.

⁴³ MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 25-35, *passim*.

⁴⁴ O que pode ser deduzido do próprio título de sua principal obra filosófica: KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Renascimento – exatamente o período marcado pela acumulação primitiva de capital e pela sucessiva consolidação do modo de produção capitalista. Assim, ao mesmo tempo, lograrei também concretizar o pensamento de Karl Marx acerca da determinação da consciência pela vida⁴⁵, uma vez que tomarei as ideias determinadas pela evolução do modo de produção por ele analisado. Em outras palavras, se a história dos direitos sociais deve ter como marco inicial a afirmação do modo de produção capitalista, como já sustentei alhures⁴⁶, em razão da necessidade da ideia de Estado, esse é o mesmo momento em que devo localizar o princípio da busca das origens da filosofia e da epistemologia que sejam relevantes para o tratamento do capitalismo contemporâneo. E a coincidência do momento do surgimento das ideias empiristas e racionalistas e da acumulação primitiva de capital é sintomática para a exposição do método materialista histórico-dialético que pretendo apresentar.

O racionalismo e o empirismo estão na origem do que se entende hoje por ciência moderna⁴⁷. Ambos estiveram presentes na fundamentação do movimento filosófico que ficou conhecido por Iluminismo, uma vez que, embora radicalmente opostos em suas pressuposições, acabavam em determinado momento convergindo para soluções práticas e econômicas comuns. Nada mais lógico, considerando o exposto no parágrafo anterior.

O racionalismo tem como principais expoentes, para as finalidades deste estudo⁴⁸, René Descartes (1596-1650) e Blaise Pascal (1623-1662). A relação entre os pensamentos de Descartes e Pascal é objeto de disputa entre os estudiosos⁴⁹. Como se pode perceber, Pascal é mais jovem que Descartes, sendo que “o cartesianismo, na época em que Pascal

⁴⁵ “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

⁴⁶ BATISTA, Flávio Roberto. **Benefícios previdenciários por incapacidade no Regime Geral de Previdência Social** cit., pp. 18-21.

⁴⁷ “A filosofia cartesiana, a partir desses pressupostos não demonstrados e tomados como indemonstráveis, passa a um conhecimento ulterior desenvolvido, e desse modo deu origem às ciências dos tempos modernos” (destaques do original). HEGEL, George W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. V. I. São Paulo: Loyola, 1995, pp. 154-155.

⁴⁸ Nesse momento introdutório, parece evidente que deverei recorrer a algumas simplificações que, em certa medida, estarão à beira de serem grosseiras, para não desviar o foco deste capítulo do trabalho, que é a exposição do método materialista histórico-dialético. Nesse ponto, sim, a exposição será cuidadosa e minuciosa. Não ignoro, portanto, os problemas envolvidos em tratar o racionalismo e o empirismo como movimentos, o que implica atribuir-lhes certo grau de organicidade inexistente na realidade. Não ignoro, ainda, que a eleição dos autores a serem abordados envolve um nível de arbitrariedade excessivo e não deve corresponder às eleições de outros esforços semelhantes.

⁴⁹ ADORNO, Francesco Paolo. **Pascal**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008, p. 64.

realiza suas primeiras descobertas, está se tornando um discurso hegemônico”⁵⁰. Não falta quem sustente, a partir daí, o cartesianismo ou o anticartesianismo de Pascal.

A despeito da existência de esforços no sentido de afastar Pascal e Descartes, como mencionado, será mais útil aos nossos propósitos identificar seus pontos de convergência, buscando atribuir suas eventuais divergências ao caráter excessivamente religioso, em alguns pontos, do pensamento de Pascal⁵¹. Francesco Adorno, na obra referida acima, identifica a peculiaridade do pensamento de Pascal como consequência de sua antropologia religiosa, que está fundamentada no pecado original, na natureza imperfeita do homem e na impossibilidade de que este viva de forma plena a perfeição, a verdade e o conhecimento, reservados à esfera divina. Por isso, é compreensível que ele divida a realidade em regiões passíveis ou não de cair sob o domínio da razão, antecipando, inclusive, algumas características que marcariam, mais tarde, o pensamento de Kant, como demonstrarei. No interior dos limites às possibilidades da razão, entretanto, repousam as semelhanças entre Pascal e Descartes.

Descartes fundamenta a certeza do conhecimento na expressão universalmente conhecida por sua citação latina: *cogito ergo sum*, ou *penso, logo existo*. Por trás de tal postulado encontra-se o ceticismo metodológico cartesiano, a necessidade de colocar constantemente em dúvida todo e qualquer conhecimento obtido, que somente pode ser considerado verdadeiro na medida em que for demonstrado⁵².

⁵⁰ ADORNO, Francesco Paolo. **Pascal**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008, p. 65.

⁵¹ É evidente que Descartes não pode ser considerado um pensador absolutamente laico ou ateu, mas a religiosidade desempenha em sua obra um papel de somenos importância em relação ao que desempenha na obra de Pascal. Confira-se, a esse respeito, o significativo excerto de Hegel, que, ao descrever sua obra, identifica que ele atribui à filosofia apenas o conhecimento do que é finito, restando a existência de Deus para o domínio irracional da fé: “*O ponto de vista moderno, ao contrário, chegou ao resultado, por si [mesmo] importante, de que o conhecimento que procede por mediações finitas só conhece o finito, e não contém verdade alguma; e exige da consciência sobre Deus que se atenha àquela crença, na verdade totalmente abstrata*”. (destaques do original). HEGEL, George W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. V. I. São Paulo: Loyola, 1995, p. 155.

⁵² A formulação cartesiana é toda belíssima, muito além da expressão já consagrada: “*Por desejar então dedicar-me apenas à pesquisa da verdade, achei que deveria agir exatamente ao contrário, e rejeitar como totalmente falso tudo aquilo em que pudesse supor a menor dúvida, com o intuito de ver se, depois disso, não restaria algo em meu crédito que fosse completamente incontestável. Ao considerar que os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis presumir que não existia nada que fosse tal como eles nos fazem imaginar. E, por existirem homens que se enganam ao raciocinar, mesmo no que se refere às mais simples noções de geometria, e cometem paralogismos, rejeitei como falsas, achando que estava sujeito a me enganar como qualquer outro, todas as razões que eu tomara até então por demonstrações. E, enfim, considerando que quaisquer pensamentos que nos ocorrem quando estamos acordados nos podem também ocorrer enquanto dormimos, sem que exista nenhum, nesse caso, que seja correto, decidi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais corretas do que as ilusões de meus sonhos. Porém,*

O que há de peculiar em Descartes são as consequências filosóficas extraídas de seu *cogito*, e que o distinguem como um racionalista.

Descartes nasceu em uma época em que ainda se eliminavam os últimos resquícios feudais e se buscava a implantação de uma nova ordem que viria a ser conhecida hoje como Antigo Regime. Seria insuportável, nesse ambiente, duvidar de tudo sem que houvesse uma maneira de encontrar alguma certeza. E a certeza de Descartes encontra-se justamente na razão humana, que é capaz de demonstrar a existência do homem, fundamento de toda uma filosofia, pelo mero fato de existir e operar. *Penso, logo existo*. O mero ato de pensar demonstra ao homem sua própria existência e permite a conclusão de que existem certezas no mundo, bastando apenas que a razão, certeza primeira que confere certeza aos demais conhecimentos por meio de um encadeamento de proposições, encontre sua demonstração⁵³. Esta é uma tentativa ainda incipiente e imperfeita de alcançar um sonho antigo dos filósofos, e que seria logrado mais tarde por Hegel: a construção de uma filosofia e de uma lógica autofundamentadas. Voltarei a esse assunto no momento adequado.

A consequência de depositar a esperança de certeza na razão é a necessidade de demonstração racional de todo o conhecimento, o que leva Descartes a construir uma espécie particular de formalismo. Somente deve ser objeto do conhecimento o que dependa exclusivamente da razão para um conhecimento certo e indubitável. Daí porque Descartes concebe um método científico universal que possui a capacidade de conhecer e ordenar

logo em seguida, percebi que, ao mesmo tempo que eu queria pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava". DESCARTES, René. Discurso do método. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999, pp. 61-62. Ressalto, antes por curiosidade que por desejo de extrair daí qualquer conclusão, que Descartes escreve o *Discurso do método* na primeira pessoa do singular.

⁵³ Trata-se do cerne do método dedutivo, também exposto de forma clara e brilhante pelo próprio Descartes: "*O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de efetuar em toda parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir. Essas longas séries de razões, todas simples e fáceis, que os geômetras costumam utilizar para chegar às suas mais difíceis demonstrações, tinham-me dado a oportunidade de imaginar que todas as coisas com a possibilidade de serem conhecidas pelos homens seguem-se umas às outras do mesmo modo e que, uma vez que nos abstenhamos apenas de aceitar por verdadeira qualquer uma que não o seja, e que observemos sempre a ordem necessária para deduzi-las umas das outras, não pode existir nenhuma delas tão afastada a que não se chegue no final, nem tão escondida que não se descubra*". *Idem*, pp. 49-50.

toda a realidade: a matemática⁵⁴. É essa formulação que marca com o formalismo todo o pensamento cartesiano⁵⁵.

A concepção de que a matemática é a ciência apta ao conhecimento de toda a realidade viria a ser mais tarde criticada e subvertida por Hegel, que identifica a matemática e a física como distantes do critério da verdade, conhecimentos formais e, por isso, superficiais. Ao desenvolver a crítica da matemática, Hegel flerta de maneira surpreendente com os fundamentos da teoria da relatividade, que balançou as estruturas da ciência contemporânea ao demonstrar que a física, ciência tida historicamente como modelo de certeza, era relativa:

A matemática imanente, a que chamam de matemática pura, não põe o tempo como tempo, frente ao espaço, como a segunda matéria de sua consideração. A matemática aplicada trata de fato do tempo, do movimento e de várias outras coisas efetivas. Mas toma da experiência as proposições sintéticas, isto é, proposições sobre suas relações que são determinadas por meio de seu conceito, e só [com base] nessas pressuposições aplica suas fórmulas. De tais

⁵⁴ “Por esse meio, tomaria de empréstimo o melhor da análise geométrica e da álgebra, e corrigiria todos os defeitos de uma pela outra”; “Pois, enfim, o método que ensina a seguir a verdadeira ordem e a enumerar exatamente todas as circunstâncias daquilo que se procura contém tudo quanto dá certeza às regras da aritmética”; “No entanto, o que mais me satisfazia nesse método era o fato de que, por ele, tinha certeza de usar em tudo minha razão, se não à perfeição, ao menos o melhor que eu pudesse; ademais, sentia, ao utilizá-lo, que meu espírito se habituava pouco a pouco a conceber mais nítida e distintamente seus objetos, e que, não o havendo sujeitado a nenhuma matéria em especial, prometia a mim mesmo empregá-lo com a mesma utilidade a respeito das dificuldades das outras ciências como o fizera com as da álgebra”; apenas para ficar em poucos exemplos de excertos do texto original em que a relação fica clara. Para uma interpretação nesse sentido, cf. HOTTOIS, Gilbert. **História da filosofia da renascença à pós-modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002, p. 67: “Descartes conta ter tido, em 1619, sonhos de que teria tirado uma dupla convicção: a da unidade das ciências e a do acordo essencial entre as leis naturais ou físicas e as leis matemáticas”.

⁵⁵ E que, mais tarde, no nascimento das ciências sociais no século XIX, viria a marcar decisivamente o positivismo científico, tanto em Comte, seu formulador, quanto nos sociólogos que o sucederam e que buscaram, ainda que com outros nomes, a aplicação do naturalismo positivista às ciências sociais, como Émile Durkheim. A confissão de Comte é explícita: “Eis a grande mas, evidentemente, única lacuna que se trata de preencher para constituir a filosofia positiva. Já agora que o espírito humano fundou a física celeste; a física terrestre, quer mecânica, quer química; a física orgânica, seja vegetal, seja animal, resta-lhe, para terminar o sistema das ciências de observação, fundar a física social. Tal é hoje, em várias direções capitais, a maior e mais urgente necessidade de nossa inteligência. Tal é, ousado dizer, o primeiro objetivo deste curso, sua meta especial”. COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 9. Também é lapidar a manifestação de Durkheim, pois admite sua inspiração no racionalismo de que Descartes foi expoente para levá-lo ao seu positivismo: “Nosso principal objetivo, com efeito, é estender à conduta humana o racionalismo científico, mostrando que, considerada no passado, ela é redutível a relações de causa e efeito que uma operação não menos racional pode transformar a seguir em regras de ação para o futuro. O que chamamos nosso positivismo não é senão uma consequência deste racionalismo”. DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. XIII-XIV.

proposições, a matemática aplicada oferece em abundância o que chama demonstrações: - como a do equilíbrio da alavanca e a da relação entre o espaço e o tempo no movimento da queda livre. Mas que sejam dadas e aceitas como demonstrações, prova apenas a grande necessidade da prova para o conhecimento, pois, quando não tem mais provas, valoriza até sua aparência vazia e ali encontra alguma satisfação. Uma crítica dessas demonstrações seria tão digna de nota quanto instrutiva: de um lado, por expurgar a matemática dessas bijuterias, e, de outro lado, por mostrar seus limites, e, portanto, a necessidade de um outro saber.⁵⁶

Embora destruída por Hegel, a adoção da matemática como critério universal de leitura do mundo era bastante avançada para a época e continua vicejando até hoje entre aqueles que rejeitam a tradição dialética iniciada por Hegel. Esse é o ponto em que convergem Descartes e Pascal.

Pascal, como já coloquei, divide a realidade em “regiões”, algumas das quais estão à disposição do conhecimento e outras não. Essa percepção será retomada por Kant quando aborda as aporias da realidade. O importante, entretanto, é que, nas regiões do real passíveis de conhecimento racional, opera o método chamado por Pascal de geometria, analogamente à matemática cartesiana.

Em outras palavras, a matemática cartesiana e a geometria de Pascal serão os métodos universalmente válidos quando for possível a produção de conhecimento racional. A diferença fundamental é que Descartes, por seu humanismo, entende que o conhecimento racional esgota as possibilidades de conhecimento, enquanto Pascal, por sua exacerbada religiosidade, enxerga exceções à aplicação da razão. Daí porque ter sido uma espécie de precursor do relativismo, ao lidar com a multiplicidade metodológica, o que também justifica a existência de divergência acerca do cartesianismo ou anticartesianismo de Pascal.

O empirismo, na forma em que me importa para essa exposição, foi desenvolvido notadamente por John Locke e David Hume.

O pressuposto metodológico empirista é, *aparentemente*⁵⁷, inverso ao racionalista. Enquanto para estes, como já tratado, todo o conhecimento deriva da razão, para aqueles

⁵⁶ HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992, pp. 45-46.

⁵⁷ Demonstrarei, na sequência, como essa aparência de oposição é desfeita na essência, no que tange às relações entre ser e consciência, que ocupam a primazia em tal investigação filosófica. Em tal essência, é possível identificar um ponto de unidade e convergência entre o racionalismo e o empirismo que mais tarde permitirá sua unificação em Kant.

todo conhecimento deriva da experiência sensorial. Tal pressuposto é desenvolvido a partir da ideia de *tabula rasa*, isto é, de que a consciência humana é um espaço vazio preenchido progressivamente ao ser impregnado com as impressões sensoriais, ou seja, com a experiência⁵⁸.

O conhecimento possível de ser obtido, portanto, deriva de abstrações e generalizações formuladas pela consciência humana a partir de suas experiências sensoriais⁵⁹. Em outras palavras, o ser humano conhece a ideia de círculo ao abstrair-la da forma impregnada em sua retina ao observar o sol, a lua e outras impressões que lhe tragam o mesmo formato circular, colaborando na generalização. Formadas as ideias, a partir da experiência, a consciência poderá relacioná-las com o objetivo de elaborar outras progressivamente mais complexas⁶⁰.

As ideias fundamentais do empirismo, como fica fácil perceber, encontram-se por trás de um método de leitura da realidade que veio a ser conhecido por método indutivo, ou seja, com as conclusões obtidas a partir de reiterações observadas na realidade, de forma oposta àquelas obtidas com o método dedutivo, característico do racionalismo, segundo o qual as premissas tidas por verdadeiras desdobram-se em conclusões posteriores a partir de operações lógicas.

⁵⁸ “O espírito é uma cera virgem, ou uma folha em branco, ou ainda um espelho: ele é uma ‘*tabula rasa*’, onde se vêm reflectir e gravar as experiências sensíveis ou perceptivas” (destaques do original). HOTTOIS, Gilbert. **História da filosofia da renascença à pós-modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002, p. 96. Na fonte: “Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem nenhuma ideia; como ela será suprida? (...) A isso respondo, numa palavra: da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento”. LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova cultural, 1999, p. 57.

⁵⁹ “As palavras começam, então, a revelar marcas externas de nossas ideias internas, sendo estas ideias apreendidas das coisas particulares. Se, porém, cada ideia particular que apreendemos devesse ter um nome distinto, os nomes seriam infinitos. Para que isto seja evitado, a mente transforma as ideias particulares recebidas de objetos particulares em gerais, obtendo isto por observar que tais aparências surgem à mente inteiramente separadas de outras existências e das circunstâncias da existência real, tais como tempo, espaço ou quaisquer outras ideias concomitantes. Denomina-se a isso abstração, e é através dela que as ideias extraídas dos seres particulares tornam-se representações gerais de uma mesma espécie e seus vários nomes aplicam-se a qualquer coisa que exista em conformidade com essas ideias abstratas” (destaques do original). *Idem*, 1999, p. 87.

⁶⁰ “Podemos observar que as ideias simples existem unidas em várias combinações, tendo, deste modo, a mente poder para considerar várias delas reunidas numa única ideia, não apenas como se acham unidas nos objetos externos, mas como elas se acham por si mesmas unidas. As ideias formadas pela reunião de várias simples denominam-se complexas, tais como beleza, gratidão, homem, exército, universo” (destaques do original). *Ibidem*, p. 91.

O empirismo, portanto, caracteriza-se pela generalização, ao contrário do racionalismo, marcado pela ideia de universalização⁶¹. A observação é pertinente porque marca o aspecto do empirismo que será afastado posteriormente quando de sua conciliação com o racionalismo: do empirismo ficarão retidos, em geral, a forma de obtenção da matéria-prima do conhecimento, enquanto a formação do mesmo a partir dos dados empíricos caberá à razão. Com isso, o empirismo de Locke e Hume nega a possibilidade de ideias e de uma verdade universais, o que está na base da possibilidade de ordenação do mundo pela razão. Assim, segundo seus críticos, tal vertente do empirismo conduzia ao ceticismo e ao conformismo, o que também é relevante no momento de sua transformação para adaptação ao racionalismo que será empreendida por Kant.

Os empiristas ingleses haviam demonstrado que nem sequer um único conceito ou lei da razão poderia aspirar à universalidade, e que a unidade da razão era apenas a unidade conferida pelo hábito ou pelo costume, unidade que aderiria aos fatos sem jamais os governar.⁶²

Cabe mencionar, por fim, que o empirismo está baseado na ideia mais palatável de toda a história da filosofia, que chamarei aqui, para marcar a diferenciação com o empirismo como movimento filosófico, de empiria: surgida na antiguidade clássica, sobrevive até hoje nos círculos acadêmicos, sendo o neopositivismo lógico uma de suas formas mais recentes. A crítica ao empirismo, portanto, não deve importar uma crítica à empiria, mas centrar-se nas conclusões que retira do fato de a experiência constituir a fonte do conhecimento: a de que a mente humana, separada do objeto do conhecimento, é originariamente vazia, vindo a ser preenchida com generalizações da experiência. Até mesmo Marx e Engels, a quem acompanharei no que tange ao método, assumem os pressupostos da empiria:

⁶¹ Conforme já destaquei alguns parágrafos acima, estou tratando aqui de uma forma particular de empirismo, desenvolvida por Locke e Hume e que ficou conhecida como vertente cética, e não do empirismo em geral. A escolha foi feita em razão da relevância para a análise das ideias de Kant. Observo, entretanto, que não ignoro a existência de uma multiplicidade de combinações entre empirismo, racionalismo e ceticismo, inclusive uma, muito particular e relevante para o pensamento de Marx, consubstanciada na economia política, que pretende obter universalizações a partir da experiência empírica. Agradeço afetuosamente ao amigo e parceiro intelectual Thiago Barison por ter me chamado atenção à falta de clareza do texto quanto a este ponto.

⁶² MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução – Hegel e o advento da teoria social**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 27.

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.⁶³

Alguns leitores de Marx e Engels chegam a identificar nessa característica, inclusive, a vantagem apresentada pelo marxismo em relação a outros conjuntos de pensamento:

Temos aqui uma importante característica metodológica de Marx: o seu pressuposto pode ser historicamente verificado. Se encontrarmos alguma sociedade que não necessite do intercâmbio orgânico com a natureza para a sua reprodução, todo o marxismo teria que ser revisto. O fato de ter por pressuposto algo que pode ser verificado na realidade faz do pensamento de Marx uma teoria muito distinta de todas as outras correntes filosóficas que quase sempre “deduzem” ou “inferem” os seus pressupostos de seus próprios fundamentos⁶⁴.

Não é possível, portanto, um afastamento absoluto da empiria, nem mesmo na epistemologia materialista histórico-dialética. O que cabe caracterizar e criticar é o que ficou conhecido como movimento filosófico empirista, principalmente porque, como explicitarei mais adiante, a concepção segundo a qual ser e consciência possuem uma separação radical não é idêntica àquela de Marx, que enxerga nessas duas manifestações uma unidade dialética de distintos.

A assunção da existência de uma distinção entre ser e consciência, em unidade dialética e não em radical separação, exige algum grau de empiria e está no cerne da reação marxista ao pensamento de Hegel. Isso não equivale, entretanto, a localizar Marx como herdeiro de uma tradição empirista de pensamento, o que é absolutamente falso.

Coube a Kant, como já antecipei, formular um sistema de pensamento que uniu racionalismo e empirismo em um só corpo de ideias⁶⁵. A ideia básica é a de que o

⁶³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 86-87.

⁶⁴ LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 17.

⁶⁵ No que, aliás, foi duramente criticado por Hegel, em passagem que ajuda a compreender a dimensão e os limites da empresa kantiana: “*A filosofia kantiana opõe pura e simplesmente, a esse empirismo, o princípio*

conhecimento vem da experiência, que o origina e limita – fica aceito, por isso, o pressuposto básico empirista. A respeito, passagem bastante ilustrativa de Marcuse: “*Kant adota a opinião dos empiristas, a saber, a opinião de que todo o conhecimento humano começa com a experiência e é limitado pela experiência; que só a experiência fornece a matéria para os conceitos da razão*”⁶⁶. O próprio Kant confessa abertamente sua adesão empirista em sua *Crítica da razão pura*:

Que todo o nosso conhecimento começa com a experiência, não há dúvida alguma, pois, do contrário, por meio do que a faculdade de conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que tocam nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? Segundo o tempo, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela.⁶⁷

A primeira e mais notável reação, portanto, dá-se em função do racionalismo, que pretendia derivar todo o conhecimento da razão. Não é à toa que a obra tem por mote criticar a razão pura. Afirma, portanto, que a razão não é pura: é alimentada pela experiência sensorial.

*do pensar e da liberdade, e se junta ao primeiro empirismo sem sair, por menos que seja, do princípio geral desse. Um dos lados do seu dualismo continua sendo o mundo da percepção, e do entendimento que sobre ele reflete. Esse mundo, na verdade, é dado como um mundo de fenômenos. Contudo é isso um mero título, uma determinação apenas formal, porque a fonte, o conteúdo e o modo de considerar permanecem completamente os mesmos. O outro lado, ao contrário, é a autonomia do pensar que se compreende (a si mesmo), o princípio da liberdade, que a filosofia kantiana tem em comum com a metafísica ordinária de antes; mas que esvazia de todo o conteúdo e não lhe pode conseguir de novo nenhum conteúdo. Esse pensar – aqui denominado razão –, enquanto destituído de toda a determinação, está despojado de toda a autoridade. O efeito principal que teve a filosofia kantiana foi ter despertado a consciência dessa absoluta interioridade; que embora – por causa de sua abstração, sem dúvida – não pudesse, em direção a nada, desenvolver-se a partir de si mesma, nem produzir nenhuma determinação, nem conhecimentos nem leis morais, recusa-se absolutamente a deixar agir e ter valor nela qualquer coisa que tenha o caráter de uma exterioridade. O princípio da independência da razão, de sua absoluta autonomia em si mesma, deve ser considerado de agora em diante como princípio universal da filosofia, e também como um dos preconceitos da época” (destaques do original). HEGEL, George W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. V. I. São Paulo: Loyola, 1995, p. 136.*

⁶⁶ MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 29.

⁶⁷ KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 53.

Mas o empirismo não escapa ileso. Kant passou à história como um idealista, e há um forte motivo para tanto. Ele acredita na razão, e o demonstra logo na sequência do trecho acima mencionado:

Mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso ele se origina justamente da experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento da experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que a nossa própria faculdade de conhecimento (apenas provocada por impressões sensíveis) fornece de si mesma, cujo aditamento não distinguimos daquela matéria-prima antes que um longo exercício nos tenha tornado atento a ele e nos tenha tornado aptos à sua abstração. Portanto, é pelo menos uma questão que requer uma investigação mais pormenorizada e que não pode ser logo despachada devido aos ares que ostenta, a de saber se há um tal conhecimento independente da experiência e mesmo de todas as impressões dos sentidos. Tais conhecimentos denominam-se *a priori* e distinguem-se dos empíricos, que possuem suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência (destaques do original).⁶⁸

Assim, o material colhido pela consciência por meio dos sentidos é organizado pela razão, valendo-se de ideias inatas, intituladas por Kant de conhecimento *a priori*, de que um dos principais exemplos é o princípio da causalidade. A causalidade não pode ser captada pelos sentidos nem obtida com certeza a partir de nenhuma abstração da realidade. Ela pertence à razão anteriormente a qualquer experiência concreta, e isso lhe atribui sua certeza e sua universalidade.

As ideias apriorísticas da razão organizam os dados caóticos captados pelos sentidos para transformá-los em conhecimento. Essa sua característica apresenta consequências filosóficas e implicações políticas. O principal desdobramento filosófico encontra-se em uma percepção antecipada por Kant, mas não desenvolvida em toda a sua potencialidade, e que viria a ocupar lugar de destaque na reação hegeliana a Kant: o reconhecimento de que parte do mundo real, caoticamente percebido, não pode ser organizado pelas categorias da razão, mormente no que tange às contradições, já que as categorias da razão são lógicas e não admitem a contradição.

⁶⁸ KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 53.

Kant declarou excluídas da possibilidade de conhecimento as experiências impassíveis de organização pela razão e as chamou de aporias. Mais do que isso, declarou impossível o conhecimento da coisa em si, que permanece externa ao sujeito e, portanto, inalcançável pela razão⁶⁹. Essa também é uma informação importante para a compreensão da reação hegeliana a Kant, uma vez que deixa claro que Kant, embora desenvolva a ideia de organização da experiência pela razão, não supera a concepção de separação radical entre ser e consciência, que, embora distintos, devem ser postos em unidade dialética pela filosofia a partir de Hegel.

A exclusão das aporias possui implicações políticas importantes que foram identificadas por Herbert Marcuse, como tentarei sustentar na sequência. Marx disse certa feita:

Por conseguinte, na Alemanha, começa-se com aquilo que já terminou na França e na Inglaterra. A ordem antiga e podre, contra a qual estas nações se revoltam teoricamente e que apenas suportam como se suportam grilhões, é saudada na Alemanha como a aurora de um futuro glorioso que, até agora, a custo ousa mover-se de uma teoria astuta para uma prática implacável.

(...).

Em política, os alemães *pensaram* o que as outras nações *fizeram* (destaques do original).⁷⁰

Utilizando essa ideia como pano de fundo, Marcuse debate o papel do idealismo alemão na filosofia, no caminho que vai de Kant a Hegel, como uma tentativa de resposta a desafios políticos lançados pela história das nações burguesas mais desenvolvidas:

O idealismo alemão foi considerado a teoria da Revolução Francesa. Isto não significa que Kant, Fichte, Schelling e Hegel tenham elaborado uma interpretação teórica da Revolução Francesa, mas que, em grande parte, escreveram suas filosofias em resposta ao desafio vindo da França à

⁶⁹ “Como já se mencionou na nota do parágrafo anterior, embora a indicação das antinomias deva considerar-se um progresso muito importante do conhecimento filosófico, pois assim se descartou o dogmatismo rígido da metafísica-do-entendimento, e se chamou atenção para o movimento dialético do pensar, é preciso ao mesmo tempo notar, sobre esse ponto, que Kant também aqui ficou no resultado simplesmente negativo da incognoscibilidade do *Em-si* das coisas, e não penetrou até o conhecimento da verdadeira e positiva significação das antinomias”. HEGEL, George W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. V. I. São Paulo: Loyola, 1995, p. 121.

⁷⁰ MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005, pp. 149-151.

reorganização do Estado e da sociedade em bases racionais, de modo que as instituições sociais e políticas se ajustassem à liberdade e aos interesses do indivíduo.⁷¹

O desafio de adequar a filosofia ao programa político afirmado pela Revolução Francesa não podia ser contemplado estritamente nos pressupostos empiristas, em razão da impossibilidade de universalização no contexto de tal pensamento. O problema, como mencionei, não se encontrava nas ideias empiristas consideradas em si mesmas, mas nos conceitos necessários a manejar um projeto político advindo de uma crítica da realidade, que se encontra no cerne da Revolução Francesa. Durante a Idade Média e o Antigo Regime, o mundo havia experimentado a inércia de viver de acordo com a tradição, o hábito, o que era perfeitamente justificado pelo empirismo. Com a Revolução Francesa, passou-se a uma tentativa de questionar a realidade dada a partir de ideias racionalmente desenvolvidas, não baseadas na experiência⁷². Essa tentativa demandava uma construção teórica que identificasse tal possibilidade no campo epistemológico:

A unidade e a universalidade não podiam ser encontradas na realidade empírica; não eram fatos. Além disso, a própria estrutura da realidade empírica parecia confirmar a hipótese de que elas nunca poderiam ser derivadas dos fatos. Se o homem, pois, não conseguisse criar a unidade e a universalidade por meio de sua razão autônoma, contrariando embora os fatos, teria de expor não somente sua existência intelectual, como também sua existência material, às pressões e processos desordenados do tipo de vida empírica dominante. O problema não era pois um problema meramente filosófico, mas ligava-se ao destino histórico da humanidade.⁷³

Kant será o arauto dessa virada epistemológica. Grande pensador que era, não serviu apenas de manifestação histórica do processo, mas foi capaz de identificar as vinculações da construção de seu pensamento com seus usos na discussão acerca dos rumos

⁷¹ MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 15.

⁷² Mais tarde, Marx viria a demonstrar que tais ideias nada têm a ver com a razão: são projeções de consciência provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas. É fácil atingir tal conclusão a partir da passagem constante em MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

⁷³ MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução – Hegel e o advento da teoria social**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 27.

da humanidade. Não integra meu objeto de estudo a descrição detalhada de tal processo. Basta, apenas ilustrativamente, observar que Kant desceu do altar da filosofia para discutir os problemas práticos da organização social, legando à humanidade, com isso, uma das últimas tentativas sistemáticas de tratamento científico do direito. Kant foi capaz de extrair da razão uma norma de conduta universal que recebeu o nome de imperativo categórico: agir sempre segundo regras comportamentais universalizáveis.

Toda essa construção sólida⁷⁴ começa a ruir quando sofre a investida de Hegel exatamente em seu ponto cego: as aporias incognoscíveis.

A primeira observação a ser feita ao tratar de Hegel diz respeito à diversidade de sua obra. Uma aproximação acerca dos eixos temáticos de sua produção é absolutamente necessária para justificar algumas escolhas que farei na exposição do pensamento hegeliano, escolhas determinantes nas conclusões que pretendo alcançar neste capítulo e que dizem respeito à natureza e profundidade da ligação existente entre Marx e Hegel.

As principais obras que Hegel publicou em vida são: *Fenomenologia do espírito*, *Ciência da lógica*, *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* e *Princípios de filosofia do direito*. As três primeiras obras encontram-se numa linha de continuidade em que Hegel dedica-se prioritariamente à exposição de seu sistema lógico. Na última, ao contrário, Hegel debate os problemas políticos e jurídicos de seu tempo.

Além disso, Georg Lasson, discípulo de Hegel, organizou e publicou, postumamente, anotações de conferências por ele proferidas durante sua carreira de professor universitário. Tal esforço redundou nos volumes *Lições de filosofia da história universal*, *Lições de estética*, *Lições de filosofia da religião* e *Lições de história da filosofia*, dos quais o que conhece maior penetração nos meios acadêmicos filosóficos é o primeiro, embora a estética hegeliana também tenha seu apelo, até porque também constitui objeto de parte da *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*.

Para abordar a epistemologia hegeliana, principalmente com vistas a preparar o terreno para a exposição das questões epistemológicas presentes na obra de Marx, há dois caminhos possíveis. O primeiro deles passa pelas *Lições de filosofia da história universal*, obra póstuma que acompanha as preocupações políticas dos *Princípios de filosofia do*

⁷⁴ Para atestar a solidez do pensamento kantiano, basta observar que o mesmo fundamenta, explícita ou implicitamente, a maior parte do curso de graduação em direito desta Universidade de São Paulo.

direito. Essa escolha considera que o marxismo é uma forma materialista e dialética de ciência da história, sendo que suas diferenças em relação a Hegel devem ser buscadas nesse campo, ou seja, nas características da *filosofia da história* que fundamentam suas respectivas concepções.

Para ficar apenas no exemplo mais importante, este é o caminho trilhado por Louis Althusser em seus trabalhos *A favor de Marx*⁷⁵ e *A querela do humanismo*⁷⁶, em que polemiza a questão da relação de Marx com o humanismo em suas primeiras produções, que, segundo periodização formulada pelo próprio Althusser, integram o período que recebeu o nome de “Jovem Marx”⁷⁷. O estilo muito peculiar de escrita que caracteriza Althusser⁷⁸ dificulta a apresentação de provas definitivas de que ele esteja baseado no Hegel das *Lições*, mas entendo possível extrair, ainda que indiretamente, tal conclusão do excerto que transcreverei a seguir. Observo que, para os leitores menos versados em Hegel, a afirmação pode não fazer sentido por ora, mas ficará clara tão logo esteja concluída a contraposição entre as obras filosóficas e políticas de Hegel:

Tomada de modo rigoroso, essa frase demonstra que a “*tendência*” não é mais que a abstração retrospectiva do *resultado*, do qual se trata precisamente de dar conta, isto é, o *em-si* hegeliano pensado a partir do seu termo tomado como a sua própria origem (destaques do original).⁷⁹

Além disso, indícios bastante consistentes de tal assertiva podem ser encontrados nos escritos dos leitores de Althusser no Brasil, de indiscutível qualidade. Observe-se, por exemplo, o texto de Armando Boito Jr., que tem por objeto a discussão das consequências do debate teórico d’*A querela do humanismo*, em que a vinculação ao Hegel político é explícita:

As hipóteses para uma teoria da história apresentadas por Marx no famoso *Prefácio* ao seu livro *Contribuição à crítica*

⁷⁵ ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁷⁶ ALTHUSSER, Louis. *A querela do humanismo* (1967). **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 9, 1999, pp. 9-51.

⁷⁷ ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 25.

⁷⁸ Althusser raramente faz citações diretas de outros autores, impedindo a verificação das fontes de suas afirmações.

⁷⁹ ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 50.

da economia política assentam-se numa problemática muito próxima da problemática da filosofia da história desenvolvida por Hegel nas suas obras *Lições sobre a filosofia da história* e *Princípios de filosofia do direito*. A consequência teórica e política da utilização particular que Marx faz da problemática hegeliana nesse texto é uma visão economicista da história que oculta o papel da política nos processos de transição.⁸⁰

A suposta vinculação entre Marx e o Hegel das *Lições*, apontada por Althusser e seus leitores, encontra-se no bojo de uma crítica ao que ficou conhecido como o economicismo de Marx, que pretendo demonstrar que não existe em seus escritos, senão em alguns de seus piores leitores. Em outras palavras, segundo os althusserianos, a única possível leitura de Marx a partir de Hegel redundaria num equivocado determinismo econômico, uma vez que a filosofia da história hegeliana seria caracterizada por um fim trans-histórico e pressuposto que estaria fora dela, levando o “marxismo hegeliano” a acreditar na chegada inelutável do comunismo pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. A intenção de Althusser é nobre, e fica bem evidenciada na passagem de Armando Boito Jr. que transcrevi acima: reabilitar a política, devolvendo seu papel de proeminência nas transformações sociais. Entretanto, o pressuposto de tal conclusão, como adiantei, consiste em considerar o marxismo como uma nova forma de ciência da história, o que acaba por limitar as inesgotáveis possibilidades do materialismo histórico-dialético, que é, enfim, uma ciência da totalidade. Essa é uma das razões pelas quais me afastarei da proposta althusseriana de leitura de Hegel.

O segundo caminho, que me parece o mais adequado e será o escolhido para tratar da epistemologia hegeliana⁸¹, consiste em focalizar sua produção estritamente lógica, utilizando, portanto, a *Fenomenologia do Espírito* e a *Ciência da Lógica*. Tal escolha leva em conta uma ponderação que eu espero deixar demonstrada ao final do primeiro capítulo, mas que adiantarei aqui para que habite o horizonte de preocupações dos leitores que

⁸⁰ BOITO JR., Armando. O lugar da política na teoria marxista da história. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 19, 2004, p. 64. Note-se, ainda, que a ideia de *problemática*, mencionada no excerto acima como ligação entre Marx e Hegel, é central para o pensamento althusseriano, como se pode concluir da leitura de ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 34-37, entre outras passagens.

⁸¹ Escolha semelhante foi feita também por Jesus Ranieri, que vem se destacando recentemente no cenário do pensamento marxista, inclusive traduzindo algumas das obras de Marx. Cf. RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 23-24.

tomarem contato com o texto. Note-se que sua demonstração completa somente será possível mais adiante porque exige uma compreensão adequada de categorias marxistas que, por razões óbvias, não foram até aqui desenvolvidas.

A pessoa de Hegel, como consciência determinada pelo ser social histórico, isto é, pelo desenvolvimento material que as forças produtivas haviam alcançado no momento em que formula sua obra, produziu uma lógica dialética e revolucionária, que pôde mais tarde ser aproveitada por Marx para o desenvolvimento de sua própria epistemologia. A despeito disso, Hegel, como qualquer outro ser humano, está limitado pelo horizonte político de seu tempo, e não é capaz de alcançar em suas opiniões políticas e jurídicas a mesma clarividência de sua epistemologia. Essa característica está no cerne da (r)evolução que Marx representa em relação a Hegel: a utilização de todo o potencial de sua revolucionária lógica dialética, libertando-a das amarras do horizonte político em que foi desenvolvida.

Diante de tal ponderação, nada epistemologicamente apreciável pode ser encontrado nos textos em que Hegel dedica-se a tratar dos problemas políticos e jurídicos, porque tais obras estarão necessariamente viciadas com os preconceitos pessoais de Hegel, muito aquém das potencialidades de sua lógica dialética⁸². Não à toa, nos textos políticos é possível observar a renúncia de Hegel aos pressupostos de seu próprio pensamento, ao orientar a evolução do espírito da humanidade segundo um princípio externo ao seu próprio processo histórico, o que seria evidentemente inadmissível no contexto de sua lógica autofundamentada tão finamente construída. Confira-se, a respeito, excerto de um de seus leitores:

Hegel não está pedindo aos leitores de sua Ciência da Lógica que se abandonem aos voos da selvagem moda Romântica. Ele está nos pedindo para seguir Descartes e suspender o julgamento sobre o que nós tomamos previamente como dado até que se encontre alguma forma de nos mostrar se

⁸² Confira-se, a esse respeito, interessantíssima passagem em que Daniel Bensaïd já expressara a opinião que adoto aqui: “Com isso, a lógica dialética de Hegel se encontra reabilitada. Estamos às voltas, dizia ele, ‘com um novo conceito do tratamento científico’, caracterizado pelo fato de que as leis do pensar não são exteriores ao objeto pensado e de que o movimento do pensar não resulta de operação exterior. Não há regras do pensar fora do seu funcionamento efetivo, não há método exterior ao seu objeto. Essa lógica é bem o fundamento de uma teoria da historicidade. Mas como Marx pode conservar disso a medula lógica e rejeitar ao mesmo tempo a filosofia da História que seria o seu avesso? Revirando o sistema. Com uma teoria radicalmente imanente da história ritmada pelo conflito, a lógica da coisa encontra-se por sua vez modificada. A teoria da historicidade torna-se seu fundamento”. Bensaïd, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 309.

nossas maneiras tradicionais de pensar são justificadas. Ele está insistindo que “a ciência seja precedida da dúvida universal, ou da total ausência de pressuposições”⁸³.

Em outras palavras, a lógica dialética hegeliana não pode ser baseada em nenhum pressuposto externo, devendo ser fundamentada a partir de si própria, ou seja, a partir do próprio pensamento ou da própria razão, em uma repaginação dialética do *cogito* cartesiano⁸⁴. Tal postura epistemológica é absolutamente incompatível com uma filosofia da história que a lê como uma sequência ordenada de evolução do espírito humano, a partir de uma busca por uma liberdade sempre maior, o que representa, evidentemente, a colocação do raciocínio histórico a serviço de um referencial que lhe é exterior: o liberalismo do Estado prussiano da época de Hegel.

Anoto, por fim, que, evidentemente, não me encontro isolado na empreitada de seleção do que há de relevante na obra hegeliana. Confira-se o excerto seguinte a propósito da mesma questão:

Contudo, o ponto de ruptura reside na realidade, Hegel não foi capaz de chegar até as forças verdadeiramente motrizes da história. Em parte porque, na época em que seu sistema foi criado, essas forças ainda não eram bastante visíveis; ele foi, então, obrigado a ver nos povos e em sua consciência os verdadeiros portadores do desenvolvimento histórico (mas ele não conseguia distinguir o substrato real da sua consciência devido à sua composição heterogênea. Desse modo, transformou-o mitologicamente em “espírito do povo”). Em parte porque continuaria preso às formas do pensamento platônico-kantiano, à dualidade do pensamento e do ser, à forma e à matéria não obstante seus esforços bastante enérgicos em sentido contrário. Ainda que tenha sido o

⁸³ Traduzido livremente do original em inglês. Cf. HOULGATE, Stephen. **An introduction to Hegel: freedom, truth and history**. 2ª ed. Oxford: Blackwell, 2005, p. 48.

⁸⁴ É muito importante destacar nesse ponto que a fundamentação do pensamento em si mesmo não é, em absoluto, o maior mérito da filosofia hegeliana, constituindo, ao contrário, um de seus principais defeitos, ao menos a partir de uma perspectiva marxista. Desencadeará, em última instância, o idealismo e o formalismo. É o que nos apontarão György Lukács, quando trata da inexistência empírica do ser puro postulado pela filosofia hegeliana, em contraposição ao ser rico em determinações necessárias à sua existência, que caracteriza o pensamento epistemológico marxiano (LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 158-161); e István Mészáros, quando demonstra que a epistemologia hegeliana repete um problema da tradição precedente, consistente em transportar as contradições reais para a razão, operação proporcionada exatamente pela autofundamentação do pensamento, e que recebe de Mészáros o nome de tendência geral ao formalismo (MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2009, pp. 27-28). O idealismo e o formalismo estão, é claro, umbilicalmente ligados ao positivismo científico.

verdadeiro descobridor do significado da totalidade concreta, ainda que seu pensamento tenha tido sempre por fim superar todas as abstrações, a matéria permaneceu para ele (e nisso é bastante platônica) manchada pela “nódoa da determinação”. E essas tendências contraditórias e conflitantes não puderam ser esclarecidas em seu sistema. Com frequência, elas são justapostas sem mediação, apresentam-se contraditoriamente e não se equilibram; o equilíbrio final (aparente) que elas encontram no sistema devia, por conseguinte, estar mais voltado para o passado que para o futuro. Não é de estranhar que a ciência burguesa tenha realçado e desenvolvido, com bastante antecedência, esses aspectos de Hegel como um fator essencial. Justamente por isso, o núcleo – revolucionário – do seu pensamento tornou-se quase completamente obscuro até para os marxistas (destaques do original).⁸⁵

Espero ter exposto satisfatoriamente os motivos para a opção pelo tratamento da epistemologia hegeliana a partir de seus escritos lógicos. Passarei, portanto, à epistemologia em si, a partir de dois conceitos centrais para sua compreensão e intimamente relacionados entre si: a crítica imanente e a apresentação dialética.

A ideia de crítica imanente está ligada à percepção hegeliana de que a verdade, em filosofia, não é passível de verificação estática de conformidade⁸⁶ e sequer permite a contraposição *externa* de um sistema filosófico a outro. Ao contrário, cada sistema filosófico representa um momento diferente da verdade no processo histórico de busca do espírito humano por uma evolução constante. Tal constatação é explícita em sua *Fenomenologia do Espírito*, em passagem em que fica desde já colocada sua primeira ponderação acerca da dialética:

Do mesmo modo, a determinação das relações que uma obra filosófica julga ter com outras sobre o mesmo objeto introduz um interesse estranho e obscurece o que importa ao conhecimento da verdade. Com a mesma rigidez com que a

⁸⁵ LUKÁCS, George. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 92-93.

⁸⁶ “A pergunta se o ser, o ser-aí ou a finitude, a simplicidade, a composição etc. são conceitos verdadeiros em si e para si deve necessariamente ser chocante quando se acredita que é possível tratar simplesmente da verdade de uma proposição, e somente indagar se um conceito pode ou não ser atribuído (como se dizia) com verdade a um sujeito; a não-verdade dependeria da contradição que se encontrasse entre o sujeito da representação e o conceito a lhe ser [atribuído como] predicado. Só que o conceito enquanto [algo] concreto – e mesmo toda determinidade em geral –, é essencialmente nele mesmo uma unidade de determinações diferentes. Se portanto a verdade não fosse mais que a ausência de contradição, seria preciso, para cada conceito, considerar primeiro se para si mesmo não contém ele tal contradição interna” (destaques do original). HEGEL, George W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. V. I. São Paulo: Loyola, 1995, pp. 95-96.

opinião comum se prende à oposição entre o verdadeiro e o falso, costuma também cobrar, ante um sistema filosófico dado, uma atitude de aprovação ou de rejeição. Acha que qualquer esclarecimento a respeito do sistema só pode ser uma ou outra. Não concebe a diversidade dos sistemas filosóficos como desenvolvimento progressivo da verdade, mas só vê na diversidade a contradição. O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários. E essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo. Mas a contradição de um sistema filosófico não costuma conceber-se desse modo; além disso, a consciência que apreende essa contradição não sabe geralmente libertá-la - ou mantê-la livre - de sua unilateralidade; nem sabe reconhecer no que aparece sob a forma de luta e contradição contra si mesmo, momentos mutuamente necessários.⁸⁷

Em outras palavras, dado um determinado sistema filosófico, que corresponda historicamente ao espírito de seu tempo, não será possível que sua crítica seja formulada a partir de pressupostos dados externamente, como forma de verificação de uma suposta adequação ou conformidade de tal sistema filosófico à realidade, seja qual for o conceito que a ela se atribua. Deve haver certa forma de respeito em relação aos antecessores, cuja crítica imanente deve acompanhar o procedimento de *apresentação dialética*, ou seja, o desenvolvimento dos conceitos do sistema criticado até que os mesmos revelem conter em essência o oposto daquilo que ostentavam na aparência. Não é à toa que Marx dedicou toda a sua vida a produzir uma *Crítica da economia política*, expressão que constitui o subtítulo d'*O Capital* e envolve o nome de duas outras obras suas publicadas postumamente a partir de manuscritos. *O Capital* é a mais brilhante apresentação dialética já produzida, atingindo todas as suas conclusões a partir do desenvolvimento de conceitos já contidos na economia política clássica, que são, por isso, objeto de crítica imanente.

As ideias de crítica imanente, apresentação dialética e da verdade como processo estão no contexto de algo que identifico como a humildade intelectual de Hegel. Ao realizar suas descobertas no campo da dialética, Hegel evidentemente atinge a compreensão de que

⁸⁷ HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 22.

toda a sua construção há de ser, assim como todas aquelas anteriores a ele, um momento da verdade em seu processo histórico de evolução do espírito. Embora ele renuncie a essa compreensão em seus escritos políticos, em que aponta os princípios liberais como ponto de chegada do processo histórico, sua lógica não comporta a ideia de ponto de chegada, com o que ele sabe que, embora seja a legítima expressão de um momento de verdade do espírito, este momento há de ser um dia superado. Por vezes, nota-se até mesmo a perplexidade de Hegel perante os limites de seu pensamento e as infinitas possibilidades da dialética. A respeito, destaco a passagem seguinte da *Ciência da Lógica*, de deliciosa leitura, por revelar de maneira lapidar todas as constatações referidas:

Como eu poderia supor que o método que persigo nesse sistema da lógica – ou melhor, que esse sistema persegue nele mesmo – não seria ainda capaz de maior aperfeiçoamento, de muita lapidação quanto aos detalhes? Mas ao mesmo tempo sei que ele é o único veraz. Isso já fica claro pelo fato de que ele não é nada distinto de seu objeto e conteúdo; – pois é o conteúdo em si, *a dialética que ele tem nele mesmo que o move para frente*. É claro que nenhuma exposição pode valer como científica se ela não percorre o caminho desse método e se não é adequada ao seu ritmo simples, pois é o percurso da questão mesma (destaques do original).⁸⁸

A passagem justifica de maneira cabal a opção pelo Hegel lógico em detrimento do Hegel político e arremata a exposição acerca da forma de crítica construída por Hegel, que está intimamente ligada à sua lógica e à sua epistemologia.

Cumprida essa primeira tarefa, cumpre observar que a crítica hegeliana a Kant passa, entre outros aspectos, por uma crítica dos pressupostos empiristas, numa tentativa de reabilitação da razão. Tal crítica, entretanto, há de ser feita, por coerência, de maneira imanente, de forma que Hegel se esforça em demonstrar, nos diversos *momentos da verdade* da história da filosofia, que o empirismo e o racionalismo – que em Hegel assume a forma de um idealismo – alternam-se numa espécie de movimento pendular, para o que ele usa uma analogia bastante poética:

⁸⁸ HEGEL, George W.F. **Ciência da lógica: excertos**. São Paulo: Barcarolla, 2011, p. 34.

Outrora tinham um céu dotado de vastos tesouros de pensamentos e imagens. A significação de tudo que existe estava no fio de luz que o unia ao céu; então, em vez de permanecer neste [mundo] presente, o olhar deslizava além, rumo à essência divina: a uma presença no além - se assim se pode dizer. O olhar do espírito deveria, à força, ser dirigido ao terreno e ali mantido. Muito tempo se passou antes de se introduzir na obtusidade e perdição em que jazia o sentido deste mundo, a claridade que só o outro mundo possuía; para tomar o presente, como tal, digno do interesse e da atenção que levam o nome de experiência. Agora parece haver necessidade do contrário: o sentido está tão enraizado no que é terreno, que se faz mister uma força igual para erguê-lo dali. O espírito se mostra tão pobre que parece aspirar, para seu reconforto, ao mísero sentimento do divino em geral - como um viajante no deserto anseia por uma gota d'água. Pela insignificância daquilo com que o espírito se satisfaz, pode-se medir a grandeza do que perdeu.⁸⁹

A identificação de Kant como o destinatário da crítica, embora o mesmo não seja explicitamente mencionado, é imediata e me leva a comentar um segundo aspecto de tal crítica.

Como mencionei páginas atrás, coube a Kant o esforço de adequação entre o empirismo e racionalismo, esforço no qual claramente prevalece o empirismo, já que as impressões sensoriais organizadas pelas categorias da razão constituem a matéria-prima do conhecimento. Logo se observa que é a isso que Hegel se refere quando menciona a *“insignificância daquilo com que o espírito se satisfaz”*. Mas o aspecto mais importante dessa amálgama, objeto de crítica no trecho que transcrevi acima, é constituído pelos limites da influência da organização racional sobre o material empírico. Para utilizar os termos de Hegel: quão insignificante é o que satisfaz o espírito? Muito insignificante, para Kant. Tão insignificante que o espírito está habilitado a simplesmente recusar a possibilidade de conhecimento direto da realidade, declarando como incognoscíveis todas as experiências que não puderem ser organizadas pelas categorias da razão. Tal ideia é definitivamente afastada pela reabilitação da razão, aqui colocada como dialética, contra a experiência empírica.

⁸⁹ HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 25.

A única coisa *para alcançar a progressão científica* – e em vista de cuja intelecção inteiramente *simples* é necessário se empenhar de modo essencial – é o conhecimento do enunciado lógico de que o negativo é igualmente positivo ou que o que se contradiz não se dissolve no que é nulo, no nada abstrato, mas essencialmente apenas na negação de seu conteúdo *particular* ou que uma tal negação não é toda negação, e sim *a negação da questão determinada* que se dissolve, com o que é negação determinada; que, portanto, no resultado está contido essencialmente aquilo do qual resulta – o que é propriamente uma tautologia, pois de outro modo seria um imediato, não um resultado. Na medida em que o que resulta, a negação, é negação *determinada*, ela possui um *conteúdo*. Ela é um novo conceito, mas conceito mais elevado, mais rico do que o precedente; pois ela se tornou mais rica devido a essa negação ou oposição; ela, portanto, o contém, mas também mais do que ele, e é a unidade dele e do seu oposto. – Nesse caminho tem de se formar em geral o sistema dos conceitos – e se consumir em um percurso irresistível, puro, que não traz nada de fora para dentro (destaques do original).⁹⁰

A razão dialética hegeliana não exclui a contradição da possibilidade de conhecimento. Antes, assume sua existência e a identifica como móvel de transformação da realidade e do espírito. Não se trata de qualquer contradição, mas da contradição determinada, que promove a unidade dos contrários. Para uma melhor concretização da ideia de contradição determinada, basta recorrer à figura da oposição entre vivo e morto. O vivo somente pode ser definido conjuntamente com o morto, sua contradição determinada. O vivo, como não morto, e o morto, como não vivo, são distintos, mas somente podem ser definidos um pelo outro, o que os coloca em unidade dialética.

A assunção da contradição como inerente à realidade e ao conhecimento envolve duas outras questões, que também serão problematizadas no pensamento marxista, mas que se encontram muito bem definidas em Hegel. A primeira delas é a ideia de verdade como processo, que supera a antiga concepção de verdade como conformidade de uma representação mental a um dado da realidade externo à consciência. Já abordei o assunto ao tratar da crítica imanente e da apresentação dialética.

A segunda questão diz respeito ao próprio conceito de realidade. Já afastei a possibilidade de que, para Hegel, ela seja constituída pela realidade física ou empírica

⁹⁰ HEGEL, George W.F. **Ciência da lógica: excertos**. São Paulo: Barcarolla, 2011, pp. 34.

alguns parágrafos acima. É preciso compreender, assim, como se constitui a realidade no pensamento hegeliano. E essa constituição da realidade está intimamente ligada à superação da verdade como conformidade e à dialética como unidade dos contrários.

Realidade e consciência são contrários em unidade dialética. Sua negação é determinada e sua definição é reciprocamente excludente: realidade é aquilo que está fora da consciência e consciência é o que não está na realidade. Como estão em unidade dialética, a realidade e a consciência, embora em contradição determinada, atuam juntas na composição uma da outra. Assim sendo, a realidade não é a realidade empírica, mas a realidade em unidade com a consciência; uma coisa não é uma coisa, é a unidade de uma coisa com seu conceito. Nas palavras de Hegel:

Nos tempos modernos, ao contrário, o indivíduo encontra a forma abstrata pronta. O esforço para apreendê-la e fazê-la sua é mais o jorrar-para-fora, não-mediatizado, do interior, e o produzir abreviado do universal, em vez de ser um brotar do universal a partir do concreto e da variedade do ser-aí. Por isso o trabalho atualmente não consiste tanto em purificar o indivíduo do modo sensível imediato, e em fazer dele uma substância pensada e pensante; consiste antes no oposto: mediante o suprasumir dos pensamentos determinados e fixos, efetivar e espiritualizar o universal. No entanto é bem mais difícil levar à fluidez os pensamentos fixos, que o ser-aí sensível. O motivo foi dado acima: aquelas determinações têm por substância e por elemento de seu ser-aí o Eu, a potência do negativo ou a efetividade pura; enquanto as determinações sensíveis têm apenas a imediatez abstrata impotente, ou o ser como tal. Os pensamentos se tomam fluidos quando o puro pensar, essa imediatez interior, se reconhece como momento; ou quando a pura certeza de si mesmo abstrai de si. Não se abandona, nem se põe de lado; mas larga o [que há de] fixo em seu pôr-se a si mesma - tanto o fixo do concreto puro, que é o próprio Eu em oposição ao conteúdo distinto, quanto o fixo das diferenças, que postas no elemento do puro pensar partilham dessa incondicionalidade do Eu. Mediante esse movimento, os puros pensamentos se tornam conceitos, e somente então eles são o que são em verdade: automovimentos, círculos. São o que sua substância é: essencialidades espirituais.⁹¹

Tentando traduzir a passagem para o universo conceitual com que venho lidando desde o início do capítulo, concluo que, ao colocar o conceito em unidade com o ser para a

⁹¹ HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 39.

identificação da realidade, Hegel manifesta seu idealismo, na medida em que, embora em bases diferentes daquelas em que Kant empreendeu tarefa semelhante, coloca a realidade sob a direção da razão. Na linguagem hegeliana, o espírito comanda a evolução da sociedade, o que não significa nada mais do que a razão organizando a realidade.

A diferença marcante em relação a Kant e aos racionalismos pré-kantianos, como espero que já tenha ficado claro a essa altura, consiste na eliminação da separação estanque entre razão e mundo físico, que se encontram em unidade dialética e não radicalmente separados. A base ontológica, entretanto, é a mesma: a realidade só pode adquirir esse epíteto se for racional e, portanto, ideal.

Parte das conquistas hegelianas será mantida por Marx, principalmente no que tange à lógica dialética e a eliminação da separação radical entre sujeito e objeto do conhecimento, mas sua epistemologia exige a superação do idealismo e da primazia do racional sobre o real.

Como já adiantei alguns parágrafos atrás, esta não é a sede adequada para desenvolver a epistemologia marxista, até porque sua aplicação ao conhecimento dos direitos sociais, na forma de uma crítica de sua tecnologia, é o eixo central da tese. Ela constituirá o objeto das seções seguintes, em que desenvolverei exaustivamente todas as implicações epistemológicas do pensamento de Marx.

A despeito disso, este é o momento ideal para, abstendo-me por um momento do exame dos textos dos comentadores e dos desdobramentos da teoria, identificar em textos de Marx algumas pistas do que pode ser considerado o alicerce de sua epistemologia.

O mais relevante aspecto diz respeito à relação entre a empiria marxista, já identificada páginas atrás⁹², e sua postura metodológica dialética, que, conforme destaquei no parágrafo acima, envolve necessariamente a eliminação da separação radical entre sujeito e objeto do conhecimento, que se devem encontrar em unidade de contrários.

Como conciliar o aparentemente inconciliável? Marx apresenta um indício importante em um de seus poucos textos que abordam a questão metodológica, *Para a crítica da economia política*, texto que serve de introdução à primeira versão do manuscrito que viria, mais tarde, a ser aperfeiçoado até atingir a forma de *O Capital*, e que foi

⁹² Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 86-87.

postumamente publicado como *Contribuição à crítica da economia política*. Confira-se o excerto:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto (destaques no original).⁹³

Neste excerto, Marx distingue claramente o processo de produção e reprodução da realidade e o processo de aquisição do conhecimento por meio do pensamento. A tais processos ele atribui os nomes de *gênese do concreto* e de *apropriação do concreto e sua reprodução como concreto pensado*. Com isso, a um tempo, marca sua distinção em relação a Hegel e demonstra como este, em sua tentativa de eliminar a separação radical entre sujeito e objeto do conhecimento, por meio de sua unidade dialética, extrapola seus objetivos e termina por eliminar a própria distinção entre eles⁹⁴. Essa é também a percepção de Nahuel Moreno:

⁹³ MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 14.

⁹⁴ A ideia de identificação entre sujeito e objeto foi, em certo sentido, assumida como positiva por Lukács (LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 90), o que constitui um dos motivos pelos quais, mais tarde, veio a renegar a obra que marca sua adesão ao marxismo por meio de uma autocrítica em forma de prefácio: “No que concerne ao tratamento do problema, hoje não é difícil perceber que ele se dá inteiramente no espírito hegeliano. Sobretudo porque o fundamento filosófico último desse tratamento é constituído pelo sujeito-objeto idêntico, que se realiza no processo histórico. É claro que, para o próprio Hegel, o surgimento desse sujeito-objeto é de tipo lógico-filosófico: ao atingir-se a etapa superior do espírito absoluto na filosofia com a retomada a exteriorização e com o retorno da consciência de si a si mesma, realiza-se o sujeito-objeto idêntico. Na História e consciência de classe, ao contrário, esse é um processo histórico-social que culmina no fato de que o proletariado realiza essa etapa na sua consciência de classe, tornando-se o sujeito-objeto idêntico da história”. (Idem, p. 24). A autocrítica de Lukács é exagerada, mas não é possível desenvolver o assunto em detalhes neste momento. Voltarei a ele no momento oportuno.

Esse processo de assimilação total do objeto por parte do sujeito que “se desenvolve em um todo orgânico, é a *lógica* ou a filosofia especulativa”. Assim, como elimina a contradição entre o sujeito e o objeto quando passa à formação da consciência à lógica, faz o mesmo com todo o existente, supera as contradições ao assimilá-las ao método. Esse é o único absoluto e positivo.⁹⁵

A correção do rumo epistemológico da aplicação da dialética na compreensão da relação entre realidade e consciência termina por destacar algo que considero central à epistemologia marxista: o processo de desenvolvimento da realidade ocorre de maneira diversa do processo de apreensão de tal realidade por meio da razão, ou seja, do processo de produção de conhecimento. Com isso, elimina-se o idealismo, na medida em que o concreto possui seu próprio desenvolvimento. A dialética, entretanto, garante que tais processos não são estanques, como poderia supor o empirismo clássico, mas influenciam-se reciprocamente, existindo uma determinação em última instância do concreto em relação ao pensamento, do ser em relação à consciência⁹⁶. Todo o edifício teórico marxista, da maneira como o leio, depende dessa percepção.

Como síntese das ideias até aqui desenvolvidas e mais uma prova da relevância de reconstruir este caminho, apresento a interpretação de Daniel Bensaïd a respeito das relações entre Kant, Hegel e Marx no campo da epistemologia:

A *Lógica* hegeliana desenvolve portanto uma crítica radical do empirismo. Em lugar de procurar o verdadeiro no pensamento, o empirismo “reporta-se à experiência”, postulando que o verdadeiro “deve estar na realidade e existir pela percepção”. Reconhece assim um princípio de liberdade (o homem deve ver por si mesmo), mas a universalidade, objeta Hegel, é “outra coisa que o grande número”. A filosofia crítica kantiana, diz ele, compartilha com o empirismo o “erro de tomar a experiência como único fundamento dos conhecimentos”, não como verdades, mas como conhecimento dos fenômenos, o que resulta inevitavelmente em um relativismo epistemológico. A gênese do *Capital* pressupõe

⁹⁵ MORENO, Nahuel. **Lógica marxista e ciências modernas**. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 104.

⁹⁶ “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94). Desenvolverei adequadamente a ideia de determinação em última instância nas seções seguintes, por ocasião do exame dos desdobramentos da epistemologia marxista.

essa crítica do empirismo e da filosofia kantiana. A maioria dos detratores de Marx (a “sociologia das classes” é o mais flagrante exemplo) faz grosseiramente o caminho inverso, criticando as determinações inacabadas da totalidade dialética em nome das categorias metafísicas da percepção empírica. Na *Introdução* de 1857, Marx explicita a passagem do abstrato ao concreto como “síntese de numerosas determinações” e “unidade da diversidade”. O concreto não é o dado imediato empírico da pesquisa estatística, mas uma construção conceitual ou concreto de pensamento. A possibilidade do conhecimento científico inscreve-se na separação entre o dado empírico e esse concreto construído (destaques do original).⁹⁷

I.2 – A objetividade e a subjetividade do conhecimento científico

Entendo necessário iniciar a abordagem do tema com uma reflexão acerca dos motivos da ânsia da ciência pela objetividade do conhecimento, assunto intimamente vinculado à existência ou não de homogeneidade epistemológica entre as assim chamadas ciências naturais e ciências sociais, e, em caso positivo, qual das duas divisões alcança o primado na constituição da epistemologia.

Os fatos por trás de tal reflexão são há muito conhecidos e foram expostos com clareza e didática ímpares por Michael Löwy, na obra em que opõe aquelas que, para ele, são as três únicas possibilidades epistemológicas à disposição dos pensadores: positivismo, historicismo e marxismo. Löwy caracteriza o positivismo por postular a homogeneidade epistemológica entre as ciências naturais e sociais, submetidas estas ao modelo científico daquelas:

O positivismo – em sua figuração “ideal-típica” – está fundamentado num certo número de premissas que estruturam um “sistema” coerente e operacional:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como “naturalismo positivista”) e ser estudada pelos mesmos

⁹⁷ BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, pp. 151-152.

métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza.

3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos.⁹⁸

Essa é a razão pela qual, nas manifestações positivistas mais rudimentares, sequer se alcança a clareza de postular a objetividade, restringindo-se a teoria a lançar-se à busca pela verdade ou pela certeza. Enquanto a objetividade passa a habitar as preocupações mesmo das manifestações positivistas mais sofisticadas, sua expressão adequada encontra-se apenas no seio da epistemologia marxista de Michael Löwy, que, em sua poética metáfora do mirante⁹⁹, encerra a busca pelo *maior nível possível de objetividade*.

A própria enunciação das diferentes expressões demarca sua oposição fundamental. A verdade e a certeza somente podem ser alcançadas de forma absoluta, enquanto a objetividade admite o escalonamento em uma multiplicidade de níveis. Tudo fica mais claro com o recurso a exemplos concretos colhidos nas ciências naturais e nas ciências sociais.

Penso primeiro na física, principal modelo do funcionamento das ciências naturais. Ainda que seja evidente a possibilidade de que uma descoberta científica seja superada por outra (por exemplo, quando os estudos de Albert Einstein superaram, depois de três séculos, as pesquisas de Isaac Newton), durante o período em que uma determinada teoria científica física é reconhecida como válida, verdadeira ou certa, ela há de ser absoluta¹⁰⁰. O exemplo é excelente ainda porque, uma vez que Einstein tenha superado a física de Newton, fê-lo apenas para demonstrar a restrição de sua validade às escalas microscópicas, isto é, fê-lo para englobar a teoria em uma compreensão mais ampla da realidade, e não para infirmar sua verdade e sua certeza, ao menos na escala em que se aplica. Não existe uma física mais verdadeira ou menos verdadeira. Ou uma teoria física é verdadeira para o domínio ao qual se aplica, ou não é.

⁹⁸ LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 17.

⁹⁹ *Idem*, p. 212-218.

¹⁰⁰ Durante a elaboração desta tese, foram descobertos neutrinos que viajavam mais rápido que a luz, colocando em xeque inclusive a elaboração de Einstein. Os dados em questão, entretanto, ainda não foram interpretados.

O mesmo, evidentemente, não ocorre nas ciências sociais. Penso, agora, na contraposição implícita entre o sentido da obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*¹⁰¹, e a já tantas vezes referida formulação de Marx e Engels, “*não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*”¹⁰². Abstraindo por alguns instantes, com fins didáticos, a extrema diversidade entre as categorias da causalidade e da dialética, inerentes, respectivamente, a cada uma das formulações, fica evidente que estas são opostas entre si. Qual das duas é a verdadeira? Impossível dizer sem assumir os pressupostos epistemológicos marxistas ou weberianos. Considerando que Weber nasceu dezenove anos após a redação da *d'A ideologia alemã*, Weber superou Marx? Nada mais inexato, se não por razões teóricas, cuja exposição demandaria, por si só, uma tese, ao menos em atenção ao fato prosaico de que, desde o final do século XIX até os dias de hoje, coexistem pensadores marxistas e pensadores weberianos, às vezes aliados em determinadas questões, às vezes em oposição feroz, às vezes em tentativas curiosas de fusão entre os dois¹⁰³. Ao contrário, mantendo-se a comparação, não se conhece uma tentativa de refutação newtoniana da teoria da relatividade, embora não falem críticas marxistas a Weber. Ora, se nem Marx nem Weber estão com a verdade, ao menos fora de seus respectivos edifícios epistemológicos, e se não há superação possível de um em relação ao outro, é impossível encontrar certeza nas ciências sociais?

Em certo sentido, sim. É exatamente aí que se encaixa a obra de Michael Löwy. Ele sustenta ser inerente ao marxismo a inexistência de homogeneidade epistemológica entre ciências naturais e sociais. Assim, Löwy destaca que, nas ciências sociais, a apropriação direta da realidade por meio do conhecimento é impossível. Ele compara a verdade a um horizonte inatingível, observado pelos cientistas sociais a partir de diferentes mirantes de alturas variadas. Quanto mais alto o mirante, maior a *possibilidade objetiva* de que o observador tenha a melhor visão do horizonte. Os esforços dos cientistas sociais, portanto,

¹⁰¹ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. In: _____. **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

¹⁰² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

¹⁰³ LÖWY, Michael. Figuras do marxismo weberiano. **Revista Crítica Jurídica**, Curitiba, nº 21, 2002, pp. 225-234.

tendem para um ganho cada vez maior de objetividade relacionado à posição topográfica de observação¹⁰⁴.

A formulação de Löwy é carregada de questões teóricas problemáticas, a começar pela postulação de inexistência de homogeneidade epistemológica entre ciências naturais e sociais. Com efeito, não é seguro fazer tal afirmação, ao menos no seio da epistemologia marxista. Embora Marx tenha sido muito lacônico ao tratar da questão ao longo de sua vida, algumas pistas importantes podem ser encontradas em seus textos. Por todas, destaco a seguinte passagem:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história.¹⁰⁵

Após a morte de Marx, Engels foi ainda mais explícito, tendo legado à humanidade uma obra dedicada exclusivamente ao tema: *A dialética da natureza*¹⁰⁶. O fundamental a ser observado é que, ainda que seja possível para o marxismo identificar a homogeneidade epistemológica entre as ciências naturais e sociais, tal homogeneidade dar-se-á sob a direção da dialética, e não de uma suposta ou alegada objetividade naturalista. De qualquer forma, seja com a heterogeneidade epistemológica postulada por Löwy, seja com a homogeneidade sob a direção da dialética, é imprescindível identificar as razões pelas quais, no seio do próprio marxismo, mantenha-se a busca pela objetividade, identificada pelo próprio Löwy como inerente ao pensamento positivista, uma vez que ela se encontra intimamente vinculada ao paradigma científico natural. Bem entendida a questão, é intrigante pensar os motivos que levam um pensador a criticar a epistemologia positivista,

¹⁰⁴ LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 212. Deixo, por ora, de indicar as razões apontadas por Löwy para a determinação das diferentes alturas dos diferentes mirantes, uma vez que a questão está ligada ao tema da seção seguinte, relativo à justificação do método.

¹⁰⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 86-87.

¹⁰⁶ ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

por sua teoria da submissão das ciências sociais à lógica das ciências naturais, e, em seguida, partir em busca justamente daquela característica das ciências naturais que mais agrada aos cientistas sociais positivistas: a certeza, ou, mais precisamente, a objetividade.

Um segundo problema teórico da formulação de Löwy é ainda mais grave. Trata-se justamente do cerne da sua alegoria do mirante, que identifica a verdade, ou a realidade, como um horizonte inatingível do qual se pode ter uma visão melhor ou pior, mais ou menos objetiva, de acordo com a posição topográfica do ponto de observação.

Uma leitura simpática de tal assertiva poderia acusá-la de ter abandonado a dialética. Com efeito, desde que Hegel superou a concepção de verdade como conformidade para afirmar a verdade como um processo, conforme já expliquei detalhadamente na seção anterior, a humanidade veio a saber que em cada um dos momentos do processo da dialética encontra-se a *verdade daquele momento*. Mantendo o exemplo de Hegel na *Fenomenologia do Espírito*¹⁰⁷, a semente, o broto, a flor e o fruto *são* a planta, *são a verdade da planta em cada um de seus momentos*, e não o ponto mais alto em que é possível enxergar a inatingível verdade da planta da forma mais objetiva possível, segundo os termos do Löwy. Assim, evidentemente não são assimiláveis as diferentes alturas dos diferentes mirantes aos sucessivos estágios dialéticos de apreensão processual da verdade. A primeira formulação fornece, no máximo, a melhor visão possível da realidade, enquanto a segunda fornece a verdade de cada um dos momentos da sucessão dialética.

Mas, como já adiantei, é necessária muita simpatia com o autor para restringir a tal aspecto a crítica. Aprofundando a leitura do problema, é possível indicar que, para além de não dialética, a formulação de Löwy é quase diretamente kantiana. É que, como tratei com mais vagar na seção anterior, a forma encontrada por Kant para fugir das contradições em seu sistema filosófico racional e ordenado foi declarar como incognoscíveis todos os aspectos contraditórios da realidade, que receberam em sua obra o nome de aporias. Hegel e Marx abandonaram essa possibilidade, permitindo uma apropriação integral da realidade por meio do conhecimento, embora esta afirmação, aqui fora de contexto, demande precisões teóricas que aparecerão no momento oportuno. Por ora, basta compreender que Löwy, na tentativa de desenvolver sua versão da epistemologia marxista, não apenas

¹⁰⁷ HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 22.

retoma a impossibilidade de conhecimento da realidade como não a restringe a determinados aspectos da realidade, como fazia Kant, mas engloba toda a realidade nessa impossibilidade; e que, a toda evidência, o aprofundamento de uma posição kantiana não pode redundar em nada dialeticamente apreciável.

Não é meu propósito aqui, entretanto, sabatar o pensamento de Löwy, principalmente na forma em que exposto em uma obra que está no limiar entre a cientificidade e o propósito de divulgação. Invoquei-o, ao contrário, com uma dupla intenção. Primeiro, de amparar uma exposição didática dos principais fundamentos dessa reflexão inicial sobre a objetividade, papel que a leitura de sua obra desempenha a contento. E, principalmente, colocar uma questão que me parece crucial: por que a busca de objetividade é tão sedutora, a ponto de angariar a simpatia de um pensador autodeclarado marxista e ser escolhida como ponto central em uma obra com nítidos contornos didáticos e de divulgação?

Não quero deixar que o leitor esqueça nem por um segundo que este é um estudo que tem por método o materialismo histórico-dialético. Nesse contexto, é imprescindível que minha reflexão sobre a objetividade seja acompanhada de sua contradição determinada: a subjetividade. Além disso, devo ao menos tentar desenvolver uma crítica imanente para não me afastar da dialética. Minha reflexão, portanto, será iniciada com a semântica, porque o sentido etimológico das expressões *objetividade* e *subjetividade*, ciência *objetiva* e ciência *subjetiva*, invoca algo que identifiquei na seção anterior como central à reação de Hegel a Kant, e que foi apropriado por Marx na constituição de sua epistemologia¹⁰⁸: a relação entre sujeito e objeto do conhecimento, outrora em oposição radical, e agora em unidade dialética de contrários. Com essa precisão semântica, a questão pode ser recolocada da seguinte forma: qual é a vantagem de uma ciência do *objeto* em relação a uma ciência do *sujeito*?

¹⁰⁸ Quero deixar registrada minha total concordância com Althusser a respeito do desenvolvimento que faz a partir da constatação óbvia de que Marx não nos legou uma obra teórica sobre o materialismo histórico-dialético: “Eis por que hoje lastimamos a inexistência dessa ‘Dialética’ da qual Marx não sentiu necessidade, da qual nos privou, embora sabendo perfeitamente que a possuímos e que sabemos onde: nas obras teóricas de Marx, no *Capital*, etc... sim, aí a encontramos, em estado prático, o que decerto é fundamental, mas não em estado teórico” (destaques do original). ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 151. Em outras palavras, o que Althusser relata é que a inexistência de uma obra explícita sobre dialética não significa que Marx não a tenha pensado e nos deixado como método na redação de suas obras.

Tenho para mim que a preferência generalizada por uma ciência do objeto decorre de uma falsa compreensão, ou, melhor dizendo, de uma compreensão datada, das ideias de sujeito/objeto e de subjetividade/objetividade. Inicio o exame de tal proposição com a investigação das origens do uso de tais expressões, na Idade Média, com a formulação escolástica:

Na linguagem escolástica, e no que agora interessa, *subiectum* significa: i) propriamente “submetido” a alguém ou a algo, e especialmente “súdito”; ii) dialeticamente, a parte da proposição lógica de que se predica algo; iii) ontologicamente, o substrato dos acidentes, ou seja, a substância enquanto substrato; e iv) o tema, objeto ou matéria do qual se fala, especialmente o tema ou matéria de uma ciência (cfr. o francês *sujet* e o inglês *subject*). Excepcionalmente, em gramática significa a parte da oração da qual algo se predica, ainda que mais frequentemente se a chame *suppositum* (destaques do original).¹⁰⁹

O uso escolástico do par de contrários *sujeito* e *objeto* é marcado por uma variabilidade semântica tamanha que, em determinados momentos da história das ideias, as duas expressões alternaram completamente os significados entre si. Continuarei a demonstração com outros excertos do estudo de Alejandro Brito:

Assim, pois, na escolástica medieval e na filosofia moderna até o século XVIII, *objective* ou *objectivus* significa, na forma de advérbio e de adjetivo, “no intelecto”, exista ou não na realidade; e *subjective* ou *subjectivus* quer dizer “fora do intelecto, na realidade”, independentemente de que esteja ou não no intelecto. Dito de outra maneira, o “objetivo” é algo “subjetivo” (na atual acepção de este termo), e o “subjetivo”, algo “objetivo” (como hoje entendemos este último vocábulo). As coisas começaram a mudar durante o século XVIII. Esta mudança determinou uma completa inversão de significados, de tal modo que *subiectivus* (*subjective*) começou a ser usado com referencia ao intramental, e *obiectivus* (*objective*) ao

¹⁰⁹ Traduzido livremente do original espanhol. Cf. BRITO, Alejandro Guzmán. História de la denominación del derecho-facultad como “subjetivo”. *Revista de Estudios Históricos-Jurídicos*, Valparaíso, nº 25, 2003, pp. 407-443. Disponível online em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54552003002500011&lng=es&nrm=iso. Mantive na tradução os termos não espanhóis do texto original, de modo a não alterar o sentido do excerto.

extramental, no modo em que agora entendemos estas palavras (destaques no original).¹¹⁰

Não deixa de ser curioso observar que de um positivista comtiano seria dito pelos escolásticos estar em busca da subjetividade da ciência, o que é completamente o oposto do sentido hoje dado a tal expressão. A compreensão dessa mudança ocorrida no século XVIII demanda a compreensão de um processo que é central para o assunto de que venho tratando:

Agora, é importante advertir que os escolásticos não estabeleciam nenhuma equação entre “sujeito” e “pessoa”. (...). De fato, somente no século seguinte alguém veio a propor a identificação de “sujeito” e “pessoa”. Pela primeira vez é em Gottfried Wilhelm Leibniz (1646 - 1716) que encontramos essa equação (...), embora Leibniz utilize aqui um conceito mais teológico que jurídico de pessoa, ao incluir também a Deus, aos anjos e aos mortos. Em Christian Wolff (1679 - 1754), ao contrário, o ser humano (*homo*) é o único sujeito (destaques do original).¹¹¹

Esse processo, evidentemente longo e penoso, será concluído por um de meus interlocutores na apresentação que fiz, na seção anterior, do caminho até o materialismo histórico-dialético: Kant.

Sem embargo, aparentemente, tal uso mais moderno de “subjetivo” não supôs previamente outro também moderno do termo “sujeito” no sentido do eu pensante e a consciência, que somente começa com Kant, ainda quando se diz que este deduziu essa nova acepção de “sujeito” a partir da nova e prévia acepção de “subjetivo”, o que constituiria um notável caso de evolução separada de um adjetivo em relação a seu substantivo (destaques do original).¹¹²

Eis todo o processo descortinado. Após a consolidação da distinção entre *subjetivo* e *objetivo*, tais adjetivos são assimilados aos seus respectivos substantivos, *sujeito* e *objeto*,

¹¹⁰ Traduzido livremente do original espanhol. Cf. BRITO, Alejandro Guzmán. História de la denominación del derecho-facultad como “subjetivo”. *Revista de Estudios Históricos-Jurídicos*, Valparaíso, n° 25, 2003, pp. 407-443. Disponível online em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54552003002500011&lng=es&nrm=iso.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *Ibidem*.

completando-se a operação com a identificação entre *sujeito* e *pessoa*, com o que *objeto* somente pode significar aquilo que está fora da *pessoa*, ou seja, a realidade exterior ao indivíduo. Essa é a chave para a compreensão do individualismo metodológico moderno e contemporâneo e sua interferência na perseguição incansável de uma ciência objetiva. A vinculação entre indivíduo e pessoa é tão forte e evidente que um pensador como Max Weber¹¹³, por exemplo, após reconhecer o fato de que, ao contrário do que ocorre no paradigma científico-natural de objetividade (ao menos na interpretação que lhe dão o próprio Weber e Löwy), não é possível permanecer isento de contaminação subjetiva nas ciências sociais, parte em busca de uma objetividade por meio da intersubjetividade. É impossível pensar em formulação mais individualista do que essa.

Acompanhando essa concepção, se a ciência está ligada ao conhecimento e o conhecimento está ligado à verdade, qualquer subjetividade no processo representará forçosamente uma contaminação, porque colocará o ser cognoscente, que será o *indivíduo*, a *pessoa individual*, em relação de primazia com a realidade objetiva que o aguarda fora de si para ser conhecida. Nesse cenário conceitual, só pode ser tida por abominável qualquer manifestação subjetiva de ciência. A ciência deve buscar a objetividade, ou seja, uma apropriação pelo sujeito de um conhecimento que corresponda ao objeto exterior, que com ele esteja conforme. Com isso, fica solucionado o enigma da objetividade em sua íntima relação com a ideia de verdade como conformidade: ele é estritamente dependente de uma identificação do *sujeito* e da *pessoa individual* que acompanhou, na história das ideias, a fixação do sentido contemporâneo do par de contrários *subjetivo/objetivo*.

¹¹³ Confira-se: “Chegamos ao final da nossa discussão, que teve como único propósito o de destacar a linha quase imperceptível que separa a Ciência da crença, e o de pôr a descoberto o sentido do esforço do conhecimento sócio-econômico. A validade objetiva de todo o saber empírico baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são subjetivas no sentido específico de representarem o pressuposto do nosso conhecimento e de se ligarem ao pressuposto de que é valiosa aquela verdade que só o conhecimento empírico pode nos proporcionar. Com os meios da nossa ciência, nada poderemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, dado que a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas, e não um dado da natureza” (destaques do original). WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber: sociologia**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003, pp. 125-126. Gosto de usar Weber como exemplo em razão do imenso respeito de que goza nos meios acadêmicos, entre teóricos de todos os matizes, além do que a semelhança do excerto escolhido com o conceito de *prática teórica científica* de Althusser salta aos olhos. Ainda sobre o individualismo de Weber, confira-se: “Sendo a relatividade significativa entre um comportamento e o de outrem capital para a sociologia compreensiva, esta não poderia ter outro fundamento a não ser o indivíduo. É preciso entender com isso que Weber considera que, no ponto de vista sociológico, o coletivo não constitui uma realidade em si”. FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 84.

Perceba-se ainda que a postulação da naturalidade da noção de indivíduo ignora completamente a realidade de sua constituição histórica e social, que está no centro do debate epistemológico:

Até aqui ficou bem claro, principalmente, que a individualidade do ser humano em circunstância alguma pode ser uma qualidade originária, inata a ele, mas resultado de um longo processo de sociabilização da vida social do ser humano, um momento de seu desenvolvimento social, que só conseguimos tornar compreensível, tanto na qualidade do ser como nas possibilidades em perspectiva, partindo da história de sua verdadeira essência. A gênese sócio-historicamente determinada da individualidade humana deve por isso ser energicamente colocada no centro de tais análises, porque tanto a ciência social como a filosofia da sociedade burguesa tendem a ver, na individualidade, uma categoria central do ser do homem como um fundamento de tudo, que não necessita nenhuma dedução.¹¹⁴

Trago de volta a discussão para a epistemologia marxista. Considerando-se que o marxismo constitui a antípoda do individualismo metodológico¹¹⁵, conforme fica claro a partir do excerto supra, e que tal constatação atribui conteúdos diversos para os temas da objetividade e da subjetividade das ciências sociais, a grande questão que resta consiste em determinar qual é a possibilidade de intervenção subjetiva em um cenário teórico não individualista, como o de Hegel e de Marx, o que, concomitantemente, implica encontrar a resposta para a questão da necessidade ou não de que a epistemologia marxista busque a objetividade. Ao contrário do que possa parecer pela exposição pretérita, a questão não é desprezível, como o demonstra o pensamento de Michael Löwy, sendo este o único ponto em que não pude, ainda, por falta da exposição das categorias adequadas, desenvolver a crítica. Em outras palavras, minha tarefa agora é investigar se Löwy estava certo em manter

¹¹⁴ LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 102.

¹¹⁵ Quero deixar claro que conheço a tentativa do assim chamado “marxismo analítico” de fundir o marxismo e o individualismo metodológico. Rejeito-a liminarmente, entretanto, com base na constatação de tal corrente de que Marx estava correto em seu conteúdo, embora equivocado no método, o que torna a exposição de suas ideias absolutamente impertinente a um trabalho que reivindica o método de Marx. Para além disso, remeto o leitor à obra de Bensaïd (BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, especialmente pp. 177-179), que faz crítica demolidora do marxismo analítico. Anoto, ainda, que tanto Lukács quanto Althusser, que possuem interpretações bastante divergentes do método marxista, concordam no ponto fundamental de que é no método que Marx deixou seu maior legado à humanidade.

a busca pela objetividade ainda que no interior do marxismo e, se sim, qual é a forma correta de buscar a objetividade, já que sua tentativa revelou-se, alguns parágrafos acima, kantiana e não dialética.

Desse modo, as possibilidades de subjetividade e objetividade na ciência dialética exigem ainda a compreensão de uma dificuldade teórica exposta por Louis Althusser: a existência ou não da ideia de sujeito nas epistemologias hegeliana e marxista.

Althusser abordou o tema num contexto muito específico, que denominou *a querela do humanismo*. Trata-se, segundo o próprio, de um debate teórico travado entre ele e seus seguidores, de um lado, numa declarada busca pela manutenção da integridade do marxismo a partir de suas obras de maturidade, e, de outro, uma multiplicidade de pensadores que, por razões diversas – sendo a principal delas a busca pela liberdade individual, principal nostalgia do socialismo real, após o início da abertura do regime soviético que se deu com a morte de Stálin – buscavam reabilitar a obra de juventude de Marx e seus conceitos supostamente humanistas.

A missão althusseriana, assim, é afastar o marxismo dos fantasmas de seu passado, principalmente de um suposto humanismo teórico, faceta feuerbachiana que teria sido revelada em suas obras de juventude e com a qual Marx romperia a partir de *A ideologia alemã*. A relevância de tal discussão encontra-se justamente no fato de que, para Althusser, o humanismo teórico de Feuerbach, com que Marx teria rompido, compreende um conjunto articulado de conceitos que tem como cerne a ideia de homem, articulada com sua essência que é objetivada, de forma alienada e mantendo com o homem uma relação especular, nos objetos por ele produzidos, sejam objetos materiais ou criações subjetivas como a religião.

Althusser busca defender o marxismo do humanismo teórico de forma tão radical que pretende livrá-lo de todos os conceitos que compõem o humanismo, identificando, na gênese do pensamento marxiano e em sua relação com o pensamento hegeliano, os motivos pelos quais não é possível identificar um sujeito em Hegel e, ainda que seja possível, este sujeito encontra-se exatamente no ponto em que Marx supera Hegel, de modo que, em Marx, o tal sujeito não seria encontrado em hipótese alguma. A citação é longa, mas vale a pena pelo conteúdo:

Do ponto de vista da História humana, o processo de alienação sempre-já começou. Isso quer dizer, levando-se

esses termos a sério, que, em Hegel, a História é pensada como um processo de alienação sem sujeito, ou um processo dialético sem sujeito. Que se queira considerar, por um só instante, que toda a teleologia hegeliana está contida nas expressões que acabei de enunciar, na categoria de alienação, ou no que constitui a estrutura mestra da categoria da dialética (negação da negação), e que se aceite fazer abstração do que, nessas expressões, representa a teleologia, resta então a fórmula: a história é um processo sem sujeito. (...). Sei bem que, finalmente, há em Hegel um sujeito nesse processo de alienação sem sujeito. Mas é um sujeito bem estranho, sobre o qual observações importantes deveriam ser feitas: esse sujeito é a própria teleologia do processo, é a Ideia no processo de auto-alienação, que a constitui como Ideia. (...).O processo de alienação sem sujeito (ou a dialética) é o único sujeito que Hegel reconhece. Não há sujeito no processo: é o próprio processo que é o sujeito, enquanto ele não tem sujeito. Se queremos encontrar o que, finalmente, assume o lugar de “Sujeito” em Hegel, é na natureza teleológica desse processo, na natureza teleológica da dialética, que se deve procurá-lo: o Fim já está na Origem. É por isso também que não há em Hegel uma origem, nem (o que jamais é senão o seu fenômeno) começo. A origem, indispensável à natureza teleológica do processo (já que ela não é senão a reflexão do seu Fim) deve ser negada desde o instante em que é afirmada, para que o processo de alienação seja um processo sem sujeito. Seria demasiadamente longa a justificação desta proposição, que eu introduzo apenas para antecipar desenvolvimentos ulteriores: essa exigência implacável (afirmar e, no mesmo momento, negar a origem), Hegel a assumiu de modo consciente na sua teoria do começo da Lógica: o Ser é imediatamente não-Ser. O começo da Lógica é a teoria da natureza não originária da origem. A Lógica de Hegel é a Origem afirmada-negada: primeira forma de um conceito que Derrida introduziu na reflexão filosófica, o “rabisco”. Mas o “rabisco” hegeliano, que é, desde sua primeira palavra, a Lógica, é negação da negação, dialética, portanto teleológica. É na teleologia que jaz o verdadeiro Sujeito hegeliano.¹¹⁶

Ainda segundo Althusser, Marx teria herdado de Hegel a categoria de processo sem sujeito pela eliminação da teleologia de sua lógica dialética: *“Creio poder afirmá-lo: essa*

¹¹⁶ ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo (1967). **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 9, 1999, pp. 23-24.

*categoria de processo sem sujeito, que deve ser arrancada à teleologia hegeliana, representa, certamente, a mais alta dívida teórica que liga Marx a Hegel”*¹¹⁷.

Destaco, oportunamente, que a ideia de Althusser ecoou sonoramente em seus discípulos e permaneceu sendo defendida por décadas depois da redação d’*A querela do humanismo*. É o que se infere, por exemplo, da leitura de Étienne Balibar, um dos coautores de *Ler o Capital*, em texto publicado pela primeira vez em 1993, no qual se propõe a criticar o texto das *Teses sobre Feuerbach*, o qual, segundo Althusser, seria o último texto de Marx ainda impregnado decisivamente de humanismo, antes de seu rompimento com tal categoria, iniciado pela *Ideologia alemã* e concluído apenas com a primeira redação de *O Capital*¹¹⁸:

Seu projeto foi bem sucedido? Em certo sentido, perfeitamente, pois é muito pertinente dizer que o único verdadeiro sujeito é o sujeito prático ou o sujeito da prática, ou melhor ainda, que o *sujeito não é outra coisa senão a prática*, que, sempre, já começou e prossegue indefinidamente. Mas, com isso, saímos do idealismo? De modo algum, precisamente porque “idealismo”, historicamente falando, engloba *ao mesmo tempo* o ponto de vista da representação e o da subjetividade (destaques do original).¹¹⁹

Discordo da posição althusseriana em dois pontos diversos. Discuti o primeiro deles na seção anterior. Apenas uma determinada leitura de Hegel, não efetuada puramente a partir de seus termos lógicos, mas por meio da pré-compreensão de suas obras políticas, permitiria afirmar a existência de uma teleologia na dialética hegeliana. Assim, embora Althusser esteja se referindo à *Ciência da Lógica* na passagem transcrita, fá-lo por meio de conceitos que não a integram, como o de teleologia¹²⁰. Reforço o argumento: é

¹¹⁷ ALTHUSSER, Louis. *A querela do humanismo* (1967). **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 9, 1999, p. 23.

¹¹⁸ A ideia pode ser deduzida da articulação da exposição em ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 136-138 com os conceitos desenvolvidos em ALTHUSSER, Louis. *A querela do humanismo* (1967). **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 9, 1999, *passim*.

¹¹⁹ BALIBAR, Étienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 37.

¹²⁰ Não se trata de interpretação isolada minha. A respeito: “*Althusser e os althusserianos, que trabalharam muito O Capital, não conhecem Hegel (o Hegel deles é realmente irreconhecível)*” (destaques do original). Ainda, na nota que acompanha este trecho do texto: “*A ausência quase total de referências aos textos de Hegel numa obra (Lire le Capital) que pretende mostrar o não-hegelianismo de Marx é em si mesmo um*

imprescindível, para a adequada compreensão da dialética hegeliana, separar seus escritos lógicos de seus escritos políticos. Althusser não poderia opor qualquer resistência a este expediente: utilizou-o para demonstrar que Marx, ainda que tenha aderido ao comunismo nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, ainda não havia constituído o materialismo histórico-dialético¹²¹. Ora, se é possível a separação das posições políticas e teóricas de Marx, não há porque recusar o mesmo artifício ao pensamento de Hegel¹²². Para além disso, dou a questão por superada, pois já a examinei na seção anterior.

Um segundo ponto de discordância reside em que, em fim de contas, Althusser não deixa de demonstrar, nessa exposição, certa noção, se não *individual*, o que seria levandade afirmar, ao menos *parcial*, do que se deve entender por sujeito. Com efeito, a compreensão da história de Hegel e Marx não se afasta da ideia de sujeito, constituindo um processo sem sujeito, como defende Althusser. O que acontece é um deslocamento da ideia de sujeito de realidades individuais ou parciais para a totalidade, uma despersonalização da ideia de sujeito, seja para localizá-lo no Espírito ou nas classes em luta. O fundamental é entender que tal sujeito é historicizado. A eliminação do sujeito, ainda que em sua forma historicizada e total, levará Althusser por caminhos perigosos. Com efeito, em um texto posterior aos que venho utilizando, o aprofundamento desses pressupostos desemboca no retorno de velhos inimigos: o sujeito personalizado – ligado ao que levou Althusser a ser acusado de positivismo¹²³, retomando a separação radical de sujeito e objeto, e relacionado

sintoma” (destaques do original). Cf. FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 20.

¹²¹ “*Há, portanto, uma leitura política e uma leitura teórica dos textos da juventude de Marx. Um texto como A Questão Judaica, por exemplo, é um texto politicamente comprometido na luta pelo comunismo. Mas é um texto profundamente ‘ideológico’: não é, pois, um texto teoricamente identificável aos textos posteriores, que definirão o materialismo histórico (...)*” (destaques do original). ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 139.

¹²² Encerro minha incursão sobre este tema com a precisa observação de George Novack: “*Toda pessoa deve ser julgada em relação com as condições de sua época, e não de acordo com padrões absolutos atemporais. ‘A verdade é sempre concreta’. Robespierre é o líder revolucionário mais importante da democracia plebeia mesmo quando tentou reviver o culto ao Ser Supremo quando dirigia o governo da Revolução Francesa. John Brown não pode ser expulso do palco dos revolucionários por haver sido um pequeno-burguês que cria em Deus e na propriedade privada. Não se pode aplicar o mesmo padrão a Toussaint L’Ouverture, o líder dos escravos rebeldes na ilha de Haiti em fins do século XIX, que a um moderno líder proletário revolucionário. Os dialéticos devem aprender a ver cada pessoa ou coisa em seu correspondente lugar histórico, em suas concretas proporções, em suas necessárias contradições*” (destaquei). NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, pp. 52-53.

¹²³ “*Temos a impressão de que isto é possível e a escolha de Althusser só se compreende quando percebemos que a substituição do discurso marxista por seu próprio tem como consequência aproximar esta filosofia da tradição epistemológica do positivismo francês*”. GIANOTTI, José Arthur. Contra Althusser. **Revista Teoria e Prática**, São Paulo, n° 3, abr.1968, p. 67.

a uma interpretação de ciência como visão, curiosamente próxima da ideia de mirante de Löwy – e a a-historicidade – relacionada ao seu flerte com o estruturalismo que vicejava na França quando ele produziu sua obra¹²⁴.

Ainda a esse respeito, a crítica de Ruy Fausto demonstra as razões para o retorno do sujeito identificado à pessoa, não dotado de historicidade, nas formulações mais maduras de Althusser: o humanismo desafia uma crítica dialética, e não a negação pura e simples. A negação não dialética do humanismo e de suas categoriais leva ao anti-humanismo, que, em determinado estágio do desenvolvimento dos conceitos, interverte-se novamente em humanismo. Em suas fortes palavras:

Com efeito, nada caracteriza melhor o althusserismo – pelo menos aparentemente – do que a sua orientação antiantropologista (insistência no papel de suporte dos agentes, recusa de todo agente sujeito). Por isso na discussão sobre o althusserismo, se opuseram antropologistas e antiantropologistas. E entretanto, o paradoxo passou despercebido: por razões que – poderíamos mostrar – derivam do caráter nitidamente antidialético do althusserismo (recusa da *Aufhebung*, impossibilidade de conceituar objetos-movimentos etc.), caráter que tem algo a ver com a natureza abstrata (“anti”) de sua oposição ao antropologismo, *o antiantropologismo althusseriano se interverte em antropologismo*. O antropologismo é a sua verdade (destaques do original).¹²⁵

¹²⁴ Refiro-me, evidentemente, ao seu *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Destaco dois excertos para ilustrar o argumento. Sobre a a-historicidade da ideologia: “Por um lado, penso ser possível afirmar que as ideologias têm uma história própria (ainda que esta seja determinada, em última instância, pela luta de classes); e, por outro, creio ser possível afirmar que a ideologia em geral não tem história – não num sentido negativo (sua história lhe é externa), mas num sentido absolutamente positivo. Esse sentido é positivo – se é verdade que a peculiaridade da ideologia está em ela ser dotada de uma estrutura e funcionamento tais que a tornam uma realidade a-histórica, isto é, uma realidade oni-histórica – no sentido de essa estrutura e funcionamento serem imutáveis, acharem-se presentes de uma mesma forma em tudo que chamamos história (...)” (destaques do original). ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 125. Sobre a personalização do sujeito: “Portanto, a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Já que a ideologia é eterna, devemos agora eliminar a forma temporal em que expusemos seu funcionamento e dizer: a ideologia sempre já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que equivale a deixar claro que os indivíduos são sempre já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que nos leva, necessariamente, a uma última proposição: os indivíduos são sempre já sujeitos. Daí os indivíduos serem ‘abstratos’ em relação aos sujeitos que eles sempre já são” (destaques do original). *Idem*, p. 134. Althusser tem uma afeição particular pela ideia de “sempre já”, surgida em sua primeira obra, *A favor de Marx*, no contexto da expressão *todo complexo sempre já dado*.

¹²⁵ FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 36.

O próprio Balibar, décadas após a morte de seu professor Althusser, já havia alcançado tal clareza:

Do ponto de vista do idealismo clássico, poderia parecer que Marx procedeu simplesmente a uma reunião (que poderia ser uma *confusão*) dos três pontos de vista, que correspondem respectivamente à ciência (inteligibilidade dos fenômenos), à metafísica (ilusões necessárias do pensamento puro) e à moral ou “razão prática” (imperativo da conduta). Mas a comparação ressalta a originalidade dessa teoria da constituição do mundo em relação às que a precederam na história da filosofia (e que, é claro, Marx conhecia intimamente): é que ela não procede da atividade de nenhum sujeito, de qualquer forma de nenhum sujeito que seja pensável a partir do modelo de uma consciência. Em contrapartida, ela constitui sujeitos ou formas de subjetividade e de consciência, *no* próprio campo da objetividade. De sua posição “transcendente” ou “transcendental”, a subjetividade passou para uma posição de efeito, de resultado do processo social. O único sujeito de que fala Marx é um sujeito prático, múltiplo, anônimo, e por definição não-consciente de si mesmo. Na verdade um *não-sujeito*: isto é, a sociedade, como o conjunto das atividades de produção, de troca, de consumo, cujo efeito combinado é perceptível para cada um fora dele, como propriedade “natural” das coisas. E é esse não-sujeito ou esse complexo de atividades que produz *representações* sociais de objetos, ao mesmo tempo que produz *objetos* representáveis. A mercadoria, assim como o dinheiro, esperando o capital e suas diversas formas, é eminentemente uma representação ao mesmo tempo que um objeto, é um objeto sempre já dado na forma de uma representação (destaques do original).¹²⁶

Ainda que relevados meus dois pontos de discordância com Althusser, resta uma perplexidade: para onde leva a eliminação do sujeito na epistemologia althusseriana? De volta à objetividade! É claro, não se trata de uma objetividade semelhante à positivista clássica, por meio da qual se identifica uma verdade como realmente existente no próprio objeto, fora, portanto, do sujeito. A formulação da crítica a tal concepção que eu chamo de positivista, aliás, é do próprio Althusser, que a identifica como a concepção empirista de conhecimento:

¹²⁶ BALIBAR, Étienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 83.

A concepção empirista de conhecimento põe em cena um processo que se passa entre um objeto dado e um sujeito dado. (...). Conhecer é abstrair a essência do objeto real, cuja posse pelo sujeito chama-se então conhecimento. (...). *Esse investimento do conhecimento, concebido como uma parte real do objeto real, na estrutura real do objeto real, eis o que constitui a problemática específica da concepção empirista do conhecimento* (destaques do original).¹²⁷

Apesar de, no excerto acima, estar decididamente em oposição com a concepção positivista/empirista de objetividade, Althusser não está seguro acerca do modo pelo qual constitui sua objetividade epistemológica. Com efeito, em um de seus primeiros trabalhos, ele chega a afirmar que

Gostaria de defender aqui uma tese escandalosa, segundo a qual tampouco *a história pode ser uma ciência se não for experimental*. Cabe sem dúvida objetar aqui que no caso da história não se pode repetir uma experiência como em um laboratório, o que pressupõe o velho sistema aristotélico segundo o qual somente há ciência do que se repete. Mas por que não poderia realizar-se a verificação de uma teoria em uma realidade que se transforma, *se a teoria é precisamente uma teoria da transformação da realidade*? Creio que o marxismo, por exemplo, como teoria geral do desenvolvimento das sociedades, contém em si a exigência e o momento da submissão à prática da história real.¹²⁸

Trata-se de um notável exemplo de desconhecimento daquilo que Daniel Bensaïd chamou de oposição entre a ciência em sentido inglês e a ciência em sentido alemão. Com efeito, as principais obras do materialismo histórico-dialético foram produzidas em um período em que *“fascinado pelos êxitos das ciências naturais, Marx foi sem dúvida tocado pela ‘vontade de fazer ciência’ que as anima”*, que o deixou *“enfeitiçado pelo canto metálico da ciência inglesa”*, mas ainda *“retido pelos laços da ‘ciência alemã’ e os sussurros de uma história onde se juntam as vozes de Leibniz e de Goethe, de Fichte e de Hegel”*¹²⁹. Ele prossegue:

¹²⁷ ALTHUSSER, Louis. **Ler o Capital**. Volume I. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 36-39.

¹²⁸ Traduzido livremente da versão em espanhol. Cf. ALTHUSSER, Louis. Sobre la objectividad de la historia – Carta a Paul Ricoeur. **Cuaderno Gris**, Madrid, nº 2, 1997, p. 120. Utilizo a tradução espanhola em razão da inexistência de versão portuguesa para o artigo.

¹²⁹ Bensaïd, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 283.

A relação de Marx com a ciência desconcerta um sem-número de leitores prisioneiros de uma epistemologia que reduz a ciência “autêntica” a seu modelo físico. Na noção de “ciência alemã” atua, ao contrário, o encontro entre a representação, aparentemente arcaica, de uma ciência ainda imbricada com a filosofia e a antecipação de uma ciência nova, que teria superado a *Krise* das ciências europeias (destaques do original).¹³⁰

Está esclarecido, portanto, o motivo de tanta dedicação de Althusser à crítica da concepção positivista/empirista: ele parte dessa concepção em sua juventude, perdido nesta ambiguidade entre duas formas de fazer ciência que caracteriza o pensamento de Karl Marx. Justamente por isso, entretanto, ao formular sua crítica, jamais encontrará de maneira firme o seu próprio lugar perante a questão. Termina, portanto, aderindo a uma mal disfarçada concepção de objetividade por meio da intersubjetividade, para utilizar os termos de Weber já discutidos acima, ou, em outros termos, por meio de uma *objetividade institucional*, expressão atribuída por Michael Löwy a Karl Popper¹³¹, teórico que,

¹³⁰ Bensaïd, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 284. Anoto, entretanto, que, se a observação de Bensaïd é absolutamente pertinente no contexto da produção do pensamento marxiano, a oposição entre “ciência inglesa” e “ciência alemã” perde o sentido na segunda metade do século XX, uma vez que as próprias ciências da natureza, que forneciam o modelo da “ciência inglesa”, passam a sofrer, em sua epistemologia, o influxo das ideias dialéticas e do caráter ativo e construtor do pensamento. Nesse sentido, a epistemologia natural contemporânea supera a lógica experimental de Galileu em favor de uma concepção dialética. Embora seja necessário aproximar-se novamente do tema na seção seguinte, ao tratar da *Ontologia do ser social* de Lukács, passarei ao largo de sua riquíssima discussão por falta de espaço. Justamente por isso, reproduzo a advertência de Nahuel Moreno a respeito do assunto: “*As investigações demonstraram que há leis comuns entre a práxis humana – o pensamento como parte dela – e a natureza orgânica e inorgânica; e que essas leis comuns são dialéticas. Piaget assinalou que essa coincidência profunda entre as criações do pensamento e o mundo real (que não é total ou cópia, senão isomórfica), se dá porque o Homem é um ser biológico e também físico; portanto, suas ações obedecem às leis da Biologia e da Física. O pensamento não faz mais que aperfeiçoar e criar novas combinações destas leis que lhe são implícitas. A concordância surge da raiz comum (a Natureza), não do enfrentamento*”. MORENO, Nahuel. **Lógica marxista e ciências modernas**. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 56. Além de Piaget, a quem Moreno dedica uma boa parte de sua obra, são exemplos dessa corrente epistemológica Paul Feyerabend e Edgar Morin, aos quais já me referi na introdução, e que tentam dar conta de avanços científicos como a teoria da relatividade de Einstein, por exemplo. Ainda no mesmo sentido, foi essa a percepção de Lucien Goldmann, noticiada por Michael Löwy e Sami Naïr: “*Em vários de seus escritos, ele tentou corroborar – com êxito, aliás – a contribuição de Piaget para a metodologia marxista, ainda que este sempre negasse ter estudado profundamente Marx ou partido de postulados marxistas*”. LÖWY, Michael; NAÏR, Sami. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 17.

¹³¹ LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 52-54. Löwy prossegue a exposição criticando Popper, por considerar que seu modelo de objetividade institucional, que pode ser considerado *aceitável* nas ciências naturais, é absolutamente impossível de ser utilizado nas ciências sociais. Veja o leitor em que problema Althusser se coloca.

influenciado pelo neopositivismo lógico, deu novo fôlego ao positivismo no século XX. Essa é a conclusão que extraio de sua confusa exposição sobre o conceito de prática teórica, da qual destaco um excerto que demonstra exemplarmente meu argumento:

Falar do critério da prática em matéria de teoria adquire então, como em qualquer outra prática, seu sentido pleno: porque a *prática teórica* é bem por si mesma seu próprio critério, precisamente em si protocolos determinados de *validação* da qualidade de seu produto, isto é, os critérios de cientificidade dos produtos da prática científica. O mesmo acontece na prática real das ciências: uma vez que estejam verdadeiramente constituídas e desenvolvidas, não precisam absolutamente da comprovação de práticas *exteriores* para declarar “verdadeiros”, isto é, *conhecimentos*, os conhecimentos que elas produzem (destaques do original).¹³²

Meu desafio, portanto, consiste em apresentar, a partir de Marx, uma epistemologia que, concomitantemente, atenda aos seguintes requisitos: não dependa de uma postulação de heterogeneidade epistemológica entre ciências naturais e sociais, visto que os textos de Marx e Engels parecem apontar em sentido diverso; não contenha uma reivindicação de objetividade do conhecimento, ou, se a contiver, que tal reivindicação extrapole tanto o paradigma positivista/empirista de separação radical entre sujeito e objeto do conhecimento quanto a noção de objetividade intersubjetiva ou institucional, uma vez que tais esforços redundam sempre em versões mais ou menos sofisticadas de positivismo; e, por fim, não dependa de uma personificação individual do conceito de sujeito, seja como pressuposto (positivismo/empirismo), seja como corolário da exclusão da ideia de sujeito do método materialista dialético (Althusser). A despersonificação do sujeito apresenta ainda, como consequência, a necessidade de afastamento de uma característica bastante comum nos cientistas sociais, e que, devo confessar, incomoda-me particularmente desde o início de minhas leituras epistemológicas no final do curso de graduação: a impossibilidade de abranger a pessoa do cientista social em sua própria teoria. Em outras palavras, faz parte do

¹³² ALTHUSSER, Louis. **Ler o Capital**. Volume I. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 62-63. Anoto, para eliminar qualquer suspeita de citação fora de contexto, que a mesma ideia pode ser deduzida, ainda que com menor clareza, das páginas 51 e 72-73. Importante destacar, ainda, que Althusser jamais renegou o conceito de prática teórica que fundamenta sua assimilação à objetividade institucional. Segundo ele, o conceito demandava apenas uma precisão destinada a afastá-lo do que ele próprio denominou *desvio teoricista*, qual seja, a inclusão do ponto de vista de classe nas práticas teóricas, conforme se pode depreender da leitura de ALTHUSSER, Louis. **Elementos de autocrítica**. Barcelona: Laia, 1975, p. 63.

desafio rejeitar qualquer epistemologia que não dê conta de si própria como produto da obra teórica de um único indivíduo em seu próprio contexto.

Posso citar aqui dois exemplos bastante lapidares do que digo. O primeiro deles, conhecido como teoria dos sistemas, na forma que lhe deu Luhmann¹³³, divide a sociedade em sistemas comunicativos que tem como entorno, além dos outros subsistemas sociais, os sistemas psíquicos, isto é, os seres humanos. Os sistemas sociais e psíquicos interagem entre si sem se imiscuir um no outro, apenas irritando-se mutuamente, sendo que cada sistema processa as irritações e oferece sua resposta, também na forma de uma irritação do sistema que se encontra em seu entorno, por meio de sua própria lógica interna. Ora, a leitura de sua obra deixa uma sensação extremamente incômoda: sendo o indivíduo Niklas Luhmann, nos termos de sua própria teoria, um sistema psíquico, sem acesso direto aos demais sistemas, como poderia ele conhecer toda a realidade de constituição e interação de todos os outros sistemas psíquicos e sociais? Tal sensação desdobra-se em duas alternativas excludentes: ou Niklas Luhmann não é um sistema psíquico, o que é nitidamente absurdo, ou a teoria é absolutamente equivocada.

O outro exemplo é representado pelo próprio Louis Althusser, quando constitui sua teoria dos aparelhos ideológicos de Estado¹³⁴. Nesta obra, Althusser sustenta a ideia de que o indivíduo é constituído enquanto sujeito a partir de uma interpelação da ideologia, na forma de um aparelho, isto é, de uma estrutura. Assim, considerando-se que, ainda segundo ele, a ideologia não tem história (é eterna), o indivíduo é um *sempre-já* sujeito. Mais uma vez, surge a mesma alternativa: ou Althusser, ao contrário de todos os outros indivíduos humanos, não é sempre-já constituído como sujeito pelos aparelhos ideológicos, já que foi capaz de desvendar todo o mecanismo eterno de interpelação, ou sua formulação, ao menos nesse particular, é inadmissível.

Penso que a resposta ao desafio seja possível por meio da recuperação do sentido de dois excertos fundamentais para a compreensão das ideias metodológicas de Marx, expressas no único e diminuto texto em que tratou do assunto: o capítulo intitulado *O método da economia política* em seu *Para a crítica da economia política*. Tais excertos são

¹³³ LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais: lineamentos para uma teoría general**. 2ª ed. Barcelona: Anthropol, 1998.

¹³⁴ ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 105-142.

utilizados por Althusser na formulação de sua epistemologia e, ainda, encontram-se no cerne da reação de José Arthur Gianotti aos textos de Althusser. Minha crítica, entretanto, ultrapassará, em certo sentido, a crítica de Gianotti, uma vez que este não leva às últimas consequências sua rejeição à ideia althusseriana de história como processo dialético sem sujeito.

Segue, assim, a passagem mais relevante do aludido texto de Marx para a elucidação da questão:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto (destaques no original).¹³⁵

A formulação é complementada mais adiante por outra passagem igualmente plena de conteúdo e enigmática:

Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o ato de produção efetivo – que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior –, cujo resultado é o mundo, e isso é certo (aqui temos de novo uma tautologia) na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de

¹³⁵ MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 14.

pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico [da economia política], o sujeito – a sociedade – deve figurar sempre na representação como pressuposição.¹³⁶

É possível extrair duas ideias fundamentais de tais excertos. Em primeiro lugar, que Marx estabelece uma distinção entre as *pessoas* ou *indivíduos*, chamados ora de *pensamento*, ora de *cérebro*, e o sujeito, ou sujeito real, textualmente identificado com a sociedade. Assim sendo, torna-se impossível sustentar a inexistência de um sujeito no método materialista histórico-dialético se o próprio Marx o afirma no único texto de sua autoria dedicado a tal assunto. Mais do que isso, o sujeito em questão está identificado: trata-se da sociedade. O único problema que pode restar a partir daí está em definir o que Marx entende por sociedade, o que está fora de questão neste estudo. O fato é que, perante um indivíduo, um cérebro, subsiste externamente um sujeito real (e não um objeto), que é, dialeticamente, sujeito e objeto de sua própria produção de conhecimento: a sociedade. E isso nos leva à segunda ideia fundamental que exsurge desse texto.

O cérebro (usarei essa expressão daqui em diante) e o sujeito – a sociedade – estão imbricados no processo de produção do conhecimento, dirigido, dialeticamente, pelo sujeito, que é seu próprio objeto. Ao cérebro somente cabe se apropriar e desenvolver as categorias abstratas produzidas pelo sujeito e, com base nelas, (re)produzir o concreto como concreto pensado¹³⁷. O sujeito, portanto, é quem produz as abstrações a partir de sua

¹³⁶ MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 15. Sobre este segundo trecho, julgo pertinente informar a existência de três traduções em português para este texto. Além desta citada, publicada num volume conjunto pela Abril Cultural e elaborada por Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Gianotti e Walter Rehfeld, existe uma tradução portuguesa de José Barata Moura, publicada em Lisboa pela Editorial Avante, e uma segunda tradução brasileira, elaborada por Florestan Fernandes e publicada pela Editora Expressão Popular. A informação é relevante porque, nesta última, as expressões alemãs do texto original, *reale Subjekt* e *Subjekt*, constantes das duas últimas frases da transcrição acima, são traduzidas por *objeto concreto* e *objeto*. Embora a tradução de Florestan Fernandes labore em equívoco evidente, sua existência demonstra com clareza a informação que expus acima acerca do processo multissecular que levou à atual concepção dos termos sujeito e objeto e, ainda, a imensa dificuldade envolvida em determinar os limites de possibilidade da objetividade e da subjetividade no domínio das ciências sociais.

¹³⁷ Curioso notar que Lênin, ao estudar a *Ciência da lógica* de Hegel, encontra nela uma disposição metodológica similar, o que vem a corroborar minha opção pelo tratamento de Hegel, para identificar as

própria realidade concreta, por meio de sua própria prática diuturnamente reiterada, e essa operação é fundamental para o processo de conhecimento¹³⁸. O exemplo fornecido por Marx, da categoria abstrata do valor de troca, não poderia ser melhor. O valor não é uma propriedade física das mercadorias, mas lhes é atribuído pela prática social da troca, que abstrai de um todo diverso de coisas uma propriedade social comum, representada pela quantidade de trabalho socialmente necessária para sua produção. Não é o cérebro que abstrai o valor das mercadorias, mas o próprio sujeito, ao trocá-las mediante um critério socialmente aceito. Atribui, com isso, realidade à abstração do valor a partir da multiplicidade das mercadorias. O cérebro apenas reconhece a existência real de tal abstração e a desenvolve, em articulação com outras abstrações, para reproduzir o concreto no pensamento como concreto pensado, única forma à disposição do cérebro para se apropriar do mundo concreto.

É nesse sentido que me propus a aprofundar a crítica de Gianotti. Com efeito, ele parte das mesmas percepções, acima destacadas, mas as insere no mesmo contexto datado da relação entre sujeito e objeto que critiquei páginas atrás quando propunha a inexistência de vinculação entre a subjetividade e a individualidade. Confira-se em suas próprias palavras:

Daí a limitação do método abstrato: *em oposição a Hegel ele não é senão* a maneira do pensamento se apropriar do concreto. Mas quando dele se retira o caráter produtor de realidades nada impede que *também* seja o espelhamento de um processo objetivo. Não há pois de se atribuir uma excessiva importância à noção de *produção* teórica. Quando Marx afirma: ‘O todo como aparece na cabeça, tal qual um todo-de-pensar, é um produto da cabeça pensante’ está

relações de sua obra com a de Marx, a partir de seus escritos lógicos. Confira-se: “*É preciso deduzir as categorias (e não toma-las arbitrária ou mecanicamente) (não ‘expor’, não ‘afirmar’, mas demonstrar), partindo das mais fundamentais (ser, nada, devir) (para não mencionar outras) – aqui, ‘neste germe, está todo o seu desenvolvimento’*” (destaques do original). LÊNIN, V. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 103.

¹³⁸ A bem da verdade, o próprio Althusser percorreu a primeira parte do caminho para tal proposição, abandonando-a mais tarde. Confira-se: “*A crítica que, em última análise, opõe a abstração que pertence à teoria, à ciência, ao concreto que seria o próprio real, é uma crítica ainda ideológica, porque nega a realidade da prática científica, a validade das suas abstrações, e finalmente a realidade desse ‘concreto’ teórico que é um conhecimento*”. ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. São Paulo: Zahar, 1979, p. 163. O que impede Althusser de concluir o caminho iniciado, claramente, é seu conceito de prática teórica, que acaba conferindo uma autoridade científica intersubjetiva à abstração, como demonstrei acima, e não uma realidade externa ao cérebro. Por isso, ao invés de desenvolver a noção de abstração real, como Gianotti, Althusser acaba criando sua teoria das três generalidades, exposta na mesma obra.

obviamente se referindo às ideias singulares que estão na cabeça de cada um, resultantes de um complexo processo fisiológico. Para Marx nesse momento importa salientar a subjetividade da ideia em face da objetividade, não tendo pois cabimento a interpretação que faz desse produto o discurso científico objetivo, independente do curso pessoal das representações.

Contra Althusser sustentamos que tal espelhamento só se torna possível porque ocorre na própria realidade um processo de constituição categorial, contraposto ao vir a ser do fenômeno, processo que configura a essência de um modo de produção determinado e, por conseguinte, duma forma de sociabilidade. A essência faz parte de cada momento do concreto sem contudo esgotar-lhe todas as dimensões, de sorte que o discurso somente se tornaria científico quando reproduzisse a ordem dessa constituição ontológica. Esta para nós é a única maneira de explicar o fascínio da ilusão hegeliana e respeitar a coerência e a adequação dos textos da maturidade de Marx. Isto não quer dizer que estejamos confundindo o objeto do pensamento com o objeto real, mas simplesmente que ao percorrer o caminho do abstrato ao concreto estamos formulando um discurso que *reproduz* uma *síntese essencial que se dá além da prática teórica*.

Assim sendo, o conceito e a essência deixam de habitar o real como um de seus pedaços para vir animá-lo de modo mais íntimo e sutil, de sorte que entre o singular e o universal fundado se tece uma trama de articulações que cabe investigar. A mesma coisa pode acontecer com a categoria marxista, desde que se descubra um processo de *abstração real* que opere além da investigação científica, pois esta é a única maneira de conservar o materialismo da doutrina. Assim sendo, abstração não seria semelhante à mineração que retira o ouro da ganga, e seu produto, o conceito, não resultando de um processo exterior ao objeto, seria o próprio objeto na medida em que situa o objeto primitivo no nível da realidade social.

Finalmente fica explicada a ambiguidade da noção de objeto. Como parte inseparável do valor de uso, o valor é ao mesmo tempo todo o objeto, enquanto forma social *posta*, e parte, enquanto oposta ao valor de uso da mercadoria. O paradoxo se dissolve quando distinguimos os níveis da objetividade *posta* e a objetividade simplesmente para o homem.

O valor nesse sentido não existe como as coisas, que estão para o homem e subsistem ainda que a humanidade desaparecesse, existe ao contrário *pelo* homem, dependendo sua perdurabilidade da reiteração dos comportamentos que o *põem*.¹³⁹

¹³⁹ GIANOTTI, José Arthur. Contra Althusser. **Revista Teoria e Prática**, São Paulo, n° 3, abr.1968, respectivamente pp. 69, 70, 71, 72 e 74. Todos os destaques são do original.

Penitencio-me da excessivamente longa sequência de citações com a constatação de que a clareza de exposição de Gianotti é substantivamente superior à minha. Além disso, somente a leitura de tais parágrafos é capaz de tornar cristalina a confusão presente em seu texto entre a distinção entre os homens individualmente considerados, agentes da chamada prática teórica althusseriana, e do conceito de sujeito, já que Gianotti identifica a relação entre o cérebro e a abstração real de que este se apropria com a relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Proponho, portanto, que a epistemologia marxista seja construída sobre os alicerces de uma unidade dialética entre sujeito e objeto do conhecimento¹⁴⁰, ambos constituídos pela sociedade humana em sua relação com a natureza, cada qual consistindo nessa mesma sociedade no exercício de um determinado papel, ao mesmo tempo diferente e idêntico, porque interdependentes os dois processos: a produção e reprodução da vida material e a *posição* (para usar a terminologia de Gianotti) de abstrações reais por meio da reiteração de sua prática.

Lukács quase chegou a conclusão semelhante em seu *História e consciência de classe*:

Marx reprova Hegel (e sobretudo seus sucessores, que retornam cada vez mais claramente a Fichte e a Kant) por não ter superado efetivamente a dualidade do pensamento e do ser, da teoria e da práxis, do sujeito e do objeto; sustenta que a dialética de Hegel, que se propõe como dialética interior e real

¹⁴⁰ Trata-se de caminho semelhante ao trilhado por Jesus Ranieri em obra de que destaco alguns excertos que vêm completamente ao encontro do meu argumento: “Ao mesmo tempo, porém, o correto princípio de análise da dinâmica das conexões causais mostrava que o caminho potencial da filosofia era o de conceber a ciência como unidade entre consciência e materialidade, fazendo com que uma e outra se tornassem – em função de seu entrelaçamento – tanto objeto como agentes do proceder do conjunto do ser social”; “Assim, se a realidade se põe como resultado necessário de um processo, o conteúdo de seu desenvolvimento só pode ser reconhecido também enquanto processo, ou seja, enquanto gênese. Mas não apenas isso: o empreendimento teórico não pode ajustar-se adequadamente ao real se, nessa adequação, não for respeitado o fato de que a realidade compõe-se de empiria e reflexão”; “Reprodução conceitual e produção espiritual aparecem aqui como fundamentais para o entendimento da particularidade do trabalho, que não é uma simples elaboração de produtos, mas em primeiro lugar, uma qualificação única na base humana de sedimentação social, uma vez que não existe trabalho sem abstração”; “Registramos nesse trabalho que a real estatura de Hegel na formulação de uma teoria social da história só alcançou verdadeira visibilidade em virtude de sua apropriação pelo materialismo, e isso é ainda mais nítido quando sua concepção teórica é perscrutada por Lukács em diferentes textos de análise do idealismo. Principalmente no que toca à questão da diligência em relação à teoria do reflexo, a contribuição de Lukács mostra o quanto a unidade entre subjetividade e objetividade – e sua determinação mútua – é o núcleo da concepção hegeliana de ciência”. RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011, respectivamente pp. 12-13, 15, 18 e 19.

do processo histórico, não passa de mera ilusão; reprova-lhe por não ter superado Kant justamente a respeito desse ponto decisivo: critica o conhecimento hegeliano por ser simplesmente o conhecimento *sobre* uma matéria – por si só de natureza estranha –, e não o próprio conhecimento *dessa* matéria, que é a sociedade humana. (destaques do original).¹⁴¹

Como cheguei a adiantar de passagem algumas páginas atrás, a crítica de Lukács a Hegel equivoca-se quando afirma que este insiste na separação entre sujeito e objeto, uma vez que o problema reside justamente em sua identificação. Lukács chegou a tal conclusão anos mais tarde, em seu prefácio autocrítico¹⁴², vindo, entretanto, a exagerar na crítica a seus escritos de juventude. Como acabei de demonstrar, a ideia de uma sociedade que é sujeito e objeto do conhecimento, ao mesmo tempo, não implica sua identidade, mas sua unidade dialética. É exatamente nesse sentido, reconhecido em *História e consciência de classe*, que a epistemologia marxista supera a hegeliana. O equívoco deste trabalho reside, ao contrário, em circunscrever este sujeito à classe proletária. Mais uma vez, entretanto, a afirmação antecipa uma discussão que somente será concluída na seção seguinte, à qual remeto o leitor.

Além disso, as conclusões de Gianotti que incorporei e aprofundei neste estudo estão significativamente próximas às que o mesmo Lukács, embora se dedicando ao estudo de problemas diversos, já havia atingido a respeito da relação entre prática social, subjetividade e objetividade:

Precisamente do ponto de vista ontológico, surge assim uma situação bastante paradoxal, mas, por isso, adequada para determinar com precisão o caráter ontológico dos atos conscientes e dos seus objetos, que desempenham um papel determinante nos pores teleológicos que desencadeiam a práxis. Trata-se de uma objetividade toda nova, particular, para a qual não se encontra analogia nas formas do ser precedentes, mas que determina justamente o específico da objetividade (portanto, do ser e de suas categoriais) no âmbito do ser social. Por isso, não é casual que, quando Marx analisa, nas considerações iniciais de sua obra principal, a gênese e a essência de uma forma objetiva tão fundamental como a mercadoria, fale logo no começo de uma “objetividade espectral”. A expressão “espectral” contém uma crítica irônica

¹⁴¹ LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 89-90.

¹⁴² *Idem*, p. 24.

ao materialismo vulgar. Isso porque as relações categoriais que Marx expõe na análise das funções reais do sistema de mercadorias impõem-se, de um lado, com uma irresistibilidade semelhante à das leis naturais, de outro lado, se consideradas em sua imediatidade, parecem ser apenas abstrações do pensamento. Parece que categorias como o tempo de trabalho socialmente necessário, em sua contraposição marcante com o trabalho concreto, seriam apenas abstrações intelectuais, que são derivadas pelo pensamento do trabalho concreto imediato. Na verdade, porém, são realidades econômicas, cuja existência imediata (eventualmente mediada na realidade), cuja operacionalidade fática determina faticamente a produtividade do trabalho de cada membro da sociedade. Portanto, o ser humano tem de reagir faticamente a isso, como a uma lei natural material total ou parcialmente conhecida, ou, às vezes, apenas suposta. Por isso, a “objetividade espectral”, tanto como desencadeadora quanto como consequência, é para a práxis (por isso também para o pensar) de cada ser humano que vive na sociedade algo tão existente quanto a própria realidade material do trabalho concreto. Valor de uso e valor de troca têm no ser social uma coexistência real dialeticamente determinada, independentemente de como se constitui a objetividade de cada uma, tomada de maneira isolada.¹⁴³

A partir de tais abstrações reais acima referidas, cada cérebro se verá confrontado à tarefa de desenvolver as abstrações em sua relação mútua, a fim de reproduzir o concreto como concreto pensado e dele apropriar-se *individualmente*, uma vez que o processo social de conhecimento estará *sempre-já dado* (para usar a terminologia de Althusser), anteriormente à tentativa de qualquer cérebro de apropriar-se dele por meio da prática teórica¹⁴⁴.

Como se não bastasse, a exposição precedente elucida ainda um problema que havia sido abordado de passagem na seção anterior e que se revela agora em sua plenitude: minha pequena correção de rumo na crítica de Gianotti a Althusser desfaz o paradoxo da empiria marxista, reivindicada literalmente em seus textos, em sua oposição com a dialética. Com efeito, a dialética opera no nível do sujeito, no processo histórico de produção e reprodução

¹⁴³ LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 275-276.

¹⁴⁴ Para eliminar qualquer ambiguidade, registro que Althusser deixa muito claro em sua obra que a prática teórica é obra de indivíduos, ou de cérebros, na terminologia que venho utilizando. Confira-se sua afirmação acerca da ruptura com a ideologia e da fundação da ciência da história: “*Esse trabalho de ruptura foi o resultado da prática teórica de um homem: Karl Marx*”. ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. São Paulo: Zahar, 1979, p. 168.

da vida material, mas a empiria não pode ser abandonada no momento em que cada cérebro se vê na contingência de reproduzir o concreto por meio do desenvolvimento das abstrações.

Ainda, a colocação da questão nestes termos reabilita toda uma preocupação que marca decisivamente o texto de Michael Löwy e é colocada também por Louis Althusser, no sentido da interferência das posições de classe na prática teórica, de que tratarei extensamente na seção seguinte.

Por ora, cumpre complementar as observações até aqui desenvolvidas apontando que esta distinção entre individualidade e subjetividade está ligada ainda a outra construção da lavra de Marx, absolutamente essencial para a compreensão do método científico: a diferenciação entre método de investigação e método de exposição. Em suas próprias palavras, no posfácio da segunda edição de *O Capital*:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar as suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori* (destaques do original).¹⁴⁵

Desse modo, se é que é possível permanecer sem consequências nas metáforas topográficas sempre invocadas para explicitar as diferenças entre o positivismo e a dialética, parece-me que posso falar em quatro níveis diversos, dois dos quais se passam na realidade material, e outros dois na prática teórica: i) a produção e reprodução da vida material; ii) as abstrações formuladas pelo sujeito social nesse processo; iii) a apreensão das abstrações pelos cérebros para seu desenvolvimento e reprodução do concreto como concreto pensado e; iv) por fim, a exposição desse concreto pensado como teoria científica.

Portanto, a adoção do materialismo histórico-dialético implica renunciar à dicotomia entre objetividade e subjetividade do conhecimento, já que a fase mais

¹⁴⁵ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 28.

substancial de tal processo consiste justamente na *posição* de *abstrações reais* pela prática social, que ocupa, portanto, o papel de sujeito e de objeto da produção de conhecimento em unidade dialética. A *individualidade*, que não se confunde com a *subjetividade*, desempenhará algum papel apenas quando os *cérebros* se debruçarem sobre a tarefa de apropriar-se das *abstrações reais postas* pelo *sujeito/objeto social*, reproduzindo o concreto na forma de um concreto pensado. Aqui, sim, será relevante a determinação do método de pesquisa ou investigação e do método de exposição e, conseqüentemente, a interferência das posições sociais de cada *cérebro* no processo de pesquisa e exposição. Ocupar-me-ei deste tema na seção seguinte.

I.3 – A justificação do método

Deixei propositalmente de lado, na seção anterior, as questões atinentes ao método, porque seria impossível abordar o problema sem o esclarecimento prévio acerca dos quatro níveis envolvidos no processo de produção do conhecimento. Com a introdução das devidas precisões, fica absolutamente claro que não há qualquer necessidade de método *científico* para a produção e reprodução da vida material, bem como para as abstrações formuladas a partir de tais práticas, e que as orientam. É a ideia de *técnica* que está envolvida em tais níveis do processo de produção de conhecimento, o que me levará a abordá-los na seção seguinte.

Dedicar-me-ei, por ora, a discutir os dois últimos níveis do processo que podem, agora, ser rebatizados conforme a nomenclatura marxiana, que passarei a adotar daqui em diante: método de investigação e método de exposição. Assim, a epistemologia, como ciência das ciências, estará preocupada exatamente com o método de investigação e o método de exposição do conhecimento socialmente produzido pela prática. Esse será meu objeto de preocupação a partir de agora. Não é outra, aliás, a disposição de Gianotti, quando sustenta:

Compreende-se desse modo a íntima vinculação entre a *expressão* e a *posição*, pois uma é o anverso da outra. Cada *posição* duma objetividade corresponde à transformação dos membros da equação em formas *expressivas* da nova entidade *posta*. Mas na medida em que tais entidades estão ocultas, o

método que vai do abstrato ao concreto deve percorrer as formas de expressão, das mais elementares às mais complexas, a fim de *revelar* as objetividades que põe a cada passo o discurso inscrito na práxis capitalista. Por isso o método é fundamentalmente um modo de expressão, por isso não cria propriamente nada independente da contínua reiteração dos processos sociais, porquanto para trazer a essência para a existência é preciso extirpar todos os modos antigos de comportamento e os ideais que lhes correspondem, exigindo em suma a luta pela implantação duma nova organização social (destaques do original).¹⁴⁶

Além disso, ainda mais importante que seus nomes e suas posições no processo de produção do conhecimento, o verdadeiro núcleo da presente seção: sua justificação. Em outras palavras: como deve o cientista escolher seu método? A escolha é livre – o que redundaria num relativismo radical – ou deve ser guiada por alguma razão? Se a escolha do método deve ser justificada em alguma razão, onde é possível encontrá-la? O que a lastreia?

A colocação do problema que norteará esta seção me leva de volta à obra de Michael Löwy e sua alegoria do mirante. Na seção anterior, descrevi como Löwy assimilava as diversas produções científicas a níveis topográficos de observação do horizonte, de modo que o mais alto daqueles permitiria a melhor visão possível deste. Posterguei, entretanto, a explicação do motivo pelo qual, no entender de Löwy, os cientistas colocavam-se em mirantes de alturas diferentes. Investigarei o assunto mais de perto a partir de agora.

Löwy trata do tema a partir do conceito, emprestado da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, de visão social de mundo, definido como um conjunto de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, unificado por uma perspectiva socialmente determinada. As diferentes visões sociais de mundo, em seu entendimento, podem ser classificadas de maneira binária: aquelas comprometidas com a manutenção do *status quo* são identificadas como *ideologias*¹⁴⁷, enquanto aquelas com objetivo de transformação da

¹⁴⁶ GIANOTTI, José Arthur. Contra Althusser. **Revista Teoria e Prática**, São Paulo, n° 3, abr.1968, pp. 75-76.

¹⁴⁷ Note-se que, com isso, Löwy apresenta um conceito peculiar de ideologia. Passarei ao largo dessa riquíssima discussão por se afastar demais de meu objeto e por acreditar ser possível (re)construir uma epistemologia sem passar pela relação da ciência com a ideologia, até porque, como se vê facilmente, tratar tal percurso como necessário pressupõe, por si só, um conceito de ideologia como o *outro* da ciência, proposto de maneira mais clara pelo primeiro Althusser, que passa longe de ser unânime entre os marxistas, e

realidade são tratadas por *utopias*. Desse modo, uma mesma visão social de mundo pode passar de utópica a ideológica, caso seu programa de transformação da realidade venha a ser implementado de forma bem sucedida. Aliás, é justamente por isso que Löwy trata o stalinismo por *ideologia marxista* ou *marxismo ideológico*¹⁴⁸.

Com essa construção, Löwy parece postular também, assim como seu inspirador Mannheim, a construção de sua própria sociologia do conhecimento, ou até mesmo o que se poderia designar uma *teoria geral das formas de produção de conhecimento científico*, uma vez que as posições de vantagem e desvantagem em relação às alturas dos mirantes de observação do horizonte da verdade jamais seriam absolutas. Justamente em razão da constituição do par de contrários ideologia/utopia em torno do projeto de manutenção ou transformação da realidade, a posição melhor ou pior para obtenção do conhecimento científico somente poderia ser encontrada mediante a comparação com uma posição superior ou inferior.

É claro que, mais uma vez, utilizo a obra de Löwy por sua clareza didática e por expressar quase um lugar-comum na teoria marxista¹⁴⁹, embora sua posição suscite diversos problemas teóricos articulados entre si, alguns dos quais ele mesmo identifica.

que o próprio Althusser veio a renegar mais tarde como um desvio teoricista. Indico, entretanto, trabalho recente deste programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo que, em certo sentido, é bastante complementar ao meu, dedicando-se justamente a investigar a questão dos direitos sociais sob o prisma da ideologia e da luta de classes. Cf. MELO, Tarso Menezes. **Ambiguidade e resistência: direito, política e ideologia na neoliberalização constitucional**. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2011.

¹⁴⁸ LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 167-168.

¹⁴⁹ Para ficar apenas em dois dos mais destacados representantes do marxismo, apresento os excertos seguintes. O primeiro, do jovem Lukács, em que a semelhança com Löwy, inclusive na alegoria da *visão*, é notável: “É somente com a entrada em cena do proletariado que o conhecimento da realidade social encontra seu termo: com a perspectiva da classe do proletariado, encontra-se um ponto a partir do qual a totalidade da sociedade torna-se visível” (LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 96). O segundo, extraído da fase madura de Althusser: “Com efeito, temos toda razão ao falar de um núcleo científico irrecusável e incontroverso no marxismo, o do materialismo histórico, a fim de traçar uma linha de demarcação vital, nítida, inequívoca (inclusive se for preciso – e é – ‘trabalhar’ até o infinito em seu traçado para evitar a queda no positivismo e na especulação), entre, de um lado, os proletários que precisam dos conhecimentos objetivos, verificados e verificáveis, em suma científicos, para triunfar, não nas palavras, mas nas ações, sobre seus adversários de classe; de outro, não somente os burgueses que, evidentemente, negam ao marxismo toda dignidade científica, mas também aquelas pessoas que se contentam como uma ‘teoria’ pessoal ou presuntiva fabricada por sua imaginação ou seu desejo pequeno-burguês, ou que repudiam toda ideia de teoria científica e inclusive a palavra ciência e até a teoria, sob o pretexto de que toda ciência, ou inclusive toda teoria, seriam ‘reificantes’, alienantes e, assim, burguesas” (destaque do original). Traduzido livremente da versão em espanhol. Cf. ALTHUSSER, Louis. **Elementos de autocrítica**. Barcelona: Laia, 1975, pp. 25-26. Observo que utilizei a edição espanhola em razão da inexistência de tradução portuguesa do texto.

Início o tratamento de tais problemas identificando a relação de contradição entre dois aspectos nucleares de seu pensamento. Ora, o principal ponto em que Löwy se afasta de Mannheim diz respeito justamente aos fundamentos das visões sociais de mundo por trás das ideologias e utopias. Mannheim, ao admitir que quaisquer conjuntos de valores fundamentem as visões sociais de mundo, constrói uma sociologia do conhecimento de tipo relativista. Löwy, ao contrário, postula a condição de teórico marxista, tanto que insiste no caráter socialmente determinado das visões sociais de mundo. Se é assim, é evidente que ele deve, como efetivamente vem a fazer¹⁵⁰, postular a superioridade epistemológica da visão social de mundo do proletariado sobre as demais, particularmente sobre a visão social de mundo burguesa.

Um fato, entretanto, salta aos olhos: a formulação não contemplaria, para citar apenas um exemplo, a hipótese de um cientista social, ligado à aristocracia czarista, que, posteriormente ao sucesso da Revolução Russa em 1917, viesse a justificar cientificamente a necessidade da restauração, a partir de sua visão social de mundo vinculada à nobreza rural, bem como qualquer tipo de manifestação científica fundamentada em uma visão social de mundo reacionária. Note-se que a visão social de mundo czarista não deixa de ser, na classificação apresentada por Löwy, uma utopia, por almejar a transformação do estado de coisas existente. O fato de que a transformação almejada seja constituída pelo retorno a uma situação pretérita exige a inserção de uma precisão na classificação das ideologias e utopias, para dizer o mínimo. Entendo, entretanto, que tal “precisão” seria tão decisiva que invalidaria completamente a mencionada classificação, exigindo a reelaboração completa da interação entre as visões sociais de mundo e a produção do conhecimento.

Com efeito, não é possível, a partir da constatação de que a visão social proporcionada pela posição de classe proletária é a mais adequada à obtenção da verdade em razão de sua necessidade para a transformação almejada, deduzir uma teoria geral das visões sociais de mundo e sua classificação em ideologias e utopias. O próprio Löwy o afirma: a posição de classe proletária possui uma especificidade em relação às demais

¹⁵⁰ “Consequentemente, a superioridade epistemológica da perspectiva proletária não é somente a das classes revolucionárias em geral, mas tem um caráter particular, qualitativamente diferente das classes do passado, específica ao proletariado enquanto última classe revolucionária e enquanto classe cuja revolução inaugura o ‘reino da liberdade’, isto é, a dominação consciente e racional dos homens sobre sua vida social” (destaques do original). LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 209.

posições de classe, independentemente, aliás, de serem, utilizando sua classificação, ideológicas ou utópicas, mantendo-se epistemologicamente privilegiada ainda quando o proletariado tenha tomado o poder e ela se tenha tornado uma “ideologia”¹⁵¹.

Essa constatação me leva a afastar peremptoriamente a classificação em ideologias e utopias, mantendo apenas o que me parece essencial e coerente na construção de Löwy: o fato de que cada epistemologia estará vinculada a uma visão social de mundo socialmente determinada, o que implica, no contexto de uma epistemologia materialista histórico-dialética, sua vinculação a posições de classe; e o fato de que a visão social de mundo proletária possui uma especificidade em relação às demais, que lhe garante um privilégio epistemológico na busca da verdade e não está relacionada (apenas) ao fato de que o proletariado é uma classe revolucionária. A manutenção de tais aspectos da construção, entretanto, pressupõe uma aceitação prévia do marxismo, já que tais conclusões somente são alcançadas a partir de pressupostos já marxistas. Trata-se do que Löwy chama de “princípio da carruagem”:

Restava resolver a questão espinhosa da aplicação do materialismo histórico a si mesmo – esboçada por Marx, mas insuficientemente desenvolvida. Certos teóricos marxistas (especialmente sob a influência do positivismo) procuraram contornar o problema apresentando o marxismo como a ciência da sociedade (ou da história), objetiva e sem vínculos sociais, isto é, excluindo-o do processo geral de determinação social da consciência e do conhecimento – o que os fez na realidade cair na armadilha do “princípio da carruagem”, tal como foi enunciado por Max Weber: se o materialismo histórico é um princípio de explicação universal, como

¹⁵¹ Saliento que, embora venha utilizando a obra de Löwy por sua clareza didática, esta ideia não é originalmente sua, mas do orientador de seus estudos na França, Lucien Goldmann, e pode ser encontrada, com maiores detalhes em GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. O próprio Löwy o admite, explicitando a ideia quase com as mesmas palavras na obra que consagrou a expor o pensamento de Goldmann: *“As diferentes perspectivas e visões de mundo não são equivalentes. Certos pontos de vista permitem uma maior compreensão da realidade e possuem assim uma superioridade epistemológica em relação aos outros. Trata-se de escolher aquele que permite compreender os outros, explicá-los, revelar seus limites etc.”*. LÖWY, Michael; NAÏR, Sami. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 35. É bem verdade, entretanto, que Goldmann, na definição das linhas mestras de sua epistemologia, vai além de Löwy e deixa uma saudável abertura à perspectiva, que aqui sufrago, de superação da separação estanque entre sujeito e objeto. Ainda nas palavras de Löwy e Naïr: *“Goldmann sustenta o que ele denomina ‘a identidade parcial entre sujeito e objeto’. Em outras palavras, ele enfatiza a existência de uma autonomia relativa entre a consciência e a realidade, entre o sujeito e o objeto. Nesse caso, a consciência não é mais o produto puro da subjetividade criadora, ela é o resultado da relação entre a subjetividade e a objetividade”* (destaques do original). *Idem*, p. 24.

poderiam deter-se como uma vulgar carruagem, diante do próprio pensamento marxista?¹⁵²

Althusser apresenta também sua versão do mesmo problema:

Que o marxismo possa e deva ser, ele próprio, o objeto da questão epistemológica, e que essa questão epistemológica só possa ser colocada em função da problemática teórica marxista, isso é, de fato, necessário para uma teoria que se define dialeticamente não apenas como ciência da história (materialismo histórico) como também, e ao mesmo tempo, como filosofia, capaz de dar conta da natureza das formações teóricas e de sua história, portanto *capaz de dar conta de si*, tomando-se a si mesma como objeto. O marxismo é a única filosofia que enfrenta teoricamente essa prova.

É preciso acrescentar que esses princípios, contrariamente aos anteriores, não são *princípios ideológicos no sentido estrito, mas princípios científicos*: por outras palavras, não são a *verdade* do processo que se trata de estudar (como o são todos os princípios de uma história no “futuro anterior”). Não são a *verdade de*, são a *verdade para*, são *verdadeiros*, como condição de posição legítima de um problema, e, pois, através desse problema, da posição de uma solução verdadeira. Pressupõem, portanto, o “marxismo acabado”, não como a *verdade* da sua própria gênese, mas como a *teoria que permite a inteligência* de sua própria gênese, como de qualquer outro processo histórico. É, aliás, nessa única condição que o marxismo pode dar conta de *outra coisa que de si*: não somente de sua própria gênese, como diferente de si, assim como de todas as outras transformações produzidas na história, *inclusive* aquelas em que são inseridas as consequências práticas da intervenção do marxismo na história (destaques do original).¹⁵³

Por fim, ainda no mesmo sentido, Lukács:

Nossa meta é determinada, antes de mais nada, pela convicção de que a doutrina e o método de Marx trazem, *enfim*, o *método* correto para o conhecimento da sociedade e da história. Esse método, em sua essência mais íntima, é histórico. Por conseguinte, é preciso aplicá-lo continuamente a si mesmo, e

¹⁵² LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 99.

¹⁵³ ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, respectivamente pp. 29 e 51-52.

esse é um dos pontos essenciais desses ensaios (destaques do original).¹⁵⁴

Se as conclusões de Löwy, Althusser e Lukács¹⁵⁵ demandam uma aceitação prévia dos pressupostos marxistas, é certo que eles devem apresentar uma justificativa plausível para tal aceitação, sob pena de tornar todo o edifício teórico sobre ela construído absolutamente arbitrário e, portanto, atribuindo total razão ao relativismo. É Löwy quem se arrisca a encontrar a justificativa, dividida em dois pontos:

O proletariado, pelo contrário, classe universal cujo interesse coincide com o da grande maioria da humanidade e cujo objetivo é a abolição de toda dominação de classe, não é obrigado a ocultar o conteúdo histórico de sua luta.

O proletariado, pelo contrário, *não pode* tomar o poder, transformar a sociedade e construir o socialismo senão por uma série de ações *deliberadas e conscientes*. O conhecimento objetivo da realidade, da estrutura econômica e social, da relação de forças e da conjuntura política é, portanto, uma *condição necessária de sua prática revolucionária*; em outras palavras: a verdade é uma arma de seu combate, que corresponde a seu interesse de classe e sem a qual ele não pode prosseguir (destaques do original).¹⁵⁶

É interessante notar que Löwy, após construir sua justificativa a respeito da adoção da visão social de mundo proletária, desdenha dela e a inutiliza:

Estes dois conjuntos de proposições são demonstráveis cientificamente? Advêm da análise empírica de fatos? Sim e não. Sim, na medida em que se pode, até certo ponto, deduzi-los da condição objetiva do proletariado na sociedade capitalista e da experiência histórica de suas lutas revolucionárias. Não, na medida em que eles são aceitáveis apenas para os que *já optaram*, para os que tomaram posição em favor do proletariado e de seu ponto de vista. Em outros termos: eles contêm um núcleo irreduzível de *fé*, ou, mais precisamente, de *aposta histórica* sobre o papel emancipador

¹⁵⁴ LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 54.

¹⁵⁵ Esclareço, oportunamente, que selecionei estes autores porque representam correntes em certo sentido antagônicas dentro do marxismo.

¹⁵⁶ LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, respectivamente pp. 207 e 208-209.

do proletariado, sobre sua vocação universal e redentora (destaques do original).¹⁵⁷

Se Löwy parte em busca da objetividade das ciências sociais, não pode basear sua epistemologia numa aposta e, muito menos, num ato de fé, sob pena de relativizar todo o conhecimento. A justificativa de fé é em tudo equivalente à total ausência de justificativa, posto que não é científica, e transformaria toda a epistemologia num grande sistema de verificação de coerência interna. A crítica a este tipo de postura já havia sido formulada, muitas décadas antes, de forma mordaz:

O que eles chamam de crença e procuram rebaixar, qualificando de “religião”, é somente a certeza do declínio do capitalismo, a certeza da vitória final da revolução proletária. Não pode haver garantia “material” para essa certeza. Ela está garantida somente metodicamente – pelo método dialético. E essa garantia também só pode ser provada e adquirida pela ação, pela própria revolução, pela vida e pela morte para a revolução. Um marxista que cultive a objetividade do estudo acadêmico é tão repreensível quanto alguém que acredite que a vitória da revolução mundial pode ser garantida pelas “leis da natureza” (destaques do original).¹⁵⁸

Eis aí, portanto, o ponto que devo desenvolver para além da obra de Michael Löwy: a busca de uma epistemologia cuja justificação não dependa de uma aposta ou de um ato de fé, mas que possa ser cientificamente fundamentada. Ou, na beleza da formulação de George Novack, de notável concisão e simplicidade: “*A dialética prova sua veracidade aplicando seu próprio método de pensamento para se explicar e às suas origens*”¹⁵⁹.

É na obra da maturidade de Lukács que é possível encontrar a realização desse programa. Com efeito, no final de sua vida, depois de elaborar sua *Estética*, ele sente a necessidade de redigir uma *Ética*, jamais concluída. Como tarefa preliminar da *Ética*, Lukács entendeu ser imprescindível a fundação de uma *Ontologia*¹⁶⁰, e é exatamente nesse

¹⁵⁷ LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 209.

¹⁵⁸ LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 130-131.

¹⁵⁹ NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p. 48.

¹⁶⁰ As informações sobre o caminho intelectual de Lukács até a redação da *Ontologia* encontram-se em VAISMAN, Ester e FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação. In: LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 18-19.

ponto que sua tarefa vem ao encontro de nossas preocupações acerca da fundamentação científica do método a ser adotado. Ou, para utilizar uma terminologia empregada décadas mais tarde por István Mészáros¹⁶¹, Lukács soube, ao formular sua *Ontologia*, furtar-se a quaisquer tipos de apostas e crenças e demonstrar a *determinação social do método*, o que, evidentemente, é possível unicamente por meio de uma adequada compreensão do ser social que determinará o método. Daí a pertinência da formulação de uma *Ontologia*.

Considero, aliás, ser esse o maior legado teórico de Lukács: a demonstração de que é possível extrair da observação empírica do ser social o seu próprio método de investigação. Para tanto, é indispensável a formulação que ele empreende sobre os três domínios em que o ser se divide – natural inorgânico, natural orgânico e social, que, embora distintos, compartilham entre si a característica de serem processos irreversíveis – e, talvez mais importante, sobre a origem do ser natural orgânico a partir do inorgânico e sobre a origem do ser social a partir do ser natural orgânico. Confira-se:

Nossas considerações visam determinar principalmente a essência e a especificidade do ser social. Mas, para formular de modo sensato essa questão, ainda que apenas de maneira aproximativa, não se devem ignorar os problemas gerais do ser, ou, melhor dizendo, a conexão e a diferenciação dos três grandes tipos do ser (as naturezas inorgânica e orgânica e a sociedade). Sem compreender essa conexão e sua dinâmica, não se pode formular corretamente nenhuma das questões autenticamente ontológicas do ser social, muito menos conduzi-las a uma solução que corresponda à constituição desse ser.

(...).

De um lado, uma consideração ontológica do ser social é impossível sem procurarmos seu primeiro ponto de partida nos fatos mais simples da vida cotidiana dos homens. Para expor esse fato nos seus estados mais rudimentares, é preciso lembrar uma trivialidade, muitas vezes esquecida, de que só uma lebre que exista pode ser caçada, só uma amora que exista pode ser colhida etc. Todo pensamento, cujas pressuposições e conclusões perderem esse fundamento último, tem de dissolver-se subjetivamente, em sua totalidade e em seus resultados.¹⁶²

¹⁶¹ MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁶² LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 35-37. As menções da lebre e da amora são, em minha opinião, uma referência clara à “existência real fora do cérebro” mencionada por Marx na *Introdução à crítica da economia política*, texto que já debati mais de uma vez neste estudo.

É importante destacar que tal programa não é óbvio, ou sequer pacífico. Aliás, a investigação da origem do ser em sua existência real como determinante para a construção do método é exatamente o oposto do que pretende Althusser, que sustenta que a vantagem de Marx em relação a Hegel está justamente em ter superado a concepção hegeliana segundo a qual seria possível a fundação da dialética em uma origem hipotética – o ser puro – que consistiria justamente num ponto final sublimado como origem, atribuindo uma teleologia a um processo que não a poderia conter¹⁶³.

Observe-se que a mencionada oposição é plena de consequências. É somente a rejeição de Althusser pela ideia de origem que lhe permitirá introduzir em sua epistemologia elementos que se afastam decididamente da dialética, ligados à ideia de eternidade – o *sempre-já* sujeito, o todo complexo *sempre-já* dado, a eternidade da ideologia – e incorrendo, dessa forma, em todos os problemas já discutidos acerca da adoção de tais conceitos. E o motivo para tal rejeição, acredito, já deve estar bastante claro a esta altura: o contexto é o mesmo do anti-humanismo de Althusser. Althusser rejeita a ideia de origem porque ela somente poderia ser uma origem do *homem* em sua sociabilidade – ser humano social –, o que contrastaria com sua identificação de homem com sujeito e com sua rejeição à noção de sujeito. E já demonstrei, na esteira de Ruy Fausto, como o anti-humanismo se interverte em seu contrário e não pode ser adotado como postura para superação do humanismo individualista.

Penso, com Lukács, que o correto é justamente o oposto: a origem é determinante para a construção do método de compreensão do ser social. E isso se justifica em um fato que, de tão óbvio, chega a ser simplório: por mais que não saibamos exatamente quando e como se deu, é certo e indiscutível que o ser humano efetivamente surgiu em algum momento da história, ou seja, ele não existiu desde sempre e possivelmente não existirá para sempre. Ora, se a origem, embora certamente tenha existido, é historicamente irrecuperável, por ausência de registros¹⁶⁴, a tarefa da epistemologia deve consistir na

¹⁶³ ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo (1967). **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 9, 1999, pp. 23-24. Deixo de transcrever o excerto porque já o fiz algumas páginas atrás, quando discutia o conceito de sujeito em Marx.

¹⁶⁴ A formulação de Lukács a respeito do tema é primorosa: “Naturalmente, também para a consideração ontológica permanece um hiato. Isso porque a transformação da adaptação passiva (biológica) em um ambiente respectivamente dado, em uma ativa (social) é e continua sendo um salto para cujo transcurso

reconstrução da especificidade do ser social em relação aos demais domínios do ser, o que permite, se não conhecer detalhadamente os fatos ligados à origem do ser social, o que seria impossível, ao menos compreender o que deve guiar as investigações sobre ele.

Em outras palavras, negar a origem equivale a negar a historicidade e a especificidade do ser social. Se é assim que ele se nos apresenta, como eterno e não originário, essa aparência deve ser desfeita em busca de sua essência, ligada a sua origem histórica. Perceba-se que não se trata aqui de uma fundação hipotética da sociedade a partir de um estado de natureza imaginário – bom ou mau – no qual os homens, por algum tipo de conveniência, optam por fundar a sociedade ou o Estado. Este é o programa das diversas formas de contratualismo – Hobbes, Locke e Rousseau, principalmente –, que representam o ápice da ideologia burguesa: a adoção de uma forma típica do direito burguês contemporâneo – o contrato – como base de organização de toda a sociedade. O foco deve ser, evidentemente, outro, consistente em demonstrar o que há de próprio no ser social em relação à sua forma de ser precedente, o ser natural orgânico.

Lukács é bastante incisivo ao apontar o motivo determinante para a diferenciação do ser social em relação ao ser natural orgânico, fazendo-o, aliás, na esteira do que já havia sustentado o próprio Marx – o trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se

fático ainda hoje nos falta a base imediata dos fatos; sabemos apenas que – sem prejudicar seu caráter de salto – ele exigiu, concretamente, um período muito longo de transição. Os documentos fáticos mais primitivos que nos foram transmitidos sobre o trabalho originam-se de fases de desenvolvimento que há muito haviam deixado esse salto para trás. E todos os indícios comprováveis no mundo animal ainda estão tão distantes do salto que nem deles podemos tirar conclusões a respeito de como ele se deu concretamente. Portanto, podemos apenas tirar nossas conclusões da mera contraposição das esferas do ser orgânico natural e do social, sabendo bem que são, de um lado, separadas qualitativamente pelo salto que conhecemos e, de outro, continuamente ligadas por seus períodos de concretização faticamente morosos e ricos em transições” (destaques do original). LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 216-217.

trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.¹⁶⁵

Se a nota distintiva do ser social é o trabalho, entendido como mediação entre homem e natureza no contexto da reprodução de sua vida material, mediante uma prévia ideação, ele se tornará o modelo geral de toda a prática social e, dessa forma, não só sua compreensão adequada será imprescindível para a compreensão da sociedade, como ele será o paradigma determinante dessa compreensão. Novamente com Lukács:

Isso pode ser visto de imediato no fato ontológico fundante do ser social, o trabalho. Este, como Marx demonstrou, é um pôr teleológico conscientemente realizado, que, quando parte de fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais, de modificar processos, objetos etc. do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho. (...). O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana.¹⁶⁶

Bem mais adiante, já de posse dessa identificação do trabalho como fundamento da práxis social humana, Lukács estabelecerá suas consequências metodológicas:

¹⁶⁵ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 211-212. Inúmeros outros excertos poderiam ser colhidos na sequência do texto, do que me abstenho para não cansar o leitor.

¹⁶⁶ LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 43-45.

O método de conhecimento é, pois, determinado pela constituição objetiva (ontológica, categorial) de seu objeto. Mas isso não significa, em absoluto, que seu caminho, seu método, possa ou deva ser modelo ou uma simples imitação do ser processual do concreto objetivo. Portanto, o conhecimento científico e também o filosófico devem partir da objetividade concreta do existente que a cada vez torna-se seu objeto e desembocar no esclarecimento de sua constituição ontológica. Por isso mesmo, esse processo nunca pode ser idêntico àquele do ser, nem simplesmente imitar os seus processos. No entanto, precisamente dessa exigência metodológica quanto à autonomia do caminho do conhecimento, segue-se que os “métodos” aí aplicados, as determinações assim obtidas, não têm nenhum valor de conhecimento baseado em si mesmo, muito menos podem servir como “modelos” para a constituição do próprio ser, como costuma ocorrer devido ao predomínio da teoria do conhecimento. E que, ao contrário, só o grau de aproximação à constituição ontológica da respectiva objetividade a ser examinada pode fornecer o critério de correção ou falsidade de um modo de conhecer.¹⁶⁷

O trabalho como fundamento ontológico da práxis social humana traz algumas consequências ao estudo desta. A primeira e mais clara delas consiste na negação de qualquer manifestação de uma *natureza* humana. O esclarecimento é necessário, uma vez que, admito, postular uma ontologia essencial do ser social passa perigosamente próximo de fundar todo o conhecimento em algum aspecto natural do ser humano, em formulações de tipo “o ser humano é naturalmente social” ou “o ser humano naturalmente trabalha”, conhecidas, aliás, desde os primórdios da história das ideias. O paradoxo fica desfeito quando se constata que essa essência ontológica está ligada a uma característica que não é natural, mas histórica. Mais do que isso, uma característica com um modo de reprodução histórico bastante específico e que se movimenta por meio de suas próprias contradições, algo cuja aceitação num contexto natural, ainda que orgânico, é bastante controversa, discussão que tangenciei, para afastar de meu objeto, quando mencionei a possibilidade de uma dialética da natureza algumas páginas atrás.

Buscando resumir a questão, é o trabalho como fundamento ontológico do ser social que permitirá ou, antes, exigirá a afirmação de uma forma de empiria como base da epistemologia, bem como determinará a adoção do materialismo histórico-dialético como

¹⁶⁷ LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 327.

método de investigação da realidade. Trata-se de consequência inexorável do fato de que as abstrações reais praticamente formuladas, que formam a matéria-prima da atividade de investigação ora estudada, surgem como necessárias para que o ser social humano possa desempenhar a contento sua tarefa de produzir e reproduzir sua vida material, isto é, trabalhar. Assim sendo, o materialismo histórico-dialético é justificado cientificamente por meio da possibilidade de verificação empírica da categoria que o fundamenta, o trabalho. Tal verificação empírica possibilita a demonstração, a partir do fato básico do trabalho, de que todas as esferas da vida social humana remetem-se em última análise a esta realidade, ligada à produção da vida material humana.

I.4 – Ciência, técnica e sociedade – a interação da estrutura e das superestruturas em sua relação com a epistemologia

Depois de superada a questão da objetividade e subjetividade do conhecimento, que me levou à demonstração dos quatro estágios envolvidos na produção do conhecimento, e de justificada a adoção do materialismo histórico-dialético como método, discussão ligada aos dois últimos níveis do processo de produção do conhecimento, cumpre-me retomar a discussão dos dois primeiros níveis, que identificarei, daqui em diante, com a técnica, em sua interação com a ciência, e as consequências dessa interação para a epistemologia materialista histórico-dialética.

Parto, para fundamentar esta discussão, de uma compreensão básica obtida junto à obra de Karel Kosik:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo

em que exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade.¹⁶⁸

É essa compreensão que permite ver com clareza que a ciência, originalmente, não somente não é uma preocupação primordial do ser humano, como, mais importante, não é uma preocupação autônoma, isto é, desconectada das necessidades envolvidas na produção e reprodução da vida material do ser humano. Na sociedade primitiva, a ciência ganha espaço no horizonte de preocupações humanas apenas se e enquanto for útil ou necessária à produção e reprodução de sua vida material. É claro que, com o aumento da complexidade da sociedade, a ciência, assim como quase todos os aspectos relativos à configuração da sociedade humana, ganha certa autonomia, indissociavelmente ligada à divisão social do trabalho.

Traduzindo a ideia em termos referidos a situações empíricas, o homem primitivo que descobre o fogo e o utiliza para se aquecer e espantar animais ferozes não tem qualquer interesse autônomo no estudo do fenômeno da combustão, mas tem a necessidade de tal compreensão como subsídio para a possibilidade de reproduzi-lo, o que se torna rapidamente essencial à manutenção e à reprodução de sua vida, para evitar que morra de frio ou devorado por uma fera. Com o aumento de complexidade da sociedade e a progressão da divisão do trabalho, o acendedor de lampiões do século XIX não tem qualquer necessidade de compreensão da combustão para realizar sua tarefa ao fim do dia, bastando-lhe riscar o palito de fósforo fornecido por seu patrão. O exercício do trabalho passa a prescindir do entendimento dos fenômenos nele envolvidos, bastando a reprodução de atividades cada vez mais simples e fragmentadas, o que resultará, com a consolidação do modelo industrial de produção, no que Marx denominou *trabalho abstrato*. Por outro lado, Carl Lundstrom, o sueco que criou os palitos de fósforo tal como hoje existentes, certamente não tinha qualquer necessidade imediata de fogo, já resolvida no contexto social em que nascera, embora não de forma tão simples e eficiente. Ao contrário, ele

¹⁶⁸ KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 13-14.

seguramente era movido pelo interesse científico, já então tornado “puro”, no estudo da química. Em outras palavras, Lundstrom e o restante da humanidade poderiam viver perfeitamente ainda por muitos milênios sem que os palitos de fósforo fossem criados, mas o estágio da divisão do trabalho no momento de seu nascimento lhe permitia dedicar-se exclusivamente à química e, particularmente, à combustão, embora nem ele nem os demais humanos à sua volta dependessem imediatamente desse conhecimento para continuar vivendo, ou sequer para produzir fogo.

Essa constatação é imprescindível para deixar claro que a autonomização da ciência em relação à reprodução da vida material é uma aparência desencadeada por um determinado estágio dessa reprodução, e que deve ser desfeita quando se pretende demonstrar a pertinência do materialismo histórico-dialético como método de investigação da realidade ligado à totalidade da vida social e remissível à sua reprodução material, realidade que é técnica e não científica. É exatamente esse um dos maiores defeitos do positivismo científico, ao pretender sustentar uma neutralidade do cientista fundamentada na autonomia do conhecimento científico, prescindindo da explicitação da vinculação do cientista a um determinado ponto de vista de classe, exatamente em razão da ilusão proporcionada por essa aparência de autonomia.

Mais uma vez, é Karel Kosik quem esclarece:

O fisicalismo positivista é responsável pelo equívoco de ter considerado uma certa *imagem* da realidade como a *realidade* mesma, e um determinado modo de apropriação da realidade como o único autêntico. Com isso, em primeiro lugar ele negou a inexauribilidade do mundo objetivo e sua irredutibilidade à ciência, que é uma das teses fundamentais do materialismo; e em segundo lugar empobreceu o mundo humano, por ter reduzido a um único modo de apropriação da realidade a riqueza da subjetividade humana, que se *efetiva* historicamente na *práxis* objetiva da humanidade (destaques do original).¹⁶⁹

Penso que o correto para a reconstrução da epistemologia marxista seja a re colocação da ciência e da técnica em seu contexto original, qual seja o da reprodução da vida material humana, demonstrando sua vinculação com a totalidade social – sociedade como sujeito-objeto em unidade dialética, conforme visto na seção anterior – e com o

¹⁶⁹ KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 31.

aspecto estrutural econômico, ainda que em última instância. E isso me obriga a uma incursão por essa noção primordial que recebeu, no marxismo tradicional, a nomenclatura de *determinação em última instância*, vindo a ser rebatizada por Althusser de *sobredeterminação*, a partir de estudos de Mao Tsé-Tung. A questão encontra-se no contexto da crítica ao que ficou conhecido como *economicismo* ou *determinismo econômico* de Marx, evidentemente impossíveis de serem encontrados em sua obra e na obra daqueles seus leitores, para usar a terminologia marxiana, *clássicos*, entre os quais aqueles com quem venho prioritariamente lidando: Althusser, Lukács, Mészáros, Kosik, Gianotti. As leituras economicistas e deterministas foram produzidas por distorções revisionistas da obra marxiana, razão pela qual vale a pena recuperar o debate e demonstrar sua impossibilidade num contexto materialista histórico-dialético.

Althusser pretende afastar-se do economicismo ao recusar a vinculação direta de toda e qualquer circunstância social à esfera da produção, ou, mais propriamente, a uma contradição fundamental entre as forças produtivas e as relações de produção, fazendo-o por meio de uma referência às múltiplas contradições em ação na sociedade em uma determinada situação histórica, muitas vezes bastante diversas entre si em aspectos como a origem ou forma de atuação. Nessas condições, a contradição fundamental entre forças produtivas e relações de produção

é inseparável da estrutura do corpo social total no qual ela se exerce, inseparável de suas *condições* formais de existência, e das *instâncias* mesmas que governa, que ela própria é, portanto, no seu coração, *afetada por elas*, determinante, mas também determinada em um único e mesmo movimento, e determinada pelos diversos *níveis* e pelas diversas *instâncias* da formação social que ela anima: poderíamos dizer *sobredeterminada em seu princípio* (destaques do original).¹⁷⁰

A preocupação de Althusser é legítima, mas corre imenso risco de ser exagerada. Aliás, ele próprio a exagera alguns parágrafos depois de definir tão cuidadosamente a contradição sobredeterminada, ao justificar porque a contradição no sistema hegeliano é apenas aparentemente sobredeterminada, mas essencialmente uma contradição simples. Ao realizar esse intento, afirma, sobre a filosofia hegeliana:

¹⁷⁰ ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 87.

Daí porque o passado não seja jamais que a essência interior (em-si) do futuro que encerra, que essa presença do passado é a presença de si da própria consciência, e *não uma verdadeira determinação exterior a ela. Círculo de círculos, a consciência não tem mais do que um centro*, que é o único que a determina: precisaria de círculos *que tivessem outro centro que o dela, círculos descentrados*, para que fosse afetada em seu centro pela sua eficácia, em suma, que a sua essência fosse sobredeterminada por eles. Mas esse não é o caso (destaques do original).¹⁷¹

A leitura do excerto revela logo que, *a contrario senso*, Althusser está sustentando que a contradição sobredeterminada, no contexto do materialismo histórico-dialético, envolve centros exteriores à contradição fundamental entre forças produtivas e relações de produção que compõe a estrutura social, centros esses dotados de eficácia própria, sendo esta a única condição pela qual se tornaria possível que tais centros sobredeterminassem a contradição principal. Trata-se do que veio a ser conhecido posteriormente, principalmente por obra dos discípulos de Louis Althusser, como *autonomia relativa das superestruturas*¹⁷².

É preciso, nesse ponto, separar a indispensável afirmação da eficácia própria das superestruturas de sua caracterização como centros externos e independentes da contradição principal. Se é imprescindível identificar esta eficácia e estudá-la, o que corresponde integralmente à própria crítica do economicismo, sustentar seu caráter externo em relação à contradição principal econômica equivale a incorrer no equívoco oposto, na forma de *politicismo* ou *juridicismo*, com o perdão dos neologismos.

¹⁷¹ ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 88.

¹⁷² Estudo recente produzido nesta Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo dedicou-se com brilhantismo a recensear a questão na teoria althusseriana. Cf. BARISON, Thiago. **Nicos Poulantzas e o direito: um estudo de Poder Político e Classes Sociais**. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP, 2010, especialmente pp. 30-34. Anoto ainda que, evidentemente, Althusser permanece sendo muito mais sofisticado que seus sucessores. A esse respeito, veio mais tarde a buscar um tratamento da eficácia relativa das superestruturas utilizando a noção de ideologia como fator real de poder, organizada concretamente por meio de seus *aparelhos*. Deixo de investigar profundamente a questão uma vez que, como já afirmei algumas vezes antes, afastei a ideologia de meu objeto de estudo, além do que é preciso deixar claro que, se a teoria dos aparelhos traz desdobramentos assaz interessantes para o debate sobre a ideologia, peca pela insistência demasiada na autonomia da superestrutura, tópico que acabo de indicar e que aprofundarei nos parágrafos seguintes. Cf. ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 105-142. O trecho mais relevante para o assunto aqui abordado, que trata especificamente da transição da representação da sociedade dividida em base e superestrutura para o tratamento dos aparelhos, encontra-se nas páginas 109-111.

A solução apresentada por Lukács, remetendo à ontologia já reivindicada quanto à justificação do método, revela a pertinência dessa incursão no conceito de determinação em última instância e sua relevância para o adequado tratamento da epistemologia e da tecnologia. Confira-se em suas próprias palavras:

Como o desenvolvimento econômico que move socialmente as mudanças filogenéticas do gênero humano se torna atuante como processo conjunto, apesar de todas as suas contradições intrínsecas, como fato social unitário em sua irreversibilidade, mas, segundo sua gênese, pode ser apenas uma síntese econômica de muitos pores teleológicos singulares, que – em última análise – são realizados pelos indivíduos, cada ato social que apoia essa linha principal deve defender em relação a esses pores singulares a generidade cada vez alcançada. Mais precisamente: tem a função de dirigi-los na direção predominante da generidade. Sem entrar também aqui nas diferenciações, pode-se mesmo assim dizer que todos os momentos fixos e fluidos da superestrutura e da ideologia têm aqui a base de sua eficácia social e, partindo daqui, se esforçam por estimular a convergência consciente e prática da pessoa singular e gênero. Por isso, Marx levantou o problema da ideologia não em termos gnosiologicamente abstratos, mas em termos sócio-ontologicamente concretos, na medida em que, para ele, na determinação da ideologia não é o dilema da correção ou da falsidade que forma a base genética, mas sua função: conscientizar os conflitos que a economia desencadeia na vida social e combatê-los.¹⁷³

Assim sendo, a evidente eficácia própria das superestruturas atua dentro de seus limites, na medida em que elas funcionam no momento da prévia ideação inerente ao pôr teleológico representado pelo trabalho. Tal característica revela, inclusive, outro aspecto apontado por Althusser: tratam-se de superestruturas ideológicas. Ocorre, entretanto, que a lógica de funcionamento de cada superestrutura que vier a desencadear um pôr teleológico individual é, por sua vez, determinada pela contradição social fundamental determinada pela economia. Daí porque Lukács ter afirmado no excerto logo acima que “*o desenvolvimento econômico que move socialmente as mudanças filogenéticas do gênero humano se torna atuante como processo conjunto, apesar de todas as suas contradições intrínsecas, como fato social unitário em sua irreversibilidade*”: a determinação econômica

¹⁷³ LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 250-251.

é mediada pela direta influência das superestruturas na prévia ideação dos pores teleológicos e, evidentemente, a reiteração de tais pores teleológicos em determinado sentido orientado por uma superestrutura poderá vir a espalhar sua influência sobre a contradição central entre forças produtivas e relações de produção, mas, visto o processo em perspectiva histórica, a superestrutura revelará ter sido capaz de tal tarefa apenas nos limites em que determinada por essa mesma contradição fundamental, o que levará esta a ser, evidentemente, determinante em última instância. Para aproveitar a terminologia althusseriana, a palavra *sobredeterminação* realmente me parece ser, semanticamente, a mais adequada para o papel de transmitir essa ideia: a contradição fundamental da sociedade é dialeticamente determinada por si mesma, mediada pela influência da eficácia relativamente autônoma de superestruturas que ela própria determinou, por isso, pode ser chamada *sobredeterminada*.

Traduzindo a formulação em termos mais práticos, e recuperando a preocupação althusseriana ao formular toda a sua obra, consistente numa reabilitação da política diante do fatalismo economicista que havia dominado amplos setores do marxismo na metade do século XX, a contradição social fundamental entre as forças produtivas e as relações de produção, que é econômica, jamais será capaz de levar a sociedade automaticamente a uma superação do modo de produção existente e à constituição de um novo modo de produção. O papel das contradições superestruturais – contradições políticas, jurídicas e educacionais – é central na superação e substituição do modo de produção. Entretanto, para ficar apenas no exemplo mais relevante, da política, as ideias políticas que possibilitam a organização de um movimento revolucionário tendente à tomada do Estado para implementar a ditadura do proletariado como governo de transição à forma superior de organização comunista somente surgem como expressão ideal dos interesses materiais de uma classe social que se encontra no âmago da produção capitalista e cuja existência demanda um determinado estado da contradição fundamental entre forças produtivas e relações de produção. A contradição política, embora possa ser a imediatamente determinante da transformação do modo de produção, não é sobredeterminante, por ter seus limites determinados pela contradição econômica fundamental. Não é diferente, aliás, a conclusão de Lukács:

Com isso, cai uma luz sobre a dificuldade principal: uma teoria só pode se afirmar socialmente quando pelo menos uma

das camadas sociais então importantes avista nesta teoria o caminho para a própria conscientização e solução daqueles problemas que considera indispensáveis para o seu presente, portanto, se ela se tornar ideologia operante *também* para esses estratos (destaques do original).¹⁷⁴

Encerro, assim, essa longa digressão, que se mostra imprescindível ao presente momento deste estudo, uma vez que as ciências e as técnicas encontram-se na dialética da totalidade social funcionando como superestruturas. A recolocação da ciência e da técnica no contexto da reprodução da vida material permitirá, assim, revelar seu funcionamento relativamente autônomo e os limites em que isso pode efetivamente ocorrer, incluindo, evidentemente, as diferenças que guardam as superestruturas científicas e técnicas.

A técnica está intrinsecamente ligada ao trabalho. É a técnica que permite ao ser humano mediar seu intercâmbio com a natureza, mediante a observação de regularidades e a busca por repetições dos processos que interessam à reprodução de sua vida e pela eliminação daqueles que lhe são nocivos. É nesse sentido que Lukács sustenta que a teleologia, inerente ao ser social, interage com a causalidade, que organiza os seres naturais inorgânico e orgânico. A partir do momento que o homem observa que o atrito provoca uma faísca que incendeia um graveto, a reprodução do atrito gerará fogo quantas vezes forem necessárias, sem que o domínio científico do fenômeno seja necessário. O que o homem observa como regular numa interação causal entre ser orgânico e ser inorgânico é então reproduzido por ele, de modo que seu pôr teleológico dá origem a uma série causal semelhante àquela que existiu originariamente de forma casual, acidental.

O ganho de complexidade da reprodução da vida humana desencadeia o surgimento de novas formas de mediação de sua relação com a natureza. O homem, progressivamente, deixa de apenas *reproduzir* fenômenos causais que observa para criar novos fenômenos que imagina sem nunca ter observado:

Naturalmente, a apreensão prática adequada dos respectivos nexos naturais concretos é o pressuposto indispensável de todo êxito. Mas o fato de que já a práxis social primordial tenha alcançado nisso um estágio relativamente elevado mostra a segurança com que, no processo de trabalho, era preciso distinguir entre as possibilidades de intervir sobre a

¹⁷⁴ LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 281.

natureza inorgânica e a orgânica. Essa relação é demonstrada com toda nitidez pelo surgimento, aperfeiçoamento e emprego de plantas cultivadas e animais domésticos. Colher plantas e caçar animais exigem apenas observações exatas do que existe na natureza. Agricultura e criação de gado, em contrapartida, exigem que a práxis humana seja capaz de criar novos ambientes para as plantas e animais necessários, e, com isso, criar neles novas possibilidades de reação. A utilização de possibilidades conhecidas e a descoberta de novas possibilidades, sua *avaliação* tendencialmente precisa a serviço dos fins postos segundo a teleologia do trabalho, também se mostram em estágios relativamente iniciais.¹⁷⁵

Lukács insiste por duas vezes que os fenômenos de que trata são observáveis desde os estágios primitivos do ser humano para marcar sua diferenciação com outro tipo de técnica, esta ligada à reprodução da vida material de forma indireta e mediada, e que levará o ser humano a completar sua constituição enquanto tal. Não é uma mediação qualquer: trata-se daquela que permite chamar o ser humano de social e, portanto, imprescindível para sua constituição enquanto humano. O ser humano, desde muito cedo na história, não produz apenas para si. Formas rudimentares de divisão do trabalho e intercâmbio social de produtos são registradas, ainda nas formas de organização familiar e tribal, desde seus primórdios. É a evolução da divisão do trabalho que levará o ser humano a constituir praticamente a abstração mais fundamental para a construção de todo o edifício social, qual seja, a identificação do valor relativo dos objetos produzidos pelo trabalho humano com seu próprio valor. Em outras palavras, no contexto social da produção, os objetos *valem* em razão da proporção em que podem ser *trocados*, diretamente ligada à quantidade de trabalho humano neles materializado e independente de sua utilidade ou demanda¹⁷⁶, e essa relação fundamental será a base constitutiva de toda a técnica de interação social: as

¹⁷⁵ LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 215-216.

¹⁷⁶ Trata-se de uma das teses fundamentais de *O Capital*, expressa ainda em suas primeiras páginas: “Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. (...). Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (...). Nada deles resta, a não ser a mesma objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida. Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias”. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 60.

práticas econômicas, comerciais e jurídicas. O poder de síntese de Mialle sobre a questão é extraordinário:

Retomemos as coisas na sua raiz: produzir direito, quero dizer, regras de direito, é um dos fenómenos da nossa sociedade. Esta produção de regras legislativas, administrativas, etc., está necessariamente ligada – é talvez dependente, como veremos mais tarde – a todas as outras produções que a sociedade faz surgir: produção literária, artística, cultural, mas também produção de laços e de instituições políticas, e ainda produção de bens económicos. Assim, sem aprofundar mais de momento, a produção de regras de direito apresenta-se tal como é: produção de instrumentos necessários ao funcionamento e à reprodução de um certo tipo de sociedade. Consequentemente, as instituições jurídicas, tanto na sua lógica como no seu vocabulário, pretendem coisa diversa do que dar à sociedade meios de se manter? Nem mais nem menos.¹⁷⁷

A precisão é indispensável para marcar a diferença entre o materialismo histórico-dialético e os naturalismos dos séculos XVIII e XIX. Não se trata, aqui, de buscar um estado de natureza originário em que os homens, já dotados de toda a inteligência e conhecimento atuais, fundam voluntariamente uma sociedade, ou, sequer, de derivar desse estado de natureza hipotético qualquer tipo de conclusão imediatamente aplicável à economia contemporânea. Trata-se de, reconhecendo a existência de tal origem, com um caráter de salto em relação à natureza, mas de evolução lenta e da qual não existem registros, identificar ontologicamente as peculiaridades desse ser social, já constituído quando dado ao nosso conhecimento, em relação ao ser natural orgânico. E, mais importante ainda, o estabelecimento de que o ser humano surge como tal apenas no contexto social, já dependente de um grupamento como a família ou a tribo, sendo a constituição de sua individualidade um resultado histórico e não um ponto de partida hipotético e originário para qualquer tipo de investigação. Em outras palavras, o humano se torna humano já dentro de um contexto coletivo, surgindo apenas conjuntamente com o surgimento do grupo, e apenas se torna indivíduo após um processo histórico que durou milênios.

¹⁷⁷ MIALLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005, p. 27.

Esta é a disposição de Marx ao dar início às investigações preparatórias para a redação d'*O Capital*, fazendo, inclusive, curiosa analogia com a história fictícia do naufrago Robinson Crusoé, do escritor inglês Daniel Defoe:

O objeto nesse caso é, primeiramente, a *produção material*. Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam, como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a uma vida natural mal-entendida. (...). Trata-se, ao contrário, da antecipação da “sociedade burguesa”, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado da dissolução das formas feudais da sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história (destaques do original).¹⁷⁸

Já aponte, na seção anterior, como Lukács¹⁷⁹ se serve de uma ideia semelhante para criticar a adoção do indivíduo como parâmetro epistemológico fundamental. A preocupação é retomada aqui para demonstrar que a técnica, assim como qualquer tipo de prática social, não pode partir de uma percepção individual, mas demanda uma consideração do humano como inerentemente ligado ao social, sendo a individualidade um resultado histórico que advém de um processo milenar que culmina em sua constituição final na sociedade capitalista burguesa. Tal percepção espraia suas consequências não apenas nas técnicas em que estão envolvidas abstrações que somente podem ser socialmente produzidas – como o valor, na prática econômica, ou o sujeito de direito, na

¹⁷⁸ MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 39-40.

¹⁷⁹ LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 102. Abstenho-me de reproduzir o texto já citado alhures.

prática jurídica –, mas igualmente nas práticas mais *materiais*, por assim dizer, como também já havia sido apontado por Marx:

Toda a força de trabalho da sociedade – que se revela nos valores do mundo das mercadorias – vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças individuais de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social e atue como essa força média, precisando, portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.¹⁸⁰

O estado da exposição da questão até aqui me permite formular uma síntese parcial do processo de produção de conhecimento na sociedade, desde seu princípio até sua formulação como teoria científica. O ser humano se constitui enquanto tal no contexto de um processo material de reprodução de sua vida, diferente de todos os seres pertencentes à esfera ontológica natural orgânica, por envolver um processo irreversível iniciado por um pôr teleológico, caracterizado por uma ideação prévia do resultado enfim colocado em prática. Tanto na ideação prévia do resultado do trabalho, quanto na interação social que o rodeia e o torna útil, são imprescindíveis as abstrações produzidas socialmente, consciente ou inconscientemente, pela própria prática dos agentes, que resultam numa modalidade de técnica que não envolve direta e imediatamente a reprodução da vida material, embora esta não possa ocorrer sem a mediação social daquela. São aquelas abstrações que ou estão tecnicamente envolvidas na produção, como o *trabalho socialmente necessário*; ou envolvidas na circulação das mercadorias produzidas, a qual permite realizar o trabalho excedente extraído na produção das mercadorias, como o *valor de troca* de tais mercadorias; ou ainda aquelas ligadas ao sistema de correção do comportamento desviante do funcionamento normal das relações de produção, como os conceitos de *direito subjetivo*, *obrigação jurídica* e *sujeito de direito*. Tais abstrações, quando alcançam suficiente penetração social, passam a determinar o comportamento de pessoas pertencentes à

¹⁸⁰ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 61.

sociedade que as formula, assumindo o caráter de aparências eternas e naturais. Cabe ao cientista, a partir da assunção do materialismo histórico-dialético, método determinado socialmente pela própria constituição ontológica do ser social, apropriar-se das abstrações socialmente produzidas para reproduzir, a partir da crítica de suas aparências, sua essência correspondente à concretude social subjacente às respectivas abstrações, isto é, reproduzindo-a na forma de um *concreto pensado*. De posse de tal reprodução mental da realidade concreta, ou seja, das realidades essenciais por trás das aparências ideais forjadas na prática social, o cientista social buscará, então, a exposição daquela realidade concreta idealmente produzida, que é, portanto, apresentada à sociedade na forma de *conhecimento refletido*, para usar uma terminologia althusseriana. Esse conhecimento passará a integrar o cabedal de conhecimento social, e estará à disposição para atuar na ideação prévia dos pores teleológicos subsequentes. Nesse sentido, o conhecimento científico assim produzido, além de sua possibilidade de influenciar as técnicas, tanto materiais quanto abstratas, funciona como superestrutura relativamente autônoma que, nessa qualidade, pode vir a influenciar a determinação da contradição fundamental entre forças produtivas e relações de produção.

São essas as determinações indispensáveis à formulação de uma ciência materialista histórico-dialética do direito, de que me ocuparei no capítulo seguinte como último estágio preparatório para atingir o ponto culminante do trabalho: a crítica da tecnologia dos direitos sociais.

II – UMA INTERPRETAÇÃO DA CIÊNCIA JURÍDICA MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA

Antes de começar a desempenhar minha tarefa neste capítulo, é imprescindível aprofundar o tratamento de um alerta que fiz de passagem ainda na introdução, mas que ganha relevo no trecho específico a ser abordado agora. Trata-se da caracterização do direito perante os desenvolvimentos do capítulo anterior, isto é, seu tratamento técnico ou científico.

O direito se localiza nesse contexto como parte daquelas abstrações criadas na prática social para permitir a adequada operação das relações de produção dominantes no modo de produção capitalista. A circulação de mercadorias cria aquelas abstrações mais fundamentais para o funcionamento social, ligadas ao próprio núcleo de organização das relações de produção, como as noções mesmas de *mercadoria* e *troca*, e todas aquelas que as circundam, como o *valor de troca*. Ocorre, entretanto, que o mercado, por si só, não é capaz de tratar o comportamento desviante dos padrões de normalidade da produção e da circulação de mercadorias, ao menos não com meios coercitivos. Em outras palavras, o mercado, por meio da concorrência, acaba expurgando aqueles que, dentro de seu funcionamento normal, revelam-se incapazes de se adaptar à sua lógica, que é a lógica das relações de produção.

Surge, assim, a necessidade de tratar o comportamento que desvia do padrão normal vigente das relações de produção, mormente quando seja eficiente do ponto de vista do mercado e da concorrência. Se as ferramentas do mercado para eliminar seus desvios correspondem apenas à sua própria lógica interna de funcionamento, o comportamento contrário à organização das relações de produção não poderá ser eliminado se propiciar vantagem competitiva no mercado. Nesse sentido, o roubo, por exemplo, entra em contradição com a lógica das relações de produção, ligada à propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, das mercadorias trocadas. Por outro lado, o roubo propicia uma insuperável vantagem competitiva, possibilitando a aquisição de propriedade sem a necessidade de explorar o processo produtivo. Desse modo, o mercado não tem as ferramentas necessárias para eliminar o ladrão.

As abstrações político-jurídicas cumprirão exatamente esse papel de cristalizar as relações de produção compostas das abstrações surgidas da prática social da produção e da circulação. Uma vez consolidada a prática econômica do modo de produção capitalista, a observância da normalidade comportamental dessa prática poderá ser imposta coercitivamente por meio de abstrações de tipo diverso daquelas que compõem a circulação e o mercado, isto é, abstrações referentes ao Estado e seu aparelho repressor, bem como aquelas referentes aos sistemas jurídico e judiciário.

Aliás, releva observar que, de todas as assim chamadas *abstrações reais*, conceito que venho utilizando tomado de empréstimo de José Artur Gianotti, as abstrações político-jurídicas são aquelas, por assim dizer, com maior grau de realidade¹⁸¹. Na forma que alcançaram no modo de produção burguês contemporâneo, as abstrações político-jurídicas estão consubstanciadas em instituições estatais e judiciárias e constituições, leis e diversos outros tipos de normas escritas. São visíveis e palpáveis, muito além de conceitos apreensíveis unicamente pela reiteração das práticas, como o *valor*. É evidente que as abstrações jurídico-políticas não prescindem do funcionamento normal da sociedade, isto é, da reiteração das práticas. Aliás, ao contrário, dependem igualmente delas, como já chamava atenção Lukács:

De início, é naturalmente impossível tratar-se aí apenas de prescrições ou ordens, como se tornou mais tarde função de governos, de sistemas de direito. Porém, mesmo nesses casos, que só aparecem em níveis relativamente mais elevados da sociabilização (sociedades de classes), pode-se observar que seria impossível seu funcionamento se tivessem de se impor em todos os casos, até na maioria deles, diretamente como ordens de regulamentação (por meio de castigo). Ao contrário, cada uma dessas regulamentações pressupõe que a maneira

¹⁸¹ A percepção já foi consignada em algumas manifestações da doutrina jurídica marxista. Destaco: “*A ideologia jurídica, assim, para Pachukanis, tem uma existência material, ela está inscrita na esfera objetiva da circulação, é um componente essencial do processo do capital e remete, em última instância, ao domínio da valorização do valor, à exploração da força de trabalho. Não há aqui qualquer concepção da ideologia como mistificação, como engano, ou como uma falsa ideia, mas como distorção necessária das reações de procuração capitalistas, que produzem o efeito de alusão/ilusão, reconhecimento/desconhecimento do real*”. NAVES, Márcio Bilharinho. Observações sobre “O discreto charme do direito burguês: uma nota sobre Pachukanis”. In: _____ (org.). **O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 100. Como já fiz em outras oportunidades, passarei ao largo da discussão do conceito de ideologia, que não constitui foco do trabalho. Fato é que, identificando ou não o direito com a ideologia, o Professor Márcio Naves destaca seu caráter material, permitindo sua qualificação como uma *abstração real*.

prática do agir comum dos membros da sociedade siga “voluntariamente”, pelo menos externamente, essas prescrições; só diante de uma minoria a coerção do direito deve e pode tornar-se de fato eficaz.¹⁸²

Não há nenhuma novidade nessa constatação, que, de resto coincide com uma concessão que até Hans Kelsen é obrigado a fazer, maculando a “pureza” de sua teoria. Embora sua pretensão seja separar ser e dever-ser, validade jurídica e eficácia, sua inteligência era aguda demais para impedi-lo de reconhecer que a ordem jurídica deve ser globalmente observada (eficaz) para que seja tida como válida e que cada norma jurídica individualmente considerada deve portar um mínimo de eficácia para que continue vigente¹⁸³.

A construção é toda muito lógica e efetivamente corresponde à ideia de prática social, daí ter seduzido inclusive o positivismo jurídico. Um tribunal somente adquire tal característica se assim for tido pela reiteração das práticas sociais. Do contrário, friamente observado, não passa de um prédio recheado de papéis e seres humanos, e nada poderia distingui-lo de um escritório de contabilidade, por exemplo.

Na esteira do que vem até aqui exposto, o direito há de ser qualificado como uma técnica, embora apresente um caráter de prática técnica *teórica*. Trata-se de uma técnica que, evidentemente, não se encontra diretamente envolvida na reprodução da vida material humana. Aliás, a se admitir, como faço, a procedência da ideia de que o direito apresenta uma relação de especificidade histórica com o modo de produção capitalista¹⁸⁴, a conclusão imediata é a de que a humanidade viveu milhares de anos, reproduzindo-se normalmente, sem a interveniência da forma jurídica. Sua importância, portanto, reside no fato de que,

¹⁸² LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 46-47. No mesmo sentido: “Direi mesmo que esses momentos de repressão visível constituem a exceção no sistema social: os homens na nossa sociedade estão em geral submetidos a tal ponto que não é necessário manifestar a força e praticar essa forma de sanção, salvo em casos de conflitos abertos”. MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005, p. 90.

¹⁸³ Cf. KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, especialmente pp. 11-12 e 234.

¹⁸⁴ Por todas, ficarei com a brilhante referência extraída da obra de Celso Naoto Kashiura Junior, que vem afirmando seu papel de destaque como jurista marxista e de quem tive a honra de ser colega de turma nos cursos de graduação e de pós-graduação desta Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: “*Quanto ao direito, Pachukanis conclui, de modo semelhante, que a forma jurídica como tal, a forma jurídica da sociedade capitalista, é resultado de uma ruptura com as formas anteriores: é apenas no capitalismo que a forma jurídica ganha completa autonomia*”. KASHIURA JR., Celso Naoto. Dialética e forma jurídica: considerações acerca do método de Pachukanis. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). **O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 61.

considerando as especificidades das necessidades do modo de produção capitalista, é a forma jurídica que permitirá a manutenção da normalidade da reprodução, seja por meio do sancionamento do comportamento desviante, isto é, da repressão, seja por meio do constrangimento ideológico tendente a criar a “voluntariedade” da “maneira prática do agir comum dos membros da sociedade”, conforme a acima referida terminologia de Lukács. Como já destaquei, este segundo aspecto não será tratado com profundidade, uma vez que, a despeito de sua importância capital na realidade, seu tratamento teórico exigiria uma adequada compreensão do(s) conceito(s) de ideologia, o que desviaria o trabalho de seu foco.

Em suma, o direito integra a técnica *social*, mediatamente ligada à reprodução, por oposição à técnica diretamente *produtiva*, se é que é possível fazer tal distinção. Pela mesma razão, embora constitua uma prática técnica *teórica*, não se pode considerar que o direito apresente imediatamente um caráter científico, isto é, que possua qualquer serventia para o conhecimento da realidade, assim como o fato de cada um de nós, seres humanos, diuturnamente trocarmos dinheiro por mercadorias e vice-versa não nos habilita em termos de conhecimento da economia. Aliás, essa tecnicidade do direito já foi identificada como imprescindível à própria manutenção estrutural do modo de produção capitalista:

A reflexão sobre a razão instrumental atinge em cheio o mundo jurídico. O direito é uma das manifestações por excelência da forma de pensar técnica, sem alcance crítico. Num processo correspondente e similar ao da própria reprodução capitalista, o direito se instaura como automatismo que esconde suas razões estruturais. O juspositivismo é a filosofia do direito dessa forma tecnicista de ver o mundo e o direito. Centrado nas normas jurídicas, o juspositivismo é a filosofia analítica para dentro do direito, que se limita a uma reprodução sem fim de seus próprios institutos.¹⁸⁵

Retomando o raciocínio, o ingresso da cientificidade na seara do direito, na forma sofisticada que lhe dei no capítulo anterior, deve se dar por meio de uma atenção metodológica precisa ao fenômeno jurídico tomado como objeto. Como já deve estar claro a esta altura, esta metodologia precisa envolve a reinserção do direito no processo de reprodução social que integra, de modo a revelar a importância de seu caráter técnico

¹⁸⁵ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 515.

perante as relações de produção que sanciona. Este procedimento, assim, está na contramão daquele apresentado pela filosofia jurídica tradicional, que tem por mote isolar o direito para seu estudo mais preciso¹⁸⁶. O fato de uma ciência materialista histórico-dialética tomar o direito por objeto não significa, evidentemente, seu isolamento, já que será inerente ao seu método a inserção do objeto no modo de produção ao qual pertence. Trata-se, enfim, ao formular uma ciência materialista histórico-dialética do direito, de empreender processo análogo ao de Karl Marx quando formula uma crítica da economia política, e no qual me inspirarei para desenvolver no derradeiro capítulo uma crítica da tecnologia dos direitos sociais: tomar como objeto uma prática social teórica de caráter técnico, o que lhe atribui sua materialidade, e produzir sobre ela conhecimento científico a partir de sua localização precisa no contexto do modo de produção que integra, principalmente por meio de uma crítica da autocompreensão (pseudo)científica ostentada pelos próprios agentes de tal prática.

A enunciação de tal objetivo leva a uma aparência de que a própria descrição da tarefa fornece o modo preciso de realizá-la. Bastaria um adequado relacionamento entre o fenômeno jurídico e as relações de produção para que se produzisse uma ciência materialista histórico-dialética do direito. Essa aparência, entretanto, foi rapidamente desfeita quando os juristas puseram-se a desempenhar praticamente tal tarefa, conforme pretendo demonstrar adiante, revelando-se uma diferença metodológica gritante entre duas formas principais de tratar cientificamente o direito segundo tal perspectiva. Tendo tal fato em vista e considerando que não constitui objeto do meu trabalho o tratamento exaustivo das diversas vertentes marxistas da ciência jurídica – de modo que o presente capítulo

¹⁸⁶ O que, deixo claro desde já, não depende de estar ou não tal filosofia atrelada ao positivismo jurídico. A advertência foi tomada do Professor Alysson Mascaro, a partir de uma bem construída tipologia das filosofias jurídicas que orienta logicamente a construção de sua obra mais recente, e serve perfeitamente ao meu trabalho porque justifica de forma cabal o recorte que será dado na sequência deste capítulo: *“Enquanto a filosofia do direito juspositivista encontra nos limites do Estado uma fonte de redução do fenômeno jurídico – reducionismo que gera regozijo para a maior parte dos juristas conservadores –, as filosofias do direito não juspositivistas transpõem esses limites. O fenômeno jurídico será outro, tomado pela perspectiva de suas manifestações sociais efetivas, concretas existenciais. Mas mesmo as filosofias que não se apoiam na norma, e sim no poder, padecem do vício de uma compreensão genérica do fenômeno jurídico, sem lastreá-lo profunda e especificamente no todo da história. Será o marxismo que fará a investigação mais funda e crítica, de toda a filosofia contemporânea, a respeito das origens e da manifestação do direito”*. MASCARO, Alysson Leandro Barbate. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 444. O objetivo didático da obra do Professor Alysson Mascaro justifica que este excerto suceda o extenso tratamento das filosofias do direito positivistas e não positivistas. Não é o caso em meu trabalho, de propósito científico e acadêmico, de modo que a advertência deve bastar para afastar o tratamento de outras vertentes da filosofia jurídica, senão quando necessárias para sua contraposição à ciência do direito materialista histórico-dialética.

constitui apenas passo necessário, como o anterior, para atingir o núcleo da tese, que se encontra no seguinte e derradeiro capítulo –, estruturarei o presente capítulo a partir de três objetivos: de início, com o tratamento da oposição teórica entre Stucka e Pasukanis¹⁸⁷, de atualidade impressionante, tendo em vista que derivou das necessidades práticas da estruturação do Estado soviético após a Revolução de 1917; depois, com uma mirada na obra de Bernard Edelman, que produziu a principal – para não dizer única – inovação teórica em relação ao debate entre Stucka e Pasukanis, ao iniciar¹⁸⁸ o tratamento das implicações do surgimento dos direitos sociais, meu objeto de estudo, para a ciência materialista histórico-dialética do direito. Ao longo da execução destes dois primeiros objetivos, pretendo que fique apresentada uma versão da ciência jurídica materialista histórico-dialética de minha inteira responsabilidade, que servirá de base para o desenvolvimento do último capítulo da tese. Saliento que optei por não submeter o presente capítulo à divisão em seções para evitar a dificuldade insuperável de separar os pensamentos de autores que, embora diversos em suas preocupações, apresentam diálogo tão intenso e profundo que a compartimentação da discussão ocasionaria perdas de conteúdo irreparáveis.

Passarei, portanto, ao exame da oposição teórica fundamental envolvida no tratamento científico do direito, segundo a perspectiva aqui esposada.

Deixei estabelecido até aqui que o tratamento científico do direito demanda sua reinserção no contexto das relações de produção, e que esta constatação não é suficiente para constituir sem sobressaltos a ciência materialista histórico-dialética do direito. Aliás, pretendo deixar demonstrado na presente seção, por meio da oposição teórica entre os dois autores selecionados, que sequer o reconhecimento da especificidade histórica do direito em relação ao modo de produção capitalista é suficiente para tratar a questão de modo

¹⁸⁷ A literatura especializada registra as mais diversas grafias para os nomes de tais autores, uma vez que, soviéticos que são, o alfabeto originário de seus nomes é o cirílico, bastante diverso do nosso. Adotarei as formas acima, ressalvadas as citações de autores que optaram por formas diversas, por um motivo bastante prosaico: são as formas adotadas nas traduções de suas principais obras para o português que utilizarei no presente estudo. A esse respeito, cf. PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989. Cf. STUCKA, Petr Ivanovich. **Direito e luta de classes: teoria geral do direito**. Coimbra: Centelha, 1976.

¹⁸⁸ O projeto de Edelman ficou, pelo menos até hoje, já que o autor ainda vive, inconcluso, inclusive em sua própria interpretação. A esse respeito, é curioso observar que sua obra mais diretamente relacionada ao nosso tema, *La légalisation de la classe ouvrière*, foi publicada com a indicação “tomo 1”, sugerindo a existência, ao menos em plano, de outros tomos, os quais jamais vieram a ser publicados.

metodologicamente adequado¹⁸⁹. Com isso, deixo ainda consignado outro pressuposto imprescindível à compreensão adequada do problema: trata-se de uma oposição teórica interna a uma concepção de direito marxista, comunista e revolucionária, que tem por horizonte teórico, indiscutivelmente, a abolição do direito concomitante à abolição das classes e à implantação definitiva da sociedade comunista após um período de transição, seja como for entendida a configuração de tal período. Trata-se da única hipótese viável no seio de uma teoria marxista, se não por razões de coerência metodológica – espero que, a essa altura, não seja mais necessário apontar os motivos para tanto –, ao menos em atenção ao principal legado deixado pelo próprio Karl Marx a respeito do direito: a *Crítica do programa de Gotha*. Confira-se seu excerto mais ilustrativo:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio na primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiverem também aumentado e todas as fontes da riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!”.¹⁹⁰

Tanto Stucka quanto Pasukanis têm absoluta clareza sobre esse fato. Pudera. Foram, respectivamente, titular e vice do Comissariado do Povo para a Justiça durante o governo de Lênin, logo após a Revolução Soviética de 1917, o que, por si só, garantiria aos dois autores lugar de destaque no pensamento jurídico marxista. Ambos pretendem a superação do “limitado horizonte do direito burguês” após a consolidação da sociedade comunista.

¹⁸⁹ Destaco ainda, a esse respeito, que a própria ciência jurídica burguesa, quando feita de maneira sofisticada, é capaz de conduzir a tal conclusão. Observe-se, a respeito, as conclusões de um jurista de grande qualidade, cuja produção é bastante marcada pelo método historicista: “*Esta digressão histórica não pode ser confundida com a inexistência do processo de apropriação em fases históricas anteriores à modernidade. Nosso objetivo aqui é apenas constatar que o conceito de direito subjetivo como fundamento da ordem jurídica tem uma formulação própria da modernidade*”. LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do Judiciário no Estado Social de Direito. In: FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira (org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 123.

¹⁹⁰ MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp. 109-110.

Em que diferem, então, suas elaborações? Naquilo que vem me preocupando de maneira central desde o início do trabalho: no método.

Retomando o raciocínio, a característica elementar da aplicação do materialismo histórico-dialético no estudo científico do direito consiste em adotar a perspectiva da totalidade, isto é, inseri-lo no contexto de seu respectivo modo de produção. Há, entretanto, mais de uma forma de fazer isso – cabendo inclusive a discussão sobre a correção ou incorreção de cada uma dessas formas –, e é nesse campo que se coloca a oposição entre Stucka e Pasukanis.

Com efeito, Stucka apresenta uma definição de direito que acabou, em razão de sua posição de Comissário do Povo para a Justiça, por ser adotada como a definição oficial da URSS, constante de uma compilação legislativa de 1919. Em seguida, tece seus comentários sobre ela:

“O direito é um sistema (ou ordenamento) de relações sociais correspondente aos interesses da classe dominante e tutelado pela força organizada dessa classe”. (...). Talvez devesse destacar mais o facto de o interesse da classe dominante ser o conteúdo fundamental, a característica essencial de todo o direito. (...). Em conjunto considero, ainda hoje, plenamente válida a fórmula do Comissariado do Povo para a Justiça porque inclui os principais ingredientes do conceito do direito em geral, e não apenas do direito soviético. O seu principal mérito consiste em colocar pela primeira vez o problema do direito em geral numa base científica, renunciando a uma visão puramente formal e vendo no direito não uma categoria eterna mas um fenómeno social que muda com a luta de classes.¹⁹¹

Salta aos olhos, de proêmio, que tal definição atende o requisito principal: liga o direito ao âmago do modo de produção. O problema de tal definição reside, entretanto, exatamente aí: de qualquer modo de produção. Stucka se gaba de ter dado uma definição válida para qualquer ordem jurídica, o que, no limite, também foi concretizado pelo projeto da filosofia jurídica burguesa ao conceituar o direito como conjunto de normas, forma neutra e vazia que acomodaria conteúdos os mais diversos de acordo com as idiossincrasias

¹⁹¹ STUCKA, Petr Ivanovich. **Direito e luta de classes: teoria geral do direito**. Coimbra: Centelha, 1976, pp. 34-35.

de cada sociedade em cada momento histórico. Tal intento, entretanto, é altamente criticável:

A via contrária, que consagra a redução a um conceito de “direito em geral”, opera através da pura e simples exclusão de tudo que parece “acidental” nas manifestações históricas do fenômeno jurídico e, portanto, constitui, do ponto de vista metodológico, uma espécie de “violência” que o sujeito impõe ao objeto na medida em que o aborda para conhecê-lo. A dialética, que visa remontar a dinâmica das partes e assim culminar num conceito de direito como totalidade concreta, dá ao objeto a oportunidade de se manifestar segundo sua própria realidade e não da maneira como, no fundo, deseja o sujeito.¹⁹²

É evidente que não se pode assimilar o pensamento de Stucka ao normativismo e a definições herméticas do fenômeno jurídico. A alusão deixa claro, entretanto, que, se Stucka avança na crítica, dá apenas um primeiro passo, que ainda demanda inúmeras precisões para ser completado¹⁹³. Recorde-se: ele assimila o direito ao resultado da luta de classes sancionado pelo Estado. É obrigado a admitir, neste esteio, que em qualquer sociedade em que houve luta de classes haverá direito, e que a ditadura do proletariado a ser instalada pela revolução socialista haverá também de implantar um direito próprio, um direito proletário, de duração limitada ao estágio de transição em que, abolidas as classes, serão abolidos igualmente a luta de classes e, em consequência, o direito. A extinção do direito, colocada no horizonte de seu pensamento, como no de Marx e de Pasukanis, coincide com a extinção das classes.

Sua formulação apresenta alguns problemas teóricos fundamentais e interligados que encontrarão solução definitiva no pensamento de Pasukanis, como demonstrarei em

¹⁹² KASHIURA JR., Celso Naoto. Dialética e forma jurídica: considerações acerca do método de Pachukanis. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). **O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 66.

¹⁹³ A percepção, uma vez mais, foi emprestada do Professor Alysson Mascaro: “A ideia de Stutchka sobre o direito, ligada à luta de classes, é um grande passo de aproximação com o pensamento de Marx, mas ainda carente de um melhor aprofundamento. De fato, o direito é expressão da luta de classes, também o Estado assim o é, mas por qual razão? O que o direito, especificamente, contribui para a luta de classes? Stutchka, com base em Marx, não levou o marxismo às suas últimas premissas”. MASCARO, Alysson Leandro Barbate. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 464.

seguida. Em primeiro lugar, definir o direito como aparato de dominação de classe¹⁹⁴ implica aceitar uma definição formal e universalmente válida de direito, como já debatido. A contrapartida de tal constatação encontra-se em que a inserção do direito no sistema de relações de produção está vinculada ao seu conteúdo. Em outras palavras, a forma jurídica é perene: constitui um sistema coercitivo de normas impositivas, assegurado pelo monopólio da violência detido pelo Estado. A diferença entre a concepção normativista e a de Stucka acerca do fenômeno jurídico está, portanto, em que o normativismo vira as costas aos motivos pelos quais cada sociedade determina o conteúdo de tais normas impositivas, enquanto Stucka identifica precisamente a origem de tais conteúdos: o interesse da classe dominante.

Despertam-se daí algumas perplexidades. Sabe-se que a burguesia é a classe dominante na sociedade capitalista de hoje. Em que consiste, entretanto, esta dominação? Certamente não será na titularidade do poder do Estado, diria qualquer cidadão brasileiro do presente, ao constatar que a Presidência da República Federativa do Brasil é ocupada por um militante do Partido dos Trabalhadores. Se a ideia de classe dominante correspondesse ao domínio da máquina estatal, o Brasil estaria vivendo a ditadura do proletariado. A referência é caricata, mas o assunto já foi tratado de maneira teórica pelo próprio Karl Marx. Nos desdobramentos da Revolução de 1848 na França, que resultaram na ascensão de Luís Bonaparte, autoproclamado Napoleão III em um golpe de Estado após ser eleito presidente, Marx identifica o momento em que a burguesia, como classe, toma consciência de que não precisa exercer diretamente o poder para que o Estado seja burguês e garanta os interesses da burguesia.

Pelo visto, foi somente sob o segundo Bonaparte que o Estado se tornou completamente independente. A máquina estatal consolidou-se de tal forma face à sociedade civil que como líder lhe basta o chefe da Sociedade 10 de Dezembro, um aventureiro vindo do exterior, posto no comando pela soldadesca embriagada que ele subornara com cachaça e linguça e a qual precisa continuar suprimindo com linguças. Daí o desespero envergonhado, a sensação da mais terrível humilhação e degradação que oprime o peito da França e

¹⁹⁴ “O conceito formulado em 1919, portanto, perdura na definição de 1921, e dela pode-se concluir de imediato que toda a construção teórica de Stutchka repousa no caráter classista que ele empresta ao direito”. NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 30.

entrecorta a sua respiração. Ela se sente como que desonrada. (...). Na condição de Poder Executivo que se tornou independente, Bonaparte sente-se chamado a assegurar a “ordem burguesa”.¹⁹⁵

Trata-se da ideia conhecida contemporaneamente como profissionalização da política. A conclusão inescapável é que, para que o Estado seja burguês, para que sua estrutura jurídico-política assegure a dominação de classe burguesa, ele não precisa ser diretamente comandado pelos membros da burguesia. Luís Bonaparte representava diretamente o campesinato mais atrasado e o lumpemproletariado. Mas o Estado francês, após seu golpe, não apenas não se tornou um Estado camponês como se aperfeiçoou na tarefa de perpetuar o poder de classe da burguesia. Como consequência, o Estado é burguês na sua própria condição de máquina estatal, e não no conteúdo direto de suas normas jurídicas ou na classe que efetivamente ocupa os postos de poder. O Estado é burguês em sua forma. E isso há de desencadear, necessariamente, reflexos também na forma do direito.

Uma segunda perplexidade inescapável diz respeito à contradição entre a formulação de Stucka e algumas observações históricas acerca do legado jurídico das formações sociais pré-capitalistas. Para formulá-la em termos que, creio, tocariam profundamente qualquer estudante de graduação em direito em seu primeiro ano de curso: por que se estuda durante um ano inteiro o direito romano¹⁹⁶? E, talvez mais intrigante, por

¹⁹⁵ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 141-142 e 150.

¹⁹⁶ Deixo claro desde já que as referências ao direito romano, bem como a todas as outras formas pré-capitalistas de direito, levam em consideração uma advertência bastante precisa de Ellen Meiksins Wood, segundo a qual não é possível encontrar formas capitalistas, ainda que “em germe”, nas formações sociais pregressas, de modo que o capitalismo constitui uma chave para a leitura da história anterior não num sentido teleológico, de confluência necessária para seu advento, mas num sentido metodológico, de que a sua especificidade histórica gera as categorias que se podem aplicar criticamente ao entendimento das formações sociais anteriores. Nesse sentido, “*a questão não é que o capitalismo esteja prefigurado nas formas pré-capitalistas, mas ao contrário, que o capitalismo representa uma transformação historicamente específica. Marx adota essa estratégia paradoxal a fim de contestar ‘os economistas que apagam todas as diferenças históricas e vêem relações burguesas em todas as formas de sociedade’ – ou seja, contra o que poderia ser chamado de tendências teleológicas da economia política clássica, para a qual ‘relações burguesas’ são a ordem de coisas natural e universal, o destino do progresso já presente em todos os estágios anteriores da história*” (destaques do original). WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 124.

que as aulas de direito romano se parecem tanto com as aulas de direito civil e de introdução ao estudo do direito¹⁹⁷?

Explico melhor. A ser inteiramente procedente a observação de Stucka, parece-me que o estudo histórico do assim chamado “direito” deveria envolver a compreensão daquelas estruturas normativas e coercitivas diretamente relacionadas à garantia do modo de produção predominante em cada período histórico, e que, portanto, assegurariam a dominação de uma classe sobre as demais. Nesse esteio, caberiam algumas indagações: por que não se estuda, na cadeira de direito romano, a estrutura “jurídica” da escravidão? Ou ainda, por que não se faz ainda hoje o estudo do sistema tributário que constrangia os povos dominados – que não ousaram enfrentar a força do império e por isso não foram escravizados – a sustentar Roma sem modificar imediatamente sua estrutura social? Conforme se avança cronologicamente na história do “direito”, as perplexidades aumentam em número e profundidade. Haveria algum motivo plausível para que o estudo histórico do “direito” saltasse diretamente da Roma de Justiniano para os nossos dias – assim entendido o período pós-Revolução Francesa de 1789? Por que os juristas medievais, chamados glosadores e comentadores, passaram séculos aplicando o Digesto como se vigente fosse, até o advento do Estado moderno e sua estrutura jurídico-política? Por que, em todo o curso de graduação em direito, não se estuda a estrutura “jurídica” dos laços pessoais de suserania e vassalagem, da corveia e da talha?

A teoria de Pasukanis apresenta uma resposta coerente a todas essas perplexidades.

A crítica da ciência do direito burguês do ponto de vista do socialismo deve mirar-se no exemplo de crítica da economia política burguesa, tal qual Marx nos legou. Desta forma, tal crítica deve se colocar, antes de tudo, no terreno do inimigo, isto é, ela não deve descartar as generalizações e abstrações que foram elaboradas pelos juristas burgueses, partindo das necessidades de seu tempo e de sua classe, mas analisar estas categorias abstratas e pôr em evidência o seu verdadeiro

¹⁹⁷ Disciplina que, onze anos antes do depósito desta tese, me foi apresentada, com orgulho, como tendo por conteúdo a teoria geral do direito, ao contrário do que comumente aconteceria fora das Arcadas do Largo de São Francisco. Na França do final da década de setenta, segundo nos indica Miaille, a situação era ainda pior que a brasileira: “*Na sequência de acontecimentos que nada têm de ocasionais – e cuja história faremos mais tarde – a introdução ao direito é objecto nos programas atuais de um ensino integrado na cadeira de direito civil do ano respectivo*”. MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005, p. 18.

significado, em outros termos, descobrir os condicionamentos históricos da forma jurídica.¹⁹⁸

Segundo Pasukanis, portanto, a crítica do direito deve acompanhar a metodologia da crítica marxiana da economia política, que é uma crítica de forma¹⁹⁹. Marx, é certo, introduziu um método muito peculiar de investigação da realidade, já tratado no capítulo precedente, baseado na identificação das abstrações reais mais simples criadas pela prática social, desenvolvendo-as em suas conexões íntimas a fim de reproduzir no cérebro do cientista a totalidade social concreta na forma de um concreto pensado. É por isso que Marx iniciará os estudos sobre *O Capital* desvendando a forma *mercadoria* e seu atributo *valor de troca*, determinações abstratas mais simples e que guardam o segredo de todo o modo de produção capitalista. Para aplicar método semelhante ao direito burguês, Pasukanis deverá identificar qual é a abstração fundamental da técnica jurídica, isto é, qual é aquela determinação que, embora seja abstrata e simples, guarda em si a chave do funcionamento do direito burguês. E ele o faz:

Toda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, seu elemento mais simples, indecomponível. Por isto começaremos nossa análise pelo sujeito.²⁰⁰

A semelhança com o tratamento marxiano da mercadoria é direta. Assim como a mercadoria é a abstração elementar para desvendar a economia política, o sujeito de direito

¹⁹⁸ PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, p. 29.

¹⁹⁹ “Pachukanis estabelece aqui alguns pontos que merecem atenta consideração: em primeiro lugar, é a partir da forma jurídica burguesa, a forma mais evoluída do direito, que é possível a compreensão das formas jurídicas das sociedades pré-capitalistas, particularmente, a compreensão das razões de, nessas sociedades, o direito permanecer ‘contido’ e amalgamado a outras formas sociais; em segundo lugar, Pachukanis enfatiza a necessidade de apreender a especificidade da forma jurídica, que corresponde a uma forma particular de organização da sociedade; finalmente, Pachukanis mostra – retomando indicações já fornecidas por ele em outras passagens – que não é suficiente examinar apenas o conteúdo material do direito em cada época histórica, mas é necessário examinar o modo mesmo como tais conteúdos se exprimem”. NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008, pp. 47-48.

²⁰⁰ PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, p. 81.

será a abstração elementar para desvendar o direito²⁰¹. O próprio Pasukanis o reconhece, numa fórmula impregnada de forte teor simbólico:

A vida social, ao mesmo tempo, se desloca, por um lado, para uma totalidade de relações reificadas, nascendo espontaneamente (como o são todas as relações econômicas: nível de preços, taxa de mais-valia, taxa de lucro, etc.), isto é, relações nas quais os homens não têm outra significação senão que a de coisa e, por outro lado, para uma totalidade de relações nas quais o homem somente é determinado na medida em que se oponha a uma coisa, quer dizer, é definido como sujeito. Esta é precisamente a relação jurídica. Tais são as formas fundamentais que, originariamente, distinguem uma da outra, mas que ao mesmo tempo, condicionam-se mutuamente e estão estreitamente ligadas entre si. O vínculo social enraizado na produção apresenta-se simultaneamente sob duas formas absurdas, de um lado, como valor mercantil e, do outro, como capacidade do homem ser sujeito de direito.²⁰²

A partir da identificação desta célula fundamental, Pasukanis poderá demonstrar a correspondência entre as categorias jurídicas que circundam a ideia de sujeito de direito e as categorias econômicas que circundam a ideia de mercadoria. Com efeito, as mercadorias apresentam-se no mercado não em razão de sua materialidade útil, isto é, da utilidade que eventualmente apresentem ao seu vendedor ou ao seu comprador, seu valor de uso, mas apenas na medida em que possam ser objetivamente comparáveis segundo uma medida que lhes é comum, igual: o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, ou seja, o tempo de trabalho tornado relevante unicamente em razão da quantidade de horas despendida e não em razão da utilidade transferida aos seus produtos, e na exata medida em que, no estado da evolução das forças produtivas da sociedade, é, em média, necessário para sua produção.

²⁰¹ Destaco importante percepção desenvolvida por Celso Naoto Kashiura Júnior: “Ao tratar do sujeito de direito, Pachukanis não faz uma mera ‘analogia’ com a análise da mercadoria de Marx. Nem poderia, ao menos não sem sacrifício da dialética, uma vez que a diferença de objeto não permitiria uma mera transposição de método. O sujeito de direito coincide com a mercadoria no que diz respeito à posição estratégica que ocupa como categoria, de modo que muitos paralelos podem ser traçados entre um e outro: ambos são pontos de partida para reconstruções teóricas de objetos sociais altamente complexos. Mas o ‘caminho’ teórico que se inicia no sujeito de direito não coincide com aquele que se inicia na mercadoria”. KASHIURA JR., Celso Naoto. Duas formas absurdas: uma defesa da especificidade histórica da mercadoria e do sujeito de direito. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). **O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 128.

²⁰² PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, pp. 85-86.

As mercadorias não se apresentam por si mesmas no mercado para a troca: existe a necessidade da intervenção de seu proprietário para tanto. É exatamente por esta razão que, embora o direito comporte uma categoria análoga à de mercadoria – a ideia de *res*, isto é, coisa ou bem –, não é ela que constitui a abstração fundamental para a crítica imanente do direito, ao contrário do que acontece com a economia política. Pudera. Marx, ao definir n’*O Capital* o conceito de fetichismo da mercadoria, deixa claras duas ideias que são essenciais à compreensão do empreendimento de Pasukanis: primeiro, que a crítica da mercadoria é uma crítica de forma, o que autoriza a menção de Pasukanis às “formas absurdas” – Marx diria estranhas ou misteriosas. Depois, que a forma da mercadoria é fetichizada porque esconde em uma coisa relações sociais entre homens. A formulação marxiana é insuperável:

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor nos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho.²⁰³

Não se engane o leitor, entretanto, a respeito das características da relação social humana escondida pelo fetiche da mercadoria. Com o que expus até agora, não é difícil extrair a conclusão absolutamente equivocada de que o direito não faz mais do que revelar a relação social humana que subjaz à forma mercadoria. Pois o que acontece é exatamente o contrário. O direito fetichiza a forma mercadoria por meio da forma sujeito de direito, atribuindo aos sujeitos de direito as características da forma mercadoria como se fossem a eles inerentes, naturais.

Assim, o sujeito de direito, que aparece na teoria jurídica como uma categoria naturalmente livre e igual, que se posiciona perante os demais sujeitos constituindo direitos e obrigações por sua própria vontade, não passa, em essência, de uma forma fetichizada que

²⁰³ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 94.

hipostasia a incorporação do trabalho em seus produtos unicamente com base em sua duração em número de horas, isto é, ignorando seu caráter concreto de produtor de valores de uso para priorizar seu caráter abstrato de quantificação do trabalho socialmente necessário. É somente assim que se torna possível a troca capitalista de mercadorias: mediante um procedimento de abstração universal que permite sua comparação em uma única base, a qual, por sua vez, permite a livre circulação de tais mercadorias, trocadas por um equivalente universal que liberta sua produção da necessidade imediata, fazendo, de toda produção, produção para a troca, com o único fim de produzir e reproduzir o valor. Assim sendo, os proprietários de mercadorias que a trocam são tratados pelo direito como os portadores destas características da própria mercadoria que possuem: liberdade e igualdade. Tais características são sintetizadas em sua vontade livremente manifestada e igual de constituir obrigações para si mesmos, com a contrapartida de uma obrigação assumida por outro proprietário em face de si. Daí porque o sujeito de direito titularizar direitos subjetivos, também chamados direitos reflexos, porque todo direito subjetivo será a outra face da moeda de uma obrigação de outrem para com o titular de tal direito.

Retomando o raciocínio, quando o direito volta a colocar as pessoas no centro das relações sociais, não o faz para revelar as relações de produção que foram ocultadas pela forma mercadoria, mas para ocultar a própria forma mercadoria, que relaciona produtos iguais do trabalho, em uma relação de proprietários iguais de produtos do trabalho. Quando esta dupla fetichização volta a tratar dos homens, o faz em termos de igualdade e liberdade, e não em termos de exploração, colaborando para a manutenção do fetichismo da mercadoria e não revelando as relações sociais que ela esconde.

No mesmo sentido está a aguda percepção de Celso Naoto Kashiura Júnior:

A troca, na qual se comparam apenas trabalhos abstratos corporificados, na qual impera a equivalência sob a medida do valor, aparece juridicamente como uma relação na qual tudo é voluntariamente estabelecido entre sujeitos de direito. Aquilo que economicamente está além do domínio dos indivíduos que trocam aparece pura e simplesmente como fruto da vontade dos sujeitos de direito. O fetiche da mercadoria apresenta uma relação entre homens como algo “exterior” – relações sociais de produção como relações de valor entre coisas –, o fetiche

do sujeito de direito, ao inverso, apresenta algo fora dos homens como “interior” a eles.²⁰⁴

O que expus até aqui me habilita a responder uma primeira série de perplexidades que havia surgido da leitura do conceito de direito de Stucka e de seus desdobramentos. Por que as faculdades de direito estudam até hoje o direito romano, e tal disciplina se assemelha tanto ao direito civil e à introdução ao estudo do direito? Porque, cosmopolita como era, a sociedade romana já conhecia a categoria da troca mercantil, embora não em sua máxima expressão que hoje conhecemos, de modo que coube historicamente aos romanos fazer florescer a elaboração jurídica sobre as categorias relacionadas à troca, legando-nos as principais categorias do direito privado.

Este ponto exige duas precisões para ser compreendido em sua inteireza. A primeira delas refere-se justamente à especificidade histórica da forma jurídica: se, como venho afirmando com base em Pasukanis, a forma jurídica é historicamente específica do capitalismo, por que já é possível encontrá-la na antiga Roma? A resposta a esta questão envolve o esclarecimento de mais algumas das perplexidades expostas a partir da formulação de Stucka. O direito privado romano, ainda hoje cultuado nas faculdades de direito, não possuía absolutamente nenhuma relevância para a manutenção do modo de produção escravista então dominante, isto é, ele era completamente dispensável se observado em termos de reprodução da vida material. O modo de produção romano funcionava com base na escravização dos povos vencidos nas batalhas e com base da extração de tributos dos povos rendidos antes de qualquer luta. A troca mercantil nada tinha a ver com a produção dos bens indispensáveis à manutenção da comunidade, ocorria de forma incipiente e economicamente desprezível entre os cidadãos que possuísem, eventualmente, excedentes de mercadoria.

Por essa mesma razão, não se conheceu desenvolvimento do direito privado durante todo o período que mediou a consolidação do modo de produção feudal e o nascimento do modo de produção capitalista: baseado em unidades fechadas e autossuficientes, não havia troca mercantil que justificasse uma evolução do direito privado no feudalismo, de modo que, em alguns lugares da Europa, o Digesto foi aplicado como direito vigente até o século

²⁰⁴ KASHIURA JR., Celso Naoto. Duas formas absurdas: uma defesa da especificidade histórica da mercadoria e do sujeito de direito. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). **O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: UNICAMP, 2009, pp. 130-131.

XVII. Aqui, ainda muito mais claramente do que em Roma, o direito privado era absolutamente desprezível do ponto de vista da reprodução da vida material. As relações de produção giravam em torno das relações de servidão, pelas quais a exploração do trabalho alheio se dava na forma de uma extração direta fundamentada em vínculos pessoais, que não envolvia a força, como no antigo modo de produção escravista, mas a religião, e não contava ainda com os sofisticados instrumentos do modo de produção capitalista.

É somente no modo de produção capitalista que a forma jurídica estará diretamente imbricada na exploração de mão-de-obra. É somente na formação social contemporânea que a extração de trabalho alheio é operacionalizada por meio de categorias ligadas à forma jurídica – o contrato de trabalho e todas as ideias que o circundam. Daí a especificidade histórica da forma jurídica no capitalismo, a despeito de seu nascimento se verificar milênios antes: o modo de produção capitalista organiza a reprodução da vida material em torno de categorias jurídicas constituídas a partir da troca mercantil²⁰⁵.

A conclusão é evidentemente polêmica, principalmente para leitores habituados aos textos marxianos, mas considero-a defensável a partir de uma perspectiva bastante precisa desenvolvida por Marx quando se põe a analisar o método da economia política. Com efeito, naquele texto, Marx desdenha da importância de que o curso do pensamento para investigar e reproduzir o concreto – que parte, como consignado no capítulo anterior, das

²⁰⁵ Até mesmo em razão de seu caráter polêmico, que passo a desenvolver em seguida, julgo pertinente apontar que existe outro argumento igualmente coerente, complementar, eu diria, para sustentar a especificidade da forma jurídica em sua derivação da circulação mercantil, ainda que esta, evidentemente, já existisse antes do modo de produção capitalista: *“O processo do valor de troca, assim, demanda para que se efetive um circuito de trocas mercantis, um equivalente geral, um padrão que permita ‘medir’ o quantum de trabalho abstrato que está contido na mercadoria. Portanto, o direito está indissociavelmente ligado à existência de uma sociedade que exige a mediação de um equivalente geral para que os diversos trabalhos privados independentes se tornem trabalho social. É a ideia de equivalência decorrente do processo de trocas mercantis que funda a ideia de equivalência jurídica”* (destaques do original). NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008. Por essa razão, não fazem sentido iniciativas que tentam localizar na obra de Pasukanis o mesmo problema verificado na de Stucka, qual seja, a definição de um critério universal e trans-histórico de definição do direito, como esta: *“De fato, ao assinalar a troca de mercadorias como momento puro a partir do qual surge, simultaneamente, a forma jurídica, Pachukanis procede, em certa medida, à hipótese dessa categoria. Isso porque o autor russo deixa de lado uma série de características específicas assumidas por essa relação social (a troca de mercadorias), como, por exemplo, a finalidade visada e os diversos modos de produção dentro dos quais ela pode estar inserida”* (destaques do original). CASALINO, Vinícius. **O direito e a mercadoria: para uma crítica marxista da teoria de Pachukanis**. São Paulo: Dobra, 2011, p. 120. A leitura apresentada é completamente míope, uma vez que, assim como Marx identifica a mercadoria em diversas formações sociais, apontando, porém, sua especificidade no modo de produção capitalista, também Pasukanis define uma especificidade para a troca mercantil neste modo de produção, ainda que a mesma categoria possa ser localizada em outras formações sociais.

categorias mais simples e abstratas – acompanhe ou deixe de acompanhar o curso histórico dos acontecimentos. Em outras palavras, sua análise do modo de produção capitalista parte da análise da forma mercadoria, determinação mais simples e abstrata de tal modo de produção, e que guarda, ao mesmo tempo, todo o seu segredo. Nada importa para essa percepção que a forma mercadoria seja ou não, historicamente, a primeira a surgir ou a primeira a ganhar destaque como a central para a reprodução da vida material. Muito ao contrário, até em atenção ao fato de que a mercadoria não é historicamente primordial e, quando surge, surge sem o pleno desenvolvimento que alcança na sociedade capitalista. A partir dela, entretanto, é possível compreender o modo de produção capitalista e, a partir do modo de produção capitalista, é possível compreender os modos de produção pretéritos. Isso não significa que se vá encontrar o capitalismo em germe na antiga Roma, mas que a compreensão do capitalismo é fundamental para a compreensão do escravismo. Tudo isso a despeito de existir troca mercantil e capital em Roma, como formas rudimentares e não dominantes do ponto de vista da reprodução. Destaco dois excertos que me parecem autorizar tais conclusões, o primeiro tratando do surgimento bastante antigo do dinheiro, mercadoria que ocupa na troca a função de equivalente universal, e o segundo abordando a necessidade de compreensão das formas mais avançadas como pressuposto para o acesso integral às formações sociais anteriores:

Além disso, embora o dinheiro tenha, muito cedo e por toda parte, desempenhado um papel, não assume papel de elemento dominante na Antiguidade, senão de modo unilateral e em determinadas nações – as nações comerciais. E mesmo na Antiguidade mais culta, entre os gregos e os romanos, não atinge seu completo desenvolvimento, que se pressupõe existir na moderna sociedade burguesa, a não ser no período de sua dissolução. Essa categoria, que é no entanto bem simples, só aparece portanto historicamente com todo o seu vigor nos Estados mais desenvolvidos da sociedade.

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais

inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A Economia burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade.²⁰⁶

O mesmo pode ser afirmado em relação ao direito. Os estudos de direito romano estão absolutamente equivocados porque tentam encontrar o direito privado da sociedade capitalista na antiguidade latina. Não são, entretanto, desprezíveis como tal, mas apenas na forma em que são conduzidos. É justamente a perplexidade que emana da semelhança entre o direito privado contemporâneo e o romano que permite compreender que sua semelhança não é acidental, mas decorrente de se fundarem no mesmo substrato material: a troca mercantil, a circulação de mercadorias²⁰⁷. A partir daí, tornam-se radicalmente diferentes, uma vez que, enquanto a forma jurídica é central para a organização da sociedade capitalista, ela é absolutamente insignificante para a sociedade romana. Se se quiser estudar adequadamente a imbricação entre o sistema de relações sociais assegurado pelo Estado – para utilizar o conceito de direito de Stucka, de validade pretensamente universal – e o modo de produção da sociedade escravista romana, será necessário compreender, por meio das luzes adquiridas a partir da crítica da economia política burguesa, porque naquela sociedade a troca era insignificante, e conseqüentemente a forma jurídica, e como funcionava a estrutura “jurídica”²⁰⁸ da escravidão e da extração tributária, respectivamente dos povos vencidos e rendidos.

O próprio Marx faz abordagem à qual a minha pode ser assimilada, ainda que mediante alguma interpretação, em uma das únicas vezes que se põe a tratar diretamente sobre o direito:

²⁰⁶ MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, respectivamente pp. 16 e 17.

²⁰⁷ Recorro, ainda uma vez, à clareza didática de Mialle: “*O direito da sociedade burguesa não pode senão ser um direito igual e, inversamente, o direito igual não pode ser senão um direito burguês. Isto significa que a explicação profunda do direito reside nesta ideia de troca por equivalente que não pode ser realizada senão através da utilização de uma medida comum. Ora esta troca não aparece em quaisquer condições, mas sim historicamente, num momento preciso da evolução da humanidade*”. MIALLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005, p. 92.

²⁰⁸ Destaco que o termo encontra-se entre aspas porque, na esteira do que se acaba de expor, tais sistemas coercitivos não ostentam a forma jurídica e, destarte, não podem ser propriamente chamados de “direito”.

Por isso, no direito romano o *servus* é corretamente determinado como aquele que não pode adquirir nada para si pela troca (ver *Institut*). Por essa razão, é igualmente claro que esse *direito*, embora corresponda a uma situação social na qual a troca não estava de modo algum desenvolvida, pôde, entretanto, na medida em que estava desenvolvido em determinado círculo, desenvolver as *determinações da pessoa jurídica, precisamente as do indivíduo da troca*, e antecipar, assim, o direito da sociedade industrial (em suas determinações fundamentais); mas, sobretudo, teve de se impor como o direito da sociedade burguesa nascente perante a Idade Média. Mas seu próprio desenvolvimento coincide completamente com a dissolução da comunidade romana (destaques do original).²⁰⁹

A solução definitiva das perplexidades de que venho tratando surge apenas quando se aprofunda a indagação: no contexto até aqui exposto, o que atribui à forma jurídica sua especificidade ligada à forma mercadoria no modo de produção capitalista? Mais do que isso, por que a ênfase na categoria do sujeito de direito como fetichização da *circulação* mercantil, se do que se trata é do modo de *produção*? A resposta a estas duas últimas indagações completa o percurso de Pasukanis para o entendimento mais adequado do fenômeno jurídico na sociedade capitalista e prepara o caminho para a abordagem da teoria do direito de Bernard Edelman.

A especificidade da forma jurídica na sociedade capitalista está ligada a dois fenômenos sociais complementares: em primeiro lugar, a generalização da troca mercantil, isto é, o fato de que todas as mediações econômicas das relações sociais humanas sejam promovidas por meio da troca. Esta generalização somente é possível de ser alcançada a partir de um segundo fenômeno próprio do modo de produção capitalista: as relações sociais de *produção* são mediadas por categorias pertencentes à *circulação*. A compreensão desta dialética da produção e da circulação desvenda claramente o mecanismo da exploração do trabalho alheio no modo de produção capitalista, a que Marx atribuiu o nome de *mehrwert*: mais-valor, na tradução mais exata, ou mais-valia, na tradução mais comum para o português.

Se no modo de produção escravista a extração de trabalho de uma classe por outra estava ligada à violência e à coação e no modo de produção feudal tal relação se dava por

²⁰⁹ MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 188-189.

meio de vínculos pessoais reforçados por aspectos religiosos, na sociedade capitalista o mesmo se dá por meio de um contrato. É exatamente nesse sentido que é possível falar em generalização da troca mercantil. O trabalhador é tornado livre pela ordem jurídica burguesa, em dois sentidos: livre para comprar e vender mercadorias, constituindo para si direitos e obrigações, unicamente por meio de sua vontade; e livre da propriedade dos meios de produção, que lhe atribuiria o “penoso” encargo social de dirigi-la em prol da manutenção material da comunidade. Diante desta dupla liberdade, o trabalhador negociará a única mercadoria que se encontra à sua disposição: sua própria força de trabalho. Assim, celebrará livremente com o proprietário dos meios de produção um contrato pelo qual trocará sua mercadoria força de trabalho por um preço em dinheiro. Portanto, a generalização da troca mercantil se dá apenas quando a própria força de trabalho é transformada numa mercadoria, que tem como proprietário o trabalhador.

A compreensão dos motivos pelos quais o contrato de compra e venda da mercadoria força de trabalho permite a exploração de mão-de-obra alheia no modo de produção capitalista exige o conhecimento de mais alguns elementos da teoria marxiana do valor. Já expus um pouco acima o mais básico: que as mercadorias são levadas ao mercado apenas com base em seu valor de troca, e não em razão de sua utilidade. A utilidade é apenas um pressuposto para que uma mercadoria produzida seja possível de ser transformada em dinheiro no mercado, mas não interfere na formação de seu valor de troca. O valor de troca é definido pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção. O trabalho, no modo de produção capitalista, é abstraído de suas propriedades úteis para que sua duração média seja utilizada como parâmetro universal de comparação de mercadorias, permitindo sua troca em bases iguais. O trabalho é relevante para o valor de troca na medida da quantidade em que foi em média empregado na produção de cada mercadoria.

Pois bem, sendo a força de trabalho, ela própria, uma mercadoria, haverá de ter também um valor de troca, definido da mesma maneira que todas as outras que lhe acompanham na “imensa coleção” de mercadorias que constitui a riqueza social: por meio da quantidade de trabalho abstrato empregada em sua produção. Como se produz a força de

trabalho? Pela subsistência dos trabalhadores e pela sua reprodução²¹⁰, para perpetuar a disponibilidade da força de trabalho na sociedade para além da vida de cada trabalhador. Assim sendo, o valor da força de trabalho é exatamente o valor dos meios de subsistência empregados em sua manutenção e de sua família. É aqui que reside o segredo da extração da mais-valia. Como as mercadorias se trocam por seu valor, e o valor da força de trabalho limita-se ao valor da subsistência da família do trabalhador, o proprietário dos meios de produção não paga ao trabalhador todas as horas de trabalho abstrato que ele acrescenta à mercadoria produzida, mas apenas aquelas necessárias para adquirir seus meios de subsistência. E o faz ciente de que a mercadoria força de trabalho possui um valor de uso essencial ao modo de produção capitalista: reproduzir o valor dos meios de produção, transferindo-o ao produto final, e criar valor novo por meio da ação de seu trabalho para produzir a mercadoria a partir dos meios de produção a ele disponibilizados pelo capitalista. Assim, cada jornada de trabalho de cada trabalhador será composta de uma porção de trabalho necessário, destinado apenas a recompor o valor pago pelo capitalista como salário, e de uma porção de trabalho excedente, que constituirá o objeto da exploração capitalista e receberá o nome de mais-valia.

O leitor mais arguto já terá percebido onde quero chegar. A circulação mercantil se faz, sempre, com base no princípio da equivalência, isto é, as mercadorias se trocam por outras de mesmo valor. A exploração do trabalho ocorre no âmbito da produção. Desse modo, para que a exploração seja livremente consentida por meio de um contrato, ela deve ser expressa em termos de circulação, de troca de mercadorias. O trabalhador consente com a exploração de sua mão-de-obra porque vende a única mercadoria que possui, sua própria força de trabalho, exatamente por seu valor, encontrando como comprador outro sujeito de direito livre e igual a si. Eis o âmago da dialética da produção e da circulação: a expressão da produção em termos de circulação, ocultando a exploração sob a aparência da troca de equivalentes. Eis a razão da especificidade histórica da forma jurídica no modo de produção capitalista: a generalização da troca mercantil como categoria é tão profunda que a própria produção passa a ser expressa em seus termos, o que faz da exploração de mão-de-obra no capitalismo uma exploração jurídica.

²¹⁰ Não é à toa que o termo “proletário” constitui etimologicamente uma referência à palavra “prole”. O proletário é o integrante da classe trabalhadora que tem muitos filhos, o que se torna imprescindível para assegurar a reprodução material da sociedade, em qualquer dos modos de produção até aqui observados.

Esse é o ponto em que podemos passar a investigar a obra de Edelman, que se preocupará exatamente com esta questão, ao se indagar, em um dos capítulos de sua obra *O direito captado pela fotografia*, a primeira que dedicou a aplicar o materialismo histórico-dialético às categorias jurídicas: “*como é que a fixação (jurídica) das leis da circulação torna possível a produção*”?²¹¹ Sua resposta a essa indagação constitui um aprofundamento do tratamento do tema por Pasukanis e revela a ligação indissolúvel do direito com as formas da circulação mercantil:

Historicamente, o valor de troca só aparece primeiro apenas na esfera da circulação e, enquanto não se torna a base real da produção, ela aparece como uma esfera relativamente autônoma e relativamente desenvolvida. Dito de outro modo, ele aparece “em avanço” sobre as relações de produção. O Direito, que fixa as determinações do valor de troca, adquire assim uma “autonomia relativa” em relação à base real de produção. Isto explica já o “milagre” do direito romano. Na relação capitalista produziu-se essa revolução: a mercadoria específica força de trabalho aparece no mercado. A circulação já não é esta região relativamente autônoma onde os indivíduos levavam ao mercado o excedente da sua produção, mas o lugar onde o capitalista vem em pessoa comprar o que lhe permitirá aumentar o seu capital: o trabalho humano. A circulação não só aparece assim como o lugar de encontro do capital e do trabalho como ainda se tornou a mediação essencial da reprodução do capital. Daí que “a forma original da relação (dos produtores de mercadorias iguais em direito que se enfrentam no mercado) não subsista doravante senão como aparência da relação que constitui o seu fundamento, a relação Capital (os possuidores da sua força de trabalho enfrentam no mercado os possuidores de produção)”.²¹²

²¹¹ EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976, p. 145.

²¹² *Idem*, pp. 145-148. Destaco, por curiosidade, que Edelman utiliza a referência ao direito romano, na sequência do texto, de modo substancialmente diverso do que fiz alguns parágrafos atrás. Com efeito, Edelman é notoriamente adepto da escola althusseriana de leitura do marxismo, o que o leva a atribuir uma relevância substancial ao conceito de ideologia, que ganhará destaque em sua análise do direito romano reafirmado pela burguesia perante as instituições medievais como substrato para a afirmação filosófica e ideológica do sujeito a partir do iluminismo. Pretendo ter deixado claro, até aqui, que a relevância que atribuo ao direito romano é outra, consistente na possibilidade e na importância de sua reafirmação estarem vinculadas a um aspecto eminentemente estrutural: o fato de a reprodução material ser expressa em termos de circulação no modo de produção capitalista. O restante da formulação, entretanto, coincide perfeitamente com o argumento que venho desenvolvendo.

Edelman busca esse aprofundamento do pensamento de Pasukanis tendo como pano de fundo uma perplexidade que o assola: o comportamento do direito perante o nascimento da fotografia e do cinema. É nesse contexto que abordará o conceito de *sobreapropriação*, que designa a criação de nova propriedade, ainda que imaterial, por meio do trabalho do fotógrafo ou do cineasta sobre uma realidade já apropriada, ainda que de forma comum, pública – uma paisagem, por exemplo.

Este conceito designa o *conteúdo contraditório* da propriedade literária e artística que apresenta este carácter estranho, único, original de ser uma propriedade adquirida por sobreposição sobre uma propriedade já estabelecida. Este conceito designa, para nós, o nosso projecto concreto: o sujeito deve fazer “seu” o real, o fotógrafo deve poder ser proprietário deste “reflexo do real” (a sua fotografia) tal como o cineasta deve fazer sua aquela “ficção do real” que a sua máquina de filmar “produz” (o seu filme). Mas, ao mesmo tempo, o que é “meu” opõe-se ao que é “teu”; o sujeito faz “seu” um real que é também de “outrem”. O fotógrafo e o cineasta no mesmo momento em que investem o real da sua personalidade captam na sua “objectiva” a propriedade do outro: a sua imagem, o seu movimento, por vezes “a sua vida” privada (destaques do original).²¹³

A passagem demonstra a relevância de Edelman ter seleccionado exatamente a fotografia para permitir um avanço em relação às reflexões de Pasukanis: o fotógrafo cria sua propriedade, ou se sobreapropria, de uma imagem que já é propriedade de alguém – o próprio fotografado – ou de toda a coletividade. Esse fato desencadeia uma contradição – não dialética, que fique bem claro, já que a dialética não existe no seio da técnica jurídica – entre as duas propriedades desses dois sujeitos de direito.

O sujeito que reproduz vai produzir *o seu próprio concorrente*: o sujeito que é reproduzido. Digamos, para simplificar, que o *direito do fotógrafo sobre a sua foto produz o direito do fotografado sobre a sua imagem*. (...). Disse que o processo criador é o processo da própria propriedade privada. Queria precisar mais adiante. Este processo não se torna *total* senão produzindo a sua *concorrência*. Direi mais: esta concorrência é a própria condição do seu movimento; o que

²¹³ EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976, p. 44.

faz que ele se encerre a ele próprio. E se se estuda o movimento do movimento, trata-se de um movimento que se quer imobilizado, que gira sobre si próprio. Dito de outro modo, o concorrente do sujeito de direito reproduzidor é o sujeito de direito reproduzido, isto é, uma *decomposição mercantil da categoria do sujeito de direito* ou, se se prefere, uma decomposição mercantil da “essência” do homem. A forma mercantil da criação produz a forma mercantil do sujeito de direito e reciprocamente (destaques do original).²¹⁴

Entendo que Edelman quer dizer com isso, embora não o faça explicitamente, que a contradição entre os dois sujeitos de direito envolvidos na sobreapropriação – ainda que um deles seja coletivo, e destaco essa informação porque apresentará relevância um pouco adiante – desencadeia no seio do direito uma decomposição da categoria do sujeito de direito, uma vez que o direito não pode conviver, ao menos em sua aparência, com a contradição. Em outras palavras, identificado um conflito entre dois sujeitos de direito nascidos de uma mesma relação de (sobre)apropriação, cada qual ostentando um suposto direito de propriedade, embora de natureza diversa, sobre uma mesma imagem, caberá ao direito, como sua função precípua autoassinalada em sua própria aparência interna²¹⁵, resolvê-lo. Mas não se trata de um conflito comum, em que dois sujeitos disputariam a *mesma* propriedade sobre a *mesma* coisa. Trata-se de um conflito de duas *diferentes formas* de propriedade pleiteadas sobre dois *diferentes aspectos* de uma mesma “coisa” imaterial – uma imagem. Esta peculiaridade da contradição entre sujeitos de direito que constitui objeto das preocupações de Edelman desencadeará alguns efeitos interessantes para a constituição de uma ciência jurídica materialista histórico-dialética quando tal contradição for internalizada pelo direito na forma de um conflito comum entre supostos proprietários de uma mesma coisa.

Em primeiro lugar, a contradição entre proprietários revela a insuficiência do direito para regular o fenômeno em questão. Isso não significa, que fique bem claro, que uma

²¹⁴ EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976, 91-92.

²¹⁵ “A institucionalização do conflito e do procedimento decisório confere aos conflitos jurídicos uma qualidade essencial: eles terminam. Ou seja, a decisão jurídica é aquela capaz de lhes pôr um fim, não no sentido de que os elimina, mas que impede sua continuação” (destaques do original). FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 309. Uso o Professor Tércio Sampaio Ferraz Júnior como referência para as aparências internas do direito burguês por entender que ele atinge seu ápice. Nada de mais avançado que sua obra pode ser produzido, ao menos até hoje, “no horizonte limitado do direito burguês”, para usar uma expressão marxiana.

crítica do direito a partir da multiplicidade da propriedade imaterial sobre o mesmo objeto seria materialista histórico-dialética. Sua virtude consiste unicamente em demonstrar, por meio da análise das soluções que o sistema jurídico apresentará para o problema, que o direito não dá conta de tal realidade, porque cristaliza as categorias da circulação e esta pressupõe, sempre, a troca entre mercadorias de titularidades diversas, cada qual submetida apenas a uma relação de propriedade. Edelman é capaz de entender o problema, porque constata que *“o direito, voltado contra ele próprio, fornece-nos as contradições da sua prática e, conjuntamente, os limites da sua ‘ciência’”*.²¹⁶ Essa clareza de propósito será central para que Edelman identifique a missão de uma análise marxista do direito ao se debruçar sobre o problema que tal contradição aponta.

Estudando algumas decisões concernentes à propriedade da obra fotográfica ou cinematográfica e ao direito de imagem do fotografado ou filmado, Edelman constatará que, em se tratando de um conflito entre dois sujeitos de direito igualmente proprietários, “juridicamente” a solução em favor de qualquer um deles seria admissível. Ele identifica, entretanto, que a reação inicial do Poder Judiciário tendeu a salvaguardar o direito de propriedade da imagem do fotografado ou filmado, passando, apenas mais tarde, a proteger o direito de propriedade do fotógrafo ou do cineasta. Tratava-se, portanto, claramente, de puro arbítrio do órgão judicial, já que qualquer das soluções poderia ser tranquilamente sustentada, revelando a completa ausência de qualquer elemento dialético na contradição apresentada entre os sujeitos de direito²¹⁷. E na identificação do motivo de tal reviravolta no posicionamento dos tribunais franceses encontra-se o que me parece ser a única limitação do texto de Edelman: ele se referirá à *“tomada em consideração das técnicas*

²¹⁶ EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976, p. 153.

²¹⁷ Anoto aqui que opinião semelhante pode ser deduzida do estudo de Tarso de Melo sobre as possibilidades de resistência oferecidas pelas ambiguidades do direito: *“Por fim, um esclarecimento quanto ao título e, de certo modo, a antecipação das conclusões do trabalho. Optei pelos termos ambiguidade e resistência, em vez de algo como contradição e revolução, porque acredito que o nível dos conflitos ideológicos e políticos que se colocam no direito não atinge a profundidade de uma contradição concreta no sistema, tampouco permitem uma transformação completa das estruturas sociais. O que interessa, aqui, é perceber as possibilidades de elaboração de lutas que, mirando contra o direito, visam atingir, na verdade, alvos muito mais ambiciosos”* (destaques do original). MELO, Tarso Menezes. **Ambiguidade e resistência: direito, política e ideologia na neoliberalização constitucional**. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2011, p. 17.

cinematográficas e fotográficas pela indústria”²¹⁸ e à “*importância econômica da fotografia e do cinema*”²¹⁹.

Embora sua percepção dos fatos esteja correta, falta-lhe o adequado tratamento teórico do problema. Com efeito, uma leitura atenta dos textos de Marx revelará que um aspecto quantitativo de ganho de relevância econômica não é suficiente para determinar qualquer tipo de alteração no modo de tratamento de um problema pela estrutura ou pela superestrutura. Com efeito, analogamente, o capitalismo não surge em razão do ganho de relevância econômica do comércio de mercadorias, mas porque a mercadoria passa a ser o aspecto central do modo de produção a partir do advento do capitalismo, como já esmiucei acima. Trata-se de um problema de forma. Assim sendo, é irrelevante que a indústria tenha notado o cinema e a fotografia, ou que eles tenham ganhado importância econômica: a diferença de tratamento do fenômeno pelo direito surgirá apenas quando o cinema e a fotografia tenham sido incorporados pela forma mercadoria, quando a tenham assumido, permitindo sua inteira assimilação na lógica do capital e, portanto, sua inteira assimilação na lógica do sujeito de direito.

Portanto, vê-se que, embora diante de uma contradição entre dois sujeitos de direito em que, em princípio, qualquer solução seria admissível, o que torna o problema aparentemente retórico – daí a proliferação de teorias da argumentação para explicar o fenômeno jurídico –, a solução jurídica será aquela mais adequada à forma jurídica em sua ligação com a forma mercantil: a proteção do proprietário da imagem capturada, num momento incipiente em que a fotografia e o cinema representavam o desconhecido; passando à proteção do (re)produtor da imagem capturada, num momento posterior em que a fotografia e o cinema assumem a forma da mercadoria. A contradição dialética encontra-se, portanto, nas relações de produção que determinam a forma jurídica, e não nesta última. A transformação, aparentemente arbitrária, da forma do direito relativamente ao problema da fotografia limita-se a apreender sua incorporação pela produção de mercadorias para a troca.

A consequência não poderia ser outra, e esta foi brilhantemente captada por Edelman: o proprietário das imagens capturadas não será o próprio fotógrafo ou

²¹⁸ EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976, p. 52.

²¹⁹ *Idem*, p. 60.

cinigrafista. Surge o *produtor*, figura da indústria cinematográfica análoga ao capitalista, que emprega os demais elementos envolvidos na realização do filme – atores, diretor, cinegrafistas, equipe técnica – como proletários em uma linha de montagem, que se dedicam à produção de uma mercadoria especialmente valiosa, que será vendida por uma a duas horas para milhares, talvez milhões, de espectadores. Embora na indústria cinematográfica contemporânea alguns desses “proletários”, notadamente os atores, possam receber remunerações bastante vultosas, é muito simples observar como o mecanismo de produção industrial, com um capitalista detentor dos meios de produção empregando mão-de-obra alheia para movimentar esses meios de produção e extrair mais-valia, aplica-se integralmente a esta realidade nova, à época²²⁰.

O direito captado pela fotografia apresenta ainda outro mérito, também ligado ao aprofundamento que Edelman promove em relação às reflexões de Pasukanis, e que o levará diretamente às preocupações que guiaram a elaboração de sua segunda obra que analisarei aqui, *La légalisation de la classe ouvrière*. O estudo do estabelecimento de uma dupla propriedade sobre a imagem capturada possibilita a Edelman identificar uma característica do sujeito de direito que havia escapado a Pasukanis:

O que quero demonstrar é que o sujeito de direito, na sua própria estrutura, é constituído sobre o conceito de livre propriedade de si próprio; é que esta Forma, que é a forma-mercadoria da pessoa – o conteúdo concreto da interpelação ideológica da pessoa como sujeito de direito –, apresenta este carácter, inteiramente extraordinário, de produzir em si, isto é, na sua própria Forma, a relação da pessoa com ela própria, a relação do sujeito que se toma ele próprio como objecto. Este carácter, de facto espantoso, designa a relação jurídica de si consigo; indica que o homem investe a sua própria vontade no objecto que ele se constitui, que ele é para ele próprio um produto das relações sociais. O que vou pois descrever, definitivamente, é a necessidade para a pessoa humana de tomar a *Forma Sujeito de Direito*, isto é, em última instância,

²²⁰ Anoto, por curiosidade, que um fenómeno semelhante vem acontecendo, nos últimos vinte anos, com a produção de programas de computador. Para um estudo extremamente interessante sobre a transformação do programa de computador em mercadoria e de sua produção em uma indústria, com a descrição de um processo bastante análogo ao que ocupou Edelman, cf. CASTILLO, Juan José. O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: a análise dos programadores de software. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, pp. 15-36.

de tomar a *Forma geral da mercadoria* (destaques do original).²²¹

Note o leitor a sutileza do raciocínio. Não se trata aqui de assimilar a forma sujeito de direito à forma mercadoria: já afastei esta possibilidade a partir de uma leitura de Pasukanis, com apoio em reflexões de Celso Kashiura. Trata-se de constatar que, no modo de produção capitalista, a pessoa humana assume a dupla posição de sujeito e objeto de direito: incorpora a forma sujeito de direito, livre e igual a todos os demais para constituir por meio de sua vontade obrigações e direitos subjetivos, inclusive sobre si mesmo, na condição de um tipo particular de forma mercadoria. Essa objetificação da pessoa na forma mercadoria, concomitante à sua subjetivação na forma sujeito de direito, aparece nitidamente na fotografia e no cinema, e indubitavelmente aparece em outro objeto que chamará a atenção de Edelman no anexo d'*O direito captado pela fotografia* e que constituirá o objeto central de *La légalisation de la classe ouvrière*: o contrato de trabalho.

Eu já havia adiantado, algumas páginas atrás, a ideia básica a respeito, com base em farta bibliografia, que ora sumário: a especificidade do modo de produção capitalista em relação à troca de mercadorias reside na generalização da forma mercadoria, categoria originalmente pertencente à circulação mercantil, que passa a organizar a produção no momento em que a própria força de trabalho dos produtores assume a forma de mercadoria e passa a circular no mercado, trocada por dinheiro, assim como qualquer produto do trabalho. Essa circulação da mercadoria força de trabalho assume, juridicamente, a forma de um contrato de trabalho, em que o trabalhador, além de assumir a forma sujeito de direito, ao trocar, aparentemente por sua própria vontade, uma mercadoria que possui por um valor equivalente em dinheiro, assume a forma mercadoria, uma vez que o objeto de sua troca com o capitalista consiste exatamente em sua própria força de trabalho, seu vigor físico e mental e sua disposição. O trabalhador, em última análise, vende uma parte de sua vida ao capitalista.

Edelman fará, portanto, aprofundando a reflexão de Pasukanis, uma releitura desse fenômeno à luz das descobertas deste a respeito da forma sujeito de direito, relacionando-as com a peculiaridade do contrato de trabalho, em que ocorre a assunção de uma forma dupla

²²¹ EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976, p. 93.

por parte do indivíduo trabalhador. Este é o eixo que une as duas obras em que o autor trata do direito utilizando o referencial teórico marxista: a caracterização simultânea do indivíduo como sujeito e objeto do mesmo direito ocorrerá tanto no contrato de trabalho quanto no direito de imagem.

La légalisation de la classe ouvrière, entretanto, apresenta desdobramentos mais profundos. O estilo de escrita de Edelman, revelado nas duas obras aqui mencionadas, consiste em tratar extensamente de problemas práticos aparentemente triviais, inclusive com fartas citações de decisões de tribunais franceses, fazendo sua crítica imanente, em meio à qual são revelados alguns conceitos absolutamente indispensáveis à constituição de uma ciência materialista histórico-dialética do direito.

A obra em questão gira em torno de dois eixos principais: a relação entre a greve e o direito, de um lado, e a relação da empresa capitalista com a política, de outro. Os dois problemas centrais são perpassados por perplexidades acerca do papel e da estrutura das entidades sindicais perante o direito e perante os trabalhadores. Da conjugação de tais preocupações, é possível inferir o que considero serem as teses centrais da obra de Edelman. Enunciá-las-ei de forma sucinta, para maior clareza, detalhando-as e documentando-as em seguida.

Eu resumiria o pensamento de Edelman da seguinte maneira: o direito burguês, por meio de sua forma, insiste em separar a esfera jurídico-política da esfera da produção material²²², uma vez que, enquanto no Estado e no direito o trabalhador somente pode ser considerado como um sujeito individual, sua realidade perante a produção é a de constituição como classe, portanto, como sujeito coletivo.

A consequência desta constatação é a de que, todas as vezes em que os trabalhadores se organizam enquanto classe – na greve, no sindicato e na promoção de atividades políticas no seio da empresa, daí a pertinência dos temas abordados por Edelman para a extração desta suma –, somente uma de duas coisas poderá ocorrer. De um lado, a organização classista dos trabalhadores pode ser relegada à esfera extrajurídica, tida como “de fato”, o que a leva a sofrer as consequências de um mecanismo perverso, ínsito ao

²²² Este curioso fenômeno, ínsito ao direito burguês, apresenta, evidentemente, uma base material, consistente na separação, inédita na história, entre o “econômico” e o “político” no capitalismo, que é objeto de brilhante e profunda análise em WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 27-49. Ellen Wood sustenta, inclusive, que esta determinação é central para a especificidade histórica do capitalismo.

direito. Ele trata indistintamente como ilícitos tanto os fatos que o transgridem mediante a aceitação de que praticam uma transgressão – de forma sub-reptícia, por exemplo –, quanto aqueles que simplesmente ignoram sua existência e são praticados em sua própria esfera de relevância, sem sequer tomar em conta a existência de uma ordem jurídica e de normas coercitivas acerca da conduta que está sendo praticada²²³. De outro lado, a organização dos trabalhadores pode ser internalizada no direito burguês, ao custo de dissolver seu caráter de classe para considerar cada trabalhador como um indivíduo, pervertendo imediatamente qualquer poder transformador que a organização classista pudesse apresentar, já que, submetida ao direito, ela inescapavelmente reproduzirá a forma jurídica e, por consequência, a forma mercadoria e toda a estrutura de reprodução do capital.

Demonstrarei mais de perto como isso se processa na obra de Edelman.

Antes de tudo, é preciso deixar claro que Edelman também partilha com Pasukanis a percepção de que não é possível imaginar a existência de um direito proletário por oposição ao direito burguês. A ideia é particularmente importante para um autor que se dedica a estudar o direito do trabalho, ramo do direito que, segundo anota o próprio Edelman, tem sido objeto de apostas por parte de estudiosos ansiosos pela transformação social. Edelman, entretanto, não deixa saída para este tipo de construção: “*não há ‘direito do trabalho’, há um direito burguês que se ajusta ao trabalho*”²²⁴. A formulação, bastante sintética, chama atenção para o jogo de palavras possível a partir da contração entre a preposição “de” e o artigo definido “o”. Direito *do* trabalho pode designar tanto um direito *pertencente à esfera do* trabalho, por oposição a um direito do capital, quanto um direito *a respeito do* trabalho,

²²³ O curioso e perverso mecanismo é descortinado no próprio seio da ciência jurídica burguesa, de que mais uma vez utilizo como referência o Professor Tercio Sampaio Ferraz Junior: “A *relação autoridade/sujeito ou relação de autoridade* pode ser descrita de vários modos. Propomos esclarecê-la tomando como critério as reações e contra-reações possíveis entre emissores e receptores de uma comunicação. No âmbito do cometimento, a mensagem emitida por alguém sobre o modo como a relação entre ele e seu receptor deve ser por este encarada admite três possibilidades: a relação ou é confirmada, ou é rejeitada, ou é desconfirmada.(...). A confirmação, portanto, é uma reação de reconhecimento da relação. A rejeição é uma reação de negação da relação. A desconfirmação é uma reação de desconhecimento da relação. Ora, a relação de autoridade é aquela em que o emissor aceita a confirmação, rejeita a rejeição, isto é, a reconhece para negá-la, e desconfirma a desconfirmação, isto é, não a reconhece como tal, mas a toma como mera negação. Ou seja, a relação de autoridade admite uma rejeição, mas não suporta uma desconfirmação. A autoridade rejeitada ainda é autoridade, sente-se como autoridade, pois a reação de rejeição, para negar, antes reconhece (só se nega o que antes se reconheceu). Contudo, a desconfirmação elimina a autoridade: uma autoridade ignorada não é mais autoridade. A norma, em seu cometimento, instaura uma relação de autoridade, exigindo, pois, a desconfirmação da desconfirmação”. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 106.

²²⁴ Traduzido livremente do original em francês. Cf. EDELMAN, Bernard. **La légalisation de la classe ouvrière**. Paris: Christian Bourgois, 1978, p. 12.

que regula as relações de trabalho. Embora o uso corrente da expressão evidentemente seja referente ao segundo significado, sua plurivocidade pode dar ensejo a ilusões a respeito do caráter emancipatório do direito do trabalho, que são, portanto, de maneira bastante pertinente, peremptoriamente liquidadas por Edelman.

Isso nos leva à primeira preocupação, mais exaustivamente abordada, de Edelman: a relação da greve com o direito. Com efeito, a greve é o movimento que atinge as relações de produção capitalistas de forma mais dura, em seu âmago, impedindo a continuidade da reprodução do valor. Não à toa, Edelman relata que a primeira reação do direito aos movimentos grevistas foi de contrariedade, da forma que se apresenta a pior possível para o trabalhador: a greve era compreendida como uma ruptura do contrato de trabalho, de modo que os grevistas poderiam simplesmente retornar de seu movimento e encontrar seu lugar no processo produtivo ocupado por terceiros, contratados durante a greve, com o que ficariam evidentemente desempregados e sem fonte de subsistência. Traduzindo a ocorrência para os termos da ciência jurídica burguesa, a desconfirmação da ordem jurídica representada pela greve é ela própria desconfirmada por meio de seu tratamento como uma negação simples, como uma transgressão da ordem jurídica. A condição para que a greve possa ser tratada de outra maneira pelo direito é sua incorporação ao direito, algo que Edelman chamou de “*contratualização da greve*”²²⁵. Para ser incorporada ao direito, a greve deixa de ser tratada como uma ruptura do contrato de trabalho para ser admitida como uma das cláusulas do mesmo contrato, sempre em atenção ao fato de que é inerente à forma sujeito de direito a importância da vontade na constituição de direitos e obrigações. Como poderia a greve romper o contrato de trabalho se, ao reivindicar, por meio da greve, melhores condições de trabalho, inequivocamente não é da vontade dos grevistas romper o contrato em questão? Registro, apenas de passagem para não desviar de meu foco, que tal discussão passa longe de ser meramente teórica, como se pode notar do texto do artigo 7º da vigente lei brasileira de greve, Lei nº 7.783/89: “*Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho*”.

²²⁵ Traduzido livremente do original em francês. Cf. EDELMAN, Bernard. **La légalisation de la classe ouvrière**. Paris: Christian Bourgois, 1978, p. 31.

Surge daí uma das mais brilhantes percepções de Edelman, captada pelo Professor Alysson Mascaro: “*A legalização da greve segue a mesma lógica do sujeito de direito, que é um dos alicerces do capitalismo. Se a greve não é burguesa, o direito à greve o é. A forma jurídica é capitalista*”²²⁶.

Em outras palavras, Edelman demonstra, também no direito do trabalho, pertencente ao campo dos assim chamados direitos sociais, que o conteúdo das normas jurídicas pouco importa ao reconhecimento do caráter burguês do direito, porque seu problema é de forma. Aliás, não deixa de ser curioso notar, a esse respeito, que a forma jurídica sequer é determinada por um sistema de direito positivo: ela está inscrita no que pode ser considerada a repaginação contemporânea do direito natural, as declarações universais de direitos humanos. A forma jurídica jamais é colocada em questão, jamais é submetida à “vontade geral”, pois está inscrita na própria natureza humana. Edelman, aliás, possui elaboração fantástica a esse respeito:

Somente a ordem jurídica coloca, *concretamente*, o homem no lugar das classes, o “trabalho” no lugar da força de trabalho, o salário no lugar da mais-valia; somente a ordem jurídica prevê a exploração do homem pelo homem como o produto de um livre contrato, como o exercício da liberdade; e ela somente, ainda, prevê o Estado de classe como a expressão da “vontade geral”²²⁷.

Quaisquer conteúdos somente podem ser juridicizados mediante sua incorporação pela forma jurídica, e a forma jurídica, inelutavelmente atrelada à circulação mercantil, aburguesará todos estes conteúdos eventualmente juridicizados ao submetê-los à forma do sujeito.

²²⁶ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Prefácio. In: TISESCU, Alessandra Devulsky. **Edelman: althusserianismo, direito e política**. São Paulo: Alfa-ômega, 2011, p. XV. Registro que me limito a mencionar o prefácio da obra em questão, embora se trate de obra especificamente dedicada ao pensamento do autor, uma vez que discordo do contexto em que a autora inclui o pensamento de Edelman. Com efeito, venho insistindo até aqui, como fez o Professor Alysson Mascaro no mencionado prefácio, que Edelman partilha das preocupações de Pasukanis acerca do tratamento do direito como um problema de forma. Não é, entretanto, o que transparece da obra em questão, de que destaco, como exemplo, a seguinte passagem: “*Edelman segue a corrente althusseriana de compreensão dos eventos sociais, analisando-os de modo a identificar a quem, necessariamente, beneficiam as leis trabalhistas – se ao patrão ou ao empregado*” (Idem, p. 93). Atribuo esta diferença de perspectiva ao fato de que o foco da autora é o tratamento do direito como ideologia, coerente, aliás, com seu propósito de aproximar as leituras de Edelman e Althusser. Não me aprofundarei mais na questão porque me propus a deixar de lado, neste trabalho, o problema da ideologia.

²²⁷ Traduzido livremente do original em francês. Cf. EDELMAN, Bernard. **La légalisation de la classe ouvrière**. Paris: Christian Bourgois, 1978, p. 108.

A consequência de tal aburguesamento inerente à juridicização é sentida no âmbito do Estado, em sua constituição específica de forma separada do que recebeu o nome de sociedade civil. A ordem jurídica entende a esfera política como externa às relações “privadas” de troca, entre as quais o contrato de trabalho, que integram o âmbito da sociedade civil. Para os trabalhadores em greve, esta consequência é particularmente severa: a juridicização do direito de greve limita os conteúdos das reivindicações, restringindo-as a questões diretamente vinculadas às condições de trabalho. “*Em nome do direito, os trabalhadores não podem ligar sua luta contra o Capital à sua luta contra o Estado*”²²⁸, porque, afinal, “*o Capital não é ‘responsável’ pela sua política; ele não é ‘responsável’ pelo ‘seu’ Estado*”²²⁹.

Chego, com isso, ao ponto culminante do trabalho. Karl Marx propôs a leitura da totalidade social por meio do materialismo histórico-dialético, demonstrando-o magnificamente com a crítica imanente da economia política, ou, para utilizar a nomenclatura com que venho trabalhando, por meio da crítica da tecnologia econômica. Pasukanis utilizou o método marxiano para se debruçar sobre uma parte específica da totalidade social, criticando a tecnologia jurídica. Edelman avançou nesse mesmo projeto, identificando algumas determinações da forma jurídica que haviam escapado a Pasukanis e tratando de alguns problemas ligados aos direitos sociais, tais como a greve e os sindicatos. É nesse contexto que minha pretensão se coloca. Cumpre-me, depois de ter investigado minuciosamente todas essas premissas metodológicas, buscar contribuir à formulação de uma crítica da tecnologia dos direitos sociais. Será este o objeto do seguinte e derradeiro capítulo.

²²⁸ Traduzido livremente do original em francês. Cf. EDELMAN, Bernard. **La légalisation de la classe ouvrière**. Paris: Christian Bourgois, 1978, p. 66.

²²⁹ *Idem*, p. 58.

III – CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA TECNOLOGIA DOS DIREITOS SOCIAIS

III.1 – O que são direitos sociais?²³⁰

Pode surpreender o leitor a colocação de tal pergunta apenas neste estágio do trabalho. Justifico-a, entretanto, com a constatação de que um conceito preciso de direito social não foi necessário até o presente momento, em que se tratava, afinal, de constituir profundamente o método de investigação que guiaria minha crítica. Espero ter deixado clara a lógica do caminho seguido: comecei desenhando o trajeto da humanidade até o materialismo histórico-dialético, circunscrevi as características de tal método perante a totalidade social e demonstrei como ele pode guiar a constituição de uma ciência do direito. Trata-se, agora, de utilizar o referencial teórico construído para formular uma crítica da tecnologia dos direitos sociais.

Tendo isso em mente, trabalhei até agora com uma definição normativa de direitos sociais, constante do artigo 6º da Constituição Federal, que foi suficiente, na introdução, para posicionar o leitor perante a delimitação do objeto de estudo. Repito-a, porque é bastante ilustrativa: *“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”*.

É certo que, ainda do ponto de vista estritamente normativo, tais direitos são desdobrados no próprio texto constitucional e em uma infinidade de leis que os concretizam. Para ficar em poucos exemplos, os artigos 7º a 11 tratam de um extenso rol de direitos dos trabalhadores, que integram o aludido direito ao trabalho do *caput* do artigo 6º, os artigos 196 a 200 tratam dos desdobramentos do direito à saúde, os artigos 201 e 202 esmiúçam o sistema de previdência social, enquanto os artigos 203 e 204 tratam da assistência aos desamparados. Exemplos semelhantes poderiam ser encontrados em relação à moradia, segurança e todos os demais, embora de maneira não tão direta. Encerro a

²³⁰ O título desta seção foi tomado de empréstimo, com pequena adaptação, de artigo que em pouco tempo de publicação já se tornou clássico sobre o tema: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é Direito Social?. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de direito do trabalho**. Vol. I. São Paulo: LTr, 2007, pp. 13-40.

enumeração por aqui, entretanto, porque o direito do trabalho, unido ao direito da seguridade social – integrado, por sua vez, pelos subsistemas de saúde, previdência e assistência social, conforme disposição do artigo 194 da Constituição Federal – forma o que é tido pela doutrina²³¹ como uma espécie de núcleo duro dos direitos sociais, ou seja, aquelas partes do direito que lhe emprestam o modelo geral de funcionamento. Não à toa, não faltam autores que atribuem aos direitos previstos no artigo 6º da Constituição Federal a condição de direitos econômicos, sociais e culturais, com o que tal rol englobaria três categorias distintas de direitos²³².

Resta muito a investigar, entretanto, para além de uma definição normativa de direitos sociais. A doutrina, nacional e estrangeira, é pródiga em manifestações teóricas acerca do conteúdo de tal conceito, por si só e em contraste com as demais categorias dos direitos humanos fundamentais – a famigerada teoria das gerações de direitos – e com a dicotomia entre direito público e direito privado, junto à qual seria necessário posicionar os direitos sociais. Nesse sentido, faço uma advertência importante. Não me proponho, nesta seção, e sequer faria sentido, recensear a discussão doutrinária a respeito do assunto. Trata-se de um trabalho crítico, não bibliográfico. Assim, minha tarefa consiste em apresentar de forma concisa o estado da questão na doutrina, selecionando pontualmente aqueles autores considerados mais relevantes ou adequados, de modo a desenhar o pano de fundo para a crítica que desenvolverei nas seções seguintes. Parto do pressuposto de que não se pode criticar algo que não se conhece, mas esse conhecimento não precisa ser enciclopédico. Basta que a categoria dos direitos sociais seja apresentada por meio de suas manifestações

²³¹ Nesse sentido, o mesmo estudo referido na nota anterior, que empresta o título à seção: “*Sob o ângulo do positivismo jurídico, qual o alcance do Direito Social? De forma imediata, o Direito Social se materializa, como dito, pelas normas trabalhistas e previdenciárias, já que se ligam ao conflito social de tensão fundamental no modelo de produção capitalista: a relação capital x trabalho*”. SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é Direito Social?. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de direito do trabalho**. Vol. 1. São Paulo: LTr, 2007, p. 23.

²³² Apenas ilustrativamente, assinalo o tratamento dado à matéria por José Afonso Silva, referência em direito constitucional no Brasil: “*Não é fácil estremar, com nitidez, os direitos sociais dos direitos econômicos. Basta ver que alguns colocam os direitos dos trabalhadores entre os direitos econômicos, e não há nisso motivo de censura, porque, em verdade, o trabalho é um componente das relações de produção e, nesse sentido, tem dimensão econômica indiscutível*”. SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 286.

teóricas mais sofisticadas, com preferência aos autores que identificam as tensões que os levam a se aproximar do limite do “*horizonte limitado do direito burguês*”²³³.

Nessa linha de raciocínio, começo a exposição pelo último dos vieses mencionados: como se posicionam os direitos sociais no contexto da dicotomia entre direito público e direito privado? Usarei como referência, mais uma vez, a obra de Tercio Sampaio Ferraz Junior²³⁴, que, com base em um recenseamento da doutrina, identifica três grupos de teorias que pretendem dar conta da distinção entre direito público e direito privado, bem como suas respectivas insuficiências: as teorias dos sujeitos, que diferenciam os termos de tal dicotomia em razão dos sujeitos envolvidos nas relações jurídicas – os indivíduos particulares ou o Estado –, e que falhariam por não dar conta das relações jurídicas em que o Estado age como um particular, como na locação de um prédio; as teorias do interesse, que fundamentam a distinção na abrangência dos interesses envolvidos nas relações jurídicas – interesses privados ou interesses de toda a sociedade –, e que não dariam conta de situações em que haveria interesse social na preservação de um interesse aparentemente privado (significativamente, o Professor Tercio Sampaio Ferraz Junior dá como exemplo o direito do trabalho); e, por fim, a teoria mais adequada, na visão do autor, que leva em conta as relações de dominação, localizando o direito público naquelas relações em que o Estado faz uso de seu poder de império, colocando-se em patamar superior perante os particulares e estabelecendo relações de subordinação, por oposição às situações em que as relações se estabelecem, ainda que envolvendo o Estado, com caráter de coordenação.

Curioso observar que o Professor Tercio Sampaio Ferraz Junior não aborda a categoria dos direitos sociais. Ao contrário, trata do problema valendo-se de uma categoria que se encontra cada vez mais em voga no direito, principalmente entre autores de direito privado: a publicização do direito privado. Confira-se:

Esses ramos [entre os quais o direito do trabalho e o direito previdenciário, conforme mencionado no parágrafo anterior a este excerto, FB], ao contrário daqueles que estritamente dizem respeito aos entes estatais e sua relação soberana sobre os entes privados (...), têm uma natureza pública menos

²³³ MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp. 109-110.

²³⁴ FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, pp. 135-136.

coerente, o que tem provocado uma certa imprecisão na distribuição entre público e privado, falando-se destarte na progressiva publicização do direito privado.²³⁵

Com todo o respeito que merece o Professor Tercio, fica evidente que ele comete o equívoco de confundir as ideias de público e social. Aliás, é ele próprio a denunciar o ocorrido, na passagem mais interessante de seu tratamento da dicotomia entre direito público e direito privado, quando reconstrói suas origens históricas, amparado em Hannah Arendt, a partir de uma distinção entre labor, trabalho e ação no mundo antigo e as transformações de tais conceitos no decorrer da história²³⁶.

É justamente a constituição teórica do Estado moderno, a partir da obra de Hobbes, que permitirá que a dicotomia entre público e privado seja tratada de forma diferente da contraposição entre social e individual, conteúdo que havia assumido com o advento da “*generalização do social como noção comum à esfera do governo e da família*” (destaque do original)²³⁷, com base nas razões filosóficas que orientaram a tradução de Santo Tomás de Aquino da clássica expressão aristotélica *zoon politikon* por *animal social*. Aliás, após séculos de elaboração da filosofia política, a oposição que ganhou corpo e ainda hoje integra o linguajar comum se dá entre a *sociedade civil* – à qual, inegavelmente, deve estar atrelada a esfera social – e o Estado. Evidentemente, tal oposição foi consagrada nas obras políticas de Hegel, no que foi objeto de crítica de Marx, de modo que não é possível se pensar em uma separação estanque entre os termos opostos²³⁸.

Nesse contexto, embora a teoria jurídica tradicional busque apresentar a distinção entre direito público e direito privado como natural e presente no direito desde tempos imemoriais – acabo de descrever como Tércio Sampaio Ferraz Júnior a remonta à Grécia

²³⁵ FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, pp. 140-141. Também sem abordar a categoria dos direitos sociais e tratando da questão da publicização do direito privado Michel Mialle faz a crítica precisa do fenômeno, ao identificar que a publicização do direito privado e a privatização do direito público são movimentos que se alternam em resposta ao movimento da economia capitalista, em seus períodos de prosperidade e crise. Cf. MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005, pp. 155-156.

²³⁶ FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, pp. 130-135. Não me aprofundarei na questão, embora interessantíssima, por ter o Professor Tercio esgotado o tema e por ser absolutamente alheia aos meus objetivos.

²³⁷ *Idem*, p. 132.

²³⁸ “O tema fundamental da crítica de Marx à filosofia política de Hegel é o da separação e oposição modernas entre Estado e sociedade civil e a tentativa hegeliana de conciliar esses extremos na esfera do Estado, concebido segundo o modelo da monarquia constitucional prussiana”. ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 18.

antiga – sua ocorrência é peculiar e ínsita ao capitalismo, demandando uma compreensão do processo de afirmação de tal modo de produção e de sua correlata generalização da troca mercantil:

O desenvolvimento do modo de produção capitalista implica uma ruptura na sociedade. Economia e política, duas instâncias que até então se encontravam mais ou menos indiferenciadas, passam a figurar como pólos opostos. Despojada de todo o caráter político, a sociedade, ou melhor, a sociedade civil, assumiu o papel de lugar exclusivo da economia, do interesse privado, da vontade igual. Sublimado das impurezas individualistas, o poder político concentrou-se numa entidade à parte, alheia à sociedade civil, de caráter essencialmente abstrato. Esta entidade, o Estado, assumiu o papel de representante homogênea da comunidade dos indivíduos da sociedade civil, lugar exclusivo do interesse coletivo, do bem comum e da violência legítima.²³⁹

A consequência que daí emerge, portanto, é claríssima: o social identifica-se com o econômico antes do que com o político, relacionando-se a este apenas na medida em que sociedade civil e Estado encontram-se em contradição dialética, e não em oposição simples. Esta consequência apresenta uma dupla importância. Em primeiro lugar, fundamentará o conceito de direitos sociais de Marcus Orione Gonçalves Correia e Jorge Luiz Souto Maior, que apresentarei nesta seção como ponto de partida das reflexões seguintes, porque representa o ápice da tecnologia dogmática dos direitos sociais: a superação da dicotomia entre direito público e direito privado por meio da consideração do caráter social da esfera econômica da sociedade civil e sua interpenetração com o Estado.

Em segundo lugar, a consequência acima extraída do pensamento hegeliano estará no cerne da crítica materialista histórico-dialética da distinção entre direito público e direito privado, já formulada em suas linhas gerais por Pasukanis, e cujo aprofundamento me permitirá desenvolver, já na seção seguinte, a própria crítica da categoria dos direitos sociais, a que me propus neste trabalho.

Passarei, destarte, a um tratamento conceitual, e não mais normativo, da categoria dos direitos sociais na dogmática jurídica contemporânea.

²³⁹ KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 127-128.

A compreensão do aparato tecnológico dos direitos sociais é indissociável de sua afirmação histórica. Nesse sentido, Marcus Orione e Jorge Souto Maior apontam duas razões históricas que desencadeiam o surgimento dos direitos sociais: a necessidade de tratar juridicamente os acidentes do trabalho, que representavam um novo desafio para a doutrina tradicional da responsabilidade civil; e a influência direta dos conflitos entre capital e trabalho na deflagração da segunda guerra mundial em 1939²⁴⁰. Daí porque, como já noticiei acima, a tecnologia dos direitos sociais ter se desenvolvido, inicialmente, em torno do direito do trabalho e do direito da seguridade social.

A partir daí, os direitos sociais foram se constituindo, tanto na teoria geral do direito quanto na doutrina de direito constitucional, em torno de uma definição tipológica, com a inclusão de um número cada vez maior de âmbitos abraçados por tal categoria, sempre tendo por base sua inclusão em declarações internacionais de direitos ou em constituições: educação, habitação, alimentação, etc. Daí porque ter sido escolhido o texto de Souto Maior e Marcus Orione para fundamentar esta seção: coube a eles a importante tarefa de identificar uma definição conceitual, e não tipológica, como as anteriores, dos direitos sociais. Note-se o conteúdo do desafio: o direito do trabalho e o direito da seguridade social organizam-se em torno da questão do trabalho. Outros direitos, não ligados, ao menos imediatamente, à problemática laboral, foram posteriormente integrados ao conceito. Era necessário, portanto, identificar a característica capaz de ligar todos os direitos sociais, ultrapassando a configuração inicial de seu núcleo constitutivo, identificado com a questão laboral.

Outro aspecto ainda deve ser destacado na busca pela definição conceitual de direitos sociais. Como destaquei acima, não se podem identificar em hipótese alguma as ideias de *público* e *social* na busca por um conceito adequado de direitos sociais. Assim sendo, a identificação conceitual dos direitos sociais envolve igualmente o tratamento adequado de sua relação com a dicotomia entre direito público e direito privado.

Apresento, nessa esteira, a solução de Marcus Orione e Jorge Souto Maior, penitenciando-me, desde já, pelas dimensões da indispensável citação:

²⁴⁰ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é Direito Social?. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de direito do trabalho**. Vol. I. São Paulo: LTr, 2007, pp. 20-22.

No entanto, cremos que, em especial com o advento da Constituição Federal de 1988, a hipossuficiência econômica destacada não bastaria como elemento diferencial dos direitos sociais. Aliás, nem sequer a redução do conceito a ramos como o Direito do Trabalho e da Seguridade Social seria suficiente. Atualmente, a abrangência subjetiva e objetiva dos direitos sociais é extremamente maior. Assim, estes não se caracterizariam, no nosso entender, como uma categoria distinta dos direitos público e privado, mas permeariam ambos nos instantes em que ocorressem traços comuns distintivos e que necessitassem de ser tratados sob a perspectiva da proteção social maximizada. Expliquemos: pode haver direito social tanto em áreas tradicionalmente afetas ao direito privado (como exemplo certas relações de consumo ou aquelas estabelecidas por pequenos contratantes do sistema financeiro de habitação) ou também ao direito público (como exemplo tradicional tem-se o direito previdenciário, mas também seria possível a sua constatação no direito sanitário ou no direito tributário). Portanto, os princípios e postulados dos direitos sociais podem nortear tanto as relações de direito privado, quanto de direito público, havendo apenas que se dimensionar, no âmbito destes, quando aquele se encontre presente. A presença seria indicada, acreditamos, em função de uma situação de hipossuficiência (estado jurídico) que não seria necessariamente econômica. Não há necessidade, portanto, de uma relação de hipossuficiência (estado jurídico) que protraia no tempo, bastando uma situação ou estado de sujeição decorrente de uma inferioridade, ainda que momentânea, que reduz o homem a uma condição desumana. Trata-se de uma sujeição que diminui toda e qualquer condição referente ao estado de humanidade. É claro que em um país pobre como Brasil, no mais das vezes, esta situação acaba defluindo de uma sujeição econômica, embora isto não seja indispensável.²⁴¹

O resultado final da reflexão coincide, embora atingido por caminho diverso, com outro estudo recente e de muita qualidade sobre o tema, da lavra de Ana Carolina Lopes Olsen. Nele, a autora faz uma divisão entre dois tipos de critérios de aferição do caráter de direito fundamental social de uma norma jurídica, os formais e os materiais. Depois de identificar que a utilidade dos critérios materiais de determinação da fundamentalidade de um direito social consiste justamente em ultrapassar sua definição formal, ligada à presença

²⁴¹ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é Direito Social?. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de direito do trabalho**. Vol. 1. São Paulo: LTr, 2007, pp. 24-25.

ou não da norma no texto constitucional, a autora destaca, entre os critérios materiais, aquele que julga mais adequado:

Nesta ótica, dentre os critérios materiais que permitem a identificação de direitos fundamentais fora do catálogo constitucional, como os critérios da relevância (segundo a idéia reitora de Robert Alexy, já referida) e de substância, a partir da referência do § 2º do art. 5º da CF parece acertado reconhecer no princípio da dignidade da pessoa humana, princípio fundamental reitor da República Federativa do Brasil, o critério material por excelência dos direitos fundamentais sociais. (...). Sob esta ótica, ao preceituar o homem como valor-fonte do ordenamento jurídico, dotado de valor intrínseco, e neste sentido, titular de um direito ao seu livre desenvolvimento, autônomo e consciente, o princípio da dignidade da pessoa humana faz referência a direitos que coloquem os seres humanos em patamar de igualdade entre si, que lhe garantam o sustento, o acesso ao conhecimento necessário para a livre manifestação do seu pensamento e para a luta pelos seus interesses. Direitos que o protejam quando ninguém mais estiver presente para lhe estender a mão, já que os direitos existem precisamente para proteger o homem da dependência da amizade, do amor, da solidariedade do próximo, como bem ressaltou Hannah Arendt.²⁴²

Eis, portanto, o auge da teoria jurídica acerca dos direitos sociais: a identificação de sua ligação profunda com a humanidade, ou, em termos técnicos jurídicos, com a dignidade da pessoa humana. Na esfera pública ou na esfera privada, onde quer que exista uma situação de hipossuficiência jurídica, que leve o homem a uma condição desumana, a depender da caridade alheia, violando sua dignidade, deve interferir um direito social a permitir a recomposição da igualdade desfeita, de modo que cada ser humano, independentemente de bondade de qualquer outro, possa determinar-se livremente perante os demais.

Justamente em razão dessa definição, desenvolveu-se recentemente na doutrina a assimilação dos direitos sociais a outro conceito igualmente impreciso e, por isso, rico em determinações: o conceito de mínimo vital ou existencial. O conteúdo da noção de mínimo

²⁴² OLSEN, Ana Carolina Lopes. **A eficácia dos direitos fundamentais sociais frente à reserva do possível**. Dissertação (mestrado). Curitiba: UFPR, 2006, p. 34.

existencial é controverso e não o investigarei aqui²⁴³. Basta, para os meus propósitos, trazer a conclusão de Ana Carolina Lopes Olsen:

Já o mínimo existencial, embora de conteúdo indefinido e variável, em respeito aos padrões de valores vigentes na sociedade, pode ser considerado um parâmetro para a exequibilidade dos direitos fundamentais sociais sempre que a vida humana com dignidade estiver em risco.²⁴⁴

Esse raciocínio veicula conteúdo essencial à compreensão da teoria contemporânea dos direitos sociais e será fundamental para compreender a crítica à sua tecnologia: constitui núcleo mínimo inarredável, a ser garantido a todos os seres humanos, tudo aquilo que lhes permita sua vida com dignidade. Em outras palavras, não basta que o Estado e seu ordenamento jurídico garantam o direito individual à vida: é necessário que o Estado crie as condições indispensáveis para que essa vida seja vivida com dignidade, ou seja, que nenhum ser humano se submeta a uma vida menos humana que a de outro. Este é o mínimo que cada ser humano merece em razão de sua própria condição de humanidade, independentemente de quaisquer condicionamentos econômicos ou jurídicos – daí a ideia de mínimo, que evoca a noção de um patamar intransponível. Eis o núcleo essencial da ideia de direitos sociais na doutrina jurídica contemporânea.

Esclarecida a dimensão conceitual dos direitos sociais, bem como seu posicionamento perante a divisão do direito em público e privado, resta tratar, ainda segundo a doutrina mais avançada, de sua posição perante os demais direitos humanos fundamentais²⁴⁵, assunto diretamente relacionado à sua possibilidade de efetivação.

Depois de ter se tornado praticamente um consenso na doutrina que os direitos fundamentais sucediam-se em três gerações²⁴⁶ – direitos individuais, direitos sociais ou

²⁴³ Para um recenseamento muito bem feito da doutrina sobre o assunto, mais uma vez, cf. OLSEN, Ana Carolina Lopes. **A eficácia dos direitos fundamentais sociais frente à reserva do possível**. Dissertação (mestrado). Curitiba: UFPR, 2006, pp. 336-344.

²⁴⁴ *Idem*, p. 366.

²⁴⁵ A denominação é controversa e, sinceramente, tal controvérsia é absolutamente irrelevante para os meus propósitos. Assim, nas poucas vezes em que for necessário, utilizarei indistintamente as expressões “direitos humanos”, “direitos fundamentais” e “direitos humanos fundamentais”. Muito além de preciosismos linguísticos inócuos, quaisquer dessas expressões transmitem perfeitamente ao leitor o conteúdo do que está sendo afirmado.

²⁴⁶ A despeito de sua singeleza, ou talvez justamente por ela, colaciono exemplificativamente a intervenção de Manoel Gonçalves Ferreira Filho: “*Na verdade, o que aparece no final do século XVII não constitui senão a primeira geração dos direitos fundamentais: as liberdades públicas. A segunda virá logo após a primeira*

coletivos e direitos de solidariedade ou difusos (ligados às questões ambientais e à paz mundial, etc.) –, inicia-se uma reação contra esta teoria a partir de uma conferência promovida por Antonio Augusto Cançado Trindade no ano 2000, no *Seminário direitos humanos das mulheres: a proteção internacional*²⁴⁷. Esta reação é encampada pela doutrina mais avançada dos direitos sociais, que passa a levá-la adiante, sendo Marcus Orione Gonçalves Correia um de seus mais destacados defensores²⁴⁸.

A aludida reação teórica pode ser sintetizada muito brevemente em quatro critérios, todos extraídos das obras referidas na nota anterior: a ausência de validade histórica da divisão dos direitos fundamentais em gerações, a partir da observação de que a história do direito internacional demonstra que o surgimento dos direitos humanos em seu âmbito obedeceu a ordem cronológica diferente da que se verifica no direito constitucional interno dos países; a inadequação da adoção do termo “gerações”, que carrega a ideia de sucessão e não de integração, como convém aos direitos humanos; a admissão, implícita à divisão dos direitos fundamentais em categorias, de preconceitos entre eles, especialmente em relação ao grau de garantia e efetivação de tais direitos, justificada por uma suposta diferença de custo; e, por fim, a ideia de que os direitos sociais possuem uma perspectiva tríplice: embora sejam tradicionalmente entendidos como direitos de uma coletividade determinada, sua fruição ocorre sempre de maneira individual e sua relevância social lhe assinala um caráter difuso, de interesse de toda a humanidade em sua realização.

Dos quatro critérios mencionados, um chama atenção por ocupar lugar de destaque no debate doutrinário: a classificação dos direitos em gerações fundamenta uma distinção

Guerra Mundial, com o fito de complementá-la: são os direitos sociais. A terceira, ainda não plenamente reconhecida, é a dos direitos de solidariedade” (destaques do original). FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 6.

²⁴⁷ CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. **Seminário direitos humanos das mulheres: a proteção internacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível online em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cancadotrindade/cancado_bob.htm.

²⁴⁸ Existem no mínimo quatro textos do autor que abordam o tema, com variados graus de profundidade. Cf. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Interpretação do direito da segurança social. In: ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, José Antonio. **Curso de especialização em Direito Previdenciário**. Vol. I. Curitiba: Juruá, 2005, pp. 249-268. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Os direitos sociais enquanto direitos fundamentais. In: _____; CORREIA, Érica Paula Barcha (coord.). **Direito Previdenciário e Constituição: Homenagem a Wladimir Novaes Martinez**. São Paulo: LTr, 2004, pp. 25-43. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Direitos humanos e direitos sociais: interpretação evolutiva e segurança social. **Revista do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social**, São Paulo, ano 1, nº 1, 2006, pp. 117- 136. SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é Direito Social?. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de direito do trabalho**. Vol. 1. São Paulo: LTr, 2007, pp. 13-40.

em sua possibilidade de efetivação. Em outras palavras, há quem sustente²⁴⁹ que enquanto os direitos fundamentais “de primeira geração” seriam obrigatórios, exigíveis e autoaplicáveis, os direitos “de segunda geração” constituiriam normas programáticas, características de uma constituição dirigente, sendo implementados na medida das possibilidades do Estado. Esta formulação demanda algumas precisões terminológicas que passo a desenvolver em seguida.

A expressão “constituição dirigente” foi cunhada pelo jurista português José Joaquim Gomes Canotilho, socialista e coautor do texto da Constituição portuguesa de 1975, para interpretar o significado de tal documento na história de seu país. A ideia foi expressa em sua tese de doutoramento, que acabou se tornando um livro clássico²⁵⁰. Em sua adaptação ao estudo da Constituição brasileira, a ideia de direção jurídica para o socialismo implícita ao conceito de constituição dirigente transformou-se, de forma muito mais abstrata, em direção jurídica para objetivos de justiça social, com o que a constituição dirigente e suas normas programáticas passaram a significar a constituição de objetivos de Estado, e não mais a transição de modo de produção. O marco de tal incorporação ao direito brasileiro foi outro texto derivado de obra acadêmica que se transformou em clássico da literatura jurídica²⁵¹. Colaciono, entretanto, algumas manifestações mais recentes que demonstram os termos em que tal debate é desenvolvido hoje na doutrina do direito constitucional.

Fugindo ao modelo “garantista”, tributário do “*status quo*”, pretendem conformar amplos aspectos da vida social, seja através da formulação de fins e programas para os poderes públicos, seja através da constitucionalização de direitos a prestações estatais, que, para sua efetivação, exigem postura

²⁴⁹ Fico, mais uma vez, com a simplicidade da manifestação de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, com seu extraordinário poder de sintetizar o senso comum da doutrina jurídica pátria: “*A experiência prática, todavia, não é animadora. Ademais, a efetivação dos direitos sociais, quando reclama a instituição de serviço público, dificilmente pode resultar de uma determinação judicial. Tal instituição depende de inúmeros fatores que não se coadunam com o imperativo judicial*”. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 52.

²⁵⁰ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição dirigente e vinculação do legislador**. Coimbra: Coimbra Editora, 1982. A obra foi objeto de reedição em 2001, com alterações substanciais no texto, inclusive em relação ao conceito de constituição dirigente. Foi o texto mais antigo, entretanto, que passou à história.

²⁵¹ SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

ativa por parte do Estado. Trata-se da Constituição “dirigente” (destaques do original).²⁵²

O abandono da perspectiva de direção para a transição de modo de produção fica ainda mais evidente quando se observa, ainda segundo o mesmo autor, que “*em sociedades pluralistas e fragmentárias, o valor do pacto constitucional não deve ser desmerecido, considerando seu papel na manutenção da coesão e unidade nacional*”²⁵³. Com isso, a ideia de constituição dirigente foi assimilada ao tratamento de outro conceito, já desenvolvido anteriormente, de normas programáticas, que já havia passado por uma guinada no sentido de atribuir a tais normas o valor de vinculação jurídica, não apenas o caráter de conselho ou sugestão ao legislador²⁵⁴.

Observa-se, nessa questão, que a doutrina específica acerca dos direitos sociais avançou substancialmente mais rápido do que o constitucionalismo. A crítica teórica desse conjunto de ideias foi formulada por Marcus Orione e Souto Maior, com expressa referência ao afastamento das expressões “constituição dirigente” e “normas programáticas”:

Ora, do ponto de vista da normatividade jurídica imposta pelo império do Direito Social, estas proposições não se sustentam, pois o Direito Social representa, como visto, a superação da ordem jurídica liberal. O Direito social não é uma simples complementação da ordem anteriormente existente, é a sua reconstrução. O Direito Social não se trata, assim, de uma dimensão específica do direito, é, isto sim, a única dimensão vigente. (...). Inegável, assim, que o Direito do Trabalho se integra aos valores fundamentais do Estado Social, obrigando não apenas o Estado, mas a todos os membros da sociedade. Lembre-se, ademais, que o maior problema social é a ausência de trabalho para todos, de forma a poder extrair dele a sua sobrevivência. O retorno social das forças produtivas, daqueles que se integram ao sistema pelo trabalho e, sobretudo, pela exploração do trabalho, constitui direito

²⁵² MORO, Sergio Fernando. **Desenvolvimento e efetivação judicial das normas constitucionais**. São Paulo: Max Limonad, 2001, p. 19.

²⁵³ *Idem*, p. 20.

²⁵⁴ Cf. a respeito, inclusive com extenso recenseamento de bibliografia nacional e estrangeira, PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. **Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais programáticas**. São Paulo: Max Limonad, 1999, pp. 145-169.

fundamental de todos aqueles que, por qualquer razão, não tiveram a mesma sorte.²⁵⁵

Esta crítica teórica redundava numa questão prática, diretamente relacionada à efetividade dos direitos sociais. Como tornar palpável essa obrigatoriedade substancial ostentada em nível teórico? Ou, em outras palavras, como garanti-los? Esse é o debate que domina a teoria dos direitos sociais há mais de duas décadas, pelo menos desde a edição da Constituição Federal de 1988, e que há muito não avança. Demonstro-o por meio da análise de um texto publicado dezessete anos antes da data de elaboração desta tese, da lavra do Professor José Reinaldo de Lima Lopes²⁵⁶. Nesse texto, o autor principia investigando as dimensões teórica e histórica do conceito de direito subjetivo, de cuja exposição me abstenho por já ter tratado extensamente do tema nos capítulos anteriores. Destaco, apenas, algo apontado por Lima Lopes como muito relevante: a ideia de que, na tecnologia jurídica, direito subjetivo é um conceito que liga três termos – credor, devedor e objeto – de modo que, se alguém tem direito a algo, tem-no em face de outrem²⁵⁷. Além disso, ter um direito a algo em face de alguém significa ter também o poder de exigir o objeto do direito, sob pena de o fato de ter um direito não fazer qualquer sentido – como se observa a partir do tratamento jurídico da chamada “obrigação natural”. Depois de tratar de tais aspectos conceituais e históricos, Lima Lopes traz, pontual e sucintamente, diversas possibilidades de abordagem do tema da garantia dos direitos sociais, tendo por pano de fundo o conceito de direito subjetivo.

Em primeiro lugar, trata dos direitos sociais constitucionalmente positivados e da forma de sua garantia, comparando-os com as demais formas de direitos fundamentais também positivadas no direito brasileiro, chegando a uma posição semelhante à que distingue os direitos fundamentais em direitos contra a ação do Estado, também chamados direitos de abstenção, e direitos a prestações estatais positivas. Lima Lopes diferencia os

²⁵⁵ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é Direito Social?. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de direito do trabalho**. Vol. 1. São Paulo: LTr, 2007, pp. 29-30.

²⁵⁶ LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do Judiciário no Estado Social de Direito. In: FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira (org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994, pp. 113-143.

²⁵⁷ “Essas concepções modernas de direito subjetivo têm a característica do reflexo: funcionam quando se tratam de dois indivíduos, duas partes. A questão se complica quando se trata de falar de direitos, liberdade para a manutenção da vida em geral, não apenas das trocas individuais”. *Idem*, p. 120.

direitos que são passíveis de garantia por meio do poder de ação daqueles que dependem da formulação das políticas públicas. Destaca a contradição envolvida na eventual implementação judicial de um direito social, mas identifica a importância da atuação dos destinatários dos direitos perante o Poder Judiciário para orientar a formulação dessas mesmas políticas públicas. Trata-se de uma repaginação da teoria das gerações de direitos, que já discuti um pouco acima.

Depois, cuida do papel do Poder Judiciário no tratamento de questões de direitos sociais, que passa a identificar, a partir desse ponto, como conflitos de justiça distributiva. Nesse ponto, aborda algumas das posições mais em voga, ainda hoje, na discussão sobre os direitos sociais, estabelecendo distinções entre as características dos poderes legislativo e executivo, por um lado, e do Poder Judiciário, por outro; tratando da responsabilidade civil e política do Estado pela não implementação de políticas sociais; e traçando algumas linhas sobre o papel do direito financeiro na implementação dos direitos sociais.

O Professor José Reinaldo de Lima Lopes encerra sua contribuição extrapolando a técnica jurídica ao discutir a relação entre o Poder Judiciário, a democracia e a justiça distributiva à luz dos direitos sociais e os conflitos que desencadeiam.

É fácil notar que toda a produção teórica subsequente não foi capaz de ultrapassar os pontos que já haviam sido estabelecidos como relevantes no referido texto, do qual já se passam dezessete anos. A discussão continua a mesma: os direitos sociais geram direitos subjetivos? A resposta negativa a tal pergunta conduz o debate imediatamente para a esfera política – onde, de resto, deve mesmo se localizar, penso –, extrapolando a tecnologia jurídica, o que a faz ser a preferida dos partidários do *status quo* e daqueles que pretendem se afastar do direito e se aproximar da política como sede das discussões de justiça distributiva, para utilizar a terminologia de Lima Lopes. A resposta positiva, por sua vez, vem acompanhada por uma imensa série de outras questões de tecnologia jurídica que decorrem desta primeira perplexidade: é adequado ou “justo” contemplar com direitos sociais apenas aqueles que os pleiteiam? O Poder Judiciário é democraticamente legitimado para formular políticas públicas em substituição aos poderes políticos – Executivo e Legislativo? É viável que a intervenção do Poder Judiciário se dê por meio de instrumentos que se limitem a aferir a constitucionalidade da atuação dos poderes políticos, sem interferir na formulação das políticas?

Observe-se, ilustrativamente, como todas essas perplexidades ainda permeiam o texto de Ana Carolina Lopes Olsen, que venho utilizando como referência, que tenta oferecer uma resposta coerente para todas elas, optando pela possibilidade de efetivação judicial sempre que se estiver diante de uma norma reconhecida como de direito fundamental social:

Assim, todos os direitos fundamentais sociais prestacionais podem assumir o caráter de direitos subjetivos, de modo que sua não realização somente se viabiliza a partir de um processo de ponderação orientado pela argumentação juracional. É válido reconhecer um peso especial às normas de direitos fundamentais sociais sempre que através delas se buscar a realização das prestações minimamente necessárias à sobrevivência digna de cada cidadão. Todavia, reduzir todas as normas de direitos fundamentais sociais à concepção de mínimo existencial parece equivocado, na medida em que sua exigibilidade deve ser construída caso a caso, sempre que ponderados os princípios e bens jurídicos em conflito. Afirmar, a priori, o que é direito fundamental e o que não é, pois refoge ao círculo material do mínimo existencial implica arriscar uma delimitação em abstrato do conteúdo normativo da norma, e, além disso, aplicar uma penalidade extraordinária àquele objeto que não se enquadre na moldura de mínimo existencial: ele fatalmente será inexigível prontamente da norma constitucional. Estará sujeito às regras discricionárias das políticas públicas, estará ao alvedrio do legislador.²⁵⁸

A leitura da contribuição de Lima Lopes, ainda de impressionante atualidade, deixa claro que a resposta a todas estas perplexidades é impossível de ser formulada nos limites de uma tecnologia dos direitos sociais. Cumpre-me, portanto, formular a crítica de tal tecnologia, tendo por base o aprofundamento da ciência materialista histórico-dialética do direito, no estado em que legada por Pasukanis e Edelman. Debruçar-me-ei sobre a tarefa em dois momentos, que ocuparão as duas seções seguintes do presente capítulo. Em primeiro lugar, a crítica da tecnologia dos direitos sociais propriamente dita, em sua relação com a efetivação pelo Poder Judiciário, que revelará a razão pela qual não é possível que o debate sobre o tema avance além do estado em que se encontra. Depois, a formulação da crítica imanente do conceito de direitos sociais até aqui apresentado, à luz da crítica da

²⁵⁸ OLSEN, Ana Carolina Lopes. **A eficácia dos direitos fundamentais sociais frente à reserva do possível**. Dissertação (mestrado). Curitiba: UFPR, 2006, pp. 352-353.

forma jurídica, em meio à qual pretendo apontar algumas contribuições propositivas acerca da função desempenhada pelos direitos sociais, tanto para os partidários da manutenção do *status quo*, quanto para aqueles que advogam uma superação das presentes relações sociais de produção.

III.2 – Direitos sociais e forma jurídica individual (ou: por que juízes não fazem políticas públicas?)

O debate acerca da implementação judicial forçada de direitos sociais tem se movimentado, há muito tempo, em torno do fornecimento gratuito de medicamentos de alto custo pelo Estado. O problema é por todos muito conhecido: o Ministério da Saúde divulga uma lista de medicamentos gratuitamente fornecidos e um paciente necessita de um medicamento de alto custo, com o qual não pode arcar, que não consta da lista em questão. A solução também já é quase prosaica: uma ação judicial, baseada no artigo 196 da Constituição Federal, que assegura a saúde como direito de todos. A jurisprudência tem aceitado muito bem este tipo de demanda, obrigando o poder público a fornecer os medicamentos e determinando inclusive o bloqueio de verbas públicas em caso de não atendimento à determinação judicial²⁵⁹. Esta destacada relevância prática levou a doutrina a raciocinar:

Ainda mais, temos visto algumas tentativas de responsabilização do Estado por omissão de serviços essenciais. E, no entanto, tal responsabilização é bastante complexa e difícil, visto que a maioria dos serviços omitidos são *uti universi*, e não *uti singuli*, não remunerados diretamente pelos usuários, mas mantidos por meio de impostos gerais, etc. Além disso, a prestação do serviço depende da real existência dos meios: não existindo escolas, hospitais e servidores capazes e em número suficiente para prestar o serviço o que fazer? Prestá-lo a quem tiver tido a oportunidade e a sorte de obter uma decisão judicial e abandonar a imensa maioria à fila de espera? Seria isto viável de fato e de direito, se o serviço público deve pautar-se pela sua universalidade, impessoalidade e pelo atendimento a quem

²⁵⁹ Apenas para fins de documentação, registro que o Supremo Tribunal Federal, em recurso extraordinário ao qual foi atribuída repercussão geral, ratificou sua jurisprudência reiterada nesse sentido, pelo que cito, por todos, o acórdão do RE 607582, disponível em <http://www.stf.jus.br>.

dele mais precisar e cronologicamente anteceder os outros?
Começam, pois, a surgir dificuldades enormes quando se trata
de defender com instrumentos individuais um direito social.²⁶⁰

Mais uma vez, minha pesquisa me leva a constatar a insuperável atualidade de uma contribuição prestada há dezessete anos. Superada a discussão sobre a atribuição de direito subjetivo a partir da positivação constitucional de um direito social, a doutrina passou a debater a pertinência da implementação judicial individual de tais direitos, o que vem fazendo, como se vê, há muito anos. Com uma diferença: o Professor José Reinaldo de Lima Lopes, dedicado estudioso da história do direito, denominava o problema de judicialização de conflitos de justiça distributiva, em atenção à sua nomenclatura tradicional; enquanto, nos dias atuais, o tema adquiriu um nome mais pomposo e mais anódino – controle judicial de políticas públicas.

Identificado o problema representado pela implementação individual e casuística de um direito que pertence a todos, a doutrina passou a debater como poderia o Poder Judiciário implementar soluções abrangentes. Esse é o foco da discussão que domina o tema. Sobeja material a respeito, dos mais variados níveis de qualidade, buscando instrumentalizar essa percepção por meio de mecanismos de direito processual. Espero que o leitor concorde, a essa altura do trabalho, que não faria sentido recensear a literatura sobre a questão²⁶¹, até porque, mais uma vez, discordo absolutamente do foco a ela emprestado pela doutrina. O problema, é óbvio, não é de imperfeição dos mecanismos processuais, pelo que não adianta desperdiçar anos de trabalho e páginas e mais páginas de texto tentando aprimorar os instrumentos existentes para a implementação supraindividual dos direitos.

Repito, ainda uma vez, porque constitui o núcleo do trabalho: o problema é de forma. É a forma jurídica que determina a insuperável ineficácia dos mecanismos processuais de implementação transindividual dos direitos sociais. Demonstrá-lo-ei com um exemplo bastante recente, colhido no direito previdenciário, que passo a detalhar.

²⁶⁰ LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do Judiciário no Estado Social de Direito. In: FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira (org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994, pp. 130-131.

²⁶¹ Indico, por todas, duas obras relevantes sobre o assunto, uma já clássica e outra bastante recente, com farto material baseado em exame de situações práticas em direito da seguridade social. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Teoria e prática do poder de ação na defesa dos direitos sociais**. São Paulo: LTr, 2002. FRANÇA, Giselle de Amaro e. **O Poder Judiciário e as políticas públicas previdenciárias**. São Paulo: LTr, 2011.

Ao menos desde a edição da Lei nº 3.807/60, que recebeu o nome de Lei Orgânica de Previdência Social e unificou o regime jurídico dos diversos institutos de aposentadorias e pensões criados desde a década de trinta do século XX²⁶², a previdência social brasileira trabalha com limites mínimo e máximo para o pagamento de contribuições e recebimento de benefícios, sendo que este limite máximo ficou popularmente conhecido pelo nome de *teto*. Depois de ter sido inicialmente projetado com uma sistemática bastante simples e automaticamente atualizável, no valor de dez salários mínimos – artigo 23, § 2º, da Lei nº 3.807/60 –, o teto passou por alterações que tornaram sua sistemática substancialmente mais complexa, tendo vigorado, entre os anos de 1976 e 1991, legislação que envolvia a previsão de dois montantes: o menor valor teto e o maior valor teto.

Após a redemocratização e a edição da Constituição de 1988, a legislação previdenciária foi mais uma vez reformada, o que resultou na edição da Lei nº 8.213/91, que ainda hoje regula a concessão de benefícios previdenciários. Esta última lei voltou a prever um teto único, retomando a sistemática anterior a 1976, com uma diferença substancial e absolutamente relevante para o exemplo escolhido: a fixação do valor do teto deixou de ser atrelada a uma determinada quantidade de salários mínimos, até em razão da expressa proibição constante do artigo 6º, IV, da Constituição Federal. Em lugar disso, a legislação estabeleceu em lei um valor monetário nominal – cento e setenta mil cruzeiros, em valores de julho de 1991, conforme artigo 28, § 5º, da Lei nº 8.212/91 – e definiu sua forma de atualização, que se daria *“na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social”*, ainda segundo o mesmo dispositivo. O mesmo limite foi adotado pela Lei nº 8.213/91, em seu artigo 29, § 2º, para o salário-de-benefício, base de cálculo da renda mensal dos benefícios previdenciários (composto de uma média de salários-de-contribuição, que, por sua vez, constituem a base de cálculo para o pagamento das contribuições previdenciárias), e também para a própria renda mensal dos benefícios.

Dois fatos relevantes somam-se ao já exposto para a identificação do problema que me ocupa. Em primeiro lugar, no regramento anterior ao das Leis nº 8.212 e 8.213/91 era possível que o segurado tivesse feito contribuições sobre base superior ao valor considerado

²⁶² Para detalhes históricos mais específicos, cf. meu BATISTA, Flávio Roberto. **Benefícios previdenciários por incapacidade no Regime Geral de Previdência Social**. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP, 2008, especialmente pp. 47-61.

o teto pelo novo regramento. Depois, a correção monetária dos salários-de-contribuição que compõem o cálculo do salário-de-benefício abrange o período que vai desde o mês da competência da contribuição até o mês do cálculo do benefício – artigo 201, § 3º, da Constituição Federal e artigo 29-B da Lei nº 8.213/91 –, diferentemente do que ocorre com o teto, que, como visto acima, só é atualizado nas mesmas datas e com os mesmos índices aplicados aos benefícios previdenciários, o que tem ocorrido, em regra, anualmente. A conjugação destes dois fatos tem por consequência que nunca foi incomum que, feita a mencionada média de salários-de-contribuição, a mesma superasse o valor do teto. Nesses casos, o segurado, embora tenha feito ao longo da vida contribuições que lhe permitiriam receber benefício superior ao teto, estava impedido de fazê-lo por disposição legal expressa, de modo que seu salário-de-benefício e sua renda mensal ficavam limitados ao valor do teto.

O legislador rapidamente apercebeu-se de que o ocorrido violava o princípio contributivo e a promessa de equilíbrio atuarial. Traduzido o problema nos meus termos, havia clara violação do princípio da equivalência, a ameaçar a estabilidade de todo o sistema. Por isso, foram editados o artigo 21, § 3º, da Lei nº 8.880/94, conhecido popularmente como *índice de reajuste-teto*, e o artigo 26 da Lei nº 8.870/94, que recebeu o pitoresco nome popular de *buraco verde*. Os dois dispositivos mencionados veiculam mecanismo idêntico, variando apenas seu período de abrangência: enquanto o buraco verde atinge benefícios concedidos entre 05 de abril de 1991 e 31 de dezembro de 1993, o índice de reajuste-teto aplica-se a benefícios concedidos a partir de 1º de janeiro de 1994. Tal mecanismo consiste em incorporar, de uma única vez e de forma concomitante ao primeiro reajuste do benefício – na competência de abril de 1994, no caso do buraco verde –, a diferença percentual entre a média de salários-de-contribuição apurada e o salário-de-benefício utilizado como base para sua concessão, ou seja, o valor do teto. O mecanismo era bastante imperfeito, conseguindo recompor efetivamente as perdas apenas daqueles beneficiários com coeficientes inferiores a cem por cento e benefícios concedidos em datas muito próximas à edição da norma referente ao primeiro reajuste, que receberam, portanto, reajustes proporcionais muito reduzidos.

Até aí, nada poderia ser feito e a jurisprudência vinha rechaçando as tentativas dos segurados de recompor por outras vias as perdas financeiras assim experimentadas. Ocorre

que, apercebendo-se da defasagem que vinha ocorrendo entre o valor histórico do teto, de dez salários mínimos, e o valor efetivamente a ele atribuído nos termos do artigo 28, § 5º, da Lei nº 8.213/91, em decorrência de vários anos de política de aumento real do salário mínimo contrastada com a incorporação deficiente da inflação pelos índices oficiais, o poder constituinte derivado houve por bem, em duas oportunidades – Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03 –, elevar o valor nominal do teto, rompendo a paridade de índices e épocas de reajuste entre estes e os benefícios previdenciários.

A medida fez os beneficiários limitados ao teto sentirem-se duplamente prejudicados. Depois de terem sido impedidos de receber o benefício pelo qual pagaram, em razão da existência do teto, foram obrigados a assistir a majoração do teto sem qualquer repercussão em seus respectivos benefícios. O problema gerou o ajuizamento de inúmeras demandas individuais e, depois de alguns anos de discussão judicial, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento do Recurso Extraordinário nº 564354, com repercussão geral, decidiu que os segurados tinham direito à incorporação das perdas experimentadas aos valores de seus benefícios.

A decisão ocasionou nova corrida ao Poder Judiciário, com o ajuizamento de milhares de ações individuais pleiteando a retomada das perdas financeiras. Além disso, o Ministério Público Federal, em litisconsórcio ativo com o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical, ajuizou ação civil pública (Ação nº 0004911-28.2011.403.6183, em trâmite perante a 1ª Vara Federal Previdenciária da Seção Judiciária de São Paulo/SP) contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, com o fito de coagi-lo ao cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal para todos os beneficiários que se encontrassem em tal situação. A ação civil pública seria, ao menos em tese, o instrumento processual adequado²⁶³ para resolver definitivamente o problema, de maneira unitária e eficaz, com economia de recursos do Poder Judiciário. Não foi, entretanto, o que ocorreu na prática.

Após decisão que antecipou os efeitos da tutela jurisdicional, determinando a revisão imediata dos benefícios em questão em todo o país, com o devido pagamento dos valores atrasados não prescritos, sob pena de pesada multa cominatória diária, o INSS

²⁶³ Indicações doutrinárias a respeito podem ser obtidas em FRANÇA, Giselle de Amaro e. **O Poder Judiciário e as políticas públicas previdenciárias**. São Paulo: LTr, 2011.

apresentou proposta de acordo, contemplando a revisão de parte dos benefícios e o pagamento escalonado em um período de dois anos e meio dos valores atrasados devidos aos segurados. Os autores, surpreendentemente, aceitaram a proposta, transigindo direitos sociais alheios que o referido acordo violava. O juízo houve por bem, então, homologar o acordo apenas em parte, proferindo sentença de procedência com relação aos benefícios que não foram objeto da transação.

O corajoso e inovador procedimento do juízo coloca-o diante de alguns desafios curiosos. Como garantir o cumprimento da decisão? Como identificar os beneficiários excluídos do acordo e verificar se foram beneficiados com as verbas perdidas? A resposta é intuitiva: mediante manifestação individual de cada um dos beneficiários lesados. Não há outra resposta cabível, porque esta é a resposta que decorre da forma jurídica. Considerando que já havia uma decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, e já havia antes a Constituição Federal a determinar o mesmo resultado, qual a utilidade do ajuizamento da mencionada ação civil pública? Nenhuma. Não querendo ou, eventualmente, não podendo a administração pública cumprir o determinado e recompor as perdas de seus beneficiários, seja diante apenas do texto constitucional, de decisão do STF ou de ordem expressa de juízo de primeira instância em ação civil pública, o efeito será o mesmo: os eventuais prejudicados deverão manejar ações judiciais individuais para que sua situação seja analisada e resolvida. Trata-se de procedimento inerente à forma jurídica, que, vinculada aos conceitos de sujeito de direito, direito subjetivo e obrigação jurídica, faz aderir indissolúvelmente a cada direito algumas características marcantes. São elas a individualidade e a patrimonialidade.

Todo direito subjetivo, por mais que a doutrina jurídica tente atribuir-lhe o aspecto coletivo ou difuso, é individual, porque, no limite, somente assim pode ser exigido e fruído. Além disso, todo direito subjetivo é patrimonial, se não originariamente, ao menos se tornando patrimonializável com a sistemática da responsabilidade pelo descumprimento das obrigações jurídicas.

Traduzindo todas essas ponderações para os termos do debate aqui abordado, os juízes jamais serão capazes de formular ou mesmo de controlar a formulação de quaisquer políticas públicas, porque os instrumentos técnico-jurídicos à sua disposição, ainda que tenham uma orientação ao tratamento de problemas coletivos e difusos, somente são aptos a

determinar o pagamento de valores pecuniários a indivíduos ou grupos investidos da condição eminentemente individual de sujeito de direito. Em outras palavras, por mais sofisticados que sejam os instrumentos processuais coletivos, a forma jurídica vinculada à troca mercantil por indivíduos proprietários de mercadorias impede qualquer tipo de construção além do pagamento forçado de dinheiro a indivíduos, ainda que por meio de mecanismos coletivos. É o que demonstra a experiência de uso de tais instrumentos para defesa dos direitos sociais, como no caso que relatei acima. Cumpre assim, revelar a crítica da categoria dos direitos sociais a partir de seu desenvolvimento em termos de forma jurídica, tema central do trabalho, a que me dedicarei na seção seguinte.

III.3 – A categoria dos direitos sociais se sustenta?

O título da presente seção pode parecer leviano num momento histórico em que a luta pela efetivação dos direitos sociais encontra-se em momento de acentuado refluxo, principalmente em razão de mais uma crise do capitalismo financeiro em escala mundial, ainda pendente de debate acerca de sua característica de fenômeno econômico autônomo ou de desdobramento tardio da crise do ano de 2008. A reflexão, entretanto, é imprescindível, porque pode demonstrar, parece-me, que todo o investimento teórico e político sobre o tema, inclusive de pessoas indiscutivelmente comprometidas com a emancipação humana, está mal direcionado.

Em primeiro lugar, cumpre-me colocar a indagação em termos mais claros. Esforcei-me até aqui em identificar a ciência materialista histórico-dialética do direito com uma crítica da forma jurídica em sua especificidade histórica indissociável do modo de produção capitalista. Nesse cenário, construir o estatuto teórico dos direitos sociais significa colocar-se diante de duas alternativas mutuamente excludentes.

A primeira delas consiste em identificar nos direitos sociais uma categoria radicalmente nova, absolutamente diversa de todas as categorias jurídicas até então existentes, que romperia, portanto, com a forma jurídica. Saliento, em primeiro lugar, que, no contexto da tecnologia jurídica, esta posição é logicamente incompatível com aquela que entende que os direitos sociais são geradores de direitos subjetivos. Por outro lado, no contexto do materialismo histórico-dialético, como já deve ter ficado claro, sustentar essa

posição não pode ser um procedimento autônomo, demandando sua remissão a uma transformação estrutural de suficiente monta para justificar modificação semelhante na configuração da superestrutura jurídico-política. Em outras palavras, sustentar que os direitos sociais são uma categoria que rompe com a forma jurídica implica, em contrapartida, sustentar que o modo de produção capitalista foi significativamente alterado a partir de seu surgimento. Nessa esteira, a compreensão adequada dos direitos sociais demandaria conjuntamente a compreensão da profundidade da transformação operada pelo advento do Estado social, ou, mais precisamente, de sua intervenção na economia, na estrutura do modo de produção capitalista. Exatamente por isso, este primeiro caminho é mais popular fora da teoria do direito²⁶⁴, embora faça referência aos direitos sociais. Seu principal expoente, ainda que alheio à teoria do direito, é Francisco de Oliveira:

O padrão de financiamento público do Welfare State operou uma verdadeira “revolução copernicana” nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho. No fundo, levado às últimas consequências, o padrão de financiamento público “implodiu” o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral.²⁶⁵

Nessa perspectiva, os direitos sociais e o manejo de um fundo público pelo Estado seriam interpretados como *antivalores*, produtores de serviços estatais que desempenhariam a função estrutural de *antimercadorias*. Não é tão difícil formular a crítica materialista histórico-dialética da ideia de antivalor. Tal perspectiva é fundada numa falha de percepção teórica segundo a qual o salário torna-se, no Estado de bem-estar social, “*o parâmetro básico da produção de bens e serviços sociais públicos*”²⁶⁶.

A conclusão não poderia ser outra, e não poderia ser mais equivocada:

²⁶⁴ Onde, entretanto, não deixa de ter adeptos importantes: “*Os direitos humanos de proteção dos trabalhadores são, portanto, fundamentalmente anticapitalistas, e, por isso mesmo, só puderam prosperar a partir do momento histórico em que os donos do capital foram obrigados a se compor com os trabalhadores. Não é de se admirar, assim, que a transformação radical das condições de produção no final do século XX, tornando cada vez mais dispensável a contribuição da força de trabalho e privilegiando o lucro especulativo, tenha enfraquecido gravemente o respeito a esses direitos no mundo inteiro*”. COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 52.

²⁶⁵ OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 27.

²⁶⁶ *Idem*, p. 30.

Quando todas as formas de utilização do fundo público estiverem demarcadas e submetidas a controles institucionais, que não é o equivalente ao superior-Estado ou ao Estado máximo, então o Estado realmente se transformará no Estado mínimo. Trata-se da estrutura de um novo modo de produção em sentido amplo, de uma forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante. Mas *os valores* de cada grupo social, dialogando soberanamente. Na tradição clássica, é a porta para o socialismo (destaques do original).²⁶⁷

Diante de tudo que foi exposto nos capítulos anteriores, fica evidente que a crescente dimensão dos fundos públicos não constitui um novo modo de produção diferente do capitalista. Na verdade, o que ocorre é a socialização, por iniciativa da própria classe capitalista, de uma parte do salário, a partir da perspectiva de que é economicamente mais racional oferecer coletivamente alguns aspectos acessórios da subsistência do que remunerar direta e integralmente o trabalhador por ela. Assim sendo, os impostos, em alguma medida, e, precipuamente, as contribuições parafiscais, entre as quais aquelas que financiam a seguridade social, não passam de parcelas salariais socializadas pelos capitalistas como forma de diminuir o trabalho socialmente necessário para reproduzir a mercadoria força de trabalho²⁶⁸.

Em outras palavras, buscar o fundamento da característica de *antivalor* dos direitos sociais em sua relação com a dinâmica de extração da mais-valia colocará o pesquisador face a face com o mais sofisticado mecanismo existente para remunerar a força de trabalho, que tem o condão de reduzir drasticamente o valor repassado em dinheiro ao trabalhador como contraprestação pela venda de sua jornada de trabalho – o próprio Francisco de Oliveira fala em cerca de um terço da remuneração sob a forma do que chama de salário indireto, isto é, prestado por meio de serviços estatais, de que o principal exemplo é sempre o serviço público de saúde. Portanto, nada mais inexato do que afirmar que “há, teoricamente, uma tendência à des-mercantilização da força de trabalho pelo fato de que

²⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 48.

²⁶⁸ Lido por essa perspectiva, o debate sobre a “natureza jurídica” das contribuições à seguridade social fica tão simplório que é surpreendente que tenha motivado a elaboração de tantas obras doutrinárias e teses acadêmicas.

*os componentes de sua reprodução representados pelo salário indireto são antimercedórias sociais” (destaques do original)*²⁶⁹.

Ao contrário, o que existe, claramente, é o aprofundamento de uma perspectiva, já de há muito identificada pelo próprio Marx, de redução da relevância de cada capitalista individual em sua relação com seus empregados para a correta compreensão do modo de produção capitalista. Se os mecanismos de apropriação e extração de trabalho excedente levam em conta, necessariamente, o caráter social da produção, é bastante razoável supor que esta característica determine, historicamente, transformações nas condutas dos representantes das classes, no sentido de socializar cada vez mais as dimensões envolvidas nas relações sociais de produção. A ideia encontra-se por trás de toda a análise marxiana da lei tendencial da queda da taxa de lucro no capitalismo. Selecionei um trecho em que a questão teórica de fundo fica particularmente clara:

Do exposto, infere-se que todo capitalista individual, assim como o conjunto dos capitalistas de todo ramo particular de produção, participa da exploração da totalidade da classe trabalhadora pela totalidade do capital e do grau dessa exploração, não só por solidariedade geral de classe, mas também por interesse econômico direto, pois, supondo-se dadas todas as demais condições, inclusive o valor da totalidade do capital constante adiantado, a taxa média de lucro depende do grau de exploração da totalidade do trabalho pela totalidade do capital.²⁷⁰

Não me aprofundarei mais porque é desnecessário. Não é preciso sequer atualizar o materialismo histórico-dialético além de Marx para compreender que a intervenção do Estado não é capaz, por si só, de transformar o modo de produção. No limite, bastaria a experiência soviética a demonstrá-lo: a constituição do fundo público sequer arranha a categoria do valor, pelo menos durante o período em que a economia for mediada pelo princípio da equivalência, pela igual remuneração por igual trabalho, ainda que o fenômeno da socialização da remuneração da mercadoria força de trabalho seja operado por um “Estado operário” e não por um Estado burguês sob os auspícios do mercado. Se o Estado

²⁶⁹ OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 30

²⁷⁰ MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política**. Livro III. Volume IV. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 255.

soviético, ao tornar-se o único capitalista de quase metade do globo, não foi capaz de extirpar a troca de equivalentes e, conseqüentemente, transformar o mecanismo de extração de sobretrabalho, não haveria de ser um Estado capitalista, embora com uma configuração dita “social” – visto, aliás, sempre com muita desconfiança pela classe capitalista, ávida por decepá-lo à primeira oportunidade, fato que está no cerne da ilusão acerca do antivalor – que teria o condão de fazê-lo com o deslocamento de uma parte do salário para o fundo público. Claramente, a ideia de antivalor é derivada de uma confusão entre a importância política do Estado social, que foi alcançado por meio de intensas lutas de classes, e seu papel na configuração da estrutura econômica do modo de produção.

Investigarei, destarte, a segunda alternativa excludente de que eu falava alguns parágrafos atrás, e que, em suas mais variadas versões, alcança maior penetração na teoria geral do direito. Trata-se de tarefa muito mais instigante, já que, ao contrário da teoria que acabo de examinar, o tratamento mais comumente dado aos direitos sociais pela teoria geral do direito evidentemente não contempla seus fundamentos estruturais, que ficam, portanto, por serem descobertos. É exatamente esse o conteúdo da crítica da tecnologia dos direitos sociais que me proponho neste trabalho.

Deixei assentado na primeira seção deste capítulo que os direitos sociais operam juridicamente de forma transversal às categorias do direito público e direito privado, corrigindo casos de diminuição da perspectiva de humanidade, isto é, da dignidade da pessoa humana, de sujeitos que se encontrem em situação, momentânea ou perene, economicamente motivada ou não, de hipossuficiência jurídica. A correção da diminuição de humanidade se dá por meio da garantia concreta de condições materiais de existência para permitir o exercício do direito mais fundamental: a vida (digna). Também destaquei que todo o esforço teórico sobre os direitos sociais caminha no sentido de sua afirmação como direito: os direitos sociais obrigam e podem ser judicialmente exigidos como quaisquer outros. Não se trataria de categoria radicalmente nova, portanto.

Nesse contexto, um passo prévio de suma importância para a crítica dos direitos sociais consiste em investigar como a ciência materialista histórico-dialética do direito lida com as categorias de direito público e direito privado. Isso porque, como deve ter ficado evidente no capítulo anterior, partindo-se do pressuposto de que a forma jurídica é derivada da circulação mercantil, a figura do Estado e sua inserção no direito, que originaram o que

veio a ser mais tarde conhecido por direito público, representam o primeiro desafio imediato à forma jurídica, que se vê na contingência de incorporar uma realidade que, ao menos imediatamente, não é derivada das trocas de mercadorias equivalentes²⁷¹.

Pasukanis já demonstrou como a divisão entre direito público e direito privado foi tratada na forma jurídica. A compreensão da crítica de Pasukanis ao tratamento dado pela teoria geral do direito ao problema do Estado exige que se identifique a divisão do fenômeno estatal em duas realidades distintas e complementares:

O Estado, enquanto organização do poder de classe e enquanto organização destinada a realizar guerras externas, não necessita de interpretação jurídica e não a permite de forma alguma. É um domínio no qual reina a chamada razão de Estado que não é outra coisa que simplesmente o princípio da oportunidade. Em sentido inverso: a autoridade como garante da troca mercantil só pode ser expressa na linguagem do direito, apresenta-se a si própria como direito e somente como direito, isto é, confunde-se totalmente com a norma objetiva abstrata. Qualquer teoria jurídica do Estado que queira alcançar *todas* as funções do Estado é, no presente, necessariamente inadequada (destaques do original).

Devemos pôr em relevo uma pequena contradição. Se não são os homens que agem, mas sim o próprio Estado, por que insistir na submissão às normas deste mesmo Estado? Com efeito, é apenas a repetição da mesma coisa. Aliás, em geral, a teoria dos órgãos do Estado é uma das pedras fundamentais da teoria jurídica. Uma vez vinda a lume a definição do Estado, o jurista que quiser continuar a defender a tese encontra um novo amparo: o conceito de “órgão”. Assim, por exemplo, em Jellinek, o Estado não possui vontade, mas os órgãos do Estado a possuem. É preciso indagar-se: como surgem esses órgãos? Sem órgão não existe Estado. A tentativa de atenuar a dificuldade, concebendo o Estado como uma relação jurídica, apenas substitui o problema geral por uma série de casos particulares nos quais ela se desagrega. *Toda relação jurídica concreta de direito público contém, em si, o mesmo elemento de mistificação que se encontra no conceito geral de “Estado como pessoa”* (destaquei).²⁷²

²⁷¹ “Mas o direito não é a forma ‘natural’ das relações sociais que envolvem poder político, quero dizer, não é originalmente a forma em que tais relações se dão. A origem da forma jurídica é a relação de troca de mercadorias, a relação sumamente privada da sociedade capitalista”. KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 99.

²⁷² PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, respectivamente pp. 112-113 e 121.

É absolutamente evidente que, dado o estado da teoria geral do direito na época em que Pasukanis formula sua crítica, o segundo viés, do Estado como pessoa, é substancialmente menos desenvolvido – não à toa, a parte relativa ao Estado em sua crítica do direito é menos popular do que sua crítica da forma jurídica. Destaco-a, entretanto, porque, além de uma compreensão adequada do Estado como sujeito de direito ser imprescindível à crítica dos direitos sociais a partir da crítica da forma jurídica, a própria obra de Pasukanis já permite divisar que, em ambos os casos, isto é, tanto no Estado identificado com a ordem jurídica quanto no Estado como sujeito de direito, a própria existência da forma do Estado está indissolivelmente ligada à forma jurídica advinda da troca entre sujeitos de direito livres e iguais:

Na medida em que a relação de exploração se realiza formalmente como relação entre dois proprietários de mercadorias “independentes” e “iguais”, onde um, o proletário, vende sua força de trabalho e o outro, o capitalista, compra-a, então o poder político de classe pode assumir a forma de um poder público.²⁷³

O tema foi desenvolvido com mais profundidade na obra de Celso Naoto Kashiura Junior:

Apenas num momento posterior a forma jurídica originalmente privada se estende e passa a recobrir relações de caráter público. Ou seja, o direito público não surge porque relações de caráter público desenvolvem uma forma jurídica “própria”, mas pela assimilação da forma jurídica oriunda da relação de troca de mercadorias. Esta assimilação pode ocorrer apenas em condições muito determinadas. As relações nas quais se exerce, potencial ou atualmente, o poder político não têm, a princípio, nada de jurídicas – tornam-se jurídicas, isto é, “vestem” a forma jurídica, por derivação, apenas no específico contexto em que o poder político assume a forma de Estado e os indivíduos assumem a forma de sujeitos puramente privados. Mais ainda, apenas quando a própria forma jurídica, como forma das relações de troca, já atingiu desenvolvimento suficiente para “desprender-se” da troca mesma, isto é, quando a forma jurídica já está apta a afirmar-se de maneira relativamente independente do conteúdo que

²⁷³ PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, p. 116.

abriga e pode então estender-se para relações alheias à circulação mercantil.²⁷⁴

O primeiro ponto a demandar atenção, portanto, tendo em vista que os direitos sociais abrangem tanto o direito público quanto o privado, é que a forma jurídica não se desnatura em razão da inserção do Estado em sua problemática, embora esse elemento não seja “naturalmente” pertencente ao mercado de trocas. Ao contrário, é o Estado que será assimilado pela forma jurídica. Esta assimilação ocorre em uma perspectiva dúplice. De um lado, o próprio Estado é tratado como uma relação contratual como qualquer outra, pela qual os sujeitos livres e iguais, por sua vontade, alienam conjuntamente parte de sua liberdade ao Estado para que a ordem pública substitua o caos privado: eis a teoria do contrato social, representando o auge da ideologia jurídica burguesa, complementada na prática pela ideia de cidadania inerente à democracia, pela qual cada um dos indivíduos participa do governo igualmente por meio de seu voto de mesmo valor²⁷⁵. De outro lado, o Estado é um sujeito de direito como qualquer outro: livre, igual e capaz de contrair obrigações ou ser titular de direitos por meio de sua própria manifestação de vontade²⁷⁶.

O fato é significativo e pode ser expresso de maneira mais sucinta: o Estado e o direito público absolutamente não interferem na generalização e no predomínio da forma jurídica no modo de produção capitalista²⁷⁷. A consequência de tal fato determina a tônica da crítica dos direitos sociais e justifica estas considerações que a precedem: atuando os

²⁷⁴ KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 99-100.

²⁷⁵ “Vale notar que, embora opostas, sujeito de direito e cidadão são formas sociais correspondentes. Assim como, na sociedade civil, os homens não podem se relacionar senão sob a ‘máscara’ do sujeito de direito, estes mesmos homens não podem se relacionar com o Estado senão sob a ‘máscara’ do cidadão. A ‘máscara’ do sujeito de direito faz desaparecer as especificidades de um homem perante outro, e a ‘máscara’ do cidadão faz tais especificidades desaparecerem perante o Estado. Ambas ensejam uma circulação de vontades livres e iguais, circulação que pode dar-se tanto na troca de mercadorias quanto na eleição”. *Idem*, p. 115.

²⁷⁶ “Uma relação jurídica entre o aparelho de Estado e um indivíduo da sociedade civil é apenas concebível se o Estado se apresenta, tanto quanto o particular, como um sujeito de direito. O Estado não pode ser, aos olhos da forma jurídica, senão um sujeito de direito, ainda que um sujeito de direito ‘especial’ – um sujeito de direito que não integra, como todos os demais, a sociedade civil e que não possui interesses privados, mas um interesse que, por apresentar-se como coletivo, deve prevalecer sobre todos os demais”. *Ibidem*, p. 100.

²⁷⁷ “Ocorre, porém, que a redução do Estado à forma de sujeito de direito é sempre imperfeita, o que reflete diretamente na forma jurídica das relações que o envolvem. Daí resulta que o direito público mantém um caráter sempre secundário e derivado face ao direito privado, primário e original. O caráter público do direito público se mantém sempre dependente do direito privado, em duplo sentido: constitui-se em oposição ao caráter privado e, ao mesmo tempo, como forma jurídica, deriva necessariamente do direito privado”. *Ibidem*, p. 101.

direitos sociais de forma transversal à divisão do direito em público e privado, esta não apresentará qualquer interferência na crítica dos direitos sociais por meio de sua forma, já que a forma jurídica é comum ao direito público e ao direito privado e, portanto, também aos direitos sociais.

A despeito disso, farei a crítica da tecnologia dos direitos sociais em dois momentos distintos: em primeiro lugar, tratarei daqueles direitos sociais tradicionalmente vinculados ao direito privado – notadamente o direito do trabalho e o direito do consumidor, embora as ponderações sejam em tudo aplicáveis a outras possibilidades, como o direito de habitação inerente aos mútuos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) –, passando, num segundo momento, a tratar dos direitos sociais tradicionalmente vinculados ao direito público – especialmente o direito da seguridade social²⁷⁸.

A escolha por tal segmentação justifica-se por dois motivos. Antes de tudo, a doutrina dos direitos sociais, muito focada na questão de sua efetividade, como deixei claro na seção anterior, tradicionalmente faz tal separação²⁷⁹. Nessa esteira, com a preocupação centrada na constrição judicial para a implementação dos direitos sociais, certamente será bem mais fácil se tais direitos manifestarem-se numa relação contratual já em curso, em que é perfeitamente identificável o sujeito contraposto ao titular do direito, que terá de implementá-lo. O mesmo não se dá, evidentemente, com a positivação abstratamente considerada de um direito que só aponta seu titular, sem especificar quem terá de garanti-lo, o que desencadeia toda a discussão doutrinária acerca da obrigatoriedade dos direitos sociais, que analisei mais de perto na seção anterior.

Além de tradicional na doutrina, a segmentação se justifica do ponto de vista pragmático no próprio contexto da ciência materialista histórico-dialética do direito. Com efeito, se a crítica da tecnologia dos “direitos sociais públicos”, de que me ocupo, ainda está por se constituir, podemos observar que, ao menos nas já referidas obras de Bernard

²⁷⁸ Embora extremamente imperfeitas e carregadas de problemas teóricos que não valeria a pena discutir, utilizarei, doravante, apenas para simplificar a comunicação, as expressões “direitos sociais privados” e “direitos sociais públicos” para me referir às duas aludidas categoriais, sempre entre aspas para recordar o leitor que seu sentido não é literal e as uso apenas para emprestar maior fluência ao texto.

²⁷⁹ “*Deixamos de mencionar aqui os direitos inscritos no artigo 7º, visto que sendo direitos dos trabalhadores, aplicam-se, em princípio a situações em que vigoram contratos de trabalho, havendo assim, pela relação determinada entre agentes determinados, maior facilidade de se aplicar a categoria de direito subjetivo no sentido técnico estrito*” (destaques do original). LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do Judiciário no Estado Social de Direito. In: FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira (org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 126.

Edelman e Celso Naoto Kashiura Júnior, a questão dos “direitos sociais privados” foi tratada, havendo, portanto, material com que dialogar.

O tratamento de Edelman é focado nas questões que conhecemos como de *direito coletivo do trabalho*, ou de *direito sindical*. Sua preocupação principal é: como a forma jurídica se relaciona com o direito de greve e a representação sindical? E sua resposta, embora obtida após inúmeras idas e vindas, como é próprio a um texto crítico, exsurge ao final de forma clara, que passo a detalhar.

Na greve e no sindicato, o trabalhador aparece como *fato* que é, não como figura jurídica. No plano fático, o trabalhador, da mesma forma, aliás, que seu empregador, jamais é considerado individualmente. O trabalhador existe economicamente como classe trabalhadora, socialmente explorada pela classe capitalista. É a partir de tal perspectiva que é possível enxergar a exploração de mão-de-obra. Também é segundo a mesma ótica que os trabalhadores se reúnem em sindicatos para reivindicar melhores condições de trabalho, inclusive fazendo uso do instrumento mais radical à sua disposição, a greve. Edelman demonstra com precisão como a juridicização destes fatos os adapta forçosamente à forma jurídica e, conseqüentemente, desnatura-os completamente. Os trabalhadores não são burgueses, o sindicato não é burguês e a greve não é burguesa. Mas o trabalhador convertido em sujeito de direito é burguês, assim como será burguês o resultado de sua união a outros sujeitos de direito para formar uma *pessoa jurídica* chamada de sindicato, também sujeito de direito. Da mesma forma, será burguesa a titularidade de um direito de greve, que traz para o seio do contrato de trabalho e submete à formação livre e igual da vontade do sujeito de direito a opção mais radical de embate entre trabalho e capital.

Tudo isso revela que o tratamento dado por Edelman ao tema, embora absolutamente preciso por se ater primordialmente à crítica do direito por meio da *forma*, padece do problema de não ser generalizável. Com efeito, se ele esgota o tratamento da internalização de realidades extrajurídicas pela via do contrato de trabalho, todas ligadas ao direito coletivo do trabalho, deixa no ar as questões relativas ao que se conhece no direito brasileiro por direito individual do trabalho. Sobre isso, limita-se a ponderar que o contrato de trabalho, ao substituir a compra e venda de *trabalho* pela compra e venda da *força de trabalho*, mascara a exploração da mão-de-obra e constitui o mecanismo jurídico que justifica a extração da mais-valia. Mas o que dizer das disposições jurídicas que fixam

determinados conteúdos de tal contrato de trabalho, como, para usar exemplos brasileiros, as normas constitucionais que estabelecem o pagamento do décimo terceiro salário (artigo 7º, VIII) e o recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço (artigo 7º, III)? A questão, de que me ocuparei em seguida, não é abordada por Edelman.

O mesmo não ocorre com a obra de Celso Kashiura, que pretende dar tratamento geral a todos os “direitos sociais privados”, incluindo, aliás, na mesma crítica, o direito do trabalho e o direito do consumidor. No quadro geral, sua perspectiva não destoa de todos os autores que venho mencionando até aqui:

Se o indivíduo isolado da sociedade civil, ou, no máximo, a humanidade como conjunto de tais indivíduos (uma abstração tão absurda quanto a do próprio indivíduo), continua sendo o ponto de apoio dos direitos humanos, então as novas gerações continuam sendo compostas por direitos essencialmente capitalistas.²⁸⁰

Nesse contexto, formulará sua crítica comum ao direito do trabalho e ao direito do consumidor²⁸¹ de uma forma que já se tornou linguagem corrente não apenas nos círculos marxistas, mas na esquerda de uma maneira geral: a criação dos direitos sociais como resposta direta do poder político da sociedade burguesa a uma situação de tensão social que poderia colocar em risco a manutenção pacífica do sistema²⁸². Tal formulação é interessantíssima sob inúmeros vieses, principalmente aqueles relativos à política, à luta de classes e à ideologia. Não toca, entretanto, no problema da forma jurídica, de modo que não serve aos propósitos deste trabalho – tampouco serviria, numa análise mais acurada, aos de Celso Kashiura. Penso ter deixado clara, com o que este último concorda, a opção por

²⁸⁰ KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 140.

²⁸¹ Os quais, aliás, identifica, a partir de seu ponto de convergência, de maneira bastante próxima à de Marcus Orione e Souto Maior, que utilizei na seção anterior como paradigma das manifestações mais avançadas da ciência jurídica sobre o tema: “*O trabalhador, que é proprietário apenas de sua forma de trabalho, é um hipossuficiente e merecedor de proteção jurídica diante do empregador, que é proprietário de dinheiro ou de bens, que é portanto auto-suficiente. (...) O direito do consumidor segue a mesma trilha (...). Considera-se que também nesse caso há dependência econômica entre as partes – até se poderia dizer que se relacionam em termos de hipossuficiência e auto-suficiência (...)*” (destaques do original). *Idem*, pp. 154-155.

²⁸² Apenas para deixar documentado: “*O que pretendo deixar claro é que a exploração dos trabalhadores não foi a causa principal do direito do trabalho. Não foi com o intuito de acabar com a exploração que este ramo do direito nasceu. Ao contrário, o intuito da proteção jurídica ao trabalhador é reduzir o grau de exploração para manter a exploração possível – em última instância, seu intuito é conter insatisfações de modo a assegurar que a massa de trabalhadores continue colocando a produção em movimento*”. *Ibidem*, p.159. O próprio Celso Kashiura aponta que a percepção já remonta a Cesarino Júnior, na década de sessenta.

Pasukanis em detrimento de Stucka em razão da atenção emprestada à forma jurídica, e não ao interesse de classe subjacente às formulações do direito.

Este abandono, ainda que momentâneo, das preocupações com a forma em favor de ponderações políticas não ficará impune. Trará consequências teóricas que impedirão que este valoroso pensador conclua a crítica dos “direitos sociais privados” do ponto de vista da forma jurídica. É assim que, com o olhar viciado pela busca do interesse de classe subjacente às formulações jurídicas, Celso Kashiura identificará as repercussões dos “direitos sociais privados” na estrutura da relação jurídica entre dois sujeitos de direito:

Considerar uma parte como “mais forte” do que a outra, isto é, como dotada de maiores poderes para determinar os termos da relação, e como consequência, levantar dispositivos de proteção à parte “mais fraca” – isto não desnatura o contrato. Mas, na ausência desta proteção, se a diferença de poder entre as partes atinge um nível tal que uma pode impor à outra a sua vontade, ou seja, uma pode subjugar a outra, certamente nada restará de contratual na relação. A impossibilidade de domínio pessoal constitui o âmago da igualdade jurídica.²⁸³

Em outras palavras, o tratamento teórico dos “direitos sociais privados” de Celso Kashiura no que tange à forma privilegia, como aspecto essencial da relação jurídica e cuja permanência deve ser aferida para identificar a manutenção da forma, a *vontade*. Nessa esteira, ele fica absolutamente tranquilo diante dos “direitos sociais privados”, já que estes sacrificam a vontade na determinação do conteúdo de um contrato para perpetuá-la na adesão ao mesmo, isto é, para garantir que nenhuma das partes seja obrigada a se vincular aos termos daquela relação jurídica.

Em primeiro lugar, a manutenção intacta da vontade no momento da adesão ao contrato é uma miragem que só pode ser sustentada nos níveis mais abstratos da ideologia jurídica. O próprio Marx já dizia²⁸⁴: o trabalhador não tem qualquer escolha quanto a

²⁸³ KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 173.

²⁸⁴ Segue apenas uma entre as incontáveis vezes em que a ideia foi enunciada: “*Foi preciso que decorressem séculos para o trabalhador ‘livre’, em consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, consentir voluntariamente, isto é, ser socialmente compelido a vender todo o tempo ativo de sua vida, sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais; seu direito à primogenitura, por um prato de lentilhas*”. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 313.

vender ou não a sua força de trabalho; cabe-lhe, no máximo – já que nem isso é sempre possível –, decidir a qual capitalista fará a venda.

Além disso, tenho insistido, com apoio, aliás, no próprio Celso Kashiura e naquele que o inspira, Pasukanis, que a igualdade jurídica entre os sujeitos de direito decorre da equivalência das mercadorias de que são proprietários e que trocam por meio do contrato. Equivalência significa *igual valor*. Significa que as mercadorias, para serem trocadas, devem apresentar o mesmo valor de troca, isto é, devem materializar igual quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para sua produção. Dois fatos, entretanto, devem ser considerados aqui. O valor de troca é uma *abstração real*, de caráter essencial, que se manifesta na aparência social por meio de outra forma: o preço. Se Marx passa os três primeiros volumes de seu *O Capital* utilizando a ideia de valor para desvendar o mecanismo específico de extração de mais-valia na sociedade capitalista, ao chegar ao quarto volume, o primeiro do terceiro livro, abandonará a pressuposição de que as mercadorias são vendidas pelo seu valor para demonstrar como funciona, no mercado, o mecanismo de formação de preços. O valor, então, torna-se a essência do preço aparente, um centro gravitacional em torno do qual orbitam as flutuações de preços com base em fatores que excedem a esfera da produção e da extração de sobretrabalho. Aliás, Marx é bem claro no sentido de que “a troca das mercadorias, exata ou aproximadamente, por seus valores supõe condições bem mais atrasadas que a troca aos preços de produção, a qual exige determinado nível de desenvolvimento capitalista” (destaques do original)²⁸⁵. Já expliquei no capítulo anterior, segundo Marx, o mecanismo de formação do valor. Cumpre agora investigar como se dá a formação dos preços, o que farei destacando mais alguns excertos d’*O Capital*. É fundamental para a compreensão de tal mecanismo lembrar que a exploração de mão-de-obra não ocorre individualmente, mas na perspectiva de classe:

Os capitalistas dos diferentes ramos, ao venderem as mercadorias, recobram os valores de capital consumidos para produzi-las, mas a mais-valia (ou lucro) que colhem não é a gerada no próprio ramo com a respectiva produção de mercadorias, e sim a que cabe a cada parte alíquota do capital global, numa repartição uniforme da mais-valia (ou lucro)

²⁸⁵ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, Livro III, Volume IV. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 233.

global produzida, em dado espaço de tempo, pelo capital global da sociedade em todos os ramos.²⁸⁶

Estas taxas de lucro diferem da taxa de mais-valia, transformando, na aparência, o valor em preço:

As taxas diferentes de lucros, por força da concorrência, igualam-se numa taxa geral de lucro, que é a média de todas elas. O lucro que, de acordo com essa taxa geral, corresponde a capital de grandeza dada, qualquer que seja a composição orgânica, chama-se de lucro médio. O preço de produção de uma mercadoria é igual ao preço de custo + a parte do lucro médio anual relativo ao capital aplicado (consumido ou não) na produção dela, calculando-se essa parte de acordo com as condições de rotação dessa mercadoria.²⁸⁷

Embora o valor seja inelutavelmente determinado na esfera produtiva, a variação dos preços em relação aos valores das mercadorias é determinada por fatores que ultrapassam a produção “pura”. Um deles já ficou consignado no excerto anterior: a concorrência. Na tentativa de quebrar os concorrentes sem quebrar seu próprio negócio, com o fito de ampliar mercados, e mobilizando seu capital sempre em direção aos setores da economia que permitem maiores ganhos, cada capitalista individual contribui para o nivelamento da taxa de lucro e, com isso, para que a extração de mais-valia fique mascarada por uma definição aparentemente arbitrária da taxa de retorno “desejada” com a aplicação de um determinado capital. Mas outro mecanismo assume importância capital para a formação dos preços a partir dos valores: a dinâmica de oferta e procura.

Além de satisfazer uma necessidade, a massa de mercadorias a satisfaz em sua dimensão social. Se a quantidade é maior ou menor que a procura, o preço de mercado se desvia do valor de mercado. (...). Nada mais fácil de compreender que as disparidades entre a oferta e a procura e a divergência daí oriunda entre preços de mercado e valores de mercado.²⁸⁸

²⁸⁶ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, Livro III, Volume IV. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 211.

²⁸⁷ *Idem*, p. 211.

²⁸⁸ *Ibidem*, pp. 242-246.

Um último aspecto esclarecerá a relevância do tratamento do tema neste ponto do trabalho. Como já deve ter ficado evidente, oferta e procura desempenham papel apenas na determinação da flutuação de preços a partir de seu centro gravitacional representado pelo valor. Reside aí a limitação da teoria econômica neoclássica, que busca explicar a formação do valor das mercadorias a partir de seu mecanismo de formação de preços, isto é, derivar o valor da esfera da circulação e não da esfera da produção²⁸⁹. Ainda assim, tal papel é importante. E desperta a indagação: o que determina a oferta e procura, quais são as determinações que as alimentam?

Observemos de passagem que a “necessidade social”, isto é, o que rege o princípio da procura, depende essencialmente da relação existente entre as diversas classes e da posição delas na economia, notadamente, portanto, da relação da mais-valia global com o salário e da relação entre as diferentes porções em que a mais-valia se reparte (lucro, juros, renda fundiária, tributos etc.). E assim evidencia-se mais uma vez que nada absolutamente se pode explicar com a relação entre a oferta e a procura, antes de se conhecer a base sobre que opera essa relação.²⁹⁰

A conjugação de todos esses fragmentos do raciocínio marxiano permite a derivação da crítica de forma dos “direitos sociais privados” a partir de determinações já contidas na própria teoria do valor e em sua contraparte jurídica, a teoria do sujeito de direito. Passo a construí-la.

Sabe-se, desde Marx, que o valor de uma mercadoria é determinado socialmente, uma vez que não corresponde à quantidade de trabalho efetivamente nela incorporado, mas à quantidade de trabalho socialmente necessária, em dado estágio da evolução das forças produtivas, para produzi-la. Ainda assim, toda mercadoria tem seu valor objetivamente determinado por tal quantidade de trabalho socialmente necessária. Não seria diferente com a mercadoria força de trabalho: considerando que a reprodução de tal mercadoria consiste na subsistência do trabalhador e de sua família – até porque, no caso da força de trabalho, a

²⁸⁹ Ilustrativamente: “O valor de troca abandonado a si mesmo produz-se naturalmente no mercado, sob o império da concorrência. Como compradores, os permutadores aumentam os lances, como vendedores, oferecem em liquidação, e seu concurso produz assim certo valor de troca das mercadorias, ora ascendente, ora descendente, ora estacionário” (destaques do original). WALRAS, León. Compêndio dos elementos de economia política pura. In: _____. **Os economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 64.

²⁹⁰ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. Volume IV. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 238.

reprodução da mercadoria inclui também gerar filhos, e não só repousar e alimentar-se para poder trabalhar novamente no dia seguinte –, o valor da mercadoria força de trabalho é exatamente igual à quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir as mercadorias que compõem os meios de subsistência de sua família.

Aí reside o ponto nevrálgico: quais são as mercadorias que compõem os meios de subsistência da família do trabalhador? Trata-se de outra noção determinada social e historicamente, assim como a de quantidade de trabalho socialmente necessária. Ao contrário desta, entretanto, a determinação dos meios de subsistência do trabalhador, e consequentemente da mercadoria força de trabalho, não pode ser feita unicamente a partir de um exame do processo produtivo, envolvendo aspectos ligados à circulação e ao consumo de mercadorias. Marx já havia percebido isso quando tratou da exploração do trabalho de mulheres e crianças na indústria a partir de sua mecanização. Ao contrário do que possa parecer, o menor valor de sua mão-de-obra nada tem a ver com seu grau de força ou disposição para o trabalho:

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto.²⁹¹

A consequência evidente de tal raciocínio é que, especificamente no caso da mercadoria força de trabalho, a “necessidade social” – tratarei em seguida do motivo pelo qual Marx emprega este termo entre aspas na citação que fiz alguns parágrafos acima – não interfere apenas na determinação dos preços, mas também na determinação do próprio valor da mercadoria. Determinação do preço e do valor da mercadoria força de trabalho caminham muito próximas, seja porque o conceito de subsistência da família do trabalhador não pertence à produção, seja porque este conceito admite uma elasticidade que não é comportada pelo conceito de quantidade de trabalho socialmente necessária.

²⁹¹ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 452.

Apresso-me em afastar de tal tratamento qualquer ingenuidade. De tudo que foi até aqui exposto, está mais do que claro que, quando se fala em subsistência do trabalhador como conceito mutável e socialmente determinado, não se faz referência a qualquer transformação de suas necessidades pessoais, ainda que considerada “em média”, isto é, algo como uma “subsistência socialmente necessária”. Por isso, Marx utiliza o termo “necessidades sociais” entre aspas: embora as necessidades refiram-se à subsistência da família do trabalhador, elas se tornam relevantes para a determinação do valor e do preço da mercadoria força de trabalho enquanto necessidades estruturais do modo de produção.

Parece haver, do lado da procura, certo volume de determinada necessidade social, exigindo, para satisfazer-se, determinada quantidade de um artigo no mercado. Mas a determinação quantitativa dessa necessidade é de todo elástica e flutuante. Ela se fixa apenas na aparência. Se os meios de subsistência fossem mais baratos ou os salários mais altos, os trabalhadores comprariam mais, e haveria maior “necessidade social” dessas espécies de mercadorias, e não precisamos falar dos indigentes etc., isto é, da “procura” que não dá para satisfazer as necessidades físicas mais elementares.²⁹²

Daniel Bensaïd, aliás, parte da mesma percepção para opor-se ao individualismo metodológico do marxismo analítico, e demonstra como a crítica desta corrente de pensamento ao texto de Marx é infundada, já que quer restringir a determinação da necessidade social, e consequentemente do valor e do preço da força de trabalho, unicamente em consideração a aspectos do próprio processo produtivo.

Marx nunca pretende quantificar o tempo de trabalho social cristalizado na mercadoria a partir de “coeficientes fixos de consumo”. Sua determinação opera-se *a posteriori*, em função do veredicto do mercado, da evolução histórica das carências reconhecidas, portanto da luta de classes e das relações de forças. Esse o motivo por que ela é móvel e flutuante. (...). Os preços não são precisamente uma simples aparência, mas de fato a expressão e a manifestação determinada de sua essência: não redutíveis ao valor, nem por isso lhe são

²⁹² MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. Volume IV. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 245-246.

indiferentes. Os mistérios do capital atuam nessa relação hieroglífica de revelação e dissimulação simultâneas.²⁹³

Eis aí porque os “direitos sociais privados”, e particularmente o direito do trabalho, assumem tranquilamente a forma jurídica. Muito além de restabelecer uma suposta vontade perdida ou de identificar os verdadeiros interesses protegidos por sua instituição, os “direitos sociais privados” desempenham o indispensável papel de restabelecer a equivalência perdida com o afastamento muito drástico entre valor e preço da mercadoria força de trabalho. Em outras palavras: quando o salário médio, manifestação concreta do preço da força de trabalho, como aparência da realidade essencial do valor, não é capaz de patrocinar o sustento do trabalhador e de sua família, a lógica de equivalência do sistema de troca mercantil fica ameaçada e pode pôr por terra todo o modo de produção. Com efeito, o fato de a mercadoria força de trabalho, uma das mais importantes para a reprodução do metabolismo social, ser vendida generalizadamente por um preço muito inferior ao seu valor ameaça arruinar a lógica de equivalência. É claro que, como conceito elástico que é, a subsistência familiar do trabalhador ocorrerá, ainda que de forma muito imperfeita. O problema, portanto, não se manifesta pelo lado da pauperização do trabalhador – não se pode esperar tanta sensibilidade da classe burguesa –, mas pela ameaça de não realização monetária da mais-valia produzida em razão da contração do consumo motivada pelo baixo nível dos salários. Enfim, a manutenção da equivalência na troca de mercadorias representada pelo contrato de trabalho é essencial para que o consumo se mantenha em níveis que permitam o escoamento da produção para a realização da mais-valia.

Esta característica, aliás, permite compreender porque o direito do trabalho está tão sujeito às flutuações econômicas e porque, ao menos desde a década de setenta do século XX, as propostas de sua flexibilização estão sempre na ordem do dia²⁹⁴. Se os “direitos

²⁹³ Bensaïd, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 207.

²⁹⁴ Destaco ainda outra interpretação para o fenômeno, mais ligada às questões políticas e ideológicas e que, portanto, se afasta um pouco da minha proposta neste trabalho: “*O que sempre esteve em jogo no direito do trabalho não foi a proteção à pessoa do trabalhador, mas a proteção à organização produtiva fundada na operação pela qual o trabalhador entrega sua força de trabalho ao empregador por intermédio de um negócio jurídico. Proteger o trabalhador foi o meio encontrado para um certo fim – proteger uma certa paz social, a paz social do capitalismo. Tanto é assim que, tão breve quanto desapareceram as contingências ameaçadoras, isto é, com a desmobilização dos trabalhadores e o desaparecimento de qualquer concorrente visível da ordem social estabelecida, diante daquilo que hoje se conhece como o ‘novo liberalismo’, já se fala em ‘flexibilizar’ o direito do trabalho. A proteção jurídica do trabalhador se tornou entrave a superar no*

sociais privados” têm o condão de restabelecer a equivalência para incentivar o consumo, elevando o nível de subsistência das famílias de trabalhadores de modo a permitir a realização da mais-valia, é evidente que sua manutenção somente constitui uma “necessidade social” na medida em que os trabalhadores e suas famílias sejam imprescindíveis na condição de integrantes do mercado consumidor. Se o capital for capaz de encontrar uma forma de se reproduzir que prescindia do consumo da classe trabalhadora, então sua subsistência volta a consistir no mínimo necessário para manutenção das funções vitais e, conseqüentemente, o nível dos salários pode cair impunemente.

É exatamente o que vem acontecendo desde a década de setenta do século XX, em fenômeno que ficou conhecido pelo nome de *transição pós-fordista*. O fenômeno é complexo e envolve diversas dimensões sociais, econômicas e políticas. Não há espaço ou tempo para abordá-lo nesse ponto²⁹⁵. Basta, para os propósitos desta crítica, saber que a transição pós-fordista substituiu o consumo *de* massa pelo consumo *em* massa²⁹⁶. No modelo que prosperou, ao menos na Europa e nos Estados Unidos, durante os chamados “quarenta anos gloriosos” do Estado social, a reprodução do valor baseava-se no consumo de bens duráveis pela quase totalidade da população. Com a reestruturação pós-fordista, os bens de consumo tiveram sua durabilidade drasticamente reduzida, de modo que, embora restrito a uma parcela substancialmente menor da população, seu consumo é reiterado. A lógica é perversa, mas bastante óbvia: para a reprodução do valor, tanto faz que uma pessoa compre cinco geladeiras que durem quatro anos cada ou cinco pessoas comprem uma geladeira cada, que durará por vinte anos. Do ponto de vista da compra e venda de força de trabalho, entretanto, a diferença entre as duas situações é drástica: no segundo caso, a geladeira integrará o conceito de subsistência da família do trabalhador e,

caminho do capital”. KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 160.

²⁹⁵ Justamente por isso indico a melhor bibliografia disponível sobre o assunto: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999, especialmente pp. 35-59.

²⁹⁶ A questão também foi destacada por Celso Kashiura: “Ao invés de produzir com os menores preços possíveis para um mercado quase universal, a ‘lógica’ passa a ser produzir para mercados setorializados, ou seja, para os setores que podem pagar. Ao invés de produzir bens duráveis, passa-se a produzir coisas quase descartáveis ou que se tornem obsoletas rapidamente com a frenética variação da moda ou com a incessante atualização da tecnologia. Em especial, torna-se inadiável incentivar, para aqueles que podem, o consumo ininterrupto – afinal, o exagero do consumo permite a realização contínua do capital quando já não são todos que podem consumir”. KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 162.

consequentemente, sua força de trabalho deverá ser correspondentemente remunerada; no primeiro, o trabalhador que produziu as cinco geladeiras consumidas pela mesma pessoa poderá ser remunerado apenas por sua subsistência material imediata, já que a realização da mais-valia na esfera da circulação se dará com recursos monetários advindos de outras fontes, ou seja, os capitalistas consumirão reciprocamente suas produções, alijando a classe trabalhadora do consumo. Nesse cenário, os “direitos sociais privados” são absolutamente desnecessários estruturalmente.

A mesma lógica acima construída pode ser utilizada para compreender a proteção jurídica dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação ou dos usuários de serviços privados de saúde, que também integram indiscutivelmente a subsistência da família do trabalhador.

Encerrando o tratamento dos “direitos sociais privados”, observo que, com relação ao direito do consumidor, sequer é necessária a utilização de tal aparato teórico para compreender que a proteção jurídica do consumidor serve para manter a lógica da equivalência da relação de troca. A diferença, aqui, é que a mercadoria que está em causa não é a força de trabalho, mas uma mercadoria de consumo qualquer. De todo modo, a análise de todo o sistema de proteção das relações de consumo revela a constante preocupação em que o consumidor receba mercadorias que atendam adequadamente os fins a que se destinam e que pague por isso o preço “justo”. Relembre-se a lição de Marx: se é certo que a mercadoria é relevante para a economia política apenas em função de seu valor de troca, a condição fática para que uma coisa assuma o caráter de mercadoria é que ela apresente valor de uso para consumidores no mercado²⁹⁷. O consumo, é certo, deve estar muito bem protegido para garantir a realização da mais-valia²⁹⁸, mas esta não é, igualmente, a crítica de forma do direito do consumidor, que deve focar-se no papel que o mesmo desempenha para a manutenção da lógica de equivalência nas trocas mercantis em que os sujeitos são iguais apenas em sua abstração jurídica. A correção da hipossuficiência pela proteção do consumidor, mais uma vez, nada tem com a preservação do princípio da

²⁹⁷ “Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil; se não é útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor”. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 63.

²⁹⁸ KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 163.

vontade, mas está diretamente atrelada ao restabelecimento do princípio da equivalência e, portanto, à manutenção intacta da forma jurídica.

Passo, portanto, a investigar a questão à luz dos “direitos sociais públicos”. Sua peculiaridade em relação aos “direitos sociais privados” consiste justamente no fato de que sua previsão não atinge uma relação determinada entre dois sujeitos de direito. São direitos que, do ponto de vista estritamente linguístico, assumem a forma de prescrições abstratas, como o direito à saúde, direito à educação, à previdência social etc. Sua evolução dogmática, no contexto da forma jurídica, não poderia tê-los levado a nenhum outro ponto: tornaram-se direitos a prestações do Estado.

O mecanismo é simples de ser entendido e fundamenta toda a discussão acerca da efetividade dos direitos sociais. Se a Constituição da República Federativa do Brasil, norma superior do sistema jurídico pátrio, que determina a maneira pela qual se produzem todas as outras normas, estabeleceu, por exemplo, um direito à previdência social e um direito à assistência aos desamparados, tais direitos devem ser cumpridos. Já chamava atenção para a relevância de tal discussão o Professor José Reinaldo de Lima Lopes: “*Diz nosso Código Civil, em seu art. 75: A cada direito corresponde uma ação, que o assegura. Direito subjetivo é, pois, direito de ação. A falta de tutela, ou a falta de ação disponível, significa de fato a inexistência ou a inexigibilidade do direito subjetivo*”²⁹⁹. Considerando-se que a forma sujeito de direito e sua respectiva forma direito subjetivo surgem a partir do modelo da troca mercantil, é muito claro que um direito subjetivo e sua exigibilidade somente fazem sentido como a outra face de uma obrigação que atinge outro sujeito de direito de quem aquele direito subjetivo pode ser exigido. Assim, o percurso intelectual que leva os “direitos sociais públicos” a serem constituídos como direitos subjetivos – advirto desde já que isso significa, em contrapartida, sua assimilação pela forma jurídica burguesa – é o percurso da definição do responsável pela obrigação que lhe corresponde, ou seja, o responsável pela implementação de tais direitos. Não se separam, destarte, o caminho que leva os “direitos sociais públicos” à condição de direitos subjetivos do caminho que os leva à condição de direitos de prestação oponíveis contra o Estado.

²⁹⁹ LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do Judiciário no Estado Social de Direito. In: FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira (org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 113.

Essa incorporação dos “direitos sociais públicos” pela forma sujeito de direito não pode se dar sem sua integral submissão à lógica de equivalência, como já demonstrei ter ocorrido com os “direitos sociais privados”. Evidentemente, elegerei o direito da seguridade social como pano de fundo para desenhar esta elaboração, seja porque eles constituem os “direitos sociais públicos” por excelência – abordei o tema extensamente na primeira seção deste capítulo –, seja porque suas contradições internas são extremamente ricas na construção da crítica da tecnologia dos direitos sociais.

O direito da seguridade social, como se sabe, é dividido no Brasil em três subsistemas: saúde, previdência social e assistência social. Os três subsistemas constam do artigo 6º da Constituição Federal como direitos sociais e parecem ter pouca relação um com o outro para além disso. Marcus Orione Gonçalves Correia e Érica Paula Barcha Correia identificam-lhes o ponto de união:

Logo, arriscando apresentar uma definição de seguridade social, pode-se afirmar que se traduz em um instrumento estatal específico de proteção das necessidades sociais, individuais e coletivas, sejam elas preventivas, reparadoras e recuperadoras, na medida e nas condições dispostas pelas normas.³⁰⁰

Assim sendo, a seguridade social seria um sistema de garantia contra situações de necessidade social. Como poderia tal sistema submeter-se à lógica de equivalência? A resposta a esta indagação exige o exame das peculiaridades dos três subsistemas de seguridade social perante a lógica de equivalência para sua adaptação à forma jurídica. Recorro mais uma vez aos mesmos autores acima mencionados para identificar esta dualidade interna ao sistema de seguridade social, identificada por meio da contraposição entre uma concepção comutativa de seguridade social, que remonta ao período em que esta se cingia ao sistema de previdência social, e outra distributiva, mais recente, marcada principalmente pela incorporação da assistência social no âmbito de tal sistema:

Podemos assinalar duas concepções de seguridade social: uma *distributiva*, e outra denominada *comutativa*. (...). Segundo a concepção *comutativa*, a seguridade social funciona como um

³⁰⁰ CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 31.

sistema de garantias de rendas obtidas pelo exercício de determinada atividade profissional e destinadas à cobertura de riscos previamente catalogados. Portanto, em troca do trabalho por si realizado, o trabalhador adquire o direito de receber determinadas prestações, a título de seguridade social (destaques do original).³⁰¹

Não é preciso qualquer esforço para identificar a troca de equivalentes: o termo “troca” aparece na própria definição. É exatamente o sentido do texto constitucional, em seu artigo 201, ao atribuir um *caráter contributivo* ao regime geral de previdência social. A previdência social nada mais é do que uma relação de troca diferida: recebe o benefício aquele que, atingido pela contingência, tiver feito previamente suas contribuições para a manutenção do regime. É claro que, evidentemente, a equivalência não será definida individualmente, mas na perspectiva de equilíbrio entre todos os participantes do sistema de previdência social. Eis aí mais uma característica prevista no artigo 201 da Constituição Federal: a necessidade de adoção de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Em outras palavras, a previdência social é tão socialista quanto um contrato de seguro, ou seja, nada.

Por fim, o sistema de previdência costuma despertar críticas dos teóricos comprometidos com o projeto da classe dominante justamente naquele aspecto em que mais se afasta da forma de equivalência. Com efeito, o capital vê com bons olhos a previdência desde que ela não passe de uma forma estatal de poupança, com os recursos de cada segurado financiando seus próprios benefícios e, com isso, instalando-se por inteiro a lógica de equivalência e a forma jurídica, à semelhança do que ocorreu em passado recente com o Chile e a Argentina. É por isso que, “*antes mesmo da verificação dos resultados naqueles países, alguns, inadvertidamente, tentam a transposição do modelo para o Brasil*”³⁰².

Se é certo que ainda não se logrou promover a transição do regime de previdência brasileiro para um regime individual de capitalização, provavelmente porque “*a passagem do sistema de repartição para o de capitalização tem apresentado elevados custos de transição, inviabilizando o equilíbrio nas contas públicas*”³⁰³, não tem faltado a adoção de

³⁰¹ CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 30.

³⁰² *Idem*, p. 44.

³⁰³ PINHEIRO, Vinícius Carvalho. Reforma da previdência e crise na Argentina. **Informe de previdência social**, Brasília, volume 13, número 12, dez. 2001, p. 1.

medidas tendentes a aproximar cada vez mais o sistema de previdência da forma jurídica. A esse respeito, a Emenda Constitucional nº 20/1998, por meio da inserção do § 14 no artigo 40 da Constituição Federal, introduziu no sistema jurídico a disposição segundo a qual “*a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201*”³⁰⁴. No mesmo sentido, a Lei nº 9.876/99, que, entre outras coisas, criou no sistema previdenciário o mecanismo conhecido como fator previdenciário, “*resultado de quase dois anos de estudos e discussões realizadas por equipe de técnicos do governo, sob inspiração do modelo sueco de capitalização escritural*”, no qual “*cada trabalhador tem uma conta individual, onde é registrada contabilmente a sua contribuição, que é capitalizada conforme determinada taxa de juros*”³⁰⁵.

Em outras palavras: a previdência social, já marcada em seu âmago pela equivalência mercantil, caminha num sentido progressivo³⁰⁶ de adequação cada vez mais substancial a esta lógica, cujo limite é a completa privatização da previdência, transformada em um investimento bancário como qualquer outro.

Certamente muito mais difícil é elaborar a crítica da assistência social e da saúde pela ótica da forma jurídica. Começo com o exame da saúde. Enche os olhos abrir o texto da Constituição Federal de 1988 e deparar-se com a disposição de seu artigo 196: “*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*”. Um direito

³⁰⁴ Durante a elaboração das porções finais deste trabalho, Garibaldi Alves Filho, Senador da República pelo Estado do Rio Grande do Norte e Ministro da Previdência Social do Brasil na ocasião, fez um pronunciamento ao Congresso Nacional defendendo a instituição do regime de previdência complementar mencionado no dispositivo, que tramita na casa na forma do Projeto de Lei nº 1.992/97. A suma do discurso pode ser obtida em <http://www.previdencia.gov.br/vejaNoticia.php?id=44815>.

³⁰⁵ PINHEIRO, Vinícius Carvalho. Reforma da previdência e crise na Argentina. **Informe de previdência social**, Brasília, volume 13, número 12, dez. 2001, p. 4.

³⁰⁶ O próximo passo nesse sentido é o ataque ao benefício de pensão por morte, conforme amplamente noticiado na imprensa ainda no ano de 2011. A respeito, cf. CRUZ, Valdo. Planalto prioriza remendo à reforma total. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2011. Primeiro caderno, p. A6.

de todos e dever do Estado. Um sistema único e de atendimento universal: em que ele pode se aproximar da forma jurídica mercantil?

Em primeiro lugar, um pouco de história. Nosso Sistema Único de Saúde – SUS, criado para atender a disposição acima transcrita, que parece tão óbvio e natural, surgiu exatamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, vindo a ser operacionalizado dois anos mais tarde, pela Lei nº 8.080/90. Qual não é a surpresa de qualquer intérprete ao constatar que a Constituição Federal anterior, outorgada em 1969, fazia menções mínimas à saúde, apenas no momento de distribuir as competências legislativas entre os entes federados? O exercício de tais competências, aliás, redundou na edição da Lei nº 6.439/77, que regulava, até o ano de 1990, a prestação dos serviços de saúde pelo Estado. O veículo de tal prestação era uma autarquia federal que recebeu o sugestivo nome de INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. A submissão do sistema de saúde ao sistema de previdência social por meio do INAMPS restringia a abrangência do atendimento público à saúde, que era prestado apenas aos trabalhadores, leia-se, aos contribuintes do sistema de previdência. Isso, por si só, bastaria para reconstruir as origens do atual SUS a partir da autonomização de um sistema diretamente ligado à lógica de prestação e contraprestação, à forma jurídica do equivalente, portanto.

Mas, por incrível que possa parecer, a prestação de serviços de saúde está muito mais atrelada à troca mercantil do que o próprio sistema de previdência social. Com efeito, a previdência social é indiscutivelmente organizada a partir de uma troca de equivalentes, mas esta relação somente pode ser percebida a partir da autonomização das categorias inerentes à troca que se transformam nas ideias abstratas de sujeito de direito, direito subjetivo e obrigação jurídica. Na previdência social, a troca de equivalentes não é imediata: o trabalhador, ou seu patrão por ele, faz um pagamento ao sistema de previdência para que o mesmo seja acumulado e devolvido no futuro. O direito à prestação previdenciária constitui-se como contrapartida de inúmeras prestações sucessivas acumuladas ao longo do tempo, e não de uma contraprestação recíproca e contemporânea, como convém à troca. Não é o que ocorre com a saúde. Ao contrário do que se passa com a previdência, a saúde é uma necessidade imediata, e não futura. Além disso, a saúde está diretamente vinculada à reprodução da mercadoria força de trabalho, integrando, por isso, a

ideia de subsistência da família do trabalhador e, conseqüentemente, a formação do valor de sua mercadoria força de trabalho. Dito isso, a constituição de um sistema público de saúde somente pode ser uma resposta social à percepção de que, do ponto de vista da eficiência econômica, é muito mais racional que cada capitalista repasse parte do dinheiro que pagaria em salários, com os quais o trabalhador arcaria com seus gastos de saúde, para que o Estado constitua um fundo público para a prestação unificada dos serviços de saúde, eliminando a necessidade de que o trabalhador arque com gastos nesse sentido e, portanto, reduzindo a quantia paga diretamente ao trabalhador a título de salários. Perceba-se a sutileza do raciocínio: ao contrário do que normalmente se pensa na teoria marxista do valor, em que a tributação, ao lado dos juros do capital financeiro e da renda fundiária, aparece como forma de distribuição social da mais-valia socialmente extraída, o que se socializa aqui por meio das contribuições parafiscais que financiam a saúde não é mais-valia – que constitui trabalho excedente –, mas trabalho socialmente necessário para reproduzir a mercadoria força de trabalho³⁰⁷.

Nesse contexto, fica extremamente simples identificar as razões da universalização da saúde a partir da Constituição Federal de 1988. Uma vez que a mesma se tenha constituído na forma de um fundo público por razões de eficiência econômica na remuneração indireta da força de trabalho, o próximo passo, no sentido de sua universalização, é decorrência quase necessária da formação do aludido fundo, a partir de considerações de ordem médica, que em certo sentido escapam a uma justificação econômica ou jurídica. A saúde é um processo necessariamente coletivo, ou, mais propriamente, para usar a terminologia corrente na doutrina dos direitos humanos, “difuso”. De nada adianta que eu esteja gozando de plena saúde se aqueles com quem eu convivo diariamente estiverem acometidos dos mais variados tipos de doenças infectocontagiosas que podem ser transmitidas a mim em qualquer momento. A autonomização do sistema sanitário adquirida após sua constituição como fundo público permitiu que tal percepção fosse internalizada na organização do regime, que passou a atender a saúde de toda a população como forma de maximizar a saúde da classe trabalhadora como parte integrante de sua reprodução.

³⁰⁷ Seria o argumento definitivo para sepultar de vez a inócua discussão da doutrina do direito da seguridade social a respeito da “natureza jurídica” de suas contribuições. Infelizmente, não está ao alcance de tal doutrina, ensimesmada em herméticas discussões sobre as palavras contidas em tal ou qual artigo de lei.

Atinjo, com isso, o ponto culminante da crítica aos “direitos sociais públicos”: o exame do sistema de assistência social. Na assistência social, a troca de equivalentes não desempenha, aparentemente, nenhum papel: ela é prestada “*a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social*”, conforme dispõe o artigo 203 da Constituição Federal de 1988. Não está, igualmente, vinculada à venda da mercadoria força de trabalho: um de seus mais importantes vieses, no Brasil, consiste em prover a subsistência daqueles que presumivelmente estejam impossibilitados de vender-se como força de trabalho – idosos e pessoas com deficiência (artigo 203, V, da Constituição Federal). A despeito disso, os direitos sociais relativos à assistência social, como todas as outras *prestações estatais*, assumem a forma de direitos subjetivos e, desse modo, pressupõem a categoria do sujeito de direito, atraindo, assim, toda a lógica da equivalência.

Como se processa essa assimilação? De maneira extremamente desconfortável. Este desconforto encontra-se na raiz da maior parte dos problemas teóricos identificados acerca da assistência social, mas não é percebido em termos atribuíveis à teoria do valor. Essa circunstância, evidentemente, obnubila a compreensão do que está efetivamente em jogo na construção teórica da assistência social – sua deficiente incorporação pela forma jurídica em razão de sua não adequação imediata à lógica da equivalência – e distorce seu debate da maneira mais vil em que isso poderia ocorrer.

Nesse sentido, o debate da assistência social será traduzido em termos de um debate sobre sua moralidade³⁰⁸. Claus Offe, propondo-se a revisar a literatura acerca das relações mútuas entre liberalismo, democracia e Estado social, encontra este argumento como único destoante de um quadro que sumaria o debate tradicional sobre o assunto.

O único argumento novo (ou talvez muito antigo?) no contexto de um amplo discurso que enfatiza a incompatibilidade de longo prazo entre o Estado de bem-estar e uma sociedade de mercado liberal talvez seja a proposição,

³⁰⁸ Nesse sentido, observe-se o texto estereotipado que pode ser encontrado no capítulo referente à assistência social de um dos manuais didáticos mais utilizados nos cursos universitários de direito da seguridade social: “*Assistencialismo é uma prática de dar atenção às populações desfavorecidas por intermédio de políticas públicas. Pode haver cooptação de eleitores, que, na maioria, é de pessoas de baixa renda, submissas e dependentes. A pessoa recebe e não quer trabalhar. O pagamento por longo prazo propicia renda à pessoa, que não vai mais procurar emprego. Várias pessoas vivem ao mesmo tempo do benefício recebido. Recentemente até um gato recebeu irregularmente o benefício. Os assistidos podem dar retorno eleitoral por ocasião das eleições a quem o concede*”. MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 484.

apresentada por um bom número de publicações recentes, de que o dano que o Estado de bem-estar inflige à ordem política liberal não é tanto de natureza imediatamente *econômica*, mas *moral*. Segundo os expositores dessa perspectiva, a “crise fiscal” e a crise de “ineficiência econômica” do Estado do bem-estar é mediada por uma crise moral. (...). Essa crítica ao Estado do bem-estar condena o seu impacto alegadamente destrutivo sobre a força moral da sociedade, e em virtude *desse* efeito também sobre sua eficiência econômica e produtividade (destaques do original).³⁰⁹

Curiosamente, Claus Offe desdenha deste argumento, sustentando que

o princípio liberal do Estado de direito e, mais genericamente, a proteção e o reconhecimento da esfera privada da vida econômica e familiar impedem que o Estado do bem-estar ultrapasse, exceto em casos excepcionais, os limites dos direitos legal-formais e, portanto, distribua benefícios segundo princípios de necessidade atribuída e/ou mérito demonstrável. Isso também torna impraticável condicionar o recebimento de benefícios a qualquer tipo de obrigação moral à qual os receptores teriam que se conformar.³¹⁰

Talvez Offe tenha feito uma leitura muito ingênua das coisas, talvez não tenha tido tempo de observar a “moralização” do Estado social em curso antes de escrever este excerto – hipótese que considero pouco provável, considerando que a obra *Capitalismo desorganizado* veio à luz em 1985, seis anos depois da ascensão do neoliberalismo na Inglaterra e nos Estados Unidos, somando-se a isso a circunstância extremamente peculiar de que esta obra não foi redigida originalmente em sua língua nativa, mas em inglês. Fato é que, desde sempre e cada vez mais, a oposição moral à assistência social tem sido traduzida na forma de medidas restritivas de seu acesso, baseadas em uma adaptação forçada dos beneficiários do sistema a contrapartidas de diversas naturezas, das mais prosaicas às mais absolutamente humilhantes.

Em outras palavras, o fenômeno apresenta-se de maneira curiosíssima: a inadequação da assistência social ao princípio da equivalência não é perfeitamente percebida no debate econômico-político, que trata do problema segundo uma perspectiva moral. Porém, quando esta moralidade política abstrata desencadeia propostas concretas de

³⁰⁹ OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 272-274.

³¹⁰ *Idem*, p. 275.

solução do problema moral da assistência, elas caminham sempre no sentido da exigência de contrapartida para a concessão de benefícios assistenciais. Esta ligação umbilical da moralidade burguesa com o princípio da equivalência, ainda que aparentemente inconsciente, forneceria, por si só, material para uma nova tese, tratando das relações entre a estrutura econômica e a ideologia moral, aspecto que venho reiterada e propositalmente ignorando neste trabalho. Não farei diferente agora. Levantei o problema apenas porque me importa destacar que a organização da assistência em termos de contrapartidas é a única forma confortável – política e juridicamente – de sua assimilação pela forma jurídica burguesa, razão pela qual pautará todo o processo. A identificação precisa desta característica me permite completar a crítica dos direitos sociais, nela incluindo até mesmo aquela porção dos “direitos sociais públicos” que parecia mais distante da forma jurídica.

Este processo, que conduziu a um inevitável enxugamento dos programas de assistência social, devolveu ao Estado o problema de lidar com as populações marginalizadas do processo produtivo. E ele não titubeou: encarcerou-as prontamente. Loïc Wacquant³¹¹ faz uma descrição brilhante, farta em dados estatísticos, de como o desmonte do Estado social americano coincide com a explosão de sua população carcerária. O tema não integra o objeto do trabalho, pelo que não me aprofundarei nele. A menção a Wacquant, entretanto, é relevante porque ele não se furta a identificar a configuração do Estado social que resta nos Estados Unidos após completar-se sua transição ao Estado punitivo. Abstraindo-se sua interpretação dos fatos, voltada à identificação de mecanismos de controle social paralelos ao sistema carcerário, a descrição da organização do Estado neoliberal em relação à assistência social é insuperável em sua clareza:

O desdobramento desta *política estatal de criminalização das consequências da miséria de Estado* opera segundo duas modalidades principais. A primeira e menos visível, exceto para os interessados, consiste em transformar os serviços sociais em instrumento de vigilância e controle das novas “classes perigosas”. Prova disso é a onda de reformas votadas nestes últimos anos em vários Estados, condicionando o acesso à assistência social à adoção de certas normas de conduta (sexual, familiar, educativa, etc.) e ao cumprimento de obrigações burocráticas onerosas ou humilhantes. As mais

³¹¹ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

difundidas estipulam que o beneficiário deve aceitar qualquer emprego que lhe seja proposto, não importam a remuneração e as condições de trabalho oferecidas, sob pena de abdicar a seu direito à assistência (*workfare*). Outras modulam a assistência às famílias em função da assiduidade escolar de seus filhos (*learnfare*) ou da inscrição em pseudo-estágios de formação sem objeto nem perspectivas (destaques do original).³¹²

Certamente algum leitor mais arguto e reativo objetaria que Wacquant descreve uma situação restrita ao Estado americano, a partir de uma percepção genericamente difundida de que, embora Estados Unidos e Europa tenham observado aproximadamente ao mesmo tempo as mesmas linhas mestras de organização do Estado – liberalismo, Estado social e neoliberalismo –, sua forma de implementação de tal organização seria substancialmente diferente³¹³. Para evitar este tipo de objeções, observo que um exemplo semelhante, provavelmente ainda mais absurdo, pode ser colhido em experiência recente na Alemanha, pertencente ao assim chamado “modelo renano”, acima referido. Ali foi organizada uma réplica de um supermercado, com réplicas de produtos e dinheiro, feitas em plástico, que deve ser frequentada pelos beneficiários do programa de assistência aos trabalhadores que estão desempregados há muito tempo, durante quarenta horas por semana, por um período que varia de seis a nove meses. Os fatos falam por si, e a percepção comum de qualquer leitor com um mínimo de bom senso certamente contrastará com a opinião dos organizadores do “projeto”:

Nas palavras da agência de empregos alemã este treinamento é “uma experiência realista com artigos genuínos”. Mas não se adquire qualificação, apenas um certificado de comparecimento, redigido como uma carta de referências. A

³¹² WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, pp. 27-28.

³¹³ Essa percepção redundou até mesmo numa espécie de tipologia dos Estados capitalistas. Confira-se: “O banqueiro francês Michel Albert estabelece o contraste entre respostas dividindo as economias políticas dos países avançados nos modelos do ‘Reno’ e ‘anglo-americano’. O primeiro existe há mais de um século na Holanda, Alemanha e França: nele, os sindicatos de trabalhadores e a administração dividem poder, e o aparelho assistencial do governo proporciona uma rede aparentemente compacta de benefícios em pensões, educação e saúde. (...). O outro modelo, o ‘anglo-americano’, refere-se mais à condição da Grã-Bretanha e Estados Unidos hoje do que no passado. Esse modelo dá maior espaço ao capitalismo de livre mercado”. SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 61.

falta ao treinamento é punida com sanções, como uma redução nos pagamentos do benefício.³¹⁴

No Brasil, evidentemente, a situação não é diferente. Do ponto de vista histórico, um observador atento já notou que, por ocasião do surgimento da assistência social em nosso país, “*consolidou-se, assim, uma filantropia disciplinadora, que combina educação intelectual, moral, física, saúde e higiene, amparo social e iniciação ao trabalho, respondendo às exigências de relações sociais disciplinadas para obter massas e elites sincronizadas*”³¹⁵. Nos dias, de hoje, a Constituição Federal, em seu artigo 203, III, consagra a “*promoção da integração ao mercado de trabalho*” como um dos objetivos do sistema de assistência social. O principal programa de assistência social do governo federal, com o próprio nome já carregado de conteúdo moral, chama-se Bolsa Família, criado entre 2003 e 2004 a partir da reunião de diversos programas sociais dispersos de aspecto ligado ao *workfare* e ao *learnfare* ou variantes próximas, até porque oriundos dos governos de caráter marcadamente neoliberal da década de noventa. Nesse sentido, confira-se o dispositivo do artigo 3º da Lei nº 10.836/04, que organiza o referido programa: “*A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento*”.

A lógica de contrapartida na concessão de benefícios sociais é tão vigorosa que atinge até mesmo alguns aspectos da previdência social, sistema que, como já dito, é diretamente subordinado à lógica da equivalência, já que seus beneficiários pagam pela sua utilização e não precisariam, em tese, participar com contrapartidas morais. Veja-se, por exemplo, o artigo 67 da Lei nº 8.213/91: “*O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado, nos termos do regulamento*”.

³¹⁴ Traduzido livremente do original em inglês. Cf. TRENKAMP, Oliver. Real life training or humiliation? German unemployed sent to fake supermarket to hone skills. **Spiegel online international**, Hamburgo, 04 jan. 2010. Disponível online em <http://www.spiegel.de/international/germany/0,1518,686931,00.html>.

³¹⁵ TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de direito da seguridade social**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 417.

Com essa explanação, entendo ter contribuído para superar uma antiga limitação da crítica materialista histórico-dialética aos direitos sociais e para formular sua crítica em termos de forma, integrando-a, assim, a um modelo pasukaniano de crítica do direito, abandonando o modelo da crítica político-ideológica dos interesses protegidos ou da classe a quem aproveita a instituição dos direitos sociais. Como síntese parcial das ideias desenvolvidas até aqui, e preparando a continuidade da crítica, enuncio-a de maneira mais pontual e incisiva: os direitos sociais não podem ser direitos anticapitalistas – ou qualquer expressão semelhante que se pretenda adotar – pois não são capazes de romper a forma jurídica do sujeito de direito cuja assunção de direitos e obrigações jurídicas está submetida ao princípio da equivalência derivado da troca mercantil; incapacidade essa que não é autônoma ou decorrente de uma insuficiência técnico-jurídica, mas referente à percepção de que é possível identificar, em cada direito social, o papel desempenhado na estrutura econômica de reprodução do valor, isto é, no modo de produção capitalista³¹⁶.

Trabalhei, até aqui, com uma noção de tecnologia dos direitos sociais que é, por assim dizer, técnico-jurídica: a identificação da ideia nuclear que une conceitualmente todos os direitos sociais, as categorias que permitem sua operação em relação aos demais direitos humanos fundamentais e à divisão do direito em público e privado, as condições em que é possível sua efetivação judicial. A esta tecnologia jurídica dos direitos sociais dirigi minha crítica, ainda que, para fazê-lo, tenha sido necessário transbordar o aspecto estritamente jurídico. Agora, para encerrar o trabalho, pretendo fazer uma abordagem um pouco diferente.

Penso ter deixado claro, nos dois capítulos anteriores, que considero a técnica uma prática social pela qual o ser humano media sua relação com a natureza para reproduzir sua vida material, seja ela baseada em atos concretos de transformação da natureza, seja baseada em abstrações reais que condicionem os participantes da sociedade a agir da maneira mais conveniente, segundo a organização do modo de produção, para que essa transformação da natureza ocorra. Com o ganho de complexidade da sociedade ao longo da história, novos tipos de técnicas foram se constituindo e se tornando substancialmente autônomas em relação à reprodução imediata da vida material, sendo sempre, entretanto,

³¹⁶ Daí porque, mais uma vez, o estudo de Tarso de Melo tê-los denominado direitos ambíguos, e não contraditórios. Cf. MELO, Tarso Menezes. **Ambiguidade e resistência: direito, política e ideologia na neoliberalização constitucional**. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2011, p. 17.

sobredeterminadas pela contradição central ao modo de produção vigente. Dois dos exemplos mais interessantes de tais técnicas talvez sejam a *guerra* e a *política*, de que pretendo me ocupar neste final de percurso.

De nada adiantaria formular a crítica da tecnologia dos direitos sociais a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética se tal crítica não fosse capaz de implementar o desiderato de um texto que, embora muito diminuto, é central para a adequada compreensão do materialismo histórico-dialético – a tese XI sobre Feuerbach: “*Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo*” (destaque do original)³¹⁷. Ou seja, embora eu, sinceramente, entenda que o mero fato de desacreditar a luta pela superação do modo de produção capitalista por meio dos direitos sociais seja suficiente para emprestar grande utilidade ao meu trabalho, a tese XI sugere que esta compreensão nova que proponho para a tecnologia dos direitos sociais deva ser capaz de organizar uma proposta de superação do modo de produção vigente. De outra volta, a aguda percepção de que, sob a égide do capitalismo, a luta política toma predominantemente a forma de uma luta por direitos³¹⁸, coloca-me na posição de explicitar o que já deixei implícito nas páginas precedentes, esclarecendo, dentre todas as bandeiras de implementação de direitos sociais, qual é aquela que teria o maior potencial transformador, isto é, qual é aquela que estaria mais apta a transformar os direitos sociais em aliados na superação do modo de produção e não em instrumento do capital para a preservação da ordem. Esse objetivo demanda, consequentemente, uma nova compreensão da função social que os direitos sociais *podem vir a desempenhar no capitalismo*³¹⁹.

Já deixei assentado no capítulo anterior que a forma jurídica é, para utilizar o jargão do meio, “de direito natural”. Não é possível, por meio de uma lei, ou sequer por meio de uma nova constituição revolucionária, abolir as categorias *sujeito de direito*, *direito subjetivo* e *obrigação jurídica*. Para que tal norma fosse efetiva, seria necessário que correspondesse a uma transformação estrutural que justificasse a pertinência da abolição de

³¹⁷ MARX, Karl. Ad Feuerbach. In: _____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 535.

³¹⁸ Cf. MELO, Tarso Menezes. **Ambiguidade e resistência: direito, política e ideologia na neoliberalização constitucional**. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2011, *passim*, especialmente pp. 36-49.

³¹⁹ Furto-me a tratar aqui da função que eles *efetivamente* desempenham, seja porque já o fiz, em pequenas pílulas dispersas ao longo de todo este capítulo, seja porque o diagnóstico foi feito de maneira completa por trabalho recente deste mesmo programa de pós-graduação, por pesquisador brilhante de quem tive a honra de ser colega e partilhar ideias: cf. CAMPOS, Fernando Marques de. **Os direitos sociais e sua função no capitalismo**. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP, 2010.

tais categorias. Para justificá-lo, invoco uma vez mais a experiência soviética: de nada valeram as constituições e leis que extinguíram a propriedade privada dos meios de produção sem que fosse alterado na organização da produção o princípio da troca de equivalentes. O resultado só poderia ser a degeneração da ditadura do proletariado em uma burocracia e sua posterior reabsorção pelo modo de produção capitalista. Assim sendo, para que os direitos sociais sejam capazes de apresentar algum potencial emancipatório, devem interferir no funcionamento da forma jurídica, de uma maneira que, embora sejam por ela abrigados em aparência, não o sejam em essência. Tal perturbação, entretanto, deve ser de tal monta que não se restrinja ao “horizonte limitado do direito burguês”, recorrendo à já tantas vezes citada expressão marxiana. A técnica dos direitos sociais que pode desempenhar uma função política emancipatória deve causar perturbação intensa a ponto de fazer com que o direito colabore para a fragilização das próprias condições de reprodução da estrutura econômica.

Entendo que só há uma maneira para que isso ocorra. Deixei estabelecido no capítulo anterior que a especificidade das práticas técnicas econômica e jurídica no modo de produção capitalista está ligada à generalização das trocas mercantis de equivalentes, especialmente no que tange ao seu espraio para o próprio âmbito de produção, em que até a extração de sobretrabalho que caracteriza a exploração de mão-de-obra toma a forma de uma troca entre duas mercadorias de idêntico valor: força de trabalho e salário. Uma tecnologia dos direitos sociais que se pretenda emancipatória deve, portanto, atuar de modo a solapar exatamente este alicerce do edifício do modo de produção capitalista. E isso é possível, ao menos do ponto de vista teórico, por meio de mecanismos que já estão identificados na doutrina, e que receberam o nome genérico de alocação universal³²⁰.

A alocação universal, também chamada renda básica de cidadania, consiste em atribuir a cada indivíduo residente no país, sem qualquer distinção e sem a aferição de qualquer critério, quantidade de dinheiro suficiente para garantir sua subsistência e a de sua família, o que, no Brasil, costuma ser traduzido em termos do cumprimento da missão constitucional do salário mínimo, expressa em seu artigo 6º, IV: “*atender a suas*

³²⁰ A referência mundial no assunto é Philippe van Parijs. Cf. VAN PARIJS, Philippe; VANDERBORGHT, Yannick. **Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. No Brasil, o principal defensor da ideia é o senador da república Eduardo Suplicy. Cf. SUP LIC Y, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”.

Para além de quaisquer argumentos morais ou de preservação da saúde financeira do modo de produção capitalista – e, acredite o leitor, os autores que se debruçam sobre o tema estão armados com um arsenal deles, que me poupo de reproduzir aqui³²¹ –, em termos de materialismo histórico-dialético a alocação universal teria uma função primordial: liberar aqueles que não são proprietários dos meios de produção da obrigação de vender sua força de trabalho a qualquer capitalista. Ainda que sob a forma de um direito subjetivo patrimonial e individual, a alocação universal transformaria o trabalho *abstracto* numa decisão individual e não numa imposição, pois todos teriam sua subsistência garantida independentemente dele.

A proposta de alocação universal como transição ao socialismo, em verdade, não é estritamente jurídica. Daí a pertinência de eu ter mencionado, um pouco acima, que esta última seção demandaria uma modificação na percepção de tecnologia jurídica com que vinha lidando até aqui. A técnica para a operação jurídica da alocação universal está pronta e à disposição de todos: os conceitos formais de sujeito de direito, Estado como sujeito de direito, direito subjetivo e obrigação jurídica, além da estrutura de organização da assistência social como sistema de cobertura de necessidades. Há destacados defensores da ideia em diversos países europeus e no Brasil. Há uma rede internacional exclusivamente dedicada a sufragar a ideia ao redor do globo: a Basic Income Earth Network – BIEN, ou,

³²¹ Por seu extraordinário poder de síntese, fico com as conclusões da revisão de literatura de Maria Ozanira da Silva e Silva: “*A literatura analisada situa a temática da renda mínima num campo amplo e diverso, no qual identifiquei três vertentes principais. Uma primeira que se fundamenta numa argumentação de ordem econômica, defendida pelos liberais, que concebe a renda mínima como mecanismo eficiente para combater a pobreza e o desemprego de longa duração; como mecanismo de apoio ao processo de flexibilização do trabalho; como estratégia para permitir a simplificação e a funcionalidade do ineficaz e inadequado Welfare State. Enfim, como mecanismo necessário à eficiência do capitalismo na sua fase atual. (...) Uma segunda vertente, representando o outro extremo da linha contínua, fundamentando-se na argumentação que preconiza nova forma de distribuição da fração crescente da riqueza socialmente produzida, quando é cada vez menos necessária a participação do homem no processo produtivo. Essa vertente é defendida pelos denominados progressistas, reformistas, distributivistas que preconizam assegurar a cobertura das necessidades básicas, para uns, e a disponibilidade de tempo livre, para outros, permitindo a realização de projetos sociais e pessoais, inclusive uma qualificação permanente para atender às demandas econômico-sociais da atualidade. (...) A terceira vertente articula a ideia de renda mínima com a noção de inserção-reinserção social e profissional do beneficiário. Essa vertente orienta a maioria das experiências internacionais e concebe a renda mínima como uma transferência monetária para permitir a satisfação das necessidades básicas dos necessitados, possibilitando-lhes uma vida ‘decente’*” (destaques do original). SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997, pp. 157-158.

em tradução livre para o português, rede mundial para a renda básica³²². Diante disso, parece claro que o obstáculo para a implementação da alocação universal transcende as barreiras do direito. Por um motivo muito simples: embora a forma jurídica pareça acomodar este conteúdo, eles são em essência incompatíveis, não porque a alocação universal não possa ser operada com as categorias jurídicas, mas porque ela agride frontalmente a base econômica de sustentação de tais categorias: o princípio da equivalência.

Com efeito, numa sociedade em que a subsistência de cada indivíduo é garantida independentemente da venda da força de trabalho, este perde sua característica abstrata, uma vez que cada indivíduo buscará o trabalho não em razão de seu sustento, o que não faria sentido, mas como forma de realização na condição de ser humano. A efetiva implantação de tal sistema, penso, traria como efeito, mais ou menos rapidamente de acordo com as circunstâncias, a ruína do modo de produção capitalista, e com ela da forma jurídica, talvez não em razão de sua adoção, mas, ao menos, em razão das lutas políticas e do acirramento de posições que o debate sobre a alocação universal teria o condão de despertar³²³.

Daniel Bensaïd já o havia proposto, justamente ao criticar Philippe Van Parijs, principal defensor da alocação universal:

Mas pouco a pouco o poder dentro da oficina, o controle dos investimentos, a propriedade dos meios de produção supõem nada menos que uma revolução das relações de produção. Considerado um direito integral, o acesso ao emprego eliminaria com efeito o caráter mercantil da força de trabalho. (...). Não se deixando claro o que se acha em jogo, o debate assim nuançado torna-se extremamente confuso. Ora os teóricos da justiça pretendem efetivamente intervir na esfera da repartição sem subverter as relações de produção, e então as críticas de Marx contra o socialismo vulgar conservam-se pertinentes: como colocar a questão do

³²² Mais informações estão disponíveis em <http://www.basicincome.org/bien/>. Aliás, o último congresso mundial da BIEN foi realizado entre 30 de junho e 2 de julho de 2010 no Brasil, nas dependências da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Seu programa de atividade pode ser visto em <http://www.bien2010brasil.com/>.

³²³ “*Se insistir no direito como campo de lutas servir ao menos para deixar mais claros os antagonismos sociais, já será um ganho. A aparente harmonia social sob a igualdade jurídica só interessa a quem não está do lado fraco da desigualdade real*”. MELO, Tarso Menezes. **Ambiguidade e resistência: direito, política e ideologia na neoliberalização constitucional**. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2011, p. 36.

desemprego em termos de justiça distributiva sem ir à raiz da lei do valor?³²⁴

Os obstáculos à alocação universal, não sendo jurídicos, assumem os matizes políticos e econômicos. O Estado estaria disposto a criar mecanismo que pode extingui-lo? Evidentemente que não. A burguesia consentiria sem resistência em repassar ao Estado, na forma de tributos, a porção da mais-valia que se faria necessária para subsidiar a alocação universal? Tampouco. Eis as duas respostas necessárias para demonstrar que, dentro do direito, a alocação universal é a batalha que vale a pena ser lutada. Não é possível buscar qualquer resultado minimamente emancipatório dentro do direito se as soluções eleitas continuarem reproduzindo a lógica da troca de equivalentes, ainda que sob o disfarce da moralidade. Os direitos sociais somente podem ser aliados da luta emancipatória na medida em que forem radicalmente universalizados, o que significa implementar sua distribuição genérica sem qualquer forma de contrapartida. O fim do modo de produção capitalista é o fim da garantia da subsistência apenas por meio da troca de força de trabalho por salário, e a única forma que o direito tem de ajudar nessa luta consiste em solapar a lógica da equivalência, inserindo mecanismos essencialmente não comportados pela forma. A luta pela inserção de tais mecanismos, entretanto, devolve a questão para sua verdadeira seara: a política e a economia.

³²⁴ BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, pp. 222-223.

CONCLUSÃO

Chegado o fim do meu percurso, penso ter apresentado algumas contribuições interessantes, que sumario à guisa de conclusão deste trabalho.

Em primeiro lugar, uma contribuição à teoria do materialismo histórico-dialético, que, confesso, foi o que intimamente me moveu à pesquisa. No processo de reconstrução da epistemologia materialista histórico-dialética, propus uma compreensão diferente da aplicação das ideias de subjetividade e objetividade na produção de conhecimento científico a partir da identificação do papel desempenhado nesse processo pela totalidade social – simultaneamente sujeito e objeto em unidade dialética. Isso porque a matéria prima do método de investigação da ciência social são as abstrações produzidas pela reiteração das práticas sociais, por ele trabalhadas a fim de identificar suas contradições, desenvolvendo-as até que das aparências abstratas o cientista consiga identificar as essências, reconstruindo em seu cérebro a realidade concreta na forma de um concreto pensado. Este método de investigação não é arbitrário, mas originado da própria configuração da totalidade social tomada como objeto científico. Foi nesse sentido que Marx formulou uma crítica da economia política, partindo das categorias abstratas mais simples da prática econômica – mercadoria, valor, etc. – para, desenvolvendo suas contradições, reconstruir a totalidade e desvendar o mecanismo de exploração do homem pelo homem. Foi ainda nesse sentido que Pasukanis e Edelman formularam uma crítica da tecnologia jurídica, demonstrando a especificidade do fenômeno no modo de produção capitalista, ligada à generalização da forma mercantil operacionalizada por meio das categorias gerais do direito, de modo que a exploração do homem pelo homem, no capitalismo, pode ser encarada como uma exploração jurídica.

Por outro lado, penso ter apresentado uma contribuição à ciência materialista histórico-dialética do direito. A partir da colocação das obras de Pasukanis e Edelman no contexto de um materialismo histórico-dialético reconstruído, demonstrei que a maneira adequada de fazer ciência do direito de um ponto de vista materialista histórico-dialético consiste na crítica da tecnologia jurídica. Nesse sentido, prolonguei a crítica destes autores para atingir a tecnologia dos direitos sociais, afastando o tratamento tradicional desta categoria pela doutrina marxista, que gira em torno do apontamento de sua função

ideológica e dos interesses de classe que motivam sua instituição, e afirmando um tratamento do tema por meio da crítica da forma. Para tanto, fiz uma apreciação crítica do estado da doutrina dos direitos sociais, revelando como a solução que apresenta para todos os seus problemas teóricos remete sempre às categoriais tradicionais da tecnologia jurídica, categoriais derivadas da troca mercantil e, portanto, individualistas e patrimonialistas. O núcleo da crítica da tecnologia dos direitos sociais, entretanto, consiste em apontar porque tais direitos podem ser admitidos na forma jurídica burguesa, uma vez que, aparentemente, contradizem-na. A resposta encontra-se numa análise detida da lógica de equivalência que determina a constituição da forma jurídica, que mostrei estar presente igualmente em cada um dos direitos sociais, sejam aqueles aplicáveis às relações entre sujeitos de direito privados – o direito do trabalho e o direito do consumidor, principalmente –, sejam aqueles consistentes em direitos a prestações por parte do Estado – fundamentalmente os direitos ligados à seguridade social.

Por fim, amparado nas duas conclusões anteriores, penso ter apresentado uma contribuição teórica àqueles que, no campo do direito, lutam pela superação do modo de produção capitalista. Esta última contribuição possui dois vieses. O primeiro, pessimista, desacredita a via jurídica de transição de modo de produção. Considero, aliás, que esta é a principal contribuição da tese: demonstrar a inviabilidade de que uma transição de modo de produção seja feita por meio de instrumentos jurídicos. O segundo viés, entretanto, é otimista, pois aponta uma forma de o direito contribuir para o sucesso da luta política pela transição de modo de produção. Dado que a superação não será jurídica, ao menos é útil identificar, dentro do direito, qual é a bandeira que vale a pena ser empunhada, porque, se o direito não é absolutamente decisivo ou primordial para a transição, não se pode negar sua importância. Nesse sentido, se alguma aposta deve ser feita no contexto do direito, ela consiste na universalização da assistência social, única luta político-jurídica que teria o condão de contribuir para o desmonte da lógica de equivalência da troca mercantil e sua aplicação ao direito.

BIBLIOGRAFIA

Como mencionei nos agradecimentos, uma tese de doutorado apresenta um caráter de “ponto de chegada”, uma espécie de conclusão de uma vida de estudos. Assim, optei por mencionar na bibliografia unicamente as obras às quais há referência direta ao longo do texto do trabalho, embora deva reconhecer que a formação intelectual que desembocou na redação desta tese envolveu a leitura de outras obras, tão numerosas que sua enunciação seria impossível. Muitas das obras referidas consistem apenas em indicações ao leitor (e, confesso, a mim mesmo, para eventuais reelaborações e novas pesquisas futuras) de onde encontrar aquilo que eu propositalmente excluí do objeto do trabalho. Por fim, optei por elaborar uma única lista de obras, sem dividi-las por tema, por não ter sido capaz de encontrar um critério de classificação cuja utilidade justificasse o procedimento, no contexto do meu trabalho.

ADORNO, Francesco Paolo. **Pascal**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

AGUILLAR, Fernando Herren. **Metodologia da ciência do direito**. 3ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Elementos de autocrítica**. Barcelona: Laia, 1975.

_____. **A favor de Marx**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Ler o Capital**. Volume I. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Sobre la objectividade de la história: carta a Paul Ricoeur. **Cuaderno Gris**, Madrid, nº 2, 1997, pp. 115-126.

_____. A querela do humanismo (1967). **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 9, 1999, pp. 9-51.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999

- _____.; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BALIBAR, Étienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BARISON, Thiago. **Nicos Poulantzas e o direito: um estudo de Poder Político e Classes Sociais**. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP, 2010.
- BATISTA, Flávio Roberto. **Benefícios previdenciários por incapacidade no Regime Geral de Previdência Social**. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP, 2008.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.
- BOITO JR., Armando. O lugar da política na teoria marxista da história. **Revista Crítica Marxista**, Campinas nº 19, 2004, pp. 62-81.
- BRITO, Alejandro Guzmán, História de la denominación del derecho-facultad como “subjetivo”. **Revista de Estudios Históricos-Jurídicos**, Valparaíso, nº 25, 2003, pp. 407-443. Disponível *online* em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54552003002500011&lng=es&nrm=iso.
- CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa Calda Aulete**. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- CAMPOS, Fernando Marques de. **Os direitos sociais e sua função no capitalismo**. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP, 2010.
- CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Seminário **Direitos humanos das mulheres: a proteção internacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível *online* em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cancadotrindade/cancado_bob.htm.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição dirigente e vinculação do legislador**. Coimbra: Coimbra Editora, 1982.
- CASALINO, Vinícius. **O direito e a mercadoria: para uma crítica marxista da teoria de Pachukanis**. São Paulo: Dobra, 2011.

- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 52.
- COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. In: COMTE, Auguste. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Teoria e prática do poder de ação na defesa dos direitos sociais**. São Paulo: LTr, 2002.
- _____. Os direitos sociais enquanto direitos fundamentais. In: _____.; CORREIA, Érica Paula Barcha (coord.). **Direito Previdenciário e Constituição: homenagem a Wladimir Novaes Martinez**. São Paulo: LTr, 2004, pp. 25-43.
- _____. Interpretação do direito da segurança social. In: ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, José Antonio. **Curso de especialização em direito previdenciário**. Vol. I. Curitiba: Juruá, 2005.
- _____. Direitos humanos e direitos sociais: interpretação evolutiva e segurança social. **Revista do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social**, São Paulo, ano 1, nº 1, 2006, pp. 117- 136.
- _____.; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CRUZ, Valdo. Planalto prioriza remendo à reforma total. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2011. Primeiro caderno, p. A6.
- DESCARTES, René. Discurso do método. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976.
- _____. **La légalisation de la classe ouvrière**. Paris: Christian Bourgois, 1978.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- _____. **A ciência do direito**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007.
- FRANÇA, Giselle de Amaro e. **O Poder Judiciário e as políticas públicas previdenciárias**. São Paulo: LTr, 2011.
- FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Vol. XXI (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GIANOTTI, José Arthur. Contra Althusser. **Revista Teoria e Prática**, São Paulo, nº 3, abr. 1968, pp. 66-82.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril, 1983.
- HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. V. I. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. **Sobre as maneiras científicas de tratar o direito natural**. São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. **Ciência da lógica: excertos**. São Paulo: Barcarolla, 2011.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. São Paulo: Viramundo, 2003.

- HOTTOIS, Gilbert. **História da filosofia da renascença à pós-modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- HOULGATE, Stephen. **An introduction to Hegel: freedom, truth and history**. 2ª ed. Oxford: Blackwell, 2005.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÊNIN, V. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do Judiciário no Estado Social de Direito. In: FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira (org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994.
- LOUREIRO, Isabel. **A revolução alemã**. São Paulo: UNESP, 2005.
- LÖWY, Michael. Figuras do marxismo weberiano. **Crítica Jurídica**, Curitiba, nº 21, 2002, pp. 225-234.
- _____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____; NAÏR, Sami. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2008
- LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais: lineamentos para uma teoria geral**. 2ª ed. Barcelona: Anthropos, 1998.
- LUKÁCS, Georg (György). **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. Crítica do programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. III livros. VI volumes. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MASCARO, Alysso Leandro Barbate. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MELO, Tarso Menezes. **Ambiguidade e resistência: direito, política e ideologia na neoliberalização constitucional**. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005.
- MORENO, Nahuel. **Lógica marxista e ciências modernas**. São Paulo: Sundermann, 2007.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORO, Sergio Fernando. **Desenvolvimento e efetivação judicial das normas constitucionais**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

- NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx: ciência e revolução**. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- _____. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. (org.). **O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: UNICAMP, 2009.
- NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLSEN, Ana Carolina Lopes. **A eficácia dos direitos fundamentais sociais frente à reserva do possível**. Dissertação (mestrado). Curitiba: UFPR, 2006.
- PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.
- PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. **Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais programáticas**. São Paulo: Max Limonad, 1999.
- PINHEIRO, Vinícius Carvalho. Reforma da previdência e crise na Argentina. **Informe de previdência social**, Brasília, volume 13, número 12, dez. 2001.
- RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Curso de direito constitucional positivo**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é Direito Social?. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de direito do trabalho**. Vol. I. São Paulo: LTr, 2007.
- STUCKA (STUTCHKA), Petr (Piotr) Ivanovich. **Direito e luta de classes: teoria geral do direito**. Coimbra: Centelha, 1976.
- _____. **Direito de classe e revolução socialista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- TISESCU, Alessandra Devulsky. **Edelman: althusserianismo, direito e política**. São Paulo: Alfa-ômega, 2011.
- TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de direito da seguridade social**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- VAN PARIJS, Philippe; VANDERBORGHT, Yannick. **Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- WALRAS, León. Compêndio dos elementos de economia política pura. In: _____. **Os economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. In: _____. **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber: sociologia**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo contribuir para a formulação de uma crítica da tecnologia jurídica dos direitos sociais. Sobejam na doutrina jurídica e na teoria social manifestações que apontam a função ideológica de tais direitos e os interesses de classe por trás de sua instituição. Esta contribuição, ao contrário, caminha no sentido de formular a crítica dos direitos sociais na perspectiva da forma jurídica – por isso crítica da tecnologia – na esteira das obras de Pasukanis e Edelman. Para atingir este objetivo, o trabalho reconstrói a epistemologia materialista histórico-dialética, extraindo-a da própria totalidade social que constitui seu objeto, e demonstra porque somente uma crítica da tecnologia jurídica pode constituir o modo adequado de fazer ciência do direito. A partir daí, o trabalho reconstrói a crítica da tecnologia jurídica de Pasukanis e Edelman como fundamento para seu ponto culminante: demonstrar como os direitos sociais se adequam ao princípio da equivalência inerente à troca mercantil e, portanto, não constituem uma alternativa viável para a superação do modo de produção capitalista. Por fim, embora consciente de que a via da transição ao comunismo não pode ser jurídica, o trabalho aponta uma alternativa para que os direitos sociais sejam aliados na luta política pela superação do modo de produção capitalista: sua universalização absoluta, única forma possível de romper com a lógica de equivalência que preside a constituição da forma jurídica.

Palavras-chave: materialismo histórico-dialético; ciência do direito; tecnologia jurídica; direitos sociais.

ABSTRACT

This work intends to contribute to the formulation of a critique of social rights juridical technology. There is plenty of works in jurisprudence and social theory pointing the ideological function of social rights and the class interest behind its institution. This work, instead, intends to formulate the critique of social rights under the perspective of juridical form – therefore a critique of technology – following the works of Pasukanis and Edelman. To achieve this goal, this work reconstructs the historical-dialectical materialist epistemology, extracting it from the own social totality that is its object, and demonstrates why the proper mode of doing law science is criticize the juridical technology. From this point, this work reconstructs Pasukanis' and Edelman's critique of juridical technology as the basis for its climax: to demonstrate how social rights accommodate to the equivalence principle that is inherent to the commercial exchange and, therefore, to demonstrate why social rights are not a viable alternative to overwhelm capitalist mode of production. In the end, although knowing that the transition way to comunism cannot be juridical, this work points to an alternative for social rights being allies of the political struggle for the overwhelming of capitalist mode of production: its absolute universalization, the only possible way to break with the equivalence logic that guide the constitution of juridical form.

Keywords: historical-dialectical materialism; jurisprudence; juridical technology; social rights.

RIASSUNTO

Il presente lavoro si propone a contribuire alla formulazione di una critica della tecnologia giuridica dei diritti sociali. C'è abbondanza di opere nella dottrina giuridica e nella teoria sociale che segnalano la funzione ideologica dei diritti sociali e gli interessi di classe che sono alla base della loro istituzione. Questo contributo, invece, muove una critica verso la formulazione dei diritti sociali dal punto di vista della forma giuridica – per questo si parla di critica della tecnologia – basato nelle opere di Pasukanis e di Edelman. Per raggiungere questo obiettivo, il lavoro ricostruisce l'epistemologia materialista storico-dialettica, estraendola dalla propria totalità sociale che è il suo oggetto, e dimostra perché solo una critica della tecnologia giuridica può essere il modo giusto di fare scienza del diritto. Da questo punto, il lavoro ricostruisce la critica della tecnologia giuridica di Pasukanis e di Edelman come base per il suo culmine: per dimostrare come i diritti sociali sono adatti al principio della equivalenza inerente allo scambio mercantile, e quindi non costituiscono una valida alternativa per superare il modo di produzione capitalista. Infine, pur consapevole che la via di transizione al comunismo non può essere giuridica, il lavoro indica una alternativa perché i diritti sociali siano alleati nella lotta politica per il superamento del modo di produzione capitalista: la loro assoluta universalizzazione, unico modo possibile per rompere con la logica della equivalenza che guida la costituzione della forma giuridica.

Parole chiave: materialismo storico-dialettico, scienza del diritto, tecnologia giuridica, diritti sociali.